

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
ESCOLA DA INDÚSTRIA CRIATIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

MARCO BONITO

PROCESSOS DA COMUNICAÇÃO DIGITAL DEFICIENTE E INVISÍVEL:
Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas
Pessoas com deficiência visual no Brasil

São Leopoldo/RS
2015

Marco Bonito

**PROCESSOS DA COMUNICAÇÃO DIGITAL DEFICIENTE E INVISÍVEL:
mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas
pessoas com deficiência visual no Brasil**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Comunicação Social, pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências da
Comunicação da Universidade do Vale do
Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador(a): Profa. Dra. Jiani Bonin

São Leopoldo/RS

2015

B715p

Bonito, Marco.

Processos da comunicação digital deficiente e invisível : mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil / por Marco Bonito. – 2015.

351 f.: il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2015.

“Orientador(a): Profa. Dra. Jiani Bonin”.

1. Deficientes visuais. 2. Acessibilidade. 3. Cidadania comunicativa. 4. Apropriações digitais. 5. Mídias digitais. I. Título.

CDU: 659.3-056.262

MARCO ANTONIO BONITO

“PROCESSOS DA COMUNICAÇÃO DIGITAL DEFICIENTE E INVISÍVEL:
Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas Pessoas com
deficiência visual no Brasil”

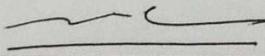
Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, pelo
Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS.

Aprovado em 29 de maio de 2015

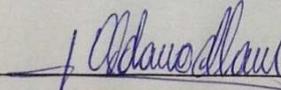
BANCA EXAMINADORA

JOANA B SOUSA

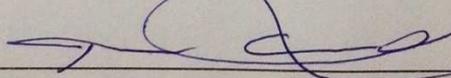
Profa. Dra. Joana Belarmino de Sousa – UFPB



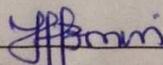
Prof. Dr. Nicolás Lorite García – UAB



Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado – UNISINOS



Prof. Dr. Ronaldo Cesar Henn – UNISINOS



Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin – UNISINOS

Dedico esta tese as 45 milhões de pessoas com deficiência, cidadãos brasileiros, que precisam ter seus Direitos Humanos respeitados em nome do reconhecimento e promoção digna de sua cidadania. Especialmente a uma destas: minha tia Rose Bonito.

AGRADECIMENTOS

Ao terminar essa obra agradeço ao caos pelas ações dinâmicas que promoveu neste meu processo de metamorfose, doloroso e gentil, durante toda a saga da construção de novos saberes e sabedorias que a realização da tese me proporcionou.

À minha companheira Marina Zoppas de Albuquerque, principal catalizadora das minhas transformações. À Dani Bonito, minha irmã querida, amor incondicional. A minha família, especialmente à minha mãe e minha madrinha Dirley por promoverem e financiarem meus estudos no passado.

À minha orientadora Jiani Bonin, responsável por me fazer enxergar, de modo sensível e dedicado, o universo comunicativo e humano para além do senso comum em mergulhos profundos e densos.

Ao amigo Gabriel Sausen Feil por ser uma referência moral, ética e intelectual no âmbito acadêmico e por todas as suas contribuições diretas na minha vida e nesta tese.

Agradeço, especialmente, à minha tia Rose Bonito, pessoa com deficiência visual e auditiva com quem convivi desde pequeno e que me despertou as primeiras impressões sobre as pessoas com deficiência. Assim como também à minha ex-aluna e orientanda Cris Lopes, pessoa que foi a inspiração para eu iniciar esta pesquisa e que muito me ensinou durante todo esse tempo, até o fim desta tese.

Obrigado à Braillu, Luciane Molina, amiga de tanto tempo, que tanto me ajudou, colaborou e me ensinou, sempre com muita generosidade e paciência. Obrigado ao amigo Felipe Mianes, que conheci lá em Barcelona e que tanto me ajudou e contribuiu com as ideias desta tese.

Minha gratidão sincera ao PPGCom da Unisinos que me adotou como estudante e me constituiu como pesquisador de maneira honesta e digna. A todos(as) os meus(inhas) professores, especialmente ao Professor Efendy por toda a sua generosidade em compartilhar seus conhecimentos e sabedorias de maneira inspiradora e provocadora.

À Universidade Federal do Pampa – Unipampa -, onde leciono e que me permitiu e possibilitou condições de trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa PROCESSOCOM, aos amigos(as) de turma de doutorado, especialmente ao Rafael Foletto, Carol Casali e Tabita Strassburger, pelos momentos ímpares e pelos tantos aprendizados compartilhados.

Ao Governo Federal, por me proporcionar e financiar, através de uma bolsa CAPES, a experiência de realizar parte desta pesquisa em Barcelona, com dignidade e amparo total. Agradeço especialmente e declaro minha gratidão por toda a atenção, generosidade e ensinamentos dos professores Enric Prats, da Universidade de Barcelona, e Nicolás Lorite García, da Universidade Autônoma de Barcelona, meus coorientadores na Catalunha.

Serei também grato, eternamente, à *Associação dos Deficientes Visuais e Amigos de São Borja* e à *Associação dos Deficientes Visuais da Catalunha* por todas as parcerias e boa vontade em colaborar, através de seus associados com esta pesquisa, assim como também às inúmeras pessoas com deficiência visual que, em diversos momentos, colaboraram para esta pesquisa e meu desenvolvimento humano.

Obrigado aos meus alunos e alunas, amigos(as) e colegas, bem como todas as pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para o desenvolvimento desta tese, este trabalho também é uma homenagem a todos(as) vocês.

Somos o que fazemos, mas somos principalmente o que fazemos para mudar o que somos (GALEANO, 1984).

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é investigar os processos comunicativos presentes nos usos e apropriações de conteúdos multimídias digitais através da web, dos usuários com deficiência visual na perspectiva de sua cidadania comunicativa. Para dar conta da complexidade do objeto desta investigação, realizei uma contextualização de aspectos relativos à questão da deficiência visual no contexto brasileiro e à inclusão comunicacional/digital desse grupo nos processos de mediação, particularmente a digital, trazendo como contraponto elementos relativos a essa questão do contexto espanhol. A base teórica é constituída no entrelaçamento dos conceitos de *mediações*, *mediação*, *comunicação digital*, *tecnologia assistiva*, *cidadania* e *usos e apropriações*. A partir da elaboração das estratégias transmetodológicas trabalhei em processos de *pesquisa da pesquisa*, *pesquisa teórica*, *pesquisa de contextualização*, *pesquisa exploratória* e *pesquisa sistemática*. Realizei vários movimentos de pesquisa exploratória em diversas dimensões requeridas pela problemática e, na etapa sistemática, fiz entrevistas em profundidade com uma amostra desses sujeitos para aprofundar a compreensão dos usos e apropriações que realizam dos conteúdos da comunicação digital. Dentre os resultados obtidos, há a constatação de que os usos e apropriações dos conteúdos multimídias digitais sujeitos comunicantes com deficiência visual são marcados pela ação configuradora das instâncias de mediação e pelas tecnicidades e suas condições concretas de acessibilidade, que agem dinamicamente nos contextos em que estão inseridas. As possibilidades de construção da cidadania comunicativa nesses usos apresentam restrições cuja inteligibilidade remete a uma complexidade de dimensões de natureza tecnológica, social, cultural, econômica e política.

Palavras-chave: pessoas com deficiência visual; apropriações digitais; acessibilidade, cidadania comunicativa

LISTA DE SIGLAS

Tabela 1 – Lista de siglas em ordem alfabética

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádios e Televisão
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACERGS	Associação de Cegos do Rio Grande do Sul
ADEVASB	Associação dos Deficientes Visuais e Amigos de São Borja
ADVC	Associação dos Deficientes Visuais da Catalunha
AIPD	Ano Internacional da Pessoa Deficiente
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANCINE	Agência Nacional de Cinema
ARPA	Agência de Projetos de Pesquisa Avançada
AD	Audiodescrição
BBS	Bulletin Board System
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe
CENESP	Centro Nacional para Educação Especial
CERN	Conseil Europeen pour la Recherche Nucleaire (CERN)
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CGI.br	Comitê Gestor da Internet Brasileira
CORDE	Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (sic)
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América
IAB	Interactive Advertising Bureau
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais
IBC	Instituto Benjamin Constant
INE	Instituto Nacional de Estatística da Espanha
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
Minicom	Ministério das Comunicações
MVI	Movimento Vida Independente
NBR	Normas Brasileiras de Regulação
NInA	Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da Unipampa
NSA	National Security Agency
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONCB	Organização Nacional de Cegos do Brasil
ONGs	Organizações Não Governamentais
PcD	Pessoas com Deficiência
PDV	Pessoas com Deficiência Visual
PISA	Programme for International Student Assessment
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisas
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SIC	Expressão latina: "Segundo Informa Consulente" ou "Assim como foi dito"
STF	Supremo Tribunal Federal
TA	Tecnologia Assistiva
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UBC	União Brasileira de Cegos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
W3C	World Wide Web Consortium
WEB	World Wide Web

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO DA TESE	13
1 A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA	15
1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA	24
1.2 OBJETIVOS	30
1.2.1 Objetivo Geral	30
1.2.2 Objetivos Específicos	30
1.3 ESQUEMA SINÓPTICO DA PROBLEMÁTICA.....	31
1.4 JUSTIFICATIVA	34
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	41
2.1 O TERMO “PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”	42
2.2 AS ORIGENS E OS CONTEXTOS DA LUTA HISTÓRICA.....	48
2.3 AS LEGISLAÇÕES <i>INVISÍVEIS</i>	63
2.4 ASPECTOS DO CONTEXTO ESPANHOL / BARCELONA	76
2.4.1 Objetivos do estágio no exterior	76
2.4.2 As pesquisas contextual e empírica na Espanha	77
2.4.3 Aspectos do contexto sociopolítica das PDV: Espanha x Brasil	81
2.4.4 Aspectos metodológicos e análise contextual das entrevistas com as pessoas associadas à ADVC	88
2.4.5 Sínteses sobre o contexto espanhol da acessibilidade em contraponto ao brasileiro	97
3 PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA	100
3.1 MEDIAÇÕES.....	101
3.2 MUDIATIZAÇÃO.....	109
3.3 COMUNICAÇÃO DIGITAL	126
3.4 TECNOLOGIA ASSISTIVA	144
3.4.1 A audiodescrição e a tateabilidade	152
3.5 USOS E APROPRIAÇÕES POR UMA CIDADANIA COMUNICATIVA ACESSÍVEL	157
3.5.1 Perspectivas para pensar a cidadania comunicativa das pessoas com deficiência visual	162
4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	170

4.1 ELABORAÇÃO DA PESQUISA TRANSMETODOLÓGICA.....	172
4.2 PESQUISAS DA PESQUISA, TEÓRICA, METODOLÓGICA E DE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	178
4.3 OS MOVIMENTOS DE PESQUISA EXPLORATÓRIA.....	180
4.3.1 Explorações no âmbito das apropriações digitais pelas PDV	181
4.3.2 Entrevistas exploratórias.....	187
4.3.3 Visitas técnicas às instituições ligadas às PDV e cursos realizados	189
4.3.4 Explorações da web e participação em grupos de discussão temáticos.....	190
4.3.5 Explorações em espaços de exercício acadêmico	195
4.4 ESTÁGIO SANDUÍCHE NO EXTERIOR.....	202
4.5 A FASE SISTEMÁTICA DA PEQUISA.....	203
4.5.1 Entrevistas em profundidade com os sujeitos comunicantes	204
4.5.2 O roteiro das entrevistas sistemáticas em profundidade.....	207
4.5.3 A coleta de dados.....	210
4.5.3 A seleção dos sujeitos comunicantes para a entrevista em profundidade	216
5 USOS E APROPRIAÇÕES DAS MÍDIAS DIGITAIS PELAS PDV	218
5.1 A NOÇÃO DE SUJEITOS COMUNICANTES	218
5.2. CARINE LARA	221
5.2.1 Perfil	221
5.2.2 Mediações	223
5.2.3 Competências multimidiáticas, usos e apropriações	230
5.2.3.1 Jornais e Revistas impressas	230
5.2.3.2 Fotografias / Pinturas.....	231
5.2.3.3 Rádio	231
5.2.3.4 Cinema	232
5.2.3.5 TV analógica e/ou digital	232
5.2.3.6 Videogame	235
5.2.3.7 Computador de mesa ou notebook com acesso à internet.....	236
5.2.3.8 Celulares e Smartphones	241
5.2.3.9 Tablets.....	243
5.2.4 Cidadania e tecnicidades relativas à acessibilidade.....	244
5.2.5 Apropriações dos produtos multimídia digitais	253
5.3 LUISA MORGADO	260

5.3.1 Perfil	260
5.3.2 Mediações	263
5.3.3 Competências multimidiáticas, usos e apropriações	269
5.3.3.1 Jornais e Revistas impressas	269
5.3.3.2 Fotografias / Pinturas.....	269
5.3.3.3 Rádio	270
5.3.3.4 Cinema	270
5.3.3.5 TV Analógica e/ou digital.....	271
5.3.3.6 Videogame	272
5.3.3.7 Computador de mesa ou notebook com acesso à internet.....	272
5.3.3.8 Celulares e Smartphones	274
5.3.3.9 Tablets.....	275
5.3.4 Cidadania e técnicas relativas à acessibilidade.....	276
5.3.5 Apropriações dos produtos multimídia digitais	285
5.4 TATIANE COSTA.....	291
5.4.1 Perfil	291
5.4.2 Mediações	293
5.4.3 Competências multimidiáticas, usos e apropriações	295
5.4.3.1 Jornais e Revistas impressas	295
5.4.3.2 Fotografias / Pinturas.....	296
5.4.3.3 Rádio	298
5.4.3.4 Cinema	298
5.4.3.5 TV Analógica e/ou Digital	299
5.4.3.6 Videogame	300
5.4.3.7 Computador de mesa ou notebook com acesso à internet.....	300
5.4.3.8 Celulares e Smartphones	302
5.4.3.9 Tablets.....	303
5.4.4 Cidadania e técnicas relativas à acessibilidade.....	303
5.4.5 Apropriações dos produtos multimídia digitais	312
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	315
REFERÊNCIAS.....	329
APÊNDICE A- ROTEIROS DA ETAPA SISTEMÁTICA DA PESQUISA	339

APRESENTAÇÃO DA TESE

É preciso ter um caos dentro de si para dar à luz uma estrela cintilante (NIETZSCHE, 2012).

Na investigação científica de que trata essa Tese me propus a desvendar as apropriações de conteúdos multimídias digitais, através da web, realizadas por pessoas com deficiência visual na perspectiva de sua cidadania comunicativa. Este foco central do problema exigiu problematizar e inter-relacionar, em rede, os conceitos de mediação, mediações, mídias digitais e cidadania comunicativa.

A problemática foi construída de modo a levar em conta e a articular como dimensões relevantes para a compreensão dessas apropriações: a) aspectos do contexto da questão da deficiência visual em dimensões comunicacionais/midiáticas, sociais, culturais, políticas e legais, para pensar seus atravessamentos nas apropriações investigadas; b) dimensões relativas à tecnicidade vinculadas às mídias digitais e sua acessibilidade e c) mediações relacionadas ao mundo das pessoas com deficiência visual, em específico os vínculos com organizações especificamente voltadas a esse grupo, os cenários de sociabilidades do cotidiano, o ativismo político, as mundividências e as competências multimidiáticas digitais e comunicativo-culturais desses sujeitos.

A pesquisa empírica incluiu aproximações exploratórias sucessivas ao contexto e às realidades das pessoas com deficiência visual, em âmbitos diferenciados, como explicitado no capítulo metodológico dessa Tese; processos de experimentação, testes, redefinições e reformulações de métodos, procedimentos e caminhos investigativos. Na sua etapa sistemática, a pesquisa empírica ganhou aprofundamentos a partir da realização de entrevistas em profundidade com pessoas com deficiência visual.

A pesquisa realizada e seus elementos constitutivos são apresentados nesse texto numa estruturação que reúne cinco capítulos.

No primeiro capítulo, apresento a construção da problemática, seus elementos constitutivos, o objetivo geral e os específicos. Os componentes dessa problemática estão sintetizados, também, num esquema sinóptico, apresentado com recursos de acessibilidade – tal como outros elementos dessa tese.

No capítulo dois, desvendo aspectos relativos ao contexto da problemática da deficiência visual, que revelam as origens e a constituição de lógicas vinculadas às apropriações da comunicação digital nos dias de hoje por este grupo social pesquisado. Também reconstruo aspectos de contextualização dessa problemática no cenário espanhol, mais especificamente de Barcelona, propiciados por um estágio sanduíche realizado nesse contexto durante a realização da Tese.

O capítulo três é dedicado à problematização teórica dos principais conceitos balizadores desta tese, a saber: mediações, midiatização, comunicação digital e tecnologia assistiva, assim como a perspectiva da cidadania comunicativa das pessoas com deficiência visual.

No capítulo quatro realizo a explicitação das estratégias metodológicas, constituídas a partir do diálogo com lógicas da transmetodologia. Início explicitando os processos realizadas de pesquisas da pesquisa, teórica, metodológica e de contextualização. Depois reconstruo os movimentos da pesquisa exploratória e o estágio de pesquisa no exterior. Finalizo com a recuperação dos processos, estratégias, procedimentos e operacionalizações da fase sistemática da pesquisa.

No capítulo cinco realizo as análises das apropriações relativas aos sujeitos comunicantes que participaram da investigação empírica sistemática. Na sua construção, os dados são reconstruídos e analisados a partir de três eixos principais: a caracterização dos sujeitos em termos de seu perfil e de sua condição visual; a reconstrução de aspectos relativos às dimensões de mediação recortadas para análise, vinculadas à cultura das PDV; os usos e apropriações das mídias digitais e possibilidades de acessibilidade e de cidadania comunicativa. As análises dessas dimensões articulam, também, questões relativas à acessibilidade de ambientes digitais apropriados pelas PDV.

Por fim, o capítulo seis é dedicado às considerações finais. Nele analiso propriamente a questão central investigada em função dos objetivos propostos no projeto de pesquisa, bem como sistematizo as compreensões e os aprendizados possibilitados pelo desenvolvimento desta pesquisa.

Convido-o(a) à leitura deste texto acadêmico que retrata minha *odisseia* no percurso da descoberta daquilo que era desconhecido, da minha aventura em busca do conhecimento que também me transformou em uma pessoa mais atenta e consciente das dinâmicas do mundo. Espero que possa contribuir contigo da mesma maneira, seja bem-vindo(a) à minha tese.

1 A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A construção desta pesquisa teve início no ano de 2009, momento em que fui morar e trabalhar em Porto Velho/Rondônia (RO) com uma proposta de trabalho para coordenar os cursos de comunicação social da Faculdade Interamericana de Porto Velho (Uniron). Residi por dois anos e meio no oeste amazônico, num tempo em que comecei a perceber as dificuldades que teria para dar sequência aos estudos e cursar um programa de pós-graduação (PPG) em nível de doutorado. O curso mais próximo de onde eu residia era o da Universidade de Brasília (UNB), distante mais de dois mil quilômetros, o que por si só já inviabilizaria a ideia, já que a política de plano de carreira da Uniron não previa a possibilidade de afastamento remunerado para aperfeiçoamento e qualificação profissional de seus professores. Além disso, também não havia nenhum outro PPG, em áreas afins, no estado de Rondônia (RO), o que me fez replanejar minha carreira e repensar o aceite do desafio de ir trabalhar num estado da federação ainda muito incipiente no âmbito acadêmico. Sem nenhuma perspectiva em curto de prazo, passei a procurar concursos públicos para poder me realocar profissionalmente e, também, encontrar um novo sentido para as minhas expectativas acadêmicas.

Fiz o concurso para a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e, no segundo semestre de 2009, fui chamado para assumir a vaga conquistada para a cidade de Vilhena/RO. Nesse período, passei a me interessar por um programa de pós-graduação interinstitucional (DINTER) que estava em vias de ser firmado entre a UNIR e a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Contudo, tratava-se apenas de um projeto sem garantias de que se tornasse realidade e que dependia de trâmites burocráticos para se concretizar. Mesmo assim resolvi preparar um projeto de pesquisa que pudesse servir à UMESP ou ser readequado para outros PPGs conforme o interesse.

Dentre os diversos temas possíveis para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa, o escolhido por mim foi tratar sobre a “Floresta Digital”, um projeto de inclusão digital social que o Governo do Estado do Acre (AC) estava a implantar visando atender a toda população do estado, disponibilizando acesso gratuito à internet, por banda larga sem fio (wi-fi), às residências, tribos indígenas e locais públicos. Fui conhecer o projeto *in loco* e me chamou a atenção o fato de que uma

proposta ousada, desta magnitude, inédita em território nacional, tenha surgido de um estado que costuma ser subjugado pelos mais fortes eixos culturais do país.

Neste projeto, minha inquietação acadêmica, recheada de intuições, tinha relações diretas com questões comunicacionais referentes à produção, midiatização, mediação e apropriação dos conteúdos gerados pelos usuários/cidadãos do projeto “Floresta Digital”. Meu interesse era descobrir como a cultura local estava sendo midiatizada, ou melhor, como estava se processando a midiatização digital em cibercultura e suas apropriações pelos usuários com o acesso à internet pública.

Desenvolvi o projeto, estava prestes a submetê-lo à avaliação do DINTER, quando recebi a notícia de que também havia sido aprovado noutro concurso público, para a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), em São Borja, Rio Grande do Sul (RS). A partir dessa aprovação, mudei radicalmente meus planos e, em menos de cinco meses, eu já estava morando e trabalhando nos pampas, na fronteira oeste do estado, entre o Brasil e a Argentina. Minha principal motivação em vir para o Rio Grande do Sul foi a possibilidade viável de dar sequência à minha carreira acadêmica no PPG que é referência nacional em pesquisas na área de Comunicação Social, programa ligado à Universidade do Vale dos Sinos - Unisinos, instituição que, inclusive, possuía a linha de pesquisa mais adequada às minhas intenções: “Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação”.

Embora o estado do RS possua outras tantas instituições com PPGs de reputação reconhecida em termos de qualidade, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Feevale, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Pontifícia Universidade Católica (PUC), escolhi adequar o projeto unicamente à “Linha de Pesquisa 3” da Unisinos, ainda sobre o mesmo tema: “Floresta Digital”. Foi com esse projeto que fui aprovado e passei a trabalhar na disciplina de “Pesquisa Avançada em Comunicação” numa reestruturação do projeto. Porém, foi somente após a definição da professora Jiani Bonin como minha orientadora de tese que comecei a questionar a viabilidade da pesquisa em um local tão distante e que demandaria investimentos significativos de tempo e de recursos financeiros.

A princípio, o Governo do Acre – nas figuras do então Governador Binho Marques (PT¹) e do também então Senador Jorge Viana (PT) – comprometeu-se verbalmente e se interessou pelo financiamento logístico da pesquisa, porém,

¹ PT: Partido dos Trabalhadores.

quando solicitei formalmente a assinatura de um documento firmando o compromisso para o financiamento da pesquisa, os trâmites legais e burocráticos esfriaram as negociações e me fizeram repensar a viabilidade do projeto. Definitivamente eu não poderia arcar com o custo de uma pesquisa em um local tão distante sem um financiamento formal garantido.

Por conta disso, resolvi reorientar meu projeto para um novo objeto de referência empírica, a “Campus Party”, o maior encontro sociotécnico de cultura digital do mundo, que ocorre, anualmente, também no Brasil e reúne mais de oito mil pessoas envolvidas e interessadas nas tramas da cibercultura, o que me pareceu ser substancialmente interessante, fenomenológico e fértil para a pesquisa. O viés problemático continuou a ser a questão dos processos comunicacionais referentes às apropriações e às mídiatizações dos conteúdos gerados pelos usuários (*campuseiros*²), mas agora no ambiente da Campus Party. No início de 2012, como parte do processo exploratório para a definição do projeto arquitetônico da pesquisa, fui explorar o campo a título de conhecer melhor as realidades *in loco* do evento e passei sete dias acampado na Campus Party para realizar observações, relatos, entrevistas e colher dados empíricos. Nesse período, fiz algumas entrevistas exploratórias com os idealizadores do evento, com algumas “web celebridades”, com palestrantes e também com alguns *campuseiros*. Além disso, realizei um monitoramento de mídias sociais através de um software de coleta de dados chamado SCUP³, classificando conteúdos gerados, publicados e compartilhados nos diversos canais sobre os temas relacionados ou tratados durante a Campus Party, que me ajudaram a pensar sobre as apropriações que os usuários fazem dos conteúdos gerados durante o evento.

Dentre todas essas experiências que tive por lá, algumas foram mais significativas e determinantes para a nova mudança de foco do projeto de pesquisa. Percebi que havia *campuseiros* que eram pessoas com deficiência; identifiquei informalmente, já que não havia dados oficiais disponíveis, dois cadeirantes, dois surdos(as) e uma pessoa com deficiência visual (PDV) que me chamaram a atenção pelas habilidades demonstradas no uso das tecnologias da informação e da

² Campuseiros é o nome dado aos participantes da Campus Party.

³ SCUP: Software de análise de mídias sociais através de coleta e classificação de dados através das redes sociais. Mais informações em www.scup.com.br.

comunicação. Thomas⁴ é um rapaz cego que lá estava acompanhado de seu cão guia e com quem conversei informalmente sobre sua experiência e vivência no acampamento da Campus Party. Também comentei com ele que era professor universitário e que tinha uma aluna no curso de jornalismo que é PDV, com quem eu estava aprendendo muitas coisas sobre esse universo. Ele me contou que trabalhava com programação de softwares e que tinha aprendido as linguagens de computador “sozinho”, através de páginas na internet e que seu principal interesse atual era desenvolver um aplicativo para ajudar a PDV a ler cardápios de restaurantes que somente se apresentam impressos.

Como tive experiência profissional com desenvolvimento de websites e conheço um pouco das linguagens de programação, acabei por ficar bastante impressionado com a aptidão daquele rapaz que, sem enxergar, conseguia uma interação com seu computador em alta performance. Fiquei curioso por saber mais a respeito das culturas das pessoas com deficiência em relação às tecnologias digitais e a cibercultura, por entender como as novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) contribuem – ou se não contribuem – para a sociabilização desse grupo social.

É importante ressaltar que muito desse interesse tem raiz na minha infância, período em que convivi diariamente com minha tia e tio surdos, bem como conheci e frequentei a comunidade de pessoas surdas. Aprendi a me comunicar basicamente em LIBRAS⁵ e acompanhei o processo da perda gradual de visão da minha tia ao longo da vida, até o ponto em que ela ficou completamente cega, por volta dos 25 anos. Lembro-me de ajudar a “traduzir” as informações de novelas e noticiários de TV para eles, já que muitos contextos e significações se perdiam para os surdos, bem como de atualizar e descrever em texto, para meu tio, os resultados e lances dos jogos de futebol que, à época, eram transmitidos apenas pelo rádio.

Após a cegueira total, minha tia procurou aprender a ler em Braille⁶ – dizia que sentia necessidade de não estar isolada do resto do mundo. No entanto, como ela não via e não escutava, passei a me sentir incapaz de poder ajudá-la a entender

⁴ Thomas é o nome fictício adotado para preservar a identidade desta pessoa envolvida nesta pesquisa e cuja autorização de uso do nome não fora solicitada.

⁵ LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais.

⁶ Braille: Sistema de leitura para pessoas cegas, inventado por Louis Braille em 1827 e adotado no Brasil, desde 1854 por intermédio do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant/RJ.

o mundo à sua volta e ela passou a estar à mercê das interpretações que meu tio fazia e repassava a ela por meio de LIBRAS tátil, sistema de comunicação para pessoas surdocegas. Nesse sistema, podem-se interpretar as informações através do toque, a partir dos gestos ou das letras reproduzidos pela mão do intérprete. Embora eu tivesse esta experiência anterior, até então jamais havia me preocupado realmente com a comunicação das pessoas com deficiência visual, mesmo já sendo professor e mestre em Comunicação Social, o que é um contrassenso.

Até hoje, nenhum veículo de comunicação massivo e de relevância se empenhou de verdade em subsidiar publicações acessíveis, mesmo a partir das leis já criadas e que deveriam garantir os direitos das pessoas com deficiência. Até os anos 1980, não havia diretrizes da ONU para a integração social das pessoas com deficiência (PcD); foi apenas em 1981, com a criação do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (AIPD), que se registrou o início do período mais importante da história sociocultural e política do movimento de luta em prol dessas pessoas (LANNA JÚNIOR, 2010). No Brasil, até então, não havia vontade política, nem iniciativas associadas aos processos de integração social e, muito menos, de comunicação para pessoas com deficiência.

Desde que comecei a dar aulas no Ensino Superior, em 2002, deparo-me com pessoas com algum tipo ou grau de deficiência, seja esta de ordem física (motora), cognitiva e/ou sensorial (auditiva e visual). Apesar de serem casos raros nas universidades brasileiras no início deste século, consigo me lembrar de alguns que foram meus alunos(as), mas para os quais eu nunca estive preparado para dar aulas, adequar conteúdos, transformar o conteúdo da aula acessível em virtude do respeito aos Direitos Humanos daquela pessoa. Ao longo deste trabalho, pude entender que este despreparo e certa acomodação tem relação com uma cultura que ainda promove a exclusão social dessas pessoas, como exploro com mais detalhes nos capítulos seguintes.

Sinalizo três casos que são os que mais me chamaram a atenção e foram relevantes para pensar a construção daquele que seria, enfim, o problema de pesquisa em torno do qual se empenha esta tese. O primeiro deles é Luísa Morgado⁷, cega, pedagoga especializada em Tecnologia Assistiva (TA) para PDV,

⁷ Luísa Morgado é um pseudônimo utilizado para preservar a identidade de uma das pessoas entrevistadas nesta tese.

que conheci durante um programa de TV⁸ para o qual ela e eu havíamos sido convidados a participar, para falar sobre questões tecnológicas. Naquele dia fiquei impressionado com a capacidade e habilidade que ela tinha para lidar com dispositivos midiáticos de todo tipo. Formada em pedagogia e pós-graduada em Educação Inclusiva, ela já trabalhou na Secretaria Municipal de Educação de Lorena, São Paulo (SP) e hoje dá aulas e cursos para professores(as) da rede pública sobre Tecnologia Assistiva, sendo uma das referências nacionais em cultura cega, para a comunidade de PDV. Conversamos depois da gravação do programa e, desde então, mantivemos contatos através das diversas redes sociais.

Sempre que precisei de ajuda para lidar com meus alunos(as) que tinham deficiência visual recorri a ela, ora para me ensinar a melhor maneira de adequar meus conteúdos às necessidades específicas desses sujeitos, ora para me indicar um software que tivesse recurso de acessibilidade. Sempre prestativa a ajudar, a professora também é uma ativista dos direitos das pessoas com deficiência e se tornou uma fonte primária fundamental no processo de construção desta pesquisa.

O segundo caso ocorreu em Rondônia, quando tive um aluno com deficiência visual cognitiva. Isso significa que ele enxergava, mas era incapaz de ler/compreender/significar um texto escrito. Nesses casos, os signos/códigos não formam sentido quando o *input* sensorial é o visual. Fiquei intrigado com a sua condição; no dia em que nos conhecemos ele foi à minha sala, na coordenação dos cursos e pediu que eu lesse a prova (de outro professor) para ele, já que não tinha condições para isso. O mais curioso, no entanto, é que esse aluno era apresentador de um programa de televisão regional. Questionado por mim sobre como fazia para ler o *teleprompter*, ele respondeu: “eu decoro todas as minhas falas antes do programa, uma redatora lê os textos para mim e eu decoro”. Essa situação me instigou a pensar que isso não deveria ser assim, que deveria haver alguma solução mais adequada para esses desafios comunicativos enfrentados por sujeitos como ele.

O último caso é o mais significativo para mim. Ocorreu já em São Borja, na UNIPAMPA, onde leciono atualmente, desde que conheci Carine Lara⁹, aluna cega do curso de jornalismo, que logo no primeiro dia de aula me procurou e solicitou que

⁸ Programa da TV Aparecida: disponível em <http://youtu.be/BTzuleyVYSU>.

⁹ Nome fictício.

eu adequasse os conteúdos das aulas em formatos acessíveis a ela. Embora eu tenha me disposto a fazer isso, na verdade eu não fazia a menor ideia de como proceder. É importante ressaltar que a maioria dos professores universitários não é formada através dos cursos de magistério/pedagogia e que, claramente, não está preparada para dar aulas em situações que exigem diversidade de formas e conteúdos.

Essa solicitação me fez refletir sobre os direitos que aquela pessoa tinha a partir do momento em que é matriculada numa universidade pública que está a serviço da sociedade. Pensando assim, eu lhe garanti que adequaria os conteúdos da melhor forma que pudesse, mas que precisaria aprender a fazer isso, pois não tinha a menor ideia de como isso funcionava na prática. Pedi a ela que me orientasse a respeito e ela foi, então, abastecendo-me com instruções e informações sobre pedagogia para pessoas com deficiência visual que logo passei a experimentar durante as aulas em que ela estava presente. Percebi que poderia transformar a situação numa experiência pedagógica para todos(as) os(as) demais alunos(as) e, assim, trabalhamos por três semestres, aproveitando ao máximo a oportunidade rara de conviver e aprender com uma aluna com necessidades claramente diversas. O conhecimento sobre pedagogias inclusivas e técnicas de acessibilidade que ela me transmitiu vinha de sua mãe, que é educadora especial e teve três filhos com deficiência visual, o que a motivou a estudar e a aprender como educar crianças com essas diversidades.

Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) tenha sido promulgada em 1948, a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência foi publicada apenas em 1975. Somente no início da década de 1980 os direitos das PcD ganharam destaque internacional com a declaração, em 1981, do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência pela campanha da fraternidade promovida pela Igreja Católica. O Brasil, por sua vez, é signatário de todos os tratados e declarações promovidos pela ONU. Porém, nem mesmo as leis que foram promulgadas desde então são cumpridas com o rigor necessário e, na maioria dos casos, tornaram-se “leis que não pegaram”. Essa cultura social é agravante do processo histórico de reconhecimento dos direitos das PcD. No que se refere ao âmbito da comunicação social, apenas em dezembro do ano 2000 surgiu uma lei específica (nº 10.098) que ficou conhecida como “Lei da Acessibilidade”, por estabelecer “normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade

das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, além de outras providências” (FILHO, 2012). Desde então, houve disputas de poder entre as organizações midiáticas, o governo, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as entidades de classe que representavam as pessoas com deficiência. As leis, que num primeiro momento favoreciam as PDV, criaram um embate político entre as principais organizações comunicativas do país – que impunham cada vez mais barreiras, sendo resistentes às mudanças previstas – e as ONGs, movimentos sociais e entidades que lutavam pelos Direitos Humanos das pessoas com deficiência. Fundamentadas e amparadas pela Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), esses movimentos sociais se empenharam em fazer valer aquilo que consta no documento assinado em compromisso pelo Brasil:

Comunicação abrange as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessíveis, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis; ‘Língua’ abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não falada (BRASIL, 2007).

Essas considerações, num documento magno, foram fundamentais para o desenvolvimento das políticas públicas que surgiram com mais vigor a partir dos anos 1980. Desde então, no tocante à acessibilidade, a comunicação tem sido elevada ao mesmo patamar de importância que, por exemplo, a arquitetura. Contudo, embora esta seja uma questão *sine qua non*, a comunicação acessível ainda não atingiu uma condição satisfatória de desenvolvimento até hoje.

Atentando para esse cenário considerei, então, que numa sociedade em vias de midiatização, cada vez mais “em rede” e produzindo em profusão comunicação digital a partir da cibercultura, deveríamos, cada vez mais, problematizar as questões relacionadas à acessibilidade comunicativa. Passei a me questionar sobre as apropriações dos conteúdos multimídias digitais por usuários com deficiência visual e sobre as possibilidades e limitações que oferecem ao conhecimento, às sabedorias e à cidadania desses indivíduos. Refleti que havia problemas significativos, essenciais e fenomenológicos para serem resolvidos e que a produção

de sentidos comunicativos entre os videntes¹⁰ e as PDV está repleta de ruídos. A partir dessas novas perspectivas decidi, então, reorientar novamente o meu projeto de pesquisa para esse foco, o que significou ter que recomeçar o processo de construção da pesquisa, o que incluiu novas buscas bibliográficas, documentais, outras incursões exploratórias e novos conceitos.

Os relatos feitos até aqui servem, primeiro, para justificar as seguidas mudanças de foco da pesquisa pelas quais passei neste processo de construção da pesquisa de doutorado. Também visam exprimir o início da trajetória da construção do problema dessa pesquisa; afinal, foi a partir dessas inter-relações diversas de campos diferentes e de cenários múltiplos que a problemática em elaboração foi tensionada. Inclusive, a percepção do fenômeno da relevância da comunicação acessível e integrante é bastante incipiente e neófito no Brasil, tanto no âmbito acadêmico, quanto no âmbito social.

Justamente por isso, se os olhos são os sensores da percepção visual e considerados as “janelas da alma”, procurei ficar com essas janelas da percepção bem abertas e aguçadas, assim como estar receptivo para encontrar algo que fosse pertinente ao campo científico da Comunicação no qual me insiro como pesquisador. Eu desejava, também, que meu trabalho de tese contemplasse uma problemática cujos componentes refletissem problemas sociais e produzissem conhecimentos suficientes para se somar ao montante de sabedorias já existentes. Esta minha condição inicial, de embate experimental com o “real”, o “imaginário” e o “simbólico” lacaniano, relatada nestas primeiras páginas, foi fundamental para a construção da problemática, em que procurei realizar apropriações diversas para desenvolver as lógicas embutidas neste trabalho de investigação.

Nas próximas sessões explico como se constituiu o problema de pesquisa a partir dos tensionamentos da somatória de elementos que determinaram o seu processo de construção. Também apresento a questão central e as questões específicas norteadoras do problema, o objetivo principal e os objetivos específicos, assim como o esquema sinóptico da problemática. No final do capítulo, trago elementos para justificar o empreendimento desta pesquisa.

¹⁰ Videntes: nome dado ao grupo de pessoas que não é considerado como "Pessoas com Deficiência Visual", ou seja, são as "pessoas que enxergam" sem dificuldade ou auxílio de recursos assistivos.

1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara¹¹ (SARAMAGO, 1995).

O principal artifício discursivo de Saramago (1995) em sua obra *Ensaio sobre a cegueira* é o da metáfora, o mesmo que me serve para ilustrar a gênese das questões que constituem o problema desta pesquisa, na sua configuração final. Em seu livro, o autor provoca e convoca a refletir sobre a condição humana perante uma “nova normatização” em que todos os seres humanos, contagiados por uma “cegueira branca”, estariam submetidos e condenados a viver conflitos éticos profundamente calcados nas relações sociais que se instituíram num processo histórico e cultural. Nas entrelinhas dessa história ficcional residem elementos da mitologia universal de culturas transcendentais e amplamente relacionadas com o *ethos* social atual. O ditado popular “quem tem um olho, em terra de cego, é rei” pode ser compreendido e confrontado com lucidez ao longo desse enredo psicodramático que é revelador das relações humanas pelo lado avesso. O historiador Gilberto Lopes Teixeira entende que, no discurso metafórico de Saramago, é possível encontrar a condição natural do ser humano contemporâneo, o que, justamente, ajuda-me a entender a gênese da problemática aqui proposta:

Cegos estamos para aquilo que dá sentido à vida humana, aos valores que instituíram a ideia mesma de civilização, os valores básicos da solidariedade social, a perspectiva da defesa dos mais frágeis perante a cobiça dos mais fortes. É de fundo ético a cegueira que corrói nossa alma e que nos desumaniza dia a dia. No entanto, será necessário o advento de uma cegueira física e concreta para que, aos poucos, suas vítimas possam finalmente ‘ver’ esta outra cegueira, mais profunda e mais devastadora que ameaça nossa civilização (TEIXEIRA, 2010, p. 03).

Essa fragilidade da condição humana está por corromper as relações sociais desde os primórdios das civilizações. Mas é no contexto atual que percebo o quanto estamos todos justamente cegos para problemas que se colocam à frente dos nossos olhos e à distância de nosso tato cotidiano. Esse é bem o caso da questão comunicativa, social, educacional e de cidadania relacionada ao respeito pelos

¹¹ De acordo com o pesquisador Derlan Lopes Vieira (2013, p. 18): “Segundo Carlos Reis, em seu livro *Diálogos com José Saramago*, o autor português é prolífico em epígrafes, muitas delas inventadas, algumas vindas de um misterioso 'Livro dos Conselhos' (de Marc Augé) que muita gente levou a sério, e que, de acordo com Saramago, não existe”.

Direitos Humanos das pessoas com deficiência visual, que foram eleitas por mim como o principal grupo de sujeitos sociais da problematização proposta nesta pesquisa. A gênese da compreensão sobre essa questão nasce da consideração sobre o processo comunicativo ser um Direito Humano fundamental, conforme previsto no artigo XIX da Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

É necessário destacar que, segundo o CENSO (IBGE, 2010), a pesquisa estatística-social mais profunda já realizada no Brasil sobre esse tema, encontrou um total de 45.623.910 com, pelo menos, um tipo de deficiência (visual; auditiva; motora; intelectual), número semelhante a toda a população da Espanha. Isso significa 23,9% da população brasileira, ou melhor, uma em cada quatro pessoas; dentre essas, 21,5% são pessoas com deficiência visual ou, em números absolutos, cerca de 36 milhões de pessoas. Esses dados alarmantes estão diretamente associados à carência de investimentos nos setores básicos como saúde, saneamento básico e, principalmente, educação. Outro dado interessante é que a maioria das pessoas com deficiência visual não nasceu cega ou com a deficiência, tornou-se deficiente ao longo da vida, por razões diversas, o que significa que a sociedade deveria ter maior atenção com relação a essas questões, já que, por enquanto, uma em cada quatro pessoas é potencialmente uma PDV.

Até o início dos anos 80 do século XIX, as instituições que atendiam, buscavam e garantiam as necessidades básicas das pessoas com deficiência visual no Brasil eram compostas por profissionais que trabalhavam na área e pelos seus familiares. A concepção vigente em relação a essas pessoas durante muito tempo contribuiu para dificultar e atrasar o processo de se considerar esses sujeitos como cidadãos. A imagem de pessoas incapazes e dignas de benevolência persiste até hoje e continua a promover a segregação social desse grupo de pessoas. O protagonismo sociopolítico das PcD somente se efetiva a partir de 1981, quando a ONU proclama o já mencionado Ano Internacional da Pessoa Deficiente.

Com a força da repercussão da campanha da ONU, cujo tema, segundo Lanna Junior (2010, p. 35), era “Participação Plena e Igualdade”, escancarou-se a inexistência de políticas públicas voltadas a esse grupo social em todo o mundo. Desencadeou-se no Brasil um processo de criação de diversas instituições, associações, ONGs, federações, fóruns, conselhos, entre outros, que iniciaram as discussões e os avanços sobre as pautas da cidadania das pessoas com deficiência. Essas organizações, em muitos casos, surgiram de movimentos sociais

que foram de fundamental importância para que os governos e a população em geral deixassem de compreender as pessoas com deficiência como sujeitos que precisariam ser tutelados; elas passaram a lutar para que tais pessoas fossem compreendidas como sujeitos de direito e a exigir respeito pela sua cidadania. Desde então, essa luta permanece; poucas foram as conquistas alcançadas nestes últimos 35 anos, isso em comparação às demais pessoas ditas “normais”.

O processo de redemocratização do Brasil e a elaboração da Constituição de 1988, bem como a “Campanha da Fraternidade de 2006”, trouxeram à pauta a necessidade de superar os paradigmas da mera afirmação da igualdade e de promover realmente ações afirmativas relacionadas às pessoas com deficiência para sua participação política, profissional e econômica de maneira digna. Houve também ações voltadas ao acesso à educação, à saúde e à cultura, entre outros direitos sociais, na busca de ir além do viés assistencialista, excludente, que tornavam as PcD beneficiárias de políticas de assistência social. Porém, na prática, esse discurso retórico serviu, muitas vezes, para agregar valor e capital social aos políticos envolvidos e, invariavelmente, as PcD continuaram sem seus direitos respeitados ou conquistados efetivamente.

Considerando esse contexto, o foco central desta pesquisa volta-se para as apropriações de conteúdos multimídias digitais em relação à produção, ao consumo e ao compartilhamento, através da web¹², por usuários com deficiência visual na perspectiva de sua cidadania comunicativa, por considerar que essa é uma questão de cunho fundamental no contexto da chamada era da informação (NEGROPONTE, 1995), sociedade em rede (CASTELLS, 1999a) ou sociedade da informação (MATTELART, A., 2002). Além disso, também considero as possibilidades e limitações que estão relacionadas a essas apropriações, bem como se oferecem condições para a constituição da cidadania comunicativa desses sujeitos a partir da cibercultura e das emergências da Tecnologia Assistiva.

No que se refere ao contexto sociocultural relacionado à comunicação social, no decorrer da história, torna perceptível que há um claro descompasso no desenvolvimento histórico das “culturas das mídias” (SANTAELLA, 2004). Há

¹² Web: Compreende-se aqui a World Wide Web (Web) como o coletivo de endereços de páginas da internet, associadas em hiperlinks, cujo acesso é promovido pelos sistemas de informação, por meio de softwares “navegadores” (browsers) que permitem produzir, consumir e compartilhar conteúdos multimídia pela rede internet.

implicações, nesse sentido, de ordem econômica, cultural, social e política, que se refletem objetivamente nas maneiras pelas quais as pessoas com deficiência visual se apropriam ou não dos conteúdos ofertados nos dispositivos midiáticos. Isso ocorre desde o surgimento da imprensa até a comunicação digital em tempos de cibercultura. Essas condições diversas e adversas também colaboraram para configurar, ao longo do tempo, o desenvolvimento de habilidades e competências midiáticas como, por exemplo, aquelas relacionadas à compreensão da linguagem dos gêneros discursivos e formatos de conteúdos estabelecidos nas mídias. Mais especificamente com relação às percepções do sentido da visão, cujas relações são indiretas, mas intimamente inter-relacionadas, o pesquisador Juan Droguett, em seu livro *Sonhar de olhos abertos*, explica que:

Existem duas correntes de teorias da percepção na modernidade: uma é dualista ou nativista, aponta como base da percepção o conhecimento inato; a outra é empirista e tem como fundamento o conhecimento adquirido com a experiência do mundo (Santaella, 1993:22). Ambas as correntes tem princípios divergentes, mas respondem à síntese mental que o ser humano faz em relação aos estímulos da percepção, principalmente os de natureza visual (DROGUETT, 2004, p. 87).

Assim, as configurações lógicas das sociedades modernas se basearam em modelos visuais a partir da cultura. Como também observa Gontijo (2004), o analfabetismo textual, gramatical e semântico não foi dizimado da humanidade até os dias de hoje, mais de quatro séculos depois da invenção da prensa móvel de Gutemberg. Isso significa que a possibilidade de produzir livros em escala não garantiu proporcionalmente o acesso às pessoas, independente de estas possuírem ou não uma deficiência. Nesse sentido, é inegável que os materiais impressos sempre foram um grande obstáculo informativo para as PDV, que necessitam de um leitor (pessoa ou *software*) para intermediar e, assim, ter acesso aos conteúdos que, até hoje, não são amigáveis nem acessíveis. Inclusive, nem mesmo a invenção do sistema de leitura Braille, por Louis Braille em 1827, foi capaz de levar a gramática dos textos e a capacidade de escritura individual à maioria das PDV, o que evidencia que se trata de uma questão muito mais complexa, que não pode ser reduzida à dimensão tecnológica das mídias.

Até mesmo o rádio, que surgiu como uma opção bastante interessante para esse grupo já que exigia, entre outros elementos, fundamentalmente a condição de

ouvir e compreender o idioma para que houvesse o entendimento da linguagem proposta, não foi capaz de suprir a carência comunicativa das PDV. O rádio, em geral, ainda promove, em quase todo o seu tempo no ar, uma comunicação que muitas vezes não considera particularidades dessas pessoas em específico.

Em contrapartida, o cinema e a TV animaram o imaginário das pessoas através, principalmente, de sequências de imagens com sons e passaram a exigir novas competências de cognição (ouvir e enxergar), para que os conteúdos pudessem fazer sentido. Essa condição, que mudou radicalmente as lógicas comunicativas, também instaurou inúmeras barreiras comunicativas que não apenas impediram o acesso pleno aos conteúdos audiovisuais das PDV, por falta de audiodescrições das imagens, como criaram ruídos nos sentidos produzidos por elas.

Na história recente dessa evolução midiática, durante os anos 1990, também não houve mudanças significativas desses paradigmas comunicacionais em relação às PDV. Nem mesmo o surgimento e a popularização dos dispositivos digitais pessoais, como computadores, notebooks, celulares, smartphones e tablets, bem como o consumo e a produção de informações foram suficientemente adequados às necessidades das PDV. É notório que o rádio, dentre os meios de comunicação de massa, é a mídia mais adequada para as pessoas com deficiência visual, por lidar com o sentido da audição e o imaginário; porém, o rádio somente é útil a esses sujeitos por querer dar aos videntes a melhor condição de consumo de informações. Trata-se de uma mídia em que não prevalece o sentido da visão para ninguém de sua audiência, logo, precisa descrever contextos e situações que contemplam as PDV também, mas isso não significa que o fazem como deveriam. Todo o conteúdo desenvolvido, sua semântica e sua linguagem, são estruturados nos parâmetros da cultura hegemônica daqueles que enxergam. Em geral, na comunicação radiofônica, supõe-se que o ouvinte já tenha uma experiência visual anterior com determinado objeto ou contexto para que assim possa distinguir cores, tenha noção de volume, espaço e profundidade, percepções visuais que contribuem para que a comunicação possa fazer sentido. Isto não funciona da mesma maneira para as pessoas com deficiência visual.

Essa condição social é reflexo da hegemonia cultural dos videntes, cujas lógicas são impingidas desde os tempos mais remotos em que as crianças identificadas com alguma deformidade ou deficiência eram "descartadas" e jogadas

do alto de penhascos. A prática homeopática da imposição "natural" da cultura imagética criou uma condição perceptiva problematizada no livro *A era da iconofagia*:

Em todas as esferas da atividade e da cultura contemporânea detecta-se um predomínio do visual sobre o auditivo. [...] A cultura e a sociedade contemporâneas tratam o som como forma menos nobre, um tipo de primo pobre, no espectro dos códigos da comunicação humana (BAITELLO, 2005, p. 99).

Esse cenário comunicativo me motivou a compreender como isso se configura no âmbito da Cibercultura pela Comunicação Digital, tendo como orientação do problema da pesquisa a seguinte *questão central*: Como se configuram as apropriações dos usuários com deficiência visual de conteúdos multimídias digitais através da web na perspectiva de sua cidadania comunicativa?

Essa questão central ganhou especificidade a partir de *questões específicas*, que indicam aspectos em torno dos quais se concretiza o problema investigado:

- Como se configura o contexto da deficiência visual no Brasil em termos de inclusão comunicativa e digital desses grupos?

- Que modalidades de usos e apropriações – práticas de produção, consumo e compartilhamento – os sujeitos comunicantes com deficiência visual realizam nos ambientes e dos conteúdos digitais?

- Como os desenhos de acessibilidade e a incorporação de Tecnologia Assistiva dos cenários digitais usados pelos usuários incidem sobre essas apropriações?

- Como essas apropriações se relacionam com: as organizações ligadas às PDV, os cenários de sociabilidades do cotidiano, o ativismo político, as mundividências e as competências multimidiáticas digitais e comunicativo-culturais desses sujeitos?

- Que concretizações, possibilidades e limites, para a acessibilidade e a cidadania comunicativa desses sujeitos, se exprimem nesses usos?

Nas próximas seções apresento os objetivos da pesquisa e o esquema sinóptico da problemática em forma gráfica (com acessibilidade), para que seja possível compreender as implicações de cada tema para a construção desta tese.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar e compreender as apropriações dos conteúdos multimídias digitais por parte dos usuários com deficiência visual, na perspectiva da acessibilidade e da cidadania comunicativa desses sujeitos.

1.2.2 Objetivos Específicos

a) Contextualizar aspectos relativos à questão da deficiência visual no contexto brasileiro e à inclusão comunicacional/digital desse grupo nos processos de midiatização e mediação, particularmente a digital, trazendo como contraponto elementos relativos a essa questão do contexto espanhol¹³;

b) Descrever as apropriações de conteúdos digitais acessíveis – práticas de produção, consumo e compartilhamento – realizadas pelos sujeitos comunicantes com deficiência visual e analisá-las na perspectiva da cidadania comunicativa desses sujeitos;

c) Compreender como os desenhos de acessibilidade incorporados nas arquiteturas da informação, linguagens digitais e Tecnologia Assistiva, dos cenários digitais relevantes nos usos dos sujeitos investigados, incidem sobre as apropriações midiáticas das PDV;

d) Analisar como as organizações ligadas às PDV, os cenários de sociabilidades do cotidiano, o ativismo político, as mundividências e as competências multimidiáticas digitais e comunicativo-culturais dos usuários com deficiência visual configuram esses usos;

e) Refletir sobre como as competências comunicativas dos deficientes visuais podem contribuir para eliminar as barreiras informacionais através de tecnologias acessíveis e gerar subsídios que colaborem com a formulação de propostas em termos de comunicação digital que possam contribuir para a constituição da cidadania dos usuários com deficiência visual.

¹³ A possibilidade de realizar um contraponto dessa contextualização brasileira considerando o cenário espanhol foi aberta pela realização de um estágio sanduíche em na Universidade de Barcelona, sob a orientação do Prof. Dr Enric Prats Gil, conforme explicito na sessão dedicada a essa contextualização.

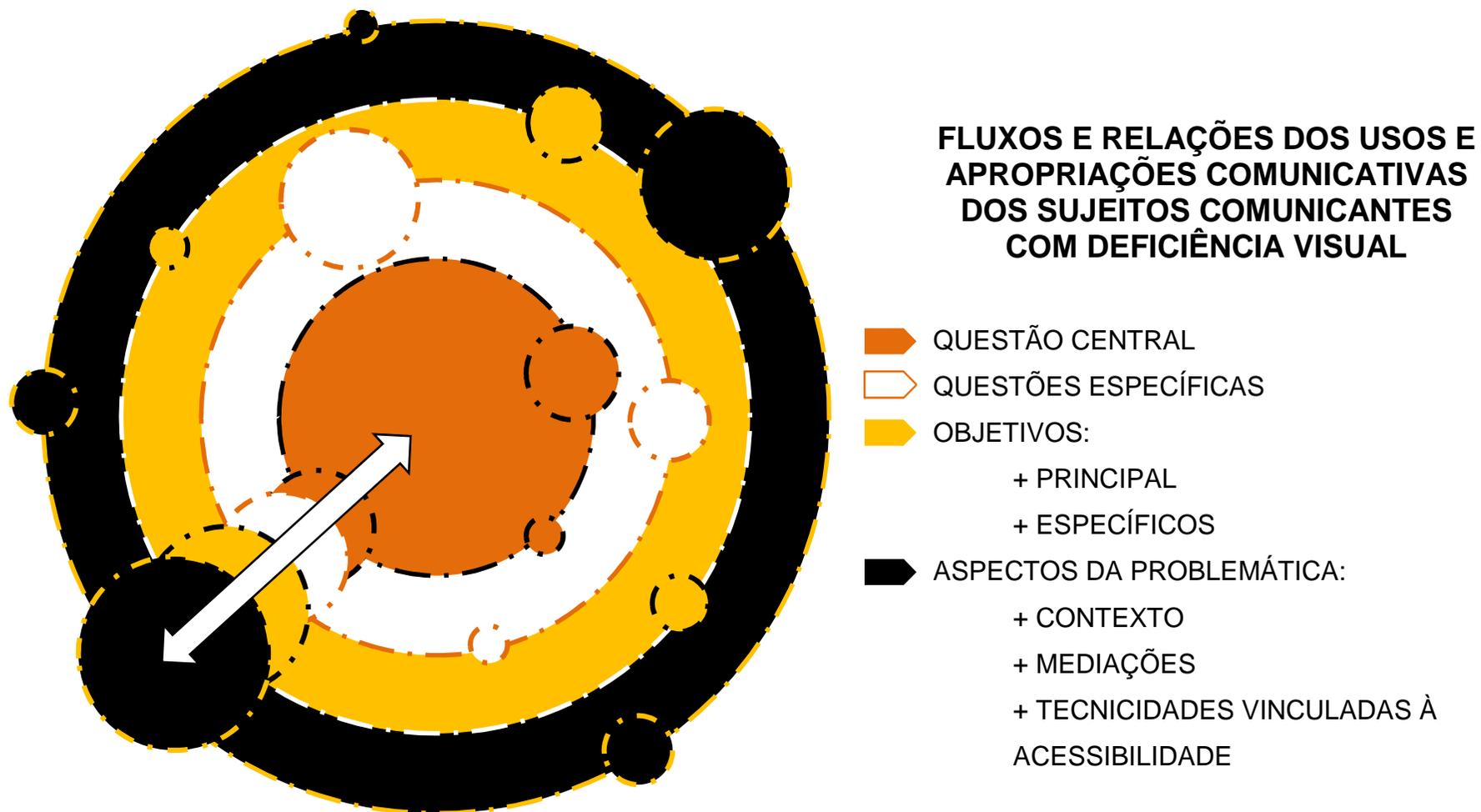
1.3 ESQUEMA SINÓPTICO DA PROBLEMÁTICA

Gráfico 1 - Esquema Sinóptico da Problemática (conteúdo com acessibilidade)





Gráfico 3 – Fluxos e relações dos usos e apropriações comunicativas (conteúdo com acessibilidade)



1.4 JUSTIFICATIVA

Cerca de 10% da população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência. São a maior minoria do mundo e cerca de 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento (ONU BRASIL, 2014).

A justificativa desta pesquisa é entendida aqui como um compromisso do pesquisador com a realidade em que se insere e com o campo científico da Comunicação, somando-se ao que já há pesquisado de maneira singular. Sendo assim, concordo com Bonin (2011, p. 23) no sentido de que essa postura nos instiga, como pesquisadores, a construir um “domínio mais amplo possível, dos conhecimentos produzidos sobre o tema/objeto”, para que seja proposto um avanço científico.

O problema/objeto proposto nesta pesquisa é o foco de um fenômeno ainda pouco investigado no campo da Comunicação. Nesse sentido, conforme investigação realizada na primeira fase da “pesquisa da pesquisa” nos principais repositórios acadêmicos¹⁴, disponíveis na web, encontrei poucos trabalhos científicos já realizados que incluíam o viés da Comunicação e da Acessibilidade. Além disso, também me chamou a atenção o fato de não haver nenhuma tese desenvolvida que relacionasse a Comunicação Digital com a Acessibilidade em função da cidadania. Dentre os trabalhos encontrados e que podem ser considerados do campo da Comunicação Social, nenhum era uma tese, geralmente artigos apresentados em congressos ou capítulos de livros.

Há muitos trabalhos em áreas distintas da Comunicação Social, em que se destacam a Educação, Informática, Saúde e Arquitetura. Dentre esses trabalhos a maioria realiza avaliações técnicas e instrumentais da acessibilidade, partindo-se de modelos técnicos para análises de casos e quando citam “comunicação” o fazem em senso comum e a consideram como simples fluxo de informações. Porém, há trabalhos científicos que se destacam pelo seu caráter de importância e relevância para a pesquisa que se destina a compreender objetos que se inserem no campo midiático da Comunicação Social e da Acessibilidade. O mais relevante desses é a

¹⁴ Repositórios pesquisados: Bancos de teses e dissertações da CAPES; Scielo; e-Compós; Intercom; SBPJOR; Unisinos, Abciber, Univerciência e Google Acadêmico.

tese da professora Joana Belarmino, da UFPB, que versa sobre: *Aspectos comunicativos da percepção tátil: a escrita em relevo como mecanismo semiótico da cultura* (2004). Outras três pesquisadoras Sandra P. Montardo, Liliana Passerino e Maria R. Bez também trouxeram importantes e relevantes contribuições específicas ao objeto desta pesquisa, com seus artigos científicos sobre: *Inclusão social via acessibilidade digital: Proposta de inclusão digital para pessoas com Necessidades Especiais* (2007); *Acessibilidade digital em sites de publicação de blogs e em blogs: limites e possibilidades para socialização on-line de pessoas com Necessidades Especiais (PNE) (SIC)*¹⁵ (2007); e *Inclusão digital em sites de redes sociais: usabilidade das interfaces do Twitter e do Orkut para pessoas com deficiência visual* (2011). Ainda que essas pesquisas fossem as que mais se aproximassem inicialmente da problemática proposta aqui, foi nítido perceber que havia carência de investigação mais profunda e abrangente.

Além da pouca exploração temática, percebi também que há uma diversidade de possibilidades de problematizações significativas dentro do campo da Comunicação Social, que podem contribuir com o avanço científico das Ciências Sociais Aplicadas como, por exemplo, as questões das linguagens, discursos e narrativas acessíveis. Sem dúvida é uma vertente de pesquisa muito fértil e ainda neófitas que carece de mais investigações. Porém, ative-me a definir meu trabalho a partir da questão central, já definida.

Esta pesquisa também se motiva e colabora para contribuir com a inclusão social desse grupo de pessoas, que é visto de modo geral, pela sociedade, como composto por pessoas "carentes" e "dignas de piedade". Há uma classificação médica que rotula as pessoas conforme suas deficiências, desconsiderando suas demais diversidades funcionais sociais. Esse é um problema grave, de ordem conceitual, que trabalhos investigativos como este podem contribuir para o entendimento social das pessoas com deficiência, dando ênfase ao lado humano e

¹⁵ SIC: sigla, oriunda da expressão "Segundo Informa Consulente", repetindo uma inexatidão semântica. Vocábulo latino que significa, em Português, 'assim'. É usada depois de frases ou citações para indicar que o texto foi mantido ou citado 'assim como está escrito', mesmo tendo erros ortográfico-gramaticais. Ou seja, ao colocar o termo (sic) você mostra ao seu leitor que é 'assim' mesmo que estava no texto ou na fonte original, por mais errado ou estranho que pareça. O (sic) também é usado para expressar construções textuais que podem causar algum tipo de estranheza, podem parecer sem sentido ou contraditórias.

considerando suas habilidades, competências e atitudes em detrimento de uma determinada incapacidade funcional.

Segundo informações publicadas no site da Fundação Dorina Nowill¹⁶ (2015), a Organização Mundial de Saúde (OMS) levantou dados que demonstram que as principais causas da cegueira no Brasil são a catarata, o glaucoma, a retinopatia diabética, a cegueira infantil e a degeneração macular. Segundo o CENSO (IBGE, 2010), no Brasil, mais de 6,5 milhões de pessoas são deficientes visuais em grau severo, sendo que 528.624 pessoas são incapazes de enxergar (cegos[as]) e outras 6.056.654 pessoas possuem grande dificuldade permanente de enxergar, sendo classificados como “baixa visão” ou “visão subnormal”. Contudo, outras 29 milhões de pessoas declararam possuir alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos, lentes ou outros recursos ópticos (IBGE, 2012). Sendo assim, temos um contingente de mais de 35 milhões de pessoas com necessidades comunicativas específicas e cujos processos comunicacionais estão deficientes e promovendo uma marginalização informacional.

Penso que esta tese contribui também para questionar estruturas, conceitos, modelos e práticas relativas aos processos midiáticos que excluem ou dificultam a inclusão comunicativa desse grupo social especificamente. Esta pesquisa busca gerar conhecimentos que permitirão subsidiar propostas de conteúdos digitais para a web com características de acessibilidade, com um maior potencial inclusivo para as pessoas com deficiência visual. Soma-se a isso a emergência de estudos e trabalhos fundamentados que possam contribuir para o aperfeiçoamento das leis voltadas à acessibilidade comunicativa. Além disso, o ineditismo da pesquisa pode vir a ser um importante registro científico das apropriações realizadas pelas PDV em produtos comunicacionais digitais e multimidiáticos, inspirando outros pesquisadores(as) a explorar o vasto campo que existe sobre esse tema.

Para entender a inclusão desse grupo social no *ethos* midiático, parti do pressuposto de que isso se tratava de um processo gradual e cultural, sendo assim, a julgar pelo contexto histórico e pela atual condição política das PDV, foi possível detectar previamente que a sociedade, de um modo geral, não está preocupada em dar condições equânimes de cidadania para quem tem dificuldade de enxergar. São raros os sites ou aplicativos que percebem essas pessoas atuando como cidadãos,

¹⁶ www.fundacaodorina.org.br/

pagando suas contas, fazendo compras, consumindo informações, reproduzindo e até mesmo criando novas comunicações. Pela evidente falta de acessibilidade aos diversos conteúdos midiáticos, posso suspeitar que das cerca de 35 milhões de pessoas com deficiência visual que há no Brasil a maioria está marginalizada comunicacionalmente.

As PDV costumam ter o sentido da audição mais apurado, o que lhes dá significativa vantagem sobre outro grupo de pessoas com deficiência: os surdos; já que ouvindo, os cegos podem estabelecer linguagem com semântica razoável através da oralidade. Para o neurologista Oliver Sacks, a surdez pode levar a “uma condição de ser virtualmente sem linguagem, e de ser incapaz de proposicionar, de fazer proposições. O que deve ser comparado à afasia, uma condição em que o próprio pensamento pode se tornar incoerente e atrofiado” (SACKS, 2010, p. 28). A partir dessa consideração, posso pensar também que as PDV, em meio à atual era da iconofagia, cujos conteúdos imagéticos são geralmente inacessíveis, podem encontrar-se em condição de desvantagem sociocomunicativa, o que incidiria na sua capacidade de fazer proposições e estabelecer uma lógica comunicativa efetiva, com sentido e coerência, bem como de participar de maneira equânime da sociedade.

Porém, já existem tecnologias da informação e da comunicação (TICs) disponíveis para PDV, gratuitas, que desempenham o papel de integrá-las à sociedade da informação, dando-lhes acesso básico aos conteúdos em condições razoáveis. Tecnologia disponível e acessível do ponto de vista econômico existe! Contudo, há três pontos chave para que isso ainda não ocorra de maneira satisfatória: 1) a falta de vontade política para que as leis cumpram seu papel social e de cidadania para as PDV; 2) a falta de estruturas pedagógicas, com Tecnologia Assistiva, para educar adequadamente as PDV, o que promoveria melhores condições de qualidade de vida e de cidadania; 3) a cultura hegemônica dos videntes que desconsidera as especificidades comunicativas das PDV.

Essas questões éticas da sociopolítica e da cidadania estão intimamente relacionadas à comunicação social e sua condição midiática de construir identidades e sujeitos comunicantes, assim como entende García Canclini: a definição socioespacial sobre identidades deve ser complementada com a reformulação teórica sociocomunicacional, que implica no desenvolvimento de “estratégias a

respeito dos cenários informacionais e comunicacionais onde também se configuram e se renovam as identidades” (GARCIA CANCLINI, 1999, p. 59).

Os cenários que compõem a ecologia midiática brasileira, desde o início deste século, contam com regulamentações, na forma de leis, que pretendiam dar conta de beneficiar os conteúdos dos canais de rádio e televisão brasileiros para que esses se adaptassem, ao longo de dez anos, para oferecer conteúdos acessíveis às PDV. Contudo, estes territórios de produção de sentidos relacionados às diversas culturas, até hoje não cumprem o rigor da lei, o que pode ser considerado uma questão de falta de respeito à cidadania das PDV e uma clara evidência da subordinação política.

No entanto, o que mais me chamou a atenção é que nos embates políticos pelos direitos comunicativos das PDV somente foram tratadas as questões de acessibilidade relacionadas à TV e ao Rádio, desconsiderando o conceito de mídia de maneira mais ampla. Considero pertinente pensar que, em pleno século XXI e em tempos de sociedade em rede (CASTELLS, 1999a) em que a produção e o consumo de conteúdo midiático digital formaram o período do “informacionalismo”, a cibercultura não pode ser negligenciada, no sentido em que a acessibilidade na web deveria ser entendida como o caminho mais adequado e propício para a acessibilidade comunicativa. Com quase 25% da população brasileira com algum tipo de deficiência e com tantos avanços relacionados às tecnologias da informação e da comunicação, é lamentável que os conteúdos produzidos ainda não sejam predominantemente acessíveis e, justamente, por uma questão cultural complexa de modificar.

Assim, é possível ver que, atualmente, no tocante às questões comunicativas e de cidadania, dentro do atual contexto, as leis vigentes no Brasil não dão conta de suprir as necessidades das PDV, não propiciam isonomia para o aprendizado de novas habilidades e competências, muito menos consideram as mudanças culturais e tecnológicas desde a sua promulgação. Nesse sentido, penso que sem uma atualização conceitual e uma necessária mudança cultural em relação a essas questões, estaremos a condenar um quarto da população brasileira a viver à margem do desenvolvimento social e também desrespeitando um direito humano. Assim como é ultrajante que os conteúdos digitais acessíveis obrigatórios sejam apenas aqueles gerados pelos órgãos públicos em suas diferentes esferas, isso é como promover oficialmente segregação comunicativa.

Considero que a Tecnologia Assistiva digital para a comunicação pode contribuir de maneira significativa para uma melhor inclusão social e promover a cidadania das PDV no contexto social vigente. Contudo, a inclusão digital na alfabetização das PDV ainda é um desafio no Brasil e um grande entrave para atingir esse objetivo, conforme aponta a psicóloga Luiza Elena R. do Valle:

A quantidade de alunos com comprometimentos visuais matriculados na educação especial, no ensino fundamental diminui acentuadamente quando se compara com o número de matrículas desses alunos no ensino médio. Para que haja uma mudança nessa triste constatação, sedimenta-se a necessidade de oferecer recursos de aprendizagem para aqueles que necessitam de um atendimento diferenciado (VALLE, 2013, p. 133).

Nesse sentido, esse cenário é o mais preocupante já que, por motivos distintos, as PDV acabam por se desestimular com a formação escolar, o que vai prejudicar, em muito, sua posterior inclusão social nos seus diversos ambientes sociais. Os dados revelados pela pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2013), investigação com a maior abrangência e metodologia mais adequada para o estudo das tecnologias da informação em seus diversos setores no país, somente passou a considerar as PcD como relevantes à estatística na mais recente pesquisa realizada em 2012 e publicada em 2013. Motivados pelos dados alarmantes, já apresentados acima, do CENSO 2010, o CGI.Br tratou de incluir na investigação e em sua publicação anual dados quali-quantitativos que revelaram um cenário preocupante.

Em conformidade com o Relatório Global da UNESCO (UNESCO, 2014), a pesquisa do CGI.br indica que a inclusão das PcD no âmbito social é muito lenta e que os maiores problemas estão associados à falta de recursos nos ambientes escolares. Ambos os trabalhos são enfáticos em afirmar que as políticas públicas precisam devem deixar de ser meramente burocráticas em formato de lei e passarem a ser práticas, inovadoras e motivadoras. As PcD não devem ficar à mercê das lógicas dos mercados de tecnologia, haja visto que estes não têm interesse primário no bem estar social, mas sim nos lucros provenientes de suas vendas de softwares ou equipamentos de Tecnologia Assistiva.

Para tanto, entendo que o contexto deve ser formado por três ambientes principais em escala, conforme tabela apresentada pelo CGI.br:

Tabela 1 - Ambientes de Contexto (com acessibilidade).

Ambiente Jurídico	Ambiente regulatório	Contexto inclusivo
Um ambiente legislativo pode reconhecer formalmente que a deficiência existe.	Um ambiente regulatório pode criar condições para a inovação, por exemplo, ao permitir fornecimento de conteúdo por canais eletrônicos sem negociações adicionais de direitos autorais e licenciamento.	Um contexto inclusivo envia uma mensagem poderosa de que há comprometimento do governo, dos setores público e privado e de outros atores (idealmente, por meio de recursos e financiamentos) para possibilitar uma intervenção abrangente.

Fonte: (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2013, p. 54).

Esses ambientes, atuando em conjunto, possuem características para promover iniciativas propositivas dos setores públicos envolvidos nesses contextos e acabam por fortalecer as lógicas das políticas públicas, cujas intervenções passam a agir diretamente no grupo social desejado. Esse cenário idealizado configura-se muito mais viável do que utópico, principalmente pelo fato das TICs e TA estarem cada vez mais acessíveis, seja pelo viés do custo¹⁷ financeiro ou pelo caráter da usabilidade¹⁸. Ou seja, para que haja caminhos viáveis à comunicação acessível e cidadã, faz-se necessário compreender o fenômeno desse amplo espectro de contextos e variáveis para que se possa colaborar indicando caminhos adequados e otimizados, visando o bem estar comum da sociedade.

Assim a pesquisa se justifica e se compromete a buscar e apresentar propostas no âmbito sociopolítico para contribuir com o desenvolvimento do campo de pesquisa em Comunicação Social. A seguir apresento em detalhes a contextualização geral do objeto de pesquisa que serve de base fundamental para a problematização teórica.

¹⁷ Considera-se aqui a instalação, manutenção e conservação dos softwares ou produtos provenientes de tecnologia assistiva.

¹⁸ Usabilidade: termo usado para definir a facilidade com que as pessoas podem empregar uma ferramenta ou objeto a fim de realizar uma tarefa específica e importante. Refere-se também à simplicidade e facilidade com que uma interface, um programa de computador ou um website pode ser utilizado. O Termo também é utilizado em contexto de produtos como aparelhos eletrônicos, em áreas da comunicação e produtos de transferência de conhecimento, como manuais, documentos e ajudas online. Também pode se referir a eficiência do design de objetos como uma maçaneta ou um martelo ("Usabilidade", 2014).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Entendo a contextualização como sendo a parte do processo metodológico científico que procura dar subsídios sócio históricos ao pesquisador, a fim de que este possa compreender lógicas e dinâmicas particulares de cada objeto pesquisado, agregando valor a partir do conhecimento para além do senso comum e das reflexões que emergem dessa experiência. Concordo, assim, com o que explica Maldonado: “o crucial no trabalho de contextualização é saber construir o complexo estrutural que dá conta do contexto midiático, do contexto comunicativo que configura a sua particularidade como problema/objeto de investigação” (2011, p. 280). A contextualização tem por finalidade contribuir diretamente para a compreensão das configurações das instâncias de mediação que inferem suas lógicas particulares em cada objeto de investigação. Sem uma contextualização adequada o objeto não pode ser problematizado sob os diversos ângulos possíveis de um mesmo prisma, logo, o pesquisador correria o risco de lidar com ele no senso comum.

A seguir, neste capítulo, apresento a ordem de composição dos aspectos relativos e configuradores da problemática desta pesquisa, sob o viés da dimensão e âmbito comunicativo. Neste capítulo há subitens em que apresento e reflito sobre os contextos que configuram o fenômeno investigado. Trabalho a contextualização a partir de quatro eixos, considerando o âmbito sociopolítico e cultural: 1) O respeito pelo termo “Pessoas com Deficiência Visual”; 2) As origens e lutas históricas das PDV; 3) Legislações invisíveis; e 4) Contraponto ao contexto espanhol em Barcelona.

No primeiro eixo apresento a lógica necessária para o entendimento da adoção do termo politicamente correto para designar o grupo social das PDV. No segundo resgato os principais momentos históricos das lutas e dos movimentos sociais em prol das PDV no mundo e no Brasil, para dar entendimento às configurações contemporâneas sociopolíticas a partir das diversas instâncias de mediação. No terceiro mostro como a falta de respeito aos Direitos Humanos e à cidadania gera problemas de ordem cultural, dando força às dinâmicas que permitem que existam leis não cumpridas e nem fiscalizadas por interesses particulares. Por fim, no quarto eixo, realizo a apresentação do contexto espanhol,

mais especificamente em Barcelona, das culturas e sociabilidades do cotidiano das PDV em contraponto ao contexto brasileiro.

2.1 O TERMO “PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

Para os novos movimentos sociais e suas políticas de identidade, as palavras são instrumentos importantes de luta política (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 14).

Começo esta contextualização tratando do assunto que, sem dúvida, é o mais polêmico e que provoca as pessoas no sentido de causar estranhamento e incômodo. Raramente as pessoas são convidadas a pensar sobre as questões problemáticas com relação às pessoas com deficiência. Justamente por isso, quando tive oportunidades para palestrar e debater sobre o tema desta pesquisa, durante o processo de doutoramento, sempre que essa questão sobre o termo correto para designar esse grupo social surgiu, acabei por tirar as pessoas da zona de conforto do pensamento e gerei debates acalorados.

Além disso, nas aulas, cursos e oficinas que ministrei na UNIPAMPA – bem como em outras universidades, a convite ou apresentando trabalho ou participando de programas de rádio, televisão –, e principalmente nas redes sociais digitais, sempre procurei abordar essa questão e colocá-la em crise, pois ela é elementar para a compreensão filosófica que concerne à luta das PcD.

Mas, afinal, isso é realmente importante ou é puro preciosismo, como afirmam alguns em senso comum? Realmente não se trata de preciosismo, mas sim de reconhecimento da identidade construída deste grupo social que, há muito tempo, luta por seus direitos sociais e cidadania. A identidade aqui é compreendida aqui sob a possibilidade de uma construção múltipla de inter-relações com atributos culturais diversos, fruto dos papéis sociais realizados ou internalizados. Neste caso específico das pessoas com deficiência visual, há protagonismo dos atores sociais, que desempenham, dentre outras coisas, papéis em relutância às denominações discriminatórias, outrora definidas pelas instâncias sociais dominantes. Ou seja, não usar o termo correto na atualidade significa, além de desrespeito, também o não reconhecimento da importância dessa luta em sua essência. Castells colabora para o entendimento dessa questão pensando assim:

Identities, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios autores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização. [...] Contudo, identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem (CASTELLS, 1999b, p. 23).

Nesse sentido, é preciso recordar que o processo identitário das PDV tem origem no movimento político das PcD e que o AIPD¹⁹ (1981) foi fundamental para a construção de termos conceituais que revelam o espírito conceitual de cada tempo desde então. O principal catalizador dessas mudanças terminológicas e conceituais foi o lema do Movimento Vida Independente²⁰ (MVI): “Nada sobre nós sem nós”. Esse lema é entendido pelo professor e pesquisador Sasaki como uma declaração de independência das PcD:

Exigimos que tudo que se refira a nós seja produzido com a nossa participação. Por melhores que sejam as intenções das pessoas sem deficiência, dos órgãos públicos, das empresas, das instituições sociais ou da sociedade em geral, não mais aceitamos receber resultados forjados à nossa revelia, mesmo que em nosso benefício (SASSAKI, 2011).

Esse lema carrega consigo o significado das angústias colecionadas por séculos recheados de preconceitos contra as PcD. Para Sasaki os sistemas sociais gerais é que deveriam se adequar às pessoas com deficiência e não o inverso. Essa crença é utópica na mesma medida em que serve como ideia catalizadora para o surgimento de novas perspectivas de pesquisa científica. Nesse sentido, o AIPD pode servir para que a sociedade passe a problematizar as questões das PcD para além do viés conceitual vigente da “exclusividade”, “segregação” e “integração”, viés que vigora ao longo do tempo, até então.

Passa-se a considerar a “inclusão” como elemento constituinte do novo conceito, porém, de 1981 até 2002 o lema não apareceu em nenhum documento oficial. Apenas em 2002, na “Declaração de Madri”, documento resultante dos debates do Congresso Europeu sobre Deficiências daquele mesmo ano, que o lema é documentado oficialmente e registrado para a história.

¹⁹ AIPD: Ano Internacional da Pessoa Deficiente

²⁰ O movimento de vida independente começou em 1972 com a criação do Centro de Vida Independente de Berkeley (CVI-Berkley), o primeiro CVI dos EUA e do mundo. (SASSAKI, 2011)

Segundo o site Bengala Digital (2014), especializado em cultura das PDV, o lema nasceu e passou a ganhar força a partir de 1972, principalmente, nos Estados Unidos, onde o MVI teve origem sob o nome de Centro de Vida Independente de Berkley, mas também na África do Sul, país onde, a exemplo dos Estados Unidos, as prerrogativas das lutas sociais estavam intimamente relacionadas à busca por direitos civis. Em 1975 a ONU publica o documento “Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes”, que diz: “As organizações de pessoas deficientes podem ser beneficentemente consultadas em todos os assuntos referentes aos direitos das pessoas deficientes” (ONU, 1975). Assim, passa a ser o documento oficial mais antigo que faz referência à ideia de “participação/inclusão” das PcD nos processos políticos referentes às suas causas.

A partir do entendimento deste contexto é possível expor e compreender a evolução conceitual dos termos e designações forjadas para esse grupo social ao longo do tempo. Como explica Lanna Junior no livro *História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil*: “Quem fala de algum lugar, parte de alguma premissa. As palavras usadas para nomear as pessoas com deficiência comportam uma visão valorativa que traduz as percepções da época em que foram cunhadas”. (2010, p. 14):. É importante ressaltar que cada nova denominação refletia uma quebra de paradigmas e o surgimento de outros, inclusive, a atual denominação já não mais reflete a atual conjuntura sociocultural das PcD, como explico mais adiante. Mas primeiro preciso contextualizar as diversas terminologias usadas ao longo do tempo para designar o grupo das PcD em geral, e depois, especificamente, o grupo das PDV.

No final dos anos 1970, os movimentos sociais buscaram uma nova denominação que pudesse substituir os pseudônimos pejorativos que a sociedade em geral insistia em preservar e que transmitiam conceitualmente uma imagem negativa, como, por exemplo, “inválidos”, “incapazes”; “aleijados” e “defeituosos”. Esse novo termo conceitual serviria para ser usado na campanha do AIPD em 1981, e a ideia foi incluir o substantivo “pessoa” antes de “deficiência”, assim, evitava-se a “coisificação” e enaltecia-se a “pessoa” como ser humano digno de direitos (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 15). A partir das diversas problematizações que surgiram após o AIPD, ao termo foi incorporada a expressão “pessoas portadoras de deficiência”, cujo intuito era identificar a deficiência como apenas um detalhe da pessoa, porém, o efeito foi contrário.

Aqui no Brasil a expressão fora adotada para fins legislativos na nova Constituição Federal de 1988 e causa confusão até hoje, sendo mal usada por diversos setores da sociedade, principalmente a imprensa, que se apropriaram do termo daquela época até hoje. O efeito dessa mensagem conceitual foi negativo, pois, além do surgimento de “eufemismos” associados – que mais serviram para deturpar a ideia original, como, por exemplo, “pessoas com necessidades especiais” e “portadores de necessidades especiais” (LANNA JÚNIOR, 2010) –, o sentido conotativo de “portador” refere-se à ideia de que as pessoas “portam” a deficiência, de que esta não faz parte da pessoa e que pode ser *desportada*. O termo “especial” também incomoda justamente porque vai contra os ideais do movimento político, que lutava pela igualdade de condições e equiparação de direitos civis, não por um “lugar especial”, que mais soava como segregador do que como inclusivo.

Durante 18 anos esses termos foram amplamente utilizados e apropriados pelos diversos setores da sociedade, mas será a imprensa que acabará por desempenhar o papel de principal divulgadora do termo e também a responsável pela vitimização das PcD. Com o uso constante e com termos que variavam de acordo com o nível de conhecimento do repórter, as citações, depoimentos e documentos colaboraram de maneira negativa para a confusão geral que existe até hoje. Raras são as reportagens cujos termos usados estão adequados e em consonância ao que foi acordado na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, na ONU, em 2006. No âmbito acadêmico ocorre o mesmo, conforme mostram as etapas da “pesquisa da pesquisa” e “pesquisa exploratória”. Nessas etapas, constatei inúmeras divergências quanto ao termo, e observei que, nas leis que antecedem ao ano de 2007, o termo usado está, geralmente, defasado e corrobora para a perpetuação dessa confusão que perdura ao longo do tempo.

A causa disso está pautada no desconhecimento e conseqüente desrespeito à história de lutas das pessoas com deficiência. Em dezembro de 2006, a ONU consagra o termo que é o mais atual em uso: “Pessoas com Deficiência” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 92). Nesta nova concepção a ideia parte do pressuposto de que primeiro se deve considerar que se trata de “pessoas”, e depois de que possuem uma “deficiência”, que pode, inclusive, ser transitória ou temporária. Embora o termo vigore desde 2007, ano da publicação do documento, e que o Brasil seja signatário

do Protocolo Facultativo, sem ressalvas e conjuntamente a outros 150 países²¹, grande parte da imprensa ainda insiste em prestar um desserviço à sociedade e ao movimento das PcD usando termos antiquados, desatualizados ou inadequados. Essa mesma lógica ocorre para com o termo específico relativo ao coletivo de pessoas com deficiência visual, que geralmente também é associado às expressões já citadas anteriormente.

Para fins didáticos, adoto os termos “Pessoas com Deficiência” (PcD) e “Pessoas com Deficiência Visual” (PDV) como forma de respeitar o acordado pelo conjunto de pessoas com deficiência, que decidiram, por si, que esses eram os melhores termos. Sendo assim, até que essas pessoas e/ou seus representantes legítimos se reúnam em nova assembleia e façam uma nova escolha, os termos devem ser esses. Muito embora eu entenda que o termo “deficiência” seja paradoxal e inadequado para designar, atualmente, esse coletivo de pessoas, por uma questão ética e de respeito ao lema “nada sobre nós sem nós”, eu como pesquisador não posso infringir essa escolha.

Contudo, penso que, desde 2007, mesmo com todo o desenvolvimento científico e social, faz-se necessária uma nova convenção que problematize a necessidade do termo “deficiência”. Ao longo do tempo a busca e a evolução das novas denominações representaram um “rompimento com as premissas de menosvalia que até então embasavam a visão sobre a deficiência” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 15). De alguma forma, todas as pessoas possuem algum grau de deficiência em suas condições perceptivo-sensitivas, além disso, o termo “deficiente” possui conotação adjetiva e é desqualificativo. É nesse sentido que o termo é paradoxal: por um lado garante o reconhecimento da condição deficiente, que é importante para que se evite a sua negação, por outro subjuga a própria condição ao desqualificá-la como detentora de um déficit exclusivo de um grupo social. A controvérsia a respeito dessa questão é complexa, pois o ideal utópico que movimentos sociais ligados às PDV buscam para com a sociedade inclusiva é que não haja a necessidade de classificação entre quem possui e não possui deficiências sensitivas, mas sim enfatize e qualifique a condição de diversidade de habilidades e competências.

²¹ A lista atualizada e detalhadas destes 150 países pode ser consultada no site da ONU, através deste link: <http://goo.gl/A72aRF>

Nesse caso, passaríamos a desconsiderar a condição de “deficiência” em prol da “diversidade de habilidades e competências”, a partir do reconhecimento consciente de que a humanidade é diversa e tem particularidades distintas, que não possuem condição de valoração. Trata-se de inverter o eixo de percepção: da classificação médica, que sempre procurou condicionar a pessoa às funcionalidades de seus sentidos perceptivos, para a classificação social, que procura enfatizar a condição humana.

É interessante também considerar os termos em inglês “*People with disabilities*” e em espanhol “*personas con discapacidad*”. Em inglês, numa tradução literal, “Pessoas com inabilidades”, o que conceitualmente é uma aberração, pois não é possível afirmar que, por exemplo, uma pessoa cega não tenha habilidades. Em espanhol, também numa tradução literal, “Pessoas com incapacidades”, que segue a mesma linha pejorativa que desqualifica a pessoa e a resume na evidência de sua deficiência.

A título de mera contribuição a este debate, minha sugestão seria a de que o novo termo deveria contemplar a evolução histórica, inverter a percepção e destacar as potencialidades das PcD. Sendo assim, o novo termo, que deveria ser discutido e apreciado pelas PcD, poderia ser “Pessoas com Habilidades Diversas”. Esse conceito parte do pressuposto de que as lógicas sociais advindas desde a Revolução Industrial, e forjadas sob os pilares do capitalismo, não podem servir de modelo padrão para a normalização e classificação das pessoas. Um indivíduo cadeirante, ou cego(a), ou surdo(a), ou autista, ou idoso(a) não pode ser classificado como deficitário social apenas por não produzir bem capitais ou simbólicos dentro do tempo dito “normal”, que é o que ocorre hoje com a alcunha do termo “pessoas com deficiência”. O antropólogo Edgar Morin considera as normalizações sociais como frutos de “conformismos cognitivos”:

Ao determinismo de paradigmas e modelos explicativos associa-se o determinismo de convicções e crenças, que, quando reinam em uma sociedade, impõem a todos e a cada um a força imperativa do sagrado, a força normalizadora do dogma, a força proibitiva do tabu. As doutrinas e ideologias dominantes dispõem, igualmente, da força imperativa que traz a evidência aos convencidos e da força coercitiva que suscita o medo inibidor nos outros. O poder imperativo e proibitivo conjunto dos paradigmas, das crenças oficiais, das doutrinas reinantes e das verdades estabelecidas determina os estereótipos cognitivos, as ideias recebidas sem exame, as crenças estúpidas não-contestadas, os absurdos triunfantes, a rejeição de

evidências em nome da evidência, e faz reinar em toda parte os conformismos cognitivos e intelectuais (MORIN, 2000, p. 27).

Há de se respeitar o tempo e a diversidade de habilidades que os vários indivíduos têm, pois a imposição do desempenho regular, vinda de um sistema hegemônico de “doutrinas reinantes”, além de injusta é preconceituosa. Da maneira pela qual desqualifica algumas pessoas como “deficientes”, possuidoras de um déficit, promove e qualifica as demais, cria uma relação inversamente proporcional de valoração, vigor e virtude entre os dois grupos, que não condizem com a ideia de sociedade inclusiva desejada pelos movimentos sociais ligados às PDV. Reafirmo que não se trata de negar a existência daquilo que hoje é chamado de “deficiência”, mas sim de promover enfaticamente um novo saber a respeito das “habilidades diversas” que essas pessoas têm. Ao mesmo tempo, cuidar para não deslocá-las da condição de vulnerabilidade social na qual ainda encontram-se, condição que é fruto do contexto histórico e que exige políticas públicas específicas.

Contudo, como já explicado, por questões éticas e consciência de que o termo está em processo de reformulação constante, adoto o termo “Pessoas com Deficiência Visual”. Por fim, para fins de convenção, também adoto, em consonância ao conceito do termo “Pessoas com Deficiência”, o “Conceito Social da Deficiência” em detrimento ao “Conceito Médico”, pois o primeiro é o que melhor compreende a pessoa dentro de um processo histórico-cultural na figura de protagonista de suas ações sociais, enquanto que o segundo estereotipa as pessoas ao dar ênfase às suas deficiências. No próximo tópico apresento o contexto histórico das lutas por direitos civis e cidadania das PcD.

2.2 AS ORIGENS E OS CONTEXTOS DA LUTA HISTÓRICA

Esta má compreensão sobre as questões das pessoas com deficiência visual não é nova na história da humanidade. Na mitologia grega, Tirésias foi um profeta cego e dentre outros tantos profetas foi “o mais significativo” (BULFINCH, 2006), aquele que teve maior protagonismo. Foi ele o responsável por advertir Édipo quanto à sua desventura na busca por desvendar o mistério da morte de seu pai. Desde os tempos mitológicos da Grécia antiga, a cegueira está associada diretamente a uma providência de castigo divino. No caso de Tirésias, seu destino fora amaldiçoado por ação e ira da Deusa Hera que, descontente com o seu

posicionamento a favor de Zeus durante um debate, condenou-o a passar a eternidade cego, sem os sentidos da visão.

Contudo, Zeus, a quem Tirésias havia dado apoio e razão nesse confronto de opinião, concedeu-lhe, em tom de compensação, um bastão-bengala e o dom da premonição e da adivinhação. Com essa condição, Tirésias foi capaz de guiar os homens através da clarividência espiritual, pois “enxergava das trevas para a luz” (BRANDÃO, 2008). Seu nome continha o conceito de sua missão, já que Tirésias é um derivado de *τέρας* (“Téras”), que significa neutralidade em grego, isto é, no sentido de ser um mediador e decodificador confiável dos sinais divinos (FEITOSA, 2011). No entanto, mesmo com esses predicados, sua condição cega sempre foi entendida pela sociedade como um castigo divino, o que não é muito diferente da condição de percepção social contemporânea. Nesse sentido, a narrativa metafórica de Saramago em *O ensaio sobre a cegueira* é muito certa ao problematizar a possibilidade de que, nós videntes²², estejamos todos cegos para com as condições de vida e dos direitos dos cidadãos com deficiência visual, em pleno século XX.

Outro personagem cego, advindo da literatura, que bem ilustra questões relativas ao problema proposto nesta pesquisa, é o primeiro amo de Lázaro (Lazarillo), da obra anônima *Lazarillo de Tormes*, que fora escrita e escondida durante o período da inquisição, no século XVI, e que foi somente reencontrada em 1992, durante uma reforma numa antiga casa em Barcarrota, no interior da Espanha. Essa obra inaugura a literatura picaresca e seu personagem principal, Lázaro, é entregue por sua pobre mãe a um cego, para que seja seu serviçal e também atue como guia. No entanto, o amo cego desempenha o papel de despertar (“*avivar el ojo*”) o inocente Lázaro para os perigos do mundo através de certas crueldades, cujos propósitos eram fazê-lo lutar pela sobrevivência e vencer a fome e a pobreza, como explica a professora Ilka Vale de Carvalho:

Ora, enquanto calouro inocente na vida, Lázaro se define como adormecido, mas a literalmente dura aula lecionada pelo cego acorda-o de súbito: ‘*Paresciome que en aquel instante desperté de la simpleza en que como niño dormindo estatua*’ (77). Em contrapartida, o cego se encontra inteiramente desperto pela sagacidade e conhecimento do mundo, “*era um águila*” (79), ou seja, dono de agudíssima visão interior (2011, p. 157).

²² Videntes: termo empregado para designar o grupo de pessoas que enxerga sem a necessidade de uso de lentes corretivas ou tecnologia assistiva.

O personagem cego tem dupla função, ora exercendo o papel irônico de provedor cruel que maltrata Lázaro a fim de que este aprenda a não confiar num comandante cego, ora servindo como guia espiritual e preparando-o para que se livre da sua cegueira interior, ou melhor, de sua estupidez. O autor (anônimo) se vale do dialogismo e da ambivalência para criticar o estado de espírito de uma sociedade sem escrúpulos através de um personagem que é cego, provocando uma interessante quebra de paradigmas e construção de um paradoxo. Isso vai ao encontro do pressuposto no *Ensaio sobre a cegueira* de Saramago, que problematiza a questão a partir da alteridade, o conflito moral é argumentado por uma inversão de papéis de hegemonia cultural. A partir de uma doença generalizada, a maioria da população mundial passaria a estar cega, ou melhor, sem a percepção aguçada da visão e assim sem propriedade para enxergar os problemas e conflitos sociais na sua essência. Algo muito semelhante e analogicamente comparável ao que ocorre hoje no sentido inverso da hegemonia cultural. Os videntes, que supostamente possuem a capacidade perceptiva da visão, não “enxergam” as barreiras que produzem e que dificultam a acessibilidade das PcD. No âmbito da comunicação, por exemplo, há diversas barreiras informativas que impedem que essas pessoas possam ter acesso às informações de maneira isonômica e universal.

Os significados da cegueira, no percurso da história da humanidade, estão intimamente ligados às atitudes e à organização da sociedade a qual estão submetidos. A pessoa com deficiência visual tem sido sumariamente estigmatizada nas diversas culturas desde os primórdios das civilizações. O infanticídio dos cegos de nascença ou o abandono daqueles que perdiam a visão ao longo da vida era muito comum nas sociedades primitivas, onde costumeiramente não havia cegos, de nascença, pois os enfermos e as pessoas com deficiência eram mortos ou abandonados logo ao nascer.

Nas sociedades primitivas, acreditava-se que as pessoas cegas eram possuídas por espíritos malignos e manter uma relação com essas pessoas significava manter uma relação com um espírito mau. O cego, então, convertia-se em objeto de temor religioso. Em outros casos, muito frequentes entre os primitivos, a cegueira era considerada um castigo infligido pelos deuses, e a pessoa cega levava em si mesma o estigma do pecado cometido por ele, por seus pais, seus avós ou por algum membro da tribo (DIAS; FRANCO, R. J., 2005, p. 1).

Esses eram os procedimentos mais frequentes numa sociedade que não era capaz de compreender a condição humana dessas pessoas. Contudo, pensando os dias atuais, posso perceber que o conceito de abandono e condenação ainda não foi extirpado das nossas relações sociais em se tratando das questões mais fundamentais das pessoas com deficiência. De maneira simbólica, a sociedade atual ainda impõe e condena as pessoas com deficiência visual, principalmente quando impede que estas exerçam sua condição cidadã de maneira segura, plena e autônoma, pré-requisitos do conceito de desenho universal que pauta a solução desse problema.

Em Esparta, onde todo cidadão pertencia ao Estado, os pais eram obrigados a apresentar seus filhos em praça pública. Quando tinham alguma deficiência, eram considerados subumanos e, assim, deviam ser eliminados daquela sociedade que enaltecia a normatização do vigor físico e atlético. Já na Idade Média, a cegueira foi utilizada como castigo, como vingança e até mesmo como pena judicial. Contudo, em 1260, o Rei Luís XIII funda o asilo Quinze-Vingts, a instituição mais importante da Idade Média destinada exclusivamente para cegos, “com o objetivo de atender trezentos soldados franceses que tiveram seus olhos arrancados pelos sarracenos durante as Cruzadas, mas que ofereceu atendimento também a outros cegos franceses” (DIAS; FRANCO, R. J., 2005, p. 2). No entanto, tal “benevolência” tinha o intuito de “limpar” Paris, tirando de circulação os soldados franceses que perambulavam pela capital pedindo esmolas como mendigos.

Apenas com a ascensão e o fortalecimento do cristianismo é que as pessoas cegas passaram a ser consideradas criaturas humanas, dignas de valor espiritual e reconhecidas como filhas de Deus. No entanto, a condição social das PDV não mudou tanto, mesmo com essa nova condição humana, já que, ao invés de serem tratadas como possuídas por espíritos malignos, passaram a ser um meio para que as pessoas “normais” pudessem alcançar o céu por piedade alheia, valor social que ainda se encontra enraizado até hoje. Aqueles que eram piedosos com os cegos podiam almejar um “atalho” para o reino dos céus, porém, para as PDV isso não significava uma conquista de direitos e cidadania, muito pelo contrário.

O clero, à época, decidiu excluir os cegos do convívio social para “livrar” a sociedade das condutas indecorosas ou antissociais das pessoas com deficiência. Além disso, em vários outros casos, por perversão, o castigo físico também fora aplicado às pessoas com deficiência a título de purificar a alma “daqueles pobres

coitados”. Esse cenário somente se modificaria com o advento do mercantilismo e do capitalismo comercial, no período renascentista, quando as normas, preconceitos, crenças e estatutos sociais deixam de ser infundadas e passam a ter um entendimento organicista:

Surgiram, neste período, os primeiros conhecimentos anatomofisiológicos importantes para o posterior desenvolvimento de uma compreensão científica sobre o funcionamento do olho e do cérebro, com suas respectivas estruturas (DIAS; FRANCO, R. J., 2005, p. 3).

Nesse sentido, os avanços do conhecimento, especialmente da área médica, propiciaram o início de atendimentos voltados às pessoas com deficiência, embora, em séculos anteriores, já tivessem sido colocadas em prática algumas tentativas de educar crianças com deficiências por meio de estratégias diferenciadas. Essas atividades foram esparsas, no entanto, restringindo-se às deficiências sensoriais, como ainda explicam Dias e Franco.

Essa evolução da consciência humana está intimamente imbricada com as relações culturais das épocas em questão. Será somente no século XVIII que começará a primeira grande obra a favor das pessoas com deficiência visual e que, a partir de então, traria alento e esperança quanto a um futuro com menos preconceito e direitos conquistados. Em 1784 Valentin Haüy inaugurou, na França, o Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, a primeira escola do mundo destinada à educação de pessoas cegas e, em 1829, Louis Braille, então aluno desse instituto, inventou o Sistema Braille²³, o mesmo que é utilizado até hoje para a leitura e semântica gramatical dos cegos, que serviu diretamente para integração social das pessoas com deficiência visual a partir do acesso semântico da linguagem escrita. Desde então, outros institutos e escolas foram fundados na Europa, inspirados no modelo do Instituto Real francês, até que em 1829 foi instalado, nos Estados Unidos, o primeiro instituto para cegos das Américas e, em 1837, inaugurada a primeira escola completamente subsidiada pelo governo estadunidense (DIAS; FRANCO, R. J., 2005).

²³ Louis Braille inventou seu código com uma combinação de seis pontos, dispostos em duas filas verticais de três pontos cada uma que, combinados de acordo com o número e a posição, geraram sessenta e três símbolos, suficientes para todo o alfabeto, números, símbolos matemáticos, químicos, físicos e notas musicais.

Será apenas depois da Segunda Guerra Mundial e a partir da declaração universal dos Direitos Humanos, em 1948, que se passará a considerar a inclusão das pessoas com deficiência em escolas regulares e não segregadas em institutos exclusivos. Contudo, esse movimento social seria bastante lento e ineficaz durante as próximas décadas e inspirou a ONU a declarar, em 1981, a década da “Pessoa portadora (SIC) de deficiência”, possibilitando assim a problematização, midiatização e a consequente discussão, em âmbito internacional, de questões relacionadas aos valores, à igualdade, aos direitos e às oportunidades das pessoas com deficiência. De acordo com Sasaki: “a sociedade inclusiva começou a ser construída a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiência, ainda na década de oitenta” (2011). Ainda segundo o referido autor:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais (sic) (SASSAKI, 2011).

Essas transformações relativas ao universo cultural das pessoas com deficiência visual, em relação à sua integração na sociedade, proporcionam entendimento para compreender como foi se configurando o campo de mediação social que influencia as práticas cotidianas, em seus diversos âmbitos, hoje em dia.

Não deveria causar espanto o fato de que, ainda hoje em dia, há um entendimento parcial sobre as particularidades das necessidades desse grupo social, em relação aos seus direitos e sua cidadania. A cultura vidente prega, inconscientemente, que as PcD “devem se adequar ao mundo e às normas pré-estabelecidas e que não devem esperar que o mundo se adeque a elas”, isso é criticado nas considerações dos psicólogos e pesquisadores João Roberto Franco e Tércia Regina da S. Dias:

Não obstante, o processo de inclusão vai muito além da inserção dos alunos na escola, exigindo uma mudança na estrutura social vigente, no sentido de se organizar uma sociedade que atenda aos interesses de todas as pessoas, indiscriminadamente. Sabe-se que o Capitalismo é um sistema de exclusão social e, neste aspecto, as práticas integracionistas favorecem a manutenção desse sistema, quando propõem que cabe à pessoa adaptar-se à estrutura social vigente. Já o processo de inclusão denuncia as desigualdades e o desrespeito às minorias, reivindicando não só a mudança de estruturas físicas, mas também de concepções, pensamento e

planejamento da sociedade, procurando uma nova forma de organização social, em que as diferenças individuais sejam respeitadas e não menosprezadas (DIAS; FRANCO, R. J., 2005, p. 5).

Nesse sentido, é interessante refletir sobre a questão da normatização das sociedades. Compreendo que quanto mais ordenada por uma concepção de “normalidade” a sociedade for, conseqüentemente, mais se torna distanciada do conceito de igualdade. Essa condição normótica funciona como uma espécie de proteção social contra o desajuste, contra aquilo que possa significar uma ameaça aos padrões de sobrevivência estabelecidos pela civilização. Contudo, essa patologia social, também conhecida por normose, promove comportamentos sociais excludentes e preconceituosos, como aqueles que são cometidos cotidianamente contra as PcD, mas que são entendidos e percebidos como “normais”.

No contexto social atual, as pessoas com deficiência são estigmatizadas por conta de suas condições de ineficiência perceptiva e habilidades que não possuem e subjugadas em suas virtudes, competências e habilidades diversas. O fato de fugirem ao padrão “normal” de funcionamento sugere uma ameaça ao *status quo* estabelecido por normas capitalistas, tecnológicas, eficientes, instantâneas, interativas, mediadas e comunicativas que se enquadram nas lógicas da dromocracia cibercultural (TRIVINHO, 2008) vividas atualmente.

Ao longo do tempo, nesse contexto normótico, as PcD foram também alijadas dos processos comunicativos vigentes em cada época, assim como marginalizadas dos consumos, produções e compartilhamentos de conteúdos que configuraram a cultura na chamada “era da informação”. Essa condição normótica complicou as garantias de cidadania e dificultou a luta pelos direitos humanos:

O ser humano ‘normal’ é precisamente o ser humano ‘diverso’ e é isso que nos enriquece enquanto espécie. Portanto, a ‘normalidade’ é justamente que os usuários sejam muito diferentes e que deem usos distintos aos previstos em projetos (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008, p. 11).

Porém, esse paradoxo sempre foi desfavorável às PcD e a “normalidade”, como já dito, segrega as pessoas em conformidade com os padrões sociais codificados através das relações culturais promovidas geralmente pelo grupo hegemônico. Assim, posso considerar esse contexto como elemento configurador daquilo que chamo, neste trabalho, de preconceito comunicativo. Para conceber

essa ideia tomo por base, além desse contexto mencionado, a lógica dos processos comunicativos que desconsideram as PcD como potenciais consumidores, (re)produtores, colaboradores e compartilhadores de informações.

Especificamente a trajetória histórica, social e política das pessoas com deficiência visual no Brasil, não se difere das trajetórias das demais pessoas com outros tipos de deficiência. Desde meados do século passado até agora, há uma lenta e crescente luta pelos direitos e garantias das pessoas com deficiência. Assim como aconteceu no resto do mundo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) impulsionou movimentos sociais que passaram a defender as causas das PDV no Brasil. Porém, até o início dos anos oitenta, as PcD eram tratadas como apêndices e estorvos na sociedade, geralmente confinadas a instituições “especializadas” para serem “tratadas”, como se a sua diversidade funcional fosse uma doença e o tratamento fosse visto como uma caridade da sociedade para “aqueles coitados”.

Desde 1854, quando foi criado, no Rio de Janeiro, o Instituto Benjamin Constant (IBC)²⁴, pelo então Imperador Dom Pedro II, há o surgimento de diversas outras instituições públicas e privadas para atender as PDV, com destaque também para o Instituto de Cegos Padre Chico (IPC), criado em 1928, e para a Fundação Dorina Nowill, criada em 1946, ambos em São Paulo. Essas instituições procuravam garantir as necessidades básicas das pessoas com deficiência visual e proporcionar dignidade mínima, porém, dentro de uma lógica de segregação social. Até hoje, a compreensão, em senso comum, é a de que as PcD são “dignas de pena”, o que corrobora para com a efetivação de um discurso discriminatório que ajuda atrasar o processo de desenvolvimento desses sujeitos como cidadãos de direito com garantia de direitos humanos plenos e não dependentes de caridades advindas do “projeto de vida” proposto pelos videntes, que dominam a hegemonia cultural vigente desde então.

A matriz desse pensamento se constitui na Idade Média, com o fortalecimento do cristianismo que compreendia as pessoas com deficiências como merecedoras de fé e caridade, por serem “vítimas da própria incapacidade”. Esse modelo ficou

²⁴ O Instituto Benjamin Constant foi criado pelo Imperador D. Pedro II através do Decreto Imperial n.º 1.428, de 12 de setembro de 1854, tendo sido inaugurado, solenemente, no dia 17 de setembro do mesmo ano com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Este foi o primeiro passo concreto no Brasil para garantir ao cego o direito à cidadania (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2005).

conhecido como “caritativo” e serviu como inspiração à quebra de paradigmas proposta pelo “modelo social”, defendido pelos movimentos das pessoas com deficiência hoje em dia. Nesse novo modelo, a proposta é romper com as ideias positivistas, do final do século XIX, principalmente com relação ao “saber médico”, no qual as pessoas com deficiência passaram a ser compreendidas como portadoras (sic) de problemas orgânicos que precisavam ser curados. Nesse “modelo médico”, as pessoas com deficiência eram entendidas como pacientes, dignas de “cura”, além de serem categorizadas individualmente, segundo suas deficiências em relação à sua função social. Assim como explica Júnior: “Fazia-se todo o esforço terapêutico para que melhorassem suas condições de modo a cumprir as exigências da sociedade” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 14). No entanto, nos últimos 30 anos, houve um grande esforço, dos movimentos sociais ligados às PcD, para que o “modelo social” passasse a vigorar nos embates políticos e sociais, colaborando para a construção de um novo caráter conceitual:

Nele, a interação entre a deficiência e o modo como a sociedade está organizada é que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as limitações e a exclusão das pessoas. A sociedade cria barreiras com relação a atitudes (medo, desconhecimento, falta de expectativas, estigma, preconceito), ao meio ambiente (inacessibilidade física) e institucionais (discriminações de caráter legal) que impedem a plena participação das pessoas (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 14).

Este é o modelo que assumo e considero mais adequado às questões da problemática proposta e que se adequa ao caráter do campo de pesquisa das Ciências Sociais Aplicadas no âmbito da Comunicação Social.

Em 1981 foi declarado o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, a partir das ações propositivas da ONU que desencadearam movimentos em relação a esse tema no mundo todo, apresentando dados da inexistência de políticas públicas voltadas àquela que ficou conhecida como a “maior minoria do mundo”: a população de pessoas com deficiência. Nesse sentido, a ONU estima que cerca de 10% da população mundial é formada por PcD:

Cerca de 10% da população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência. São a maior minoria do mundo, e cerca de 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento. Entre as pessoas mais pobres do mundo, 20% têm algum tipo de deficiência. Mulheres e meninas com deficiência são

particularmente vulneráveis a abusos. Pessoas com deficiência são mais propensas a serem vítimas de violência ou estupro, e têm menor probabilidade de obter ajuda da polícia, proteção jurídica ou cuidados preventivos. Cerca de 30% dos meninos ou meninas de rua têm algum tipo de deficiência, e nos países em desenvolvimento, 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola (ONU BRASIL, 2014).

Em função desse cenário, aqui no Brasil, foi desencadeado um processo de criação de diversas instituições, como organizações não governamentais, Movimentos Sociais, Federações, Fóruns e Conselhos, entre outros, que iniciaram discussões e avanços sobre as pautas relativas à cidadania das pessoas com deficiência e, em específico para esta pesquisa, das pessoas com deficiência visual. Essas organizações e movimentos sociais foram de fundamental importância para que os governos e a população em geral deixassem de compreender as pessoas com deficiência como sujeitos que precisam ser tutelados e passassem a ser vistos como pessoas com direitos e que podem exercer sua cidadania em condições de igualdade.

Foi durante o processo de redemocratização do Brasil e de elaboração da Constituição de 1988, que foram trazidas à pauta as necessidades de superar os paradigmas da mera afirmação da igualdade e de ações afirmativas relacionadas às pessoas com deficiência para sua participação política, profissional e econômica. Essa nova legislação constituinte garantia às PcD que estas pudessem ter acesso à educação, à saúde, à cultura, entre outros direitos sociais, sem dependerem da benevolência alheia. As conquistas foram significativas no sentido de irem para além do clássico viés assistencialista e excludente, para passarem a ser reconhecidos com dignidade e o devido respeito.

Para fins de comparação em relação à situação brasileira, apresento alguns dados sobre a questão, referentes à América Latina. A pesquisa realizada pela Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL), em 2012, afirma que:

É possível estimar que atualmente cerca de 12,0% da população da América Latina e do Caribe vive ao menos com uma incapacidade, o que envolveria aproximadamente 66 milhões de pessoas. Além disso, prevê-se que esta proporção aumentará devido ao envelhecimento da população e a mudanças nos estilos de vida (CEPAL, 2012, p. 48).

Os dados mais recentes do censo brasileiro são de 2010 (IBGE, 2010), que, por sua vez, revelaram que cerca de 45 milhões de brasileiros se declararam como pessoas com deficiência, em pelo menos uma das categorias investigadas (visual, auditiva, motora e/ou intelectual). Isso significa que praticamente um quarto da população brasileira (23,9%) é constituída por PcD, um número muito superior à média mundial, o que significa que o contingente dessas pessoas representa um número muito significativo para o contexto nacional. Devemos considerar também que essa é uma pesquisa recente e com metodologia atualizada, mais abrangente sob o universo pesquisado, diferentemente do que se encontra nas demais pesquisas anteriores. Os dados absolutos divergem, nos contextos brasileiros e nos demais países da América Latina, como explica Rosangela Berman Bieler, coordenadora da pesquisa encomendada pelo Banco Mundial em 2005:

Hoje, cada vez mais, países da região possuem já as suas próprias estatísticas, mas os métodos utilizados para recolher a informação diferem muito de país para país. A discrepância de dados deve-se ao fato de não existir uma definição estandardizada de deficiência que permita fazer comparações a nível internacional. Espera-se que este problema se solucione a partir dos recentes esforços feitos por agências técnicas, através do Washington Group on Disability Statistics, que está a terminar algumas questões que poderão ser testadas a partir de 2005, pelos países que decidam adotá-las. Por exemplo, o Censo do Brasil realizado em 2000, revelou que 14,5 % da sua população possui alguma deficiência, enquanto que o censo do México estima que a percentagem seja de 1,84 %. Calcula-se também que a incidência da deficiência é especialmente alta em países como a Colômbia, Nicarágua ou El Salvador, países que viveram conflitos armados, assim como em zonas onde prevalecem os desastres naturais, como foi o caso do Furacão Mitch (BIELER, 2005, p. 5).

Essas discrepâncias citadas servem para demonstrar que ainda há muito trabalho a ser realizado, inclusive com relação às metodologias de pesquisa, cujos dados não são compatíveis entre os diversos países da América Latina e Caribe.

Aqui no Brasil, as políticas públicas que beneficiam as PcD foram se consolidando, principalmente a partir da criação da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), em 1986, concomitante ao processo de redemocratização do país. Três anos mais tarde, em 1989, surge a primeira ação social em âmbito nacional, com status de política pública, voltada para as PcD, chamada de “Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de

Deficiência”. Dessa forma, as ações deixaram de ser setoriais e sazonais para incorporarem o plano de governo nacional (LANNA JÚNIOR, 2010).

Outro ponto relevante nesse processo histórico diz respeito à criação do Centro Nacional para Educação Especial (CENESP), em 1973, órgão que ficou responsável por discutir as pautas educacionais relativas às PcD. Porém, as discussões, ações e benefícios, até meados da década de 1980, foram insuficientes para garantir os direitos e a cidadania necessários para o desenvolvimento educativo dessas pessoas. Por isso, em 1985, também fora submetido um projeto ao Ministério da Educação (MEC) cuja proposta era realizar uma pesquisa, em âmbito nacional, sobre “a educação especial no Brasil para detectar problemas e buscar soluções” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 71).

Chama-me a atenção o fato de que o comitê do CORDE era composto majoritariamente por representantes dos ministérios envolvidos, principalmente o MEC, e esses representantes eram geralmente indicados politicamente pelos ministros em questão. Além disso, todos os movimentos sociais das PcD, constituídos como organizações, tinham direito a um representante no comitê de trabalho, porém, as PDV ficaram alijadas desse processo, já que, desde aquela época, o movimento dos cegos era fragmentado em diversas organizações que não entraram num acordo em comum para a indicação de um representante. Assim, as PDV foram contempladas com um representante de “notório saber”, na pessoa de Aldo Linhares Sobrinho, por uma representação generalista das Organizações Nacionais de Deficientes Visuais, conforme explica Lanna Junior (2010). Essa composição do comitê de trabalho, hegemonicamente formada por pessoas consideradas “não deficientes”, é muito significativa e retrata um problema recorrente, que só vai se redimir parcialmente em 2007, com a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU), que, dentre outras coisas, prevê a necessidade explícita do envolvimento das PcD nos processos de construção de ações afirmativas, como está declarado no Artigo 4 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

Na elaboração e implementação de legislação e políticas para aplicar a presente Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, os Estados Partes realizarão consultas estreitas e envolverão ativamente pessoas com deficiência, inclusive crianças com deficiência, por intermédio de suas

organizações representativas (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2008, p. 137).

Essa condição faz parte de uma disputa de forças políticas entre as pessoas consideradas “sem deficiência” e as PcD. O primeiro grupo, em situação mais confortável, detém as lógicas da hegemonia cultural vigente, enquanto que o segundo grupo está à mercê dessas lógicas. Justamente por isso é que se faz necessário que o lema proposto pelo Movimento Vida Independente (1981), “Nada sobre nós, sem nós!”, constitua-se para além da retórica e se realize através de representantes legítimos dos movimentos sociais das PcD.

A pesquisa realizada pelo CORDE partiu dos pressupostos contidos e gerados a partir dos documentos internacionais dos congressos idealizados pela ONU no Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981). A ideia principal era desenvolver um Plano Nacional de Ação Conjunta que promovesse uma série de ações afirmativas nos âmbitos científicos, educacionais e sociais, visando a integração das PcD. Porém, sem dados confiáveis, o comitê se baseou em estimativas geradas pela ONU que, mais tarde, com o CENSO 2010, revelaram-se equivocadas. O melhor exemplo disso é com relação ao número de pessoas com algum tipo e grau de deficiência no Brasil. Naquela época estimou-se em 10% da população, conforme estimativa da ONU, contudo, em 2010, esse número era de 23,9% da população.

Esses dados quantitativos, tão díspares, são compreendidos por diversos fatores revelados pela metodologia de pesquisa do CENSO 2010. O primeiro deles com relação à maior abrangência da pesquisa e o segundo com a definição do uso do conceito social da deficiência para classificar os graus e tipos de deficiência de cada indivíduo. Isso revelou um cenário mais realista da situação, elencando, por exemplo, as PDV em três categorias conforme a tabela apresentada a seguir.

Tabela 2 - Números de Pessoas com Deficiência visual no Brasil.

Total de Pessoas com Deficiência Visual = 35.791.488 (equivalente a 78,45% do total de PcD)		
Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade
528.624	6.056.684	29.206.180

Fonte: CENSO 2010.

Esses números não são aceitos por algumas instituições e organizações, por estas considerarem que “enxergar com alguma dificuldade” não representa o universo das pessoas com deficiência visual e que esse dado é meramente estético para justificar determinadas políticas públicas. No entanto, considero essa visão bastante míope. As cerca de 29 milhões de pessoas que declaram ter alguma dificuldade de enxergar, seja por um problema de saúde, congênito, acidente ou idade, passam a ter um enorme potencial de se tornar cego(a) ou de possuir baixa visão. É importante ressaltar que essas classificações foram inspiradas no “Grupo de Washington” sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência²⁵, que se adequa à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). A CIF considera os aspectos sociais da deficiência como explica Conde:

Ela propõe um mecanismo para estabelecer o impacto do ambiente social e físico sobre a funcionalidade da pessoa. Por exemplo, quando uma pessoa com uma deficiência visual tem dificuldade em trabalhar num determinado edifício ou serviço porque não existem pisos táteis, elevadores que sonorizem os andares a cada parada, onde não existam acessibilidades como leitores de tela para a utilização de computadores, a CIF identifica as prioridades de intervenção, o que supõe, neste caso, que esse edifício possua essas acessibilidades, em vez dessa pessoa se sentir obrigada a desistir do seu emprego. Assim, a deficiência desloca-se da pessoa com deficiência para o ambiente em que vive, pressupondo-se que, estando o ambiente devidamente adaptado, a funcionalidade da pessoa com deficiência pode ser igual ou muito próxima a de qualquer outra pessoa (CONDE, 2012).

Isso significa que os dados do CENSO 2010 expressam a condição da população no âmbito sociológico, considerando as potencialidades, uma vez que a maioria das pessoas com deficiência não nasceu com ela, mas sim a adquiriu no decorrer da vida. Portanto, alguém que esteja em processo gradativo de perda de visão e tenha se declarado na pesquisa como “Enxergo com alguma dificuldade”, identifica ao Governo a necessidade de tomar ações preventivas. De qualquer modo, é inegável que possuir esses dados detalhados é melhor do que não tê-los e, dessa forma, precisar trabalhar sob as hipóteses descontextualizadas.

²⁵ O Washington Group on Disability Statistics é um grupo pertencente às Nações Unidas especializado em metodologias de pesquisa e estatísticas para questões das pessoas com deficiência. Para mais informações: http://www.cdc.gov/nchs/washington_group.htm

Essas informações são uma importante conquista da luta das pessoas com deficiência visual, afinal, “enxergar com alguma dificuldade”, mesmo usando algum tipo de lente corretiva, significa estar alijado de vários dos processos autônomos cotidianos, desde dirigir, ler letreiros no transporte público, ler bulas de remédio, identificar preços em produtos, distinguir cores (no caso dos daltônicos) ou consumir informações através da internet. Essas 29 milhões de pessoas não podem ser tratadas como videntes plenos, pois em determinadas situações passam a não ter condições isonômicas de atuação.

Considerando isso, em 2010, foi aprovada, sob o decreto 7.256, a criação da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, associada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que passa a ser a responsável pelas demandas da articulação política, interlocuções, defesa e garantia dos Direitos Humanos. Para Lanna Júnior:

O principal resultado da elevação da CORDE à condição de secretaria – tornando-a parte do terceiro escalão do governo federal, abaixo apenas dos ministros e do presidente da República – é a maior capacidade na articulação, demanda e acompanhamento das políticas públicas do Poder Executivo federal brasileiro (2010, p. 78).

Todas essas ações propositivas do Governo associadas aos movimentos sociais em luta por direitos, projetaram o Brasil no cenário mundial, sendo, inclusive, reconhecido como uma das poucas nações que demonstraram vontade política e que partiram para ações efetivas, descaracterizando o antigo perfil puramente assistencialista, transformando-o em um perfil de construção de cidadania, através de políticas públicas que deviam assegurar os direitos civis desse grupo social. Na prática, inegavelmente, há avanços sociais importantes, porém, a passos muito lentos em descompasso com as expectativas das PDV.

A principal marca conquistada, desde então, foi a associação das causas das PcD à defesa dos Direitos Humanos. A ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (2007), bem como o seu protocolo facultativo, elevou as discussões sobre as questões das PcD a um outro patamar. Lanna Junior (2010) afirma que esse marco legal foi responsável pelos avanços em áreas estratégicas do governo e permitiu quebrar as barreiras burocráticas interministeriais em termos orçamentários, institucionais e de participação social.

Entretanto, embora haja leis que assegurem os direitos humanos e civis dos cidadãos com deficiência no Brasil, na prática essas leis viraram, ao longo do tempo, apêndices incômodos ao determinismo daquilo que o senso comum chama de “progresso”. Essas que deveriam amparar se tornaram as “leis que não pegaram”, como são conhecidas as leis que existem, mas que não são cumpridas nem devidamente fiscalizadas pelos poderes públicos. A seguir, no próximo subcapítulo, trato de apresentar os pormenores deste contexto legislativo que também configura e constitui a problemática desta investigação.

2.3 AS LEGISLAÇÕES *INVISÍVEIS*

Para Bobbio (2004), na construção histórica do Estado de Direito, as leis que regem o Estado Democrático se compuseram em contraponto às lógicas do Estado Absoluto, os súditos passaram a ser entendidos como cidadãos, não apenas com deveres individuais, mas com direitos públicos reconhecidos. Os direitos humanos e civis fazem parte desse um processo histórico de lutas, nas praças, ruas e nos parlamentos, contra os soberanos absolutos e em busca da construção da cidadania. Domingues nos lembra de que "os direitos não nascem todos de uma vez e sim paulatina e historicamente" (2001, p. 216), portanto, considero o contexto da luta histórica das PDV, refletido nas formas e execuções das leis, como a expressão maior do atual estágio de conquista de cidadania desse grupo social.

Retomemos o Artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que trata das questões relativas à comunicação e defende:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

O termo "sem interferência" diz respeito também a um amplo espectro de canais e meios de comunicação que configuram o *ethos* midiático e que podem conter barreiras informativas. Contudo, em 1948, quando a Declaração fora publicada, o conceito de cidadania comunicativa e de comunicação acessível (como veremos mais adiante), não estavam sequer em debate e, nestes termos, não contemplara as especificidades das PcD. Isto perdurou até 2007, quando fora publicada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, fruto da

Assembleia Geral das Nações Unidas de dezembro de 2006 (BRASIL, 2009b). Em seu Artigo 2, encontramos as definições e os propósitos da convenção que tem relação evidente e direto com o âmbito da comunicação, onde se procurou corrigir e contemplar o erro histórico, com as especificidades das PcD:

- “Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis;
- “Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada;
- “Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável;
- “Adaptação razoável” significa as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;
- “Desenho universal” significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias. (BRASIL, 2009b)

Estas definições foram decididas e aprovadas por PcD e/ou seus representantes legais dos diversos países que compõem a ONU, bem como, serviram para dar parâmetros às leis nacionais, para que assim fossem constituídas sob as lógicas dos valores universais desta Declaração.

Embora já fosse signatário da convenção e dos documentos gerados na assembleia de 2006, foi com a promulgação, pela Casa Civil, do decreto nº6949, em 25 de agosto de 2009, que o Brasil assume nacionalmente a responsabilidade de desenvolver e preservar os princípios consagrados na Declaração dos Direitos

Humanos (1948), em função do que fora decidido na convenção de 2006. Desta forma, reafirmou o seu compromisso e interesse em considerar as demandas das PcD sob o viés da cidadania.

Neste sentido, a Artigo 21 deste Decreto trata da "Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação" e exige do Estado um conjunto de ações propositivas que tornem propícia a geração de medidas para assegurar que as PcD possam exercer seu direito à comunicação sem barreiras, nestes termos:

- a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;
- c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;
- d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;
- e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. (BRASIL, 2009b)

Como a promulgação desta Convenção foi realizada somente em agosto de 2009, mesmo com o Brasil se tornando signatário da Convenção Internacional desde dezembro de 2006, as empresas de comunicação brasileiras foram protelando a adoção de medidas para tornar o seu conteúdo acessível e justificando este efeito com diversas desculpas, assim como será explicado mais adiante na narrativa desta saga. Lembro que o caso das PDV não é muito distinto das demais PcD que possuem deficiências sensitivas e/ou perceptivas, ao analisarmos cada um dos itens das alíneas do Artigo 21 podemos concluir que ainda faltam muitas lutas e conquistas, pelos movimentos representantes das PcD, para que as medidas deixem de ser "invisíveis", no sentido de serem desconsideradas, e passem a ser vistas e reconhecidas nas práxis cotidianas como um direito do cidadão.

No que se refere ao item "a", se considerarmos quaisquer tipos de canais de informação e formatos de conteúdo, até agora, só algumas poucas informações estão disponíveis em modo totalmente acessível pelas empresas de telecomunicações²⁶. Das leis vigentes no país, a que melhor funciona é a relativa ao item "b" que trata do uso de linguagem acessível em canais oficiais e de serviços públicos das esferas governamentais. Mesmo assim, nestes casos, a acessibilidade é ainda considerada uma questão meramente técnica e não necessariamente comunicativa (como veremos mais adiante), pois se aplicam recursos tecnológicos para propiciar acesso ao conteúdo, mas desconsidera-se o efeito da mensagem. Desta forma, ocorrem ruídos nos processos de comunicação, já que as PDV precisam de conteúdos audiodescritos e explicativos para que possam compreender a mensagem satisfatoriamente.

Já com relação ao item "c", o que percebemos é que há um *lobby* político, por parte das empresas privadas e certo desinteresse dos poderes públicos, em adequar seus conteúdos, produtos e serviços para formatos acessíveis. Este *lobby* tem sido mais forte e vigoroso do que as ações dos movimentos das PcD, justamente por isso que os direitos destes cidadãos têm sido tão renegados ao longo do tempo, trata-se de uma complexa mudança cultural no âmbito sociopolítico.

O item "d" sugere ao Governo que este incentive as empresas de telecomunicações a adotar produtos e serviços acessíveis, mas apenas como uma "sugestão" e isto não funcionou! É notório que as empresas de telecomunicações costumam ter altos índices de insatisfação por boa parte de seus clientes no Brasil (PROCON, 2014). Por uma lógica silogística é fácil compreender que se estas empresas não prestam serviços satisfatórios em nenhum âmbito, logo isto também não ocorrerá para as demandas específicas das PcD. As poucas iniciativas existentes, como telefones públicos que transformam voz em texto para pessoas surdas ou segundo canal em áudio para audiodescrição, são meros paliativos estéticos que entram em contradição com a possibilidade tecnológica existente. Neste sentido, a demanda social e as necessidades de comunicação contemporâneas das PcD exigem muito mais do que uma atualização tecnológica, trata-se de uma questão de poderio de mediação sociopolítica que estas empresas

²⁶ Empresas de telecomunicações: considera-se aqui as empresas de telefonia, TVs e rádios por satélite ou a cabo, provedores de acesso à internet e operadoras de telefonia móvel celular.

deveriam assumir por força da lei e em respeito aos Direitos Humanos, independente de gerar lucros aos seus acionistas, por uma questão ética.

Por fim, o item "e", que exige o reconhecimento e a promoção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como uma segunda língua oficial brasileira. Muito embora o número de pessoas com deficiência auditiva seja muito menor do que os de PDV, a tradução e narração em LIBRAS é muito mais compreendida pela sociedade do que a audiodescrição. Um bom exemplo disso é a obrigatoriedade de formatar projetos culturais concorrentes em editais públicos considerando a tradução em LIBRAS. Neste quesito cabe considerar o fato de que a LIBRAS é considerada uma língua oficial para a comunidade de pessoas com deficiência auditiva, enquanto que a audiodescrição não é considerada uma língua, mas sim uma linguagem técnica para as PDV. Sendo assim, isto também desfavorece os direitos dos cidadãos com deficiência visual, que ficam à mercê da boa vontade e/ou do nível de consciência dos produtores de conteúdo para ter conteúdos acessíveis.

Neste sentido, precisamos lembrar que a comunicação é um direito humano fundamental, reconhecido pela ONU, mas que, porém, está implicado nas lógicas das indústrias culturais globalizadas, ante a hegemonia do capitalismo. Isto significa que há um conflito de interesses entre a proposta da diversidade cultural e os projetos que visam os lucros, cujas filosofias são quase sempre incompatíveis.

Aqui no Brasil, a cultura das "leis que não pegam" ou "leis invisíveis", no sentido de que elas existem, mas não são cumpridas a rigor, tem favorecido àquelas instituições que ocupam o lado hegemônico da cultura visiocêntrica e prejudicado os direitos civis conquistados pelas PDV no Estado de Direito em vigor no país. Logo abaixo, vou narrar a saga da odisseia das "leis invisíveis" que tem relação direta com a problemática desta pesquisa e para com os direitos dos cidadãos com deficiência visual no Brasil:

Desde o final do ano 2000 há decretos lei constitucionais – nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098 de 19 dezembro - que foram reformulados para regulamentar as questões dos Direitos das Pessoas com Deficiência em amplo sentido:

Art. 1º - Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência **(sic)** ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano,

na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (BRASIL, 2000).

Como se pode perceber, o último item do artigo refere-se especificamente à comunicação. Contudo, em 2004 foi necessário um novo decreto – nº 5.296 de dezembro – (BRASIL, 2004) para regulamentar as leis já existentes, mas que tinham carências ou exigiam novas providências nas especificidades de cada uma das áreas envolvidas, a saber, arquitetura e urbanismo, construção civil, transportes e comunicação.

No tocante à comunicação, no capítulo VI, “Do acesso à informação e à comunicação” (BRASIL, 2004), a lei obriga que todos os portais ou sites da administração pública tenham recursos de acessibilidade permitindo pleno acesso às informações disponíveis (Art. 47). Além disso, no parágrafo 3º designa que em todos os tele centros custeados pelo governo haja “pelo menos um computador com sistema de som instalado para uso preferencial por pessoas portadoras (sic) de deficiência visual”. Pode-se perceber que a lei está tão defasada e descontextualizada que não considera que, hoje em dia, todos os computadores vêm com placa de som e que alguns dos softwares para acessibilidade são gratuitos e facilmente instalados em qualquer computador. Logo, não faz sentido que haja distinção entre os computadores. Todos deveriam ter os recursos e servir tanto às pessoas com deficiência quanto às demais.

Já o artigo 49 versa sobre as normas para as empresas de telefonia fixa e móvel e no artigo 51 diz que: “Caberá ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de telefonia celular que indiquem, de forma sonora, todas as operações e funções neles disponíveis no visor” (BRASIL, 2004). É interessante observarmos que o caráter da lei é promissor; mas, na prática, estas leis de incentivo não contribuíram para que as indústrias adequassem suas linhas de produção para estes dispositivos midiáticos fossem acessíveis, visando atender às necessidades de uma enorme parcela da população, como já foi dito antes. Como é de costume, os cidadãos(ãs) é que precisaram se adaptar como puderam ou conseguiram ao aparelho e isto tem demonstrado, cada vez mais, ser ineficiente e promovido discriminação. Os avanços tecnológicos têm sido, há algum tempo, vertiginosos e demasiadamente acelerados por lógicas próprias deste mercado e, por conta disto, a lei e o decreto estabelecido não deram conta de interferir socialmente, justamente

por precisar considerar os avanços culturais, que neste caso consideraremos ciberculturais com o viés comunicativo.

Um bom exemplo disto é o artigo 52 deste mesmo decreto, que trata da “oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras (SIC) de deficiência auditiva ou visual” (BRASIL, 2004). Dentre estes recursos estão, por exemplo, os seguintes: legenda oculta, áudio descrição via canal secundário (SAP), entradas para fones de ouvido e a possibilidade de habilitar uma “janela” com intérprete de LIBRAS na TV. O artigo 56 ainda decreta que o sistema de TV Digital a ser implantado no país contemple todas as possibilidades contidas no artigo 52. Nem a lei nem o decreto dão conta das questões relacionadas ao conteúdo, ou seja, os aparelhos passaram a conter os recursos, mas as emissoras de TV não foram obrigadas a produzir conteúdos acessíveis.

Por conta disto, em junho de 2006 o Ministro do Estado das Comunicações, Hélio Costa, após consulta e audiência pública, aprova uma norma complementar – nº 01/2006 -, através da portaria nº 310 que tem por objetivo:

[...] complementar as disposições relativas ao serviço de radiodifusão de sons e imagens e ao serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, visando tornar a programação transmitida ou retransmitida acessível para pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005. (FILHO, 2012)

Embora a lei tenha sido promulgada e os prazos fossem razoáveis, praticamente nenhuma emissora de rádio ou TV cumpriu e conseguiu, até então, publicar seus conteúdos como as normas da ABNT 15290:2005 exigiam. Um dos principais argumentos para o não cumprimento da lei era algo que estava relacionado diretamente a um problema do próprio governo: a definição do padrão da TV digital no Brasil, que servia como argumento e desculpa para que a lei não fosse cumprida pelas emissoras. Com isto, as concessionárias pressionaram o governo a estender os prazos para a implantação e cumprimento do seu dever social, entendido aqui como sendo resultado de uma concessão pública que deve prestar contas ao governo e benefícios à sociedade.

Em meio às discussões políticas que envolvem a questão, em dezembro de 2006 a Assembleia geral da ONU aprova a convenção sobre Direitos das Pessoas com deficiência que trata especificamente sobre as questões da acessibilidade na TV em seu artigo 30:

Artigo 30 - Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte:

1. Os Estados reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e deverão tomar todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:

1. Desfrutar o acesso a materiais culturais em formatos acessíveis;
2. Desfrutar o acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; (BRASIL, 2007)

Estas convenções passaram a servir como argumento definitivo sobre a importância da ampliação do acesso às informações às pessoas com deficiência em igualdade de condições a todos os demais cidadãos. No entanto, as emissoras continuavam a fingir que a lei não existia e, já que as políticas públicas não se bastavam, as entidades de classe representantes das pessoas com deficiência passaram a promover pressões políticas e sociais, exigindo seus direitos.

Um fato marcante e significativo desta luta foi quando a autora de telenovelas Glória Perez escreveu “América”, transmitida em horário nobre pela Rede Globo de Televisão que, à época, detinha a maior audiência dentre as emissoras brasileiras. Na trama criada havia dois personagens que eram cegos e, para ajudar na construção dos mesmos, foi criado um fórum de discussão na internet. Este acabou servindo como canal de pressão para que a lei fosse cumprida, conforme descrito no Blog da Audiodescrição:

A Rede Globo de Televisão apresenta a novela América, que tem em sua trama dois personagens cegos. Para auxiliar a autora da novela na construção desses personagens, uma de suas assessoras cria um grupo de discussão na Internet do qual participam aproximadamente cinquenta pessoas cegas.

Durante essas discussões, surge a solicitação para que a TV Globo incluía a audiodescrição na produção e veiculação da novela, que foi

formalizada para a diretoria da emissora como carta aberta²⁷. (FILHO, 2009)

Estas formas de participação popular vão se estabelecendo tanto nas cartas de repúdio enviadas às diversas emissoras, quanto nas manifestações em consulta pública convocadas pelo Ministério das Comunicações. Deste período até 2010, houve embates políticos em âmbitos que trataram de acertos jurídicos e que ampliavam as esferas públicas e privadas envolvidas. Em 2006 o Ministério das Comunicações publica a portaria 310 oficializando a Norma Complementar nº 1 que estabeleceu o cronograma de implantação e os requisitos técnicos para tornar a programação das TVs abertas acessíveis para pessoas com deficiência:

A Norma Complementar nº 1 definiu carência de dois anos para que as emissoras de televisão tivessem tempo para promover as adequações necessárias em sua programação e, ainda, escalonamento progressivo da quantidade diária de programação que deveria ser transmitida com os recursos de acessibilidade previstos. De acordo com o documento, somente a partir de 27 de junho de 2008, as emissoras estariam obrigadas a produzir duas horas diárias de programação acessível, aumentando a carga diária um pouco a cada ano até que, somente depois de passados 10 anos, atingíssemos a totalidade da programação sendo gerada com os recursos de acessibilidade. (FILHO, 2009)

Dois dias após esta publicação, o então Presidente da República, Lula, assinou o Decreto 5.820, que dispõe sobre a implantação do SBTVD-T – Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre. Além de outras providências, o decreto estabeleceu o sistema japonês como modelo da TV digital no Brasil e que os dois sistemas (análogo e digital) deveriam coexistir por 10 anos, quando então apenas o digital passaria a funcionar.

É importante salientar que a norma complementar nº1, bem como a NBR 15290 da ABNT, foram concebidas num período de dois anos antes da definição da TV Digital no Brasil, o que significou uma perda de tempo inestimável aos avanços das discussões sobre a acessibilidade na TV.

Em maio de 2008, um mês antes de vencer o prazo de carência para o início das transmissões de programação com recursos de acessibilidade, a ABERT protocola ofício ao Ministério das Comunicações solicitando prorrogação dos prazos,

²⁷ Disponível em: <http://blogdaaudiodescricao.blogspot.com/2010/02/carta-aberta-rede-globo-de-televisao.html>

alegando impedimentos legais, dificuldades técnicas, operacionais e econômicas, principalmente para as emissoras afiliadas. Em junho de 2008 a União Brasileira de Cegos (UBC) e a Federação Brasileira das entidades de e para cegos se fundem criando a Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) e fazem pressão para que as emissoras cumpram o que já estava estabelecido:

Em 30 de julho, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria 466, restabelecendo a obrigatoriedade de veiculação do recurso da audiodescrição e determinou prazo de 90 dias para o início das transmissões. (FILHO, 2009)

Após sucessivos fracassos e descumprimentos legais, a ONCB recebe apoio de outras entidades de classes e elas ingressam no supremo tribunal com uma ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental. Esta ação só foi possível graças à Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que vigora no Brasil com status de equivalência de Emenda Constitucional. Em meio a este embate político, a Organização dos Estados Americanos (OEA) reconhece o Brasil como um país dedicado às questões inclusivas:

Em 2009, a OEA reconheceu que poucos são os países capazes de superar a ação meramente reabilitatória e assistencialista – considerando ainda que alguns não apresentam nenhuma política pública voltada para esse grupo. O Brasil foi enaltecido por coordenar medidas administrativas, legislativas, judiciais e políticas públicas, sendo considerado um dos países mais inclusivos das Américas. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 7)

Mas na prática, como sabemos, os interesses de mercado superaram os da cidadania. O ano de 2009 seria recheado de repúdios ao governo por parte das entidades de classe pró-acessibilidade. O maior exemplo da falta de preparo que cerca todas estas questões foi uma nova consulta pública do Ministério das Comunicações, em maio de 2009, para receber contribuições a respeito da audiodescrição. Os documentos gerados em formato “PDF” pela consulta pública foram disponibilizados no site oficial do governo e, contraditoriamente, não eram acessíveis às pessoas com deficiência visual, os maiores interessados no assunto. Em agosto de 2009:

Em decisão liminar, o Superior Tribunal de Justiça ordenou ao Ministério das Comunicações a reabertura da consulta pública, pelo

prazo de 45 dias, determinando que todos os documentos publicados no site do Minicom fossem adaptados de modo a permitir sua leitura por pessoas com deficiência, bem como que os documentos²⁸ publicados em outros idiomas fossem traduzidos para o português. (FILHO, 2009)

Em posse dos documentos, os cegos puderam ter acesso, inclusive, a documentos traduzidos para o português que referenciavam os modelos de audiodescrição nos Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Itália, Alemanha, Canadá e Irlanda. Sendo assim, puderam contribuir de maneira mais adequada e contextualizada, já que nestes países a discussão em torno do tema já estava bastante adiantada.

Após a consulta pública, o Ministério das Comunicações publica a portaria 985 propondo modificações na Norma Complementar, o que demonstrou um retrocesso às discussões e aos avanços da produção de conteúdo acessível na TV:

- 1) Torna o recurso da audiodescrição exigível apenas na programação veiculada pelas emissoras no sistema de televisão digital;
- 2) Altera o cronograma de implementação da audiodescrição originalmente proposto para iniciar em 2 horas por dia chegando a 100% da programação após 10 anos, para 2 horas por semana a partir de julho de 2011 chegando, no máximo, a 24 horas por semana após 10 anos;
- 3) Desobrigam as retransmissoras afiliadas às emissoras cabeças de rede de tornar acessível a programação própria. (FILHO, 2009)

Em março de 2010, o Ministério das Comunicações publica a nova portaria nº188 formalizando diversas modificações na Norma Complementar inicial que significariam um retrocesso em relação a certas conquistas anteriores. Os destaques destas alterações foram: a alteração da quantidade de programação veiculada pelas emissoras, que estava prevista para duas horas diárias e passou para duas horas semanais; a quantidade de programação audiodescrita após dez anos, que era de 100% e passou a ser de apenas 20 horas semanais e a obrigação de transmissão acessível apenas no sistema digital, excluindo a obrigatoriedade no sistema analógico. Esta nova portaria deixou de tratar de assuntos importantes como a

²⁸ A íntegra da decisão pode ser obtida em:
<http://blogdaaudiodescricao.blogspot.com/2010/02/decisao-liminar-do-mandado-de-seguranca.html>

obrigatoriedade das emissoras divulgarem ao público em quais programas e quando seriam veiculadas as produções com acessibilidade. Também não fomentou responsabilidades ao governo como, por exemplo, subsídios e incentivos fiscais para a produção e compra de equipamentos com recursos de acessibilidade por parte das empresas e das pessoas com deficiência.

Mas foi em setembro de 2014, que os movimentos sociais que lutam pelas causas das PDV sentiram o golpe mais forte até então. O Supremo Tribunal Federal (STF) "jogou uma pá de cal" na esperança das PDV, como publicado no Blog da Audiodescrição, ao derrubar a portaria do Ministério das Comunicações (Minicom) de 2006, que previa para 2017 a obrigação das emissoras de TV para disponibilizarem audiodescrição, através da tecla SAP²⁹, em toda a programação. Mais uma vez o prejuízo não fora técnico, mas sim social, as PDV sofreram um revés na luta de seus direitos e de sua cidadania e perderam mais uma batalha para as emissoras de TV cujo poderio político demonstra-se muito mais forte e potente.

As justificativas da Associação Brasileira de Emissoras de Rádios e Televisão (ABERT) foram as mesmas que outrora já haviam derrubado a outra portaria de 2008, conforme explica Filho (2014): "prazo curto para a implantação do sistema"; lembrando que este mesmo argumento é apresentado desde o ano 2000, "inviabilidade de implantar a audiodescrição em programas ao vivo"; importante ressaltar que a maioria das emissoras de TV no país, são de pequeno porte e tem seus programas gerados ao vivo para diminuir o custo da produção, o que justificaria o grande *looby* da ABERT.

Porém, o argumento da inviabilidade de implantar a audiodescrição em programas ao vivo é uma falácia, já que seria o caso de adaptar a técnica da audiodescrição, assim como ocorre com a legendagem em "closed caption" (CC) em programas ao vivo para pessoas com deficiência auditiva. Os últimos argumentos foram: "a inviabilidade de adotar a audiodescrição para programas jornalísticos"; o que é um absurdo, visto que já há alguns projetos científicos sendo produzidos e apresentados em congressos Nacionais e Internacionais que experimentaram a

²⁹ SAP: *Second audio program* ou em português: "Segundo Programa de Áudio". Trata-se de um canal de áudio, geralmente mono, que é simultaneamente transmitido na programação de um canal de televisão. Seu objetivo principal é criar uma opção a mais de áudio para o espectador, como por exemplo, o áudio original de um filme, a cobertura de um evento sem os comentários dos apresentadores, ou até inclusive, oferecer outro grupo de apresentadores para um mesmo evento. ("Segundo programa de áudio", 2015)

audiodescrição jornalística com eficácia comunicacional. Além disso, o outro argumento final foi: "a falta de profissionais no mercado", este sim revela uma realidade, já que há realmente uma carência de profissionais especializados para trabalhar com a produção de audiodescrição. Entendo que esta questão só vá se resolver a partir da criação de políticas públicas voltadas especificamente para o desenvolvimento deste mercado potencial.

Até fevereiro de 2015, a portaria que estava em vigor era a de 2010, cujos prazos são mais flexíveis e menos exigentes aos deveres das emissoras de Rádio e TV. Enquanto isso, as PDV voltavam a ficar à mercê da boa vontade das emissoras em disponibilizar algum conteúdo audiodescrito, como bem entendessem e sem fiscalização, como se esta ação fosse uma questão de caridade e não um direito humano destas pessoas.

Outra coisa que nos chama a atenção é que todos estes embates políticos entre governo federal e movimentos sociais só trataram das questões de acessibilidade relacionadas à TV, desconsiderando o conceito de mídia de maneira mais ampla. Em pleno século XXI e em tempos de sociedade em rede, onde a produção e consumo midiático através da internet é uma questão cultural forte, se faz necessário reconsiderar as propostas estratificadas e mudar posturas nos sistemas midiáticos, se não pela força das "leis invisíveis", então pela ação cultural.

A partir da narrativa desta odisséia, pode-se perceber que, no tocante às questões comunicativas, dentro do atual contexto, as leis vigentes não dão conta de suprir estas necessidades cidadãs das pessoas com deficiência. Entendo que, sem uma atualização conceitual com mudança cultural, estaremos a condenar ¼ da população brasileira a viver à margem do desenvolvimento social. Isto significa que limitar os conteúdos acessíveis obrigatórios a apenas aqueles gerados pelos órgãos públicos tem sido, inclusive uma forma oficial de promover o preconceito comunicativo. Hoje, temos cerca de 24% da população brasileira com algum tipo de deficiência e urge a necessidade de que os conteúdos produzidos sejam totalmente acessíveis, para o consumo comum a todos, mas principalmente por respeito aos Direitos Humanos em prol da cidadania. Contudo, é utópico pensar que este grau de consciência será alcançado sem leis rígidas e eficientes que possam dignificar o estado de cidadania das PDV assumido pela nação brasileira.

2.4 ASPECTOS DO CONTEXTO ESPANHOL / BARCELONA

A abordagem neste capítulo está diretamente vinculada à compreensão de como se configuram as mediações, a partir do contexto, para as apropriações de conteúdos multimídias digitais, em relação às práticas de produção, consumo e compartilhamento de informações, através da web, por usuários com deficiência visual na Espanha, na perspectiva de sua acessibilidade comunicativa para fins de cidadania. A proposta foi contextualizar, colher dados empíricos e analisar, comparativamente, aspectos relativos à acessibilidade comunicativa nos contextos brasileiro e espanhol.

Durante a realização desta fase da pesquisa, fiz um estágio em Barcelona (Espanha), por seis meses, que me permitiu, como pesquisador, conhecer outras realidades da acessibilidade *in loco* que muito colaborou para desmitificar algumas falsas percepções sobre o suposto "desenvolvimento" europeu e o "atraso" brasileiro com relação ao respeito aos Direitos Humanos e à cidadania das Pessoas com Deficiência. O propósito foi conhecer o cotidiano, analisar e contrapor aspectos relacionados ao contexto e à construção dos processos de acessibilidade comunicativa das pessoas com deficiência, em ambos os países, cujos contextos históricos são diversos. Para realizar esse objetivo, recuperei, em detalhes, os processos e resultados das pesquisas contextual e empírica por lá realizadas, em contraponto aos dados do contexto brasileiro.

2.4.1 Objetivos do estágio no exterior

Entre novembro de 2013 e maio de 2014, realizei parte desta pesquisa em Barcelona (Espanha), financiado por uma bolsa de estudos da CAPES³⁰, do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, com o apoio do Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos –, onde estudo; e também da Universidade Federal do Pampa – Unipampa – onde leciono. O projeto de pesquisa que fora submetido e aprovado propunha como objetivo principal investigar de maneira exploratória: "como se configuravam, em Barcelona, as apropriações dos

³⁰ CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação brasileira.

conteúdos digitais, na web, por usuários com deficiência visual na perspectiva da acessibilidade para sua cidadania comunicativa", a partir dos contextos sociopolíticos e através de tecnologias da informação e da comunicação assistiva (TICA). Esta proposta tinha o intuito de contribuir com elementos relativos à problemática da tese em desenvolvimento e de funcionar como contraponto à pesquisa já realizada no Brasil.

A escolha da cidade de Barcelona (Espanha) para a realização da pesquisa se justificou por ela ser considerada uma "cidade modelo" para questões de acessibilidade das pessoas com deficiência, em decorrência dos projetos criados e desenvolvidos para os jogos paraolímpicos de 1992. Além disso, também foi relevante a definição da ONCE³¹ como cenário-chave de investigação empírica, pois ela representa a principal instituição de amparo social às pessoas com deficiência visual (PDV) na Europa e possui uma subsele em Barcelona. Além disso, as três principais universidades de Barcelona - Universidade de Barcelona (UB), Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e Universidade Pompeu Fabra (UPF) - dispõem de um amplo acervo nas suas bibliotecas, que me serviu como fonte de consulta e pesquisa sobre conteúdos teóricos relevantes, que influenciaram novos modos de pensar os caminhos lógicos e conceituais da tese.

O projeto de pesquisa sofreu readequações propositivas em função das realidades encontradas por lá, inclusive, isto serviu para que eu produzisse novas compreensões e rumos para pesquisa e a construção final da tese. O contexto social, histórico, político, econômico e comunicativo de ambos os países se revelaram determinantes, durante a fase de pesquisa contextual e empírica, para a percepção necessária sobre o tema desta investigação.

2.4.2 As pesquisas contextual e empírica na Espanha

A pesquisa contextual é entendida aqui como parte de um processo metodológico que promove o aprofundamento temático de maneira sistemática, para que possa contribuir com as reflexões necessárias à construção de novos conhecimentos com a devida propriedade. Concordamos, assim, com o que explica Efendy Maldonado:

³¹ ONCE: Organización Nacional de Cegos da Espanha.

No caso da comunicação, é indispensável situar cada pesquisa nos múltiplos contextos (acadêmico, social, geopolítico, cultural, tecnológico, religioso e etc.) nos quais vai ser produzida de modo a valorizá-la na sua dimensão sociopolítica. Não obstante, o crucial no trabalho de contextualização é saber construir o complexo estrutural que dá conta do contexto midiático, do contexto comunicativo que configura a sua particularidade como problema/objeto de investigação. (MALDONADO, 2011, p. 280)

No plano da investigação contextual e empírica, a ideia original foi trabalhar a pesquisa a partir de observações e entrevistas com os associados da *Organización Nacional de Ciegos Españoles*³² – ONCE, uma entidade com 76 anos que gerou, em 1988, a *Fundación ONCE para la cooperación e inclusión Social de las personas con discapacidad*³³. A ONCE é reconhecida mundialmente como uma referência na assistência e na inclusão das PDV, desenvolvendo trabalhos nos âmbitos sociais, políticos e econômicos.

No entanto, durante o processo de coleta de dados da pesquisa de campo, que incluía a realização de entrevistas na ONCE, com profissionais e associados(as), encontrei uma série de dificuldades e obstáculos para trabalhar, que me levaram a trocar o cenário empírico de investigação. A mudança foi necessária para que a pesquisa pudesse ser realizada com propriedade, conforme explicarei mais adiante. Contudo, é possível dizer que esta frustrante experiência contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa no sentido de provocar o entendimento de determinadas lógicas que o primeiro movimento de aproximação exploratória em relação à ONCE, feito ainda no Brasil, não fora capaz de me revelar.

Nas entrevistas que fiz com membros da Associação de Deficientes Visuais da Catalunha (ADVC) e nas pesquisas documentais e exploratórias realizadas, pude compreender que os aspectos históricos da trajetória da ONCE ajudam a explicar aspectos de sua configuração atual. Desde sua fundação, em dezembro de 1938, ela tem como sua principal atividade e fonte de renda a venda de bilhetes de loteria autorizados pelo Governo espanhol e que deveriam servir como elementos mediadores de sociabilidade e também como uma forma de trabalho digno para as pessoas com deficiência visual. Nos anos 60 do século XX, em meio ao chamado "milagre espanhol", a Espanha viveu uma fase próspera em sua economia e a

³² Tradução: Organização Nacional de Cegos Espanhóis.

³³ Tradução: Fundação ONCE para a cooperação e inclusão social das pessoas com deficiência.

ONCE festejava o crescimento vertiginoso das vendas dos seus bilhetes de loteria e recordes das premiações. Nesta época, houve algumas mudanças nas orientações da instituição e os bilhetes passaram a ser vendidos também por pessoas sem deficiência visual. O lucro da arrecadação era absorvido pela Organização e revertido em benefícios e assistências diversas aos associados.

Em recente pesquisa, realizada em 30 de junho de 2014, a ONCE contava com 71.888 afiliados³⁴, o que representava apenas 7,3% das pessoas com deficiência visual na Espanha³⁵ (2008), sendo que dentre estes 19% eram pessoas cegas e 81% eram pessoas com baixa visão. Desde a crise mundial de 2008, a ONCE cortou vários dos benefícios que proporcionava aos seus associados e proibiu a associação de pessoas que não fossem totalmente cegas ou com deficiência visual grave, bem como também de estrangeiros. Estas medidas controversas de segregação somaram-se aos casos de escândalos financeiros divulgados amplamente na mídia e também às suspeitas de corrupção na instituição.

Nesta última década, a ONCE esteve envolvida em alguns casos polêmicos relacionados à má gestão de seus recursos financeiros e até mesmo em suspeitas que apontaram para desvios de verbas por parte de seus principais executivos. Em 2005, pela primeira vez em sua história, a organização precisou recorrer a subsídios estatais para superar uma grave crise financeira. Hoje em dia, as vendas e o número de trabalhadores com deficiência vêm caindo cada vez mais a cada ano e suspeita-se de que seja em função da má administração somada a atual grave crise econômica na Espanha.

Para que se tenha uma ideia do que representa a loteria no contexto da instituição, apresentarei alguns dados relevantes. Segundo o Secretário do Conselho Geral da ONCE, Rafael de Lorenzo García, em depoimento prestado à Comissão de Deficientes da Câmara dos Deputados da Espanha, em 24 de abril de 2013, reproduzido no blog da especialista na indústria dos jogos Laura Guillot (GUILLOT, 2013), os cupons de loteria representavam 97,5% do financiamento da Fundação em 2013. A ONCE ocupava, naquele ano, cerca de 7,5% do mercado de jogos na Espanha, porém, vem sofrendo quedas de faturamento e arrecadação

³⁴ Fonte: Registro de afiliados da ONCE disponível no site www.once.es

³⁵ Fonte: Instituto Nacional de Estadística: na "Encuesta de Discapacidad, Autonomía Personal y Situaciones de Dependencia 2008" em <http://www.ine.es/>

constantes desde 2008, momento em que se iniciou a grave crise mundial que afetou diretamente a economia espanhola.

No entanto, ainda segundo García, o principal fator de queda de venda de bilhetes está associado às novas leis que regem os jogos na Espanha e que legitimaram o surgimento de inúmeros sites de jogos online (eram mais de 50 operadores registrados em 2014), cuja estimativa de crescimento era a de faturar, em 2014, o triplo do que a ONCE fatura atualmente, cerca de seis milhões de euros. Esta nova política de jogos e de apostas online, com suas facilidades e seu conforto, têm desestimulado a compra dos bilhetes da ONCE nas ruas diretamente das mãos das pessoas com deficiência visual. Para a ONCE, a venda de bilhetes online, sem a mediação dos associados, descaracteriza o projeto social que visa a sociabilidade das pessoas com deficiência. Em 2014, os vendedores de rua representavam 93% das vendas de produtos, os outros postos de venda 6% e os cupons pela internet apenas 1%. Com a acentuada crise econômica espanhola (2014) o cenário futuro para a instituição se apresenta ainda mais desfavorável para os próximos anos.

Cabe ressaltar que minha percepção como pesquisador, nas vezes em que estive na ONCE ou fiz contato por telefone/e-mail, é a de que os problemas enfrentados pela instituição, particularmente aqueles vinculados a má gestão e/ou desvios de recursos, estressaram os membros do corpo institucional a ponto de levar a um fechamento "involuntário" aos interesses de pesquisadores de uma maneira geral, principalmente se estes forem estrangeiros. Aliás, muito embora no site da instituição haja uma declaração explícita de interesse em intercâmbio de pesquisa e de informações, na prática isso não funcionou.

Nos contatos que fiz com a instituição, passei por entraves burocráticos para conseguir chegar às pessoas que eram de interesse para a pesquisa. Nas vezes em que consegui falar com alguém ou que recebi retorno por mensagem, na continuidade dos contatos, por vezes, não obtive retorno das ligações e noutras não recebi respostas dos novos e-mails. Por três vezes não puderam me atender em horários previamente agendados para reuniões. A pesquisa exploratória inicial sobre a ONCE, realizada ainda no Brasil, para configurar o projeto de doutorado sanduíche, não foi capaz de me revelar estes obstáculos que encontrei para trabalhar. No geral, as informações contidas em artigos científicos, sites, blogs, redes sociais e vídeos no Youtube enaltecem os trabalhos realizados pela ONCE e não explicitam as dificuldades burocráticas e/ou de outras ordens enfrentadas para a

realização de trabalhos de pesquisa *in loco*. Estas condições adversas e minha percepção sobre a falta de interesse em colaborar espontaneamente com a pesquisa me levaram a abdicar de trabalhar diretamente com a ONCE e a buscar outras instituições para coletar os dados.

A alternativa encontrada, sugerida por uma de minhas fontes entrevistadas em Barcelona, foi trabalhar com a *Asociación Discapacidad Visual Cataluña: B1+B2+B3* (ADVC), uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1994, que se propõe a contribuir com a inclusão social e melhora da qualidade de vida, sem distinção, das pessoas com deficiência visual na Catalunha. Além de ser uma entidade mais atenciosa, receptiva e aberta, a principal diferença entre as duas instituições se configura na atuação política e no âmbito social. Os acrônimos "B1+B2+B3" significam os tipos de pessoas com deficiência visual que são atendidas pela associação, sendo que "B1" engloba as pessoas com alto grau de deficiência (abaixo de 10% de acuidade visual), "B2" aqueles que têm "baixa visão" ou "visão subnormal" (acuidade visual entre 10% e 50%) e "B3" aqueles que têm acuidade visual superior a 50% e menor de 100%, mas se sentem prejudicados, de alguma maneira, em tarefas cotidianas.

De um lado está a ONCE, que alega motivos econômicos para só atender as PDV que possuam a cidadania espanhola e que tenham grau severo de deficiência visual ou cegueira total. De outro está a ADVC que atende a qualquer pessoa que resida na Catalunha, inclusive estrangeiros, independente do grau de deficiência visual. Além disso, a instituição desempenha um papel social mais interessante à pesquisa, com ações diretamente ligadas à política e à cidadania.

2.4.3 Aspectos do contexto sociopolítica das PDV: Espanha x Brasil

Durante o período de estágio no exterior, também realizei pesquisa documental, bibliográfica exploratória sobre os temas relacionados às pessoas com deficiência visual e os processos midiáticos relativos a elas, o que possibilitou contextualizar os aspectos destas questões na Espanha. Também foi possível encontrar e recolher elementos para repensar o contexto e os processos da inclusão das pessoas com deficiência visual, particularmente em termos dos processos midiáticos digitais, bem como obter elementos de contraponto em relação ao cenário brasileiro.

O ponto de partida dessa pesquisa foi a realização de uma investigação no site do *Instituto Nacional de Estatística da Espanha* (INE), órgão responsável pelos censos demográficos no país, para compreender o cenário das PDV na Espanha. Os dados mais recentes disponíveis³⁶ datam de 2008; as pesquisas foram realizadas seguindo as recomendações metodológicas da Organização Mundial de Saúde (OMS) e os dados foram somados também a outras duas pesquisas anteriores realizadas em 1986 e 1999.

Encontrei na categoria "saúde" os dados que respondiam ao viés de interesse desta pesquisa e foi no item *Deficiências, autonomia pessoal e situações de dependência* que encontrei os dados mais relevantes. As pessoas com deficiência (de todos os tipos) dentre os habitantes da Espanha somavam, à época, 3.847.900 (2008). Isto representava 8,22% da população espanhola, um número muito inferior ao da realidade brasileira apontada pelo censo de 2010, que identificou 23,9% dos indivíduos como pessoas com deficiência (quase três vezes mais), num universo de 191 milhões de habitantes.

No caso brasileiro, esses números tão díspares têm uma íntima relação com a série histórica e secular de ausências de políticas públicas e de investimentos para a saúde preventiva e para com a nutrição deficiente da população mais carente ou em estado de vulnerabilidade social. É notória a relação entre o alto número de pessoas com deficiência e a pobreza, a exclusão social e a falta de investimentos. Na Espanha, também se pode perceber essa lógica presente, já que os locais menos desenvolvidos do país também são aqueles que apresentam o maior índice de pessoas com deficiência.

Com relação às PDV, enquanto na Espanha elas representam 71% do universo das pessoas com deficiência (são no total: 2.730.600 dos 3.847.000), no Brasil elas somam 78,4% (são no total: 35.791.488 dos 45.623.910). Em ambos os casos, de Espanha e Brasil, o resultado das pesquisas se assemelham no que se refere à maior concentração de PDV nas regiões mais pobres e com menos recursos, o que permite constatar que há uma íntima relação entre as diversas deficiências e as questões socioeconômicas e políticas. Impressionam, também, os números absolutos de ambas as pesquisas: o número de pessoas com algum tipo

³⁶ Dados disponíveis no site do INE em outubro de 2014:
<http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=/t15/p418&file=inebase&L=0>

de deficiência no Brasil, cerca de 45 milhões de pessoas, é quase a totalidade da população da Espanha. Estes dados quantitativos me serviram para visualizar e compreender, num primeiro momento, aspectos do cenário espanhol relativos a questões e problemas das pessoas com deficiência.

A partir desse entendimento inicial, realizei pesquisa sobre as políticas públicas e leis vigentes relativas às questões da comunicação acessível. O documento *Estratégia pública sobre deficiência na Espanha 2012-2020* (CEDD 2011) foi definido a partir do marco regulatório da Convenção da ONU de 2006 sobre os direitos das pessoas com deficiência e serviu para planejá-la até 2020, sob o compromisso firmado no âmbito da União Europeia chamado de *Compromisso renovado para uma Europa sem barreiras*. Essa proposta teve como critério principal estabelecer que as atuações dos poderes públicos devem considerar as demandas específicas das culturas das PcD e que estas ações políticas devem promover repercussões significativas sobre os objetivos estratégicos no contexto social.

Este programa nacional procurou garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo, considerando que atualmente se vive na "sociedade do conhecimento" e que a comunicação com acessibilidade é um direito humano. Para o cumprimento destas ações, foi considerada a perspectiva da "transversalidade" nas políticas públicas para as PcD, em três principais eixos: mercado de trabalho, educação, pobreza e exclusão social. Sob este conceito e desta maneira, as ações não devem acontecer isoladamente, mas atuam em conjunto para que o investimento em qualquer uma delas possa refletir diretamente nas demais.

Dentre os objetivos principais do projeto estratégico espanhol estão: acessibilidade; conhecimento; participação; igualdade e a discriminação. A acessibilidade é compreendida a partir do conceito amplo de "desenho universal" em suas diversas aplicações e em áreas distintas da ciência, inclusive no que tange às tecnologias da informação e da comunicação. Já os demais objetivos dão conta das questões relativas aos direitos humanos e de cidadania das pessoas com deficiência, sendo pautados pelos conceitos de isonomia, justiça e igualdade social.

A comunicação social com desenho universal é referenciada em vários pontos do documento, sendo considerada como condição primordial para o convívio na "sociedade da informação":

Accesibilidad: entendida como el acceso de las personas con discapacidad, en las mismas condiciones que el resto de la población, al entorno físico, al transporte, a las tecnologías y los sistemas de la información y las comunicaciones (TIC), y a otras instalaciones y servicios. Teniendo muy en cuenta los ámbitos donde mayores problemas de accesibilidad universal persisten, como por ejemplo el ámbito TIC donde todavía hay barreras importantes (de media, en solo el 5% de los sitios web públicos se ajustan completamente a las normas de accesibilidad de internet).³⁷ (CENTRO ESPAÑOL DE DOCUMENTACIÓN SOBRE DISCAPACIDAD CEDD, 2011, p. 50)

Em todas as propostas da estratégia de trabalho, o acesso à informação sem barreiras é definido sob o pressuposto de que a comunicação é essencial para o exercício da cidadania. O fato de apenas 5% dos sites governamentais estarem completamente adequados às normas de acessibilidade web do W3C³⁸ (órgão internacional responsável pela padronização, regulamentação e normatização das páginas web) representa muito e serve de exemplo no que se refere a respeito das desvantagens de cidadania que as PDV têm em relação aos videntes³⁹. A falta de acesso irrestrito aos conteúdos digitais desfavorece as PDV na busca de sua cidadania comunicativa, na maioria dos casos, estas precisam criar táticas que burlam as barreiras para que possam: consumir, produzir ou compartilhar conteúdos digitais.

Além das estratégias das políticas públicas, há também um conjunto de leis que amparam esse planejamento de maneira específica para as questões da acessibilidade na comunicação. A lei mais recente, que trata destas questões em território espanhol, data de 31 de março de 2010 e é conhecida como *Lei 7/2010 – Geral da Comunicação Audiovisual*. Promulgada e publicada no Boletim Oficial do Estado, pelo Rei Juan Carlos I, ela teve sua última atualização em 10/05/2014. Em

³⁷ Tradução: Acessibilidade: entendida como o acesso das pessoas com deficiência, nas mesmas condições que o resto da população, ao entorno físico, ao transporte, às tecnologias e aos sistemas de informação e às comunicações (TICs) e outras instalações e serviços. Tendo muito em conta os âmbitos onde os maiores problemas de acessibilidade universal persistem como, por exemplo, o âmbito TIC onde há barreiras importantes (em média, na União Europeia são só 5% dos sites governamentais que se ajustam completamente às normas de acessibilidade para a internet).

³⁸ O World Wide Web Consortium (W3C), fundado pelo criador da Web, Tim Berners-Lee, é a principal organização de padronização da World Wide Web. Consiste em um consórcio internacional com quase 400 membros, agrega empresas, órgãos governamentais e organizações independentes com a finalidade de estabelecer padrões para a criação e a interpretação de conteúdos para a Web. Fonte: <http://www.w3c.br/Sobre>

³⁹ Videntes: termo usado para referenciar as pessoas que não possuem problemas de visão.

seu preâmbulo, a lei explicita o desejo de garantir o direito humano à comunicação sem barreiras, à diversidade cultural e linguística:

Así el Capítulo I del Título II está consagrado íntegramente a la garantía de los derechos de los ciudadanos a recibir comunicación audiovisual en condiciones de pluralismo cultural y lingüístico –lo que implica la protección de las obras audiovisuales europeas y españolas en sus distintas lenguas–, así como a exigir ante las autoridades la adecuación de los contenidos al ordenamiento constitucional vigente. Este capítulo trata de forma individualizada de las obligaciones de los prestadores de servicios de comunicación audiovisual en relación a los menores y personas con discapacidad que merecen a juicio del legislador y de las instituciones europeas una protección especial⁴⁰. (REI CARLOS I, 2014)

Embora este preâmbulo ainda considere que é necessária uma “proteção especial” às pessoas com deficiência, sendo este um conceito contrário ao proposto na convenção da ONU em 2007, tem-se a clara evidência, declarada na forma de lei, de que os meios de comunicação não percebem e nem respeitam as PcD. Ainda neste âmbito, no Artigo 6º, a lei dispõe sobre a transparência das informações em sites governamentais e demais canais eletrônicos exigindo que estas sejam totalmente acessíveis às PcD.

Já no Artigo 8º é tratado, especificamente, sobre os direitos das pessoas com deficiência em geral: "Las personas con discapacidad visual o auditiva tienen el derecho a una accesibilidad universal a la comunicación audiovisual, de acuerdo con las posibilidades tecnológicas."⁴¹ (2011, in artigo 8) e o direito adquirido obriga que as emissoras públicas e/ou privadas tenham ao menos 2h semanais de conteúdos com audiodescrição. Neste sentido, em comparação à realidade brasileira, podemos afirmar que já estivemos um passo à frente da Espanha, no que se refere aos direitos conquistados. Recentemente, porém, regredimos consideravelmente e de modo prejudicial quanto às conquistas das PDV, em relação aos processos midiáticos acessíveis.

⁴⁰ Tradução: Assim, o Capítulo I do Título II é inteiramente dedicado a garantir os direitos dos cidadãos de receber a comunicação audiovisual em condições de pluralismo cultural e linguístico, que envolve a proteção de obras audiovisuais europeias e espanholas nas suas diferentes línguas e a exigir das autoridades para a adequação do conteúdo ordem constitucional vigente. Este capítulo trata de forma individualizada as obrigações dos prestadores de serviços de comunicação audiovisuais em relação a crianças e pessoas com deficiência que merecem o juízo do legislador e das instituições europeias uma proteção especial.

⁴¹ Tradução: As pessoas com deficiência visual ou auditiva tem o direito a uma acessibilidade universal a comunicação audiovisual, de acordo com as possibilidades tecnológicas.

Paulo Romeu Filho, um dos principais representantes e militantes das causas políticas das PDV no Brasil, em recente postagem em seu Blog da Audiodescrição⁴² (2014) considerou que a revogação de portarias que representavam árduas conquistas das PDV atendeu especificamente aos interesses das emissoras de Rádio e Televisão brasileiras, representadas pela ABERT. Infelizmente para as PDV desde o momento em que estas leis e portarias foram publicadas as emissoras vêm demonstrando aversão e descaso para com as exigências de acessibilidade nos veículos de comunicação. Num primeiro momento, o principal contra-argumento fora a transição do modelo analógico das transmissões de Rádio e TV para o modelo digital; depois, passou a ser a falta de mão de obra especializada disponível para adequação do conteúdo em LIBRAS e audiodescrição. Agora é a suposta impossibilidade de adequação de conteúdos publicados ao vivo, que representam grande parte do que é produzido e transmitido pelas emissoras TVs abertas e de pequeno porte no país.

Relembrando oportunamente que baseado nesse argumento, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a portaria de 2006 e validou a de 2010, que outrora fora caçada pelo Ministério Público Federal (MPF) que considerou que a nova portaria significaria um prejuízo social irrazoável às pessoas com deficiência, já que concedia mais uma ampliação dos prazos de implantação e também previa a diminuição da quantidade de programação acessível diária. Na oportunidade, o advogado da Abert, André Cyirino, declarou que:

[...] a entidade apoia mecanismos de inclusão de deficientes visuais, mas defendeu a necessidade de prazos “razoáveis” para o desenvolvimento do sistema. Segundo Cyirino, não há como implantar a audiodescrição em programas ao vivo ou em material jornalístico. Ele também reclamou da falta de profissionais especializados no mercado. A Advocacia Geral da União sustentou o mesmo entendimento. (FILHO, 2014)

Este argumento é retórico e desconsidera que a primeira lei específica para regulamentar este setor data de 19 de dezembro de 2000 e que de lá para cá os direitos das PcD foram sumariamente negados e revogados ao sabor dos interesses das emissoras. Esta primeira lei, conhecida como "lei da acessibilidade", estabelecia

⁴² Blog da Audiodescrição: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/>

conceitos importantes, como os de *acessibilidade*, *barreiras* e *acessibilidade comunicativa*. Especificamente no capítulo VII (artigos 17 e 19) esta lei determinava:

(...) a competência ao Poder Público de promover a eliminação das barreiras na comunicação, bem como estabelecer mecanismos e alternativas técnicas para tornar acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização para as pessoas com limitações sensoriais e com dificuldade de comunicação, para que lhes sejam garantidos os direitos de acesso à informação e à comunicação. Tal eliminação se dá com profissionais intérpretes de Libras e profissionais que dominem a escrita em braile, bem como guias-intérpretes. (FILHO, 2014)

No entanto, através da pressão política advinda da Abert, as entidades representantes das PcD foram cada vez mais oprimidas e aliadas das decisões. O absurdo é tão notório que as primeiras chamadas públicas por editais, que previam a consulta popular sobre os temas da acessibilidade a serem normatizados, foram publicados em documentos que eram inacessíveis às PDV. Estes tiveram que entrar com recursos junto ao Ministério Público Federal (MPF) exigindo que os documentos fossem transformados em conteúdos acessíveis. Assim, o Poder Público, que deveria promover a igualdade e a justiça social nos termos da lei, passou a cooperar para que ao longo destes anos os direitos humanos das PcD fossem relegados às questões técnicas.

Apenas em 31 de outubro de 2005 a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) regulamentou a "acessibilidade comunicativa" em sua norma NBR 15290, baseada em um estudo prévio feito pela Comissão de Acessibilidade em Comunicação da Câmara de Deputados e fundamentada pelo conceito de "Desenho Universal". Esta norma só previa e estabelecia normas técnicas para a Televisão, deixando de lado outros meios de comunicação como o Rádio e principalmente a Web. A única obrigação, por força de lei, com relação à Web, diz respeito à obrigatoriedade dos portais dos Poderes Públicos e Governamentais, em todas as suas esferas, de seguirem as recomendações de acessibilidade propostas pela W3C, que é o órgão internacional responsável pela regulamentação dos critérios de acessibilidade na Web.

Desta forma, as PDV foram perdendo direitos ao longo deste início de século XXI e hoje têm garantido apenas o que consta na portaria nº 188, de março de 2010,

que formalizou as alterações significativas na Norma Complementar nº 1/2006 e dentre estas se destacam:

- A quantidade de programação audiodescrita a ser veiculada pelas emissoras que estava inicialmente prevista em duas horas diárias passou para duas horas semanais;
- A quantidade de programação audiodescrita a ser veiculada pelas emissoras após dez anos do início da implementação que estava prevista em 100% da programação passou para apenas vinte horas semanais;
- As emissoras ficam obrigadas a transmitir seus programas com audiodescrição apenas pelo Sistema Brasileiro de Televisão Digital, excluindo-se a obrigação de veiculação pelo sistema de televisão analógico. (FILHO, 2009)

O prejuízo não se resumiu à diminuição da quantidade de horas veiculadas, se estendeu a não obrigatoriedade das emissoras publicarem com antecedência quais seriam os programas com recurso de comunicação acessível, de gerar relatórios comprobatórios de suas ações e nem sequer regulamentar que tipo de conteúdo deveria ser contemplado, garantindo assim um mínimo de diversidade de interesses. Este conjunto de "posturas deficientes", vindas dos poderes públicos, demonstra claramente um desinteresse real nas ações afirmativas que pudessem encaminhar o empoderamento deste grupo social composto pelas PcD, através de políticas públicas eficientes que visassem promover o respeito ao direito humano à comunicação sem barreiras.

2.4.4 Aspectos metodológicos e análise contextual das entrevistas com as pessoas associadas à ADVC

Para a melhor compreensão do contexto midiático, sociopolítico e tecnológico relativo às pessoas com deficiência visual (PDV) na Espanha, realizei entrevistas com pessoas que são associadas ou funcionárias(os) da ADVC. Estes contextos são elementos constitutivos para o entendimento da acessibilidade comunicativa, que é entendida aqui como o conjunto de processos que visam desobstruir e promover a comunicação sem barreiras como direito humano fundamental.

A proposta foi ampliar o conhecimento sobre esta realidade objetiva para além do sensível, sob a percepção dos atores sociais envolvidos na associação. Os critérios utilizados para a seleção das pessoas a serem entrevistadas seguiram esta ordem de importância e relevância: ser associado(a) da ADVC ou

funcionário(a)/colaborador(a); ter disponibilidade para a entrevista e diversidade de idade. A questão da idade foi incluída como critério com vistas a diversificar os usos e apropriações da comunicação digital pelas gerações entrevistadas, para que o discurso, principalmente o tecnológico, não fosse estigmatizado por características de uma determinada geração. Sendo assim, foi possível o esclarecimento de pormenores ocultos da realidade acessada pela observação e pela pesquisa documental.

Cabe ressaltar que a "disponibilidade" foi um fator determinante para realizar as entrevistas. Em algumas vezes ocorrera o mesmo já mencionado com a ONCE, os(as) entrevistados não apareciam para o encontro marcado ou abortavam a ideia com uma desculpa justificada. Em todos os casos, as entrevistas realizadas aconteceram na ADVC, por uma questão de comodidade para os associados(as) que se sentiam mais seguros para conversar com um "estranho/estrangeiro" em um ambiente já familiar. Nas diversas vezes em que as pessoas não apareceram ou desmarcaram a entrevista, aproveitei para realizar observações, anotações e registros fotográficos sistemáticos como parte do processo metodológico da observação de campo.

Esta possibilidade de observar fluxos, demandas e sistemas organizativos da ADVC como pesquisador, por vezes sentado na sala de recepção e noutras infiltrado, com permissão, em algum outro ambiente, permitiu-me vivenciar e presenciar fatos distintos e enriquecedores, que colaboraram para que eu não fosse entendido como um "estranho no ninho". De maneira geral, todas as pessoas que me receberam ou para as quais fui apresentado me trataram muito bem, demonstravam satisfação ao saber sobre o tema da pesquisa e se declaravam interessadas em contribuir como pudessem. Desta maneira, consegui entrevistar alguns personagens que contribuíram e enriqueceram o âmbito da pesquisa.

Segue a lista das pessoas entrevistadas, sua relação com a ADVC e idade:⁴³ 1) Anna Querencia: Assistente Social da ADVC, 37 anos; 2) Murilo Sotero: Presidente da ADVC, 57 anos; 3) Pedro Ágape: Vendedor de cupons da ONCE e associado da ADVC, 36 anos; 4) Núbia Garcia: Associada da ADVC, 43 anos; 5)

⁴³ Todos os nomes de batismo dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos, sem perda da significância, com o intuito de preservar suas reais identidades.

Telma Bárbara: Associada da ADVC, 74 anos; 6) Homero Leon: Professor de Informática, 52 anos; 7) Federico Yanes: Psicólogo e associado da ADVC, 48 anos.

Para a realização destas entrevistas, criei um roteiro de entrevista com perguntas que tinham o propósito de me ajudar a compreender as lógicas e dinâmicas do contexto relativo às questões da acessibilidade na Espanha/Barcelona a partir de quatro eixos: pessoal (nome; idade; relação com a ONCE; profissão), sociocultural (atividades cotidianas sociais e culturais), político/cidadão (envolvimento e consciência política; conhecimento legal e exercícios de cidadania) e tecnológico (usos e apropriações de tecnologia assistiva). Todas as entrevistas ocorreram na sede da ADVC, em distintos ambientes, ora numa sala de trabalho própria do(a) entrevistado(a), ora numa sala de reuniões. Fiz a gravação das entrevistas em vídeo com autorização de todas as pessoas, usando duas câmeras de vídeo (da máquina fotográfica digital e do iPad) para garantir que não houvesse risco de ter problemas técnicos imprevisíveis com os equipamentos e também para evitar ter que realizar anotações durante a entrevista. A experiência de entrevistar pessoas com deficiência visual gerou a necessidade de, durante as respostas, eu sempre dar algum tipo de retorno sonoro ou interagir com o entrevistado(a) para demonstrar a eles(as) que eu estava prestando atenção à sua fala.

O roteiro com os blocos de questões foi previamente planejado, porém sua aplicação foi flexível e variava de acordo com o perfil de cada entrevistado ou tema preferencial a ser abordado na entrevista. Por várias vezes, as perguntas foram sendo contempladas sem necessariamente ter havido uma pergunta formal; procurei deixar o entrevistado falar sobre os temas e fui explorando as respostas com o intuito de procurar entender os mais interessantes à problemática da pesquisa a partir das suas declarações. Neste sentido, o roteiro serviu como norteador metodológico dentre as descobertas promovidas pelas análises das entrevistas realizadas, que foram somadas às pesquisas documentais, de observação e exploratórias.

Destaco a seguir algumas descobertas que foram significantes para a compreensão das lógicas do contexto sociocultural relativo à deficiência visual e à acessibilidade comunicativa no âmbito espanhol. Minha primeira interação com a ADVC ocorreu sem agendamento prévio e em meio ao desconcerto por não ter retornos satisfatórios da ONCE. Cheguei à sede e me apresentei como pesquisador, expliquei o tema da pesquisa que realizava e pedi para conhecer a instituição e, se

possível, entrevistar algumas pessoas associadas que pudessem me ajudar a entender o contexto e a apropriação da acessibilidade para PDV na Espanha. Fui recebido pela assistente social da ADVC que me "abriu as portas" da instituição sem restrições e mediou as possíveis entrevistas a partir de sugestões de perfis interessantes que indiquei, a começar por ela. Durante as semanas que se seguiram, fui várias vezes à ADVC motivado por curiosidade e por entrevistas agendadas que, em algumas vezes, também foram canceladas e/ou refutadas, mas assim, pude observar e analisar *in loco* o funcionamento cotidiano da instituição e das pessoas que lá convivem.

Anna Querencia, assistente social que trabalha há cinco anos na ADVC, foi a primeira pessoa que justificou o "desinteresse" da ONCE para comigo, da mesma maneira que os demais entrevistados(as) fizeram em seguida. Todos(as) foram categóricos(as) em considerar que a ONCE é uma instituição muito grande e burocrática, que perdeu a capacidade de enxergar os pormenores que envolvem a instituição e o foco no bem estar de seus associados(as). Para ela(eles) foi isso que aconteceu comigo, um pesquisador brasileiro querendo realizar uma investigação com as pessoas e ter acesso às informações institucionais não é realmente interessante à ONCE. Ela também me explicou o funcionamento da ADVC em relação aos serviços sociais prestados às PDV da Catalunha, com destaque para o fato de que a ADVC não faz distinção de atendimento por questões étnicas ou por grau de deficiência, como acontece na ONCE. De maneira geral, os demais entrevistados que eram PDV declararam que o interesse deles, em relação a se associar à ONCE, é meramente assistencial, enquanto que na relação com a ADVC há um caráter de busca da cidadania e luta política que eles(as) percebem que ocorre de maneira mais independente de outros interesses.

Este diferencial faz parte da missão institucional da ADVC e, na prática, visa promover cidadania aos estrangeiros e demais cidadãos que não têm direito aos benefícios promovidos pela ONCE. Esse foi também o principal argumento, a respeito da instituição, apresentado por Murilo Sotero, o atual presidente e fundador da ADVC. Ele fez questão de ressaltar que "nem a grave crise financeira que a Espanha vive" fez as virtudes da associação mudarem. Para ele, é uma questão de honra continuar a trabalhar em prol daquelas PDV que são rejeitadas pela ONCE, principalmente porque estas estão geralmente em situação de vulnerabilidade social e sem amparo do Estado. Ele relatou que há muitos associados em dívida com a

mensalidade, em função da crise nacional, mas que a ADVC continua a atendê-los por questões éticas. Como há muitos estrangeiros vivendo em Barcelona, principalmente asiáticos que não falam espanhol ou catalão, a ADVC se torna a única e principal instituição de apoio a estes cidadãos que tem ou adquirem problemas de visão.

Nestes dias de imersão institucional, em pesquisa de observação não participante, conheci um jovem associado cego que é paquistanês, cujos pais haviam se mudado há dois anos para Barcelona. O jovem mal era alfabetizado em sua língua materna e vivia isolado dentro de casa, não se comunicava com mais ninguém além dos seus familiares e possuía apenas a oralidade como meio de comunicação. Desde que começou a frequentar a ADVC, o jovem foi realfabetizado em catalão/espanhol, aprendeu a ler em Braille e lidar com computador, celulares e demais dispositivos eletrônicos de uso comum. Mesmo com claras limitações, em âmbito geral, foi possível perceber a diferença que a assistência da associação foi capaz de realizar na vida desse jovem, dando-lhe condições mais dignas de viver em comunidade e sociedade, bem como de atuar como cidadão e também lutar por sua cidadania.

Contudo, é nítido que a configuração assistencialista dessas instituições se torna o carro-chefe que justifica suas ações, o que então passa a ser um problema de ordem conceitual, já que os trabalhos realizados ali são exclusivos, levando a uma espécie de segregação das pessoas, num processo tácito em que a sociedade passa a relegar determinadas funções às organizações/associações, quando deveria promover a inclusão social. Neste sentido, para que isto ocorra de fato seria necessário que os trabalhos de reabilitação e educação fossem executados, em igualdade de condições, nos mesmos ambientes já institucionalizados pela sociedade que são de uso comum a todos(as). Desta forma, o processo perderia o forte caráter assistencialista, que ocorre em ambientes exclusivos para pessoas com deficiência, para se transformar num processo de inclusão social.

O psicólogo da ADVC, Federico Yanes, que também é pessoa com deficiência visual, relatou que o maior problema que ele percebe, dentre os associados atendidos em seu gabinete, tem origem psicossocial, principalmente naquilo que é relativo à aceitação das novas condições socioculturais a partir da perda gradual ou repentina da visão, o que ocorre na maioria dos casos. Segundo ele, as pessoas nestas condições precisam reaprender novos códigos e linguagens,

como, por exemplo, o Braille; ou a aguçar os sentidos da audição e do tato através de novas habilidades, o que exige, entre outras coisas, posturas e empreendimentos individuais que nem todos estão dispostos a realizar. Quando a pessoa deixa de enxergar com acuidade satisfatória ela passa a ver os obstáculos socioculturais que a impedem de realizar tarefas banais do cotidiano que até então eram "invisíveis" e imperceptíveis.

Neste sentido, foi interessante escutar e perceber o quanto os usos e apropriações da tecnologia assistiva são importantes configuradores neste processo de inclusão social e de comunicabilidade. Chamou-me a atenção o fato de que todos os entrevistados tinham habilidades já adquiridas para com dispositivos midiáticos, desde os computadores até os *smartphones* e não demonstravam ter tecnofobia. É interessante ressaltar que, invariavelmente, o uso destas tecnologias acessíveis não requer "super-habilidades" para quem já lida com computadores, apenas difere no que se refere ao uso dos sentidos perceptivos. Os videntes usam mais o sentido da visão como canal de *input* sensório informativo, enquanto as PDV usam mais a audição e o tato. Justamente por isso, não deveria haver relação de valoração entre estes usos dos sentidos perceptivos, porém, como a cultura visual é hegemônica ela determina, por conveniência, que vivamos em uma "Sociedade da Imagem" em plena era da iconofagia⁴⁴ (BAITELLO, 2005). Isto significa que vivemos num mundo de visualidades, configurado ao longo do tempo por uma lógica cultural que desvaloriza o som em virtude das imagens, conduzindo esta lógica a uma normose nociva às PDV.

Este cenário coloca as PDV em desvantagem competitiva nestes tempos de "sociedade em rede" (CASTELLS, 1999a), principalmente pela falta de condições isonômicas de acesso às informações. Neste sentido, a tecnologia assistiva (BERSCH, R. De C. R., 2009) representa o artifício técnico que colabora para a eliminação das barreiras informativas e embora não represente a solução para a comunicação plena, contribuem significativamente para que as PDV tenham o mínimo de condições de igualdade para se comunicar, consumindo, compartilhando e produzindo informações. A tecnologia assistiva, como conceito, não se reduz a

⁴⁴ Segundo Norval Baitello os "espaços humanos" foram "povoados", desde o Renascimento e com mais profusão no século XX, por imagens. As implicações deste "povoamento de imagens" refletiram diretamente na esfera cultural e comunicativa, e forjou o que ele chamou de "era da iconofagia", um momento cultural de ampla produção e consumo de imagens.

aparatos eletrônicos de "alta tecnologia", podem ser simples ideias aplicadas às lógicas, instrumentos ou produtos que mudam e melhoram a experiência do usuário (UX⁴⁵) com deficiência visual. O Centro Nacional de Ajudas Técnicas (CNAT) define o conceito assim:

(...) elas abrangem todo produto, instrumento, estratégia, serviço e prática utilizada por pessoas com deficiência e pessoas idosas, especialmente produzido ou geralmente disponível para prevenir, compensar, aliviar ou neutralizar uma deficiência, incapacidade ou desvantagem e melhorar a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos. (CNAT - SECRETARIADO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (SNRIPC), [s.d.]

Sendo assim, é importante ressaltar que é o usuário com deficiência visual quem define qual é a melhor tecnologia para si, apropriando-se e utilizando em função das demandas que tem ou decidiu ter. Contudo, a falta de acesso ou o desconhecimento sobre as tecnologias assistivas disponíveis podem restringir o potencial de acessibilidade comunicativa daquela pessoa e, conseqüentemente, impedir a transposição das barreiras informativas.

Sobre esta questão, os sujeitos entrevistados na ADVC foram unânimes em afirmar a predileção pelas tecnologias da marca Apple⁴⁶ em função da acessibilidade ser entendida como parte integrante e nativa no sistema operacional, ou seja, não é preciso instalar aplicativos ou *softwares* extras para usar os aparelhos. Invariavelmente eles(as) declaravam espontaneamente esta preferência, muito embora nem todos tivessem aparelhos da Apple por conta do alto custo de aquisição. Apenas um entrevistado, Pedro Ágape, que é vendedor de cupons da ONCE, criticou as lógicas dos aparelhos da marca Apple, questionando a lógica capitalista, a exploração da mão de obra e a obsolescência programada embutidas

⁴⁵ UX: termo em inglês que significa "experiência do usuário" e envolve os sentimentos de uma pessoa em relação à utilização de um determinado produto, sistema ou serviço. Ela destaca os aspectos afetivos, experienciais, significativos e valiosos de interação humano-computador e propriedade do produto. Além disso, inclui as percepções de uma pessoa dos aspectos práticos, tais como a utilidade, a facilidade de utilização e a eficácia do sistema. A experiência do usuário é de natureza subjetiva, pois é sobre a percepção e pensamento individual no que diz respeito ao sistema.

⁴⁶ A Apple é a principal empresa de tecnologia deste início de século, reconhecida pelo mercado e por seus consumidores como "inovadora e criativa" por desenvolver produtos conceituais a partir de pesquisas científicas desenvolvidas em seus laboratórios. Seus principais produtos são o iPhone e o iPad que transformaram o mercado de dispositivos midiáticos portáteis. Seu sistema operacional iOS contempla, desde seu projeto original, a acessibilidade para pessoas com deficiência. Fontes: <http://blogdoiphone.com/> e <http://www.apple.com/br/support/accessibility/>

em seus produtos, demonstrando ter boa consciência de como funciona o mercado tecnológico. Mesmo assim, se pudesse, ele preferia ter um iPhone "só por conta da acessibilidade", que considera muito melhor do que as que existem nos aparelhos similares de outras marcas com o sistema operacional Android⁴⁷.

O professor de informática da ADVC explicou que costuma ser mais fácil que as PDV se apropriem e façam uso dos aparelhos que contém o sistema operacional da Apple (iOS), pois a acessibilidade não é um apêndice ao sistema, mas foi projetada em conjunto e, assim, há muito mais preocupação para com a eliminação das barreiras informativas e, conseqüentemente, mais recursos e conteúdos acessíveis. Como nestes novos dispositivos prevalece a função tátil na tela, há muitas informações visuais que ficam inacessíveis pelos sistemas que traduzem os conteúdos visuais em áudio. Se não há descrição de imagens e de funções audioacessíveis, o *software* leitor de tela não traduzirá o conteúdo às PDV que se apropriam e fazem uso do sistema através da audiodescrição.

Isto é a principal frustração das PDV entrevistadas e também o principal motivo para se desestimularem a consumir informações e se comunicar através da web. Por isso, os principais sites da internet procuram seguir as normas de acessibilidade da W3C, o órgão responsável por gerir estas diretrizes de linguagens de programação para desenvolvimento da Web em todo o mundo. Assim, sites de Redes Sociais como Facebook e Twitter, bem como o Google, são os mais citados, em referência ao uso cotidiano por parte das PDV. Na prática, o que ocorre é que, nestes sites, em função da altíssima audiência de acessos, faz-se necessário que se pense nas questões de acessibilidade para gerar mais audiência e contemplar mais públicos. Isso está mais associado a uma lógica de mercado do que necessariamente uma questão de princípios éticos e respeito aos direitos humanos destas instituições. O número de PcD no mundo é muito significativo para ser desprezado como audiência, segundo a ONU são mais de 1 bilhão de pessoas no planeta que possuem algum tipo de deficiência e as redes sociais desempenham um papel primordial no empoderamento deste grupo social que representa a maior minoria do mundo.

⁴⁷ O Android é um sistema operacional móvel (SO) baseado em Linux e atualmente desenvolvido pela empresa de tecnologia Google. É o sistema operacional móvel mais utilizado do mundo e, em 2013, possuía a maior porcentagem das vendas mundiais para dispositivos móveis. Fonte: Wikipedia

O componente político relativo ao direito humano à comunicação, que está ligado à cidadania das PDV, é muito evidente nas falas das pessoas entrevistadas por mim na ADVC. O grau de consciência relativo à importância do acesso às informações nos dias atuais é surpreendente e se configura como elemento motivador para que estas pessoas lutem por seus direitos e busquem exercer a sua cidadania com autonomia. Aliás, esta é a principal questão das pessoas com deficiência em qualquer âmbito, desde o arquitetônico ao comunicacional, elas almejam ter autonomia para exercer sua cidadania sem intermediação técnica de outras pessoas.

Telma Bárbara, 74 anos, professora e pedagoga aposentada, que perdeu a visão gradualmente com o passar dos anos, foi minha entrevistada mais surpreendente por conta de sua clarividência sobre este conjunto de questões problemáticas tratadas até agora. Além de muito esclarecida, demonstrou ter um grau significativo de consciência política e de direitos humanos. Aos 74 anos, faz uso de dispositivos midiáticos com desenvoltura (possui um iPhone), tem um perfil no Facebook⁴⁸ e conta no Whatsapp⁴⁹, diz usar para se comunicar com as pessoas e familiares. Contou-me que utiliza o Google Maps para se locomover, já que o aplicativo no *smartphone* lhe diz exatamente em que momento virar para a esquerda ou direita até chegar ao seu destino. Ela é associada às três principais instituições: ADVC, ONCE e ACIC⁵⁰, sendo que nesta última seu interesse objetivo é justamente lutar pelas causas políticas dos cegos junto aos órgãos públicos competentes. Para ela, nenhum direito foi adquirido por caridade, mas através de muitas lutas e embates políticos destas instituições junto aos órgãos do governo.

Com todo este contexto, é possível entender a importância histórica da ONCE no processo de sociabilização das PDV na Espanha, do mesmo modo que é notório o descontentamento para com ela no tocante às questões paternalistas enrustidas em suas lógicas. De maneira geral, dentre os entrevistados(as), há uma percepção de que a ONCE instituiu uma "lógica perversa" que promove a dependência das PDV para com a instituição, onde sempre "seria melhor" que houvesse PDV para

⁴⁸ O Facebook é a maior rede social do mundo: possui 1,32 bilhão de membros. Dos 107 milhões de internautas brasileiros 89 milhões se conectam ao site todos os meses, sendo que 59 milhões de brasileiros, ou 66,2% do total de usuários, entram no Facebook diariamente. (G1, 2014)

⁴⁹ O WhatsApp é o aplicativo mais popular (2014) de troca de mensagens multimídia instantâneas através de dispositivos midiáticos móveis tipo *smartphones*.

⁵⁰ ACIC: Associação Catalã para a Integração dos Cegos.

que se justifique a sua própria existência. Os entrevistados(as) mostraram-se bastante indignados com algumas práticas "de mercado" da ONCE que oferece, por exemplo, cursos introdutórios de informática para PDV e nos quais se apresenta o principal e melhor *software* leitor de telas do mundo: o JAWS. Desta maneira e com este estímulo, a ONCE se beneficia do fato de deter a licença exclusiva de vendas do programa para toda a Espanha. A ADVC e a ACIC, embora declarem refutar estas premissas perversas, acabam por promover também uma lógica de segregação por consequência deste contexto todo, com a diferença de que passam a impressão aos seus associados de que lutam mais pelos interesses deles(as) do que pelos da instituição.

2.4.5 Sínteses sobre o contexto espanhol da acessibilidade em contraponto ao brasileiro

A contextualização relativa à questão da acessibilidade comunicativa das pessoas com deficiência visual no âmbito espanhol e as análises preliminares dos dados relativos às apropriações das tecnologias assistivas por parte dos associados(as) da ADVC realizadas, me levaram a considerar que a realidade da comunicação acessível espanhola não se difere tanto da brasileira. A Espanha, principalmente em Barcelona, soube manter os benefícios, em forma de lei geral, promovidos pelas exigências das Paralimpíadas de 1992. Embora estas tivessem maior foco no âmbito da arquitetura e urbanismo é possível notar, nos dias de hoje, a clara influência dos direitos conquistados, desde aquela época, no âmbito comunicacional. Porém, a crise financeira pela qual passa a Europa, principalmente a Espanha, desde 2008, afetou diretamente as PDV, com cortes de gastos e diminuição de orçamento para investimento em saúde e educação. Contudo, o enfrentamento dessa crise por lá se dá sob uma estrutura social que já está bem desenvolvida, num país em que não há tanta desigualdade social como no Brasil. Logo, sente-se a crise de maneira menos impactante do que se não houvesse a estrutura pronta e muita desigualdade social.

No Brasil, por outro lado, ainda estamos desenvolvendo a estrutura social, através de muitas lutas por direitos humanos que emergem dos movimentos sociais e de classe. Assim, as entidades representantes das PDV no âmbito político visam conquistar os direitos básicos e fundamentais que ainda são desrespeitados no país. Dentre estes direitos estão os que se referem à comunicação acessível e, neste

sentido, o Brasil se assemelha muito com a Espanha com relação aos direitos conquistados que funcionam na prática. Em ambos os casos, existem várias leis e instruções normativas que regulamentam o setor, mas que na prática não funcionam. Os meios de comunicação, em geral, não cumprem o que é determinado e também não são cobrados pelos poderes públicos e pela sociedade a cumprir as leis e a respeitar as PDV. Os direitos à comunicação acessível, conquistados efetivamente, ainda são "tímidos" e burocráticos.

No Brasil, temos um histórico de conquistas importantes e também de perdas significativas, que tramitam desde o início deste século. Mesmo assim, no âmbito da comunicação, a recém-aprovada Instrução Normativa 116, da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), que "Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE" (FILHO, [s.d.]) significou uma importante conquista para as PDV. Esta instrução resolve que:

Todos os projetos de produção audiovisual financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE deverão contemplar nos seus orçamentos serviços de legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. (idem)

Esta determinação deverá fomentar e promover uma revolução no mercado audiovisual brasileiro que passaria, assim, a ter que formar novos profissionais para trabalhar com estas linguagens, bem como considerar, desde o projeto inicial, a necessidade de contemplar as pessoas com deficiência nas produções audiovisuais. Sendo assim, o que parece ser uma preocupação com "gastos", deveria ser compreendido como uma economia para o projeto, já que o custo de adequação de conteúdo para a acessibilidade é mais caro do que já produzi-lo desde o início em conjunto com as demais linguagens audiovisuais clássicas.

O fato é que em ambos os países ainda há muito descaso para com os direitos das PDV, que ainda são vistas como um estorvo social e não como pessoas que possuem uma diversidade funcional, que não são nem melhores e nem piores do que as demais pessoas. O direito à comunicação, hoje em dia, é fundamental para que as pessoas possam conviver em sociedade e exercer sua cidadania em diversos âmbitos, porém, sem acesso irrestrito e autônomo aos diversos tipos de

conteúdos existentes, as PDV são marginalizadas dentro de um processo de suposta "inclusão digital" promovida pelas tecnologias assistivas disponíveis.

Por outro lado, nós, os videntes, grupo social que determina as lógicas culturais atuais, precisamos reconhecer e tomar consciência da importância do respeito ao direito humano à comunicação plena e autônoma. Sendo assim, devemos considerar os projetos de comunicação, desde o seu início, com linguagens acessíveis aos diversos públicos. Isto precisa ser entendido não como uma mera questão técnica, mas sim como uma questão de humanidade. É preciso lembrar também que os usos e apropriações dos aparatos tecnológicos pelas PDV são em grande parte táticos, e isto não significa que elas consigam, através destas tecnologias, transpor todas as barreiras informativas que a cultura hegemônica dos videntes impõe aos processos comunicativos vigentes. No subcapítulo a seguir irei tratar, a partir destas considerações do contexto, da relação que as mediações exercem na problemática desta investigação.

3 PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA

A comunicação se tornou para nós questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimento. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 16)

A problematização teórica é entendida neste trabalho de investigação como uma práxis científica que pretende colocar em crise os principais conceitos propostos para a reflexão acerca dos temas relativos ao objeto de estudo. Em conjunto com a contextualização e a empiria, a problematização forma a tríade que sustenta a realização de uma pesquisa fundamentada e razoável cientificamente. Este estágio da pesquisa demandou procedimentos sistemáticos de estudo, anotações, referenciação e relacionamento de ideias que mais tarde serviriam para a composição deste capítulo, bem como das análises e considerações finais. Como explica Maldonado(2011, p. 297), a dimensão teórica "é uma suscitadora de saberes" que são desafiadores já que o "teórico e o experimental empírico convergem de modo intenso e frutífero para, quando a pesquisa supera as lógicas dicotômicas formais e flui para o desafio da criação" (idem).

Assim, este capítulo está organizado pela lógica das apropriações dos saberes gerados por estes estudos sistemáticos, que refletem numa ordem de apresentação de conceitos problematizados teoricamente e em construção de ideias articuladas entre os seguintes. Em primeiro lugar desenvolvo reflexão crítica sobre o conceito de Mediações, desenvolvendo raciocínios que implicam nas problemáticas propostas nesta pesquisa e provocando a necessidade de problematizar os demais conceitos. Em seguida, coloco em crise o conceito de Midiatização, tecendo ideias em antítese às proposições das mediações e suscitando a necessidade de trabalhar com o próximo conceito de Comunicação Digital sob o viés da invisibilidade, ou seja, da parte do processo comunicativo que não pode ser significado em função da existência das barreiras comunicativas. Por fim, para compreender como transpor estas barreiras foi necessário trazer à baía das discussões o conceito de Tecnologia Assistiva, que permitiu, em consequência entender as lógicas presentes nos Usos e Apropriações dos processos comunicativos, realizados pelas PDV em função da sua Cidadania Comunicativa.

3.1 MEDIAÇÕES

Todo este amplo contexto apresentado no capítulo anterior é configurador cotidiano das culturas das pessoas com deficiência visual, que se contrapõem, em condições adversas, com as culturas dos videntes (aqueles que enxergam). Neste subcapítulo, vou tratar de explicar como as diversas instâncias de mediação se constituem e operam de modo a transformar os usos e as apropriações dos sujeitos comunicantes. Considera-se também que as mediações são determinantes para entendermos os processos comunicativos que estamos investigando, como discutiremos na sequência.

Desde que, em 1987, o filósofo, semiólogo e antropólogo hispano-colombiano Jesús Martín-Barbero lançou sua obra mais importante e influente para o campo de estudos e pesquisas em Comunicação Social, intitulada *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia* (1997), as pesquisas no campo da comunicação passaram a considerar a recepção de modo mais complexo, configurado por mediações. A configuração contextual e conceitual deste seu livro nasce e ocorre desde meados dos anos 70 e em meio a uma disputa ideológica entre o hemisfério norte e o sul, quando pesquisadores(as) da América Latina assumem o papel de críticos radicais e rompem com a lógica da sociologia funcionalista dos Estados Unidos, provocando o surgimento da "teoria da dependência" (MATTELART, A.; MATTELART, M., 1999).

Neste período, temos uma efervescência conceitual contra hegemônica que vai ganhar força com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que promovera debates críticos sobre a questão da "Comunicação em sentido único" e sugerira uma "nova ordem mundial da informação e da comunicação" (NOMIC) (idem 1999, p. 120). A contragosto dos EUA e da Inglaterra, que se retiraram da UNESCO àquela época, por defenderem e desejarem impor, a todo custo, sua tese do "*free flow of information*"⁵¹, com o intuito de sobrepor seus interesses e inibir a emancipação cultural dos países latino-americanos, a UNESCO cria uma comissão internacional, em 1977, que fica responsável por realizar estudos e pesquisas sobre os problemas de comunicação.

⁵¹ Tradução: Fluxo livre de informações.

Presidida pelo irlandês Seán MacBride, Prêmio Lenin da Paz (1975-76) e Prêmio Nobel da Paz (1974), ativista dos Direitos Humanos a comissão publicou, em 1980, o relatório MacBride: "Um mundo, muitas vozes", que constatou o enorme desequilíbrio entre os fluxos informacionais entre os chamados "primeiro" e "segundo" mundos (MATTELART, A.; MATTELART, M., 1999). Foi nesta época também que surgiram os ideais de "democratização midiática" e de fortalecimento das mídias nacionais para diminuir a dependência de fontes externas, o que justamente incomodou os EUA que detinham consigo a hegemonia da indústria cultural midiática, com o maior fluxo de produção de conteúdos, sentidos e efeitos comunicativos. Além disto, outros tantos relatórios de pesquisa foram produzidos e apropriados pela UNESCO sobre aquilo que foi denominado como: "a sociedade da informação", momento histórico em que as telecomunicações passam a desempenhar um importante papel na configuração topológica daquela que viria a ser a "sociedade em rede" vislumbrada por Norbert Wiener e consagrada por Manuel Castells.

Aliás, como explicam os Mattelart, ainda em meados da década de 70 as discussões a respeito das lógicas das indústrias culturais geram acirradas disputas ideológicas, momento em que os pesquisadores franceses vão se destacar com suas posturas críticas que, principalmente, questionam a ontologia da natureza da mercadoria cultural. Para eles, diferentemente do que se pregava nas filosofias da Escola de Frankfurt, a indústria cultural não se configura sob uma única lógica, inclusive "ela nem existe em si", já que pode ser considerada amorfa e composta por elementos diversos que "se diferenciam fortemente um dos outros, por setores que apresentam suas próprias leis de padronização" (idem 1999, p. 122).

No início dos anos 80, Patrice Flichy publica *Les Industries de L'imaginaire* (idem 1999, p 123), onde aborda a formação do uso social das "máquinas de comunicar", bem como reconhece a transformação do cenário técnico em função disto. Neste sentido, os dispositivos midiáticos são as próprias mensagens, carregam consigo configurações sociais, políticas, econômicas e culturais que muito dizem a respeito do conteúdo que publicam. Assim, as pesquisas desta época revelaram que as articulações entre o âmbito nacional, internacional, multinacional e transnacional da comunicação precisavam superar o conceito funcionalista do "imperialismo cultural".

Porém, durante os anos 80 essa problemática das vertentes de pesquisa em comunicação, sob o viés dos estudos culturais, recebeu duras críticas vindas de correntes filosóficas do Canadá, Espanha, França e principalmente da Grã-Bretanha onde a corrente da "economia política" acusava os modos operativos dos "Estudos Culturais" de atuarem e privilegiarem, explicitamente, o âmbito ideológico. Segundo Mattellart (1999), essa posição crítica da linha filosófica da "economia política" desconsiderava as dimensões políticas e culturais dos meios de comunicação, concentrando-se nos meios em si. Como se a televisão e/ou o rádio fossem apenas "meios" de comunicação a serviço das lógicas capitalistas e os telespectadores e ouvintes atuassem como meros depósitos finais de informação dentro do processo comunicativo.

Já em 1987, com o lançamento do livro *Dos meios às mediações*, Martín-Barbero ajuda a promover a quebra desses paradigmas clássicos de pesquisa na América Latina, cujas vertentes científicas no campo da comunicação eram fortemente vinculadas às tradições funcionalistas estadunidenses ou à ortodoxia da Escola de Frankfurt. Para Grijó (2011, p. 1), pesquisas passaram a considerar e refletir sobre "a recepção do conteúdo dos meios de comunicação" e isto levou, inclusive, a uma má interpretação de muitas investigações que rechaçaram os meios em detrimento das mediações, como se elas fossem referentes à apenas à recepção.

Compartilhando com Lopes *et al* (LOPES; BORELLI; ROCHA RESENDE, DA, 2002, p. 41) considero as mediações como construções decorrentes das estratégias (trans)metodológicas, em abordagens multidisciplinares, construídas na arquitetura da pesquisa e tecidas numa inter-relação recíproca entre as instâncias da produção, do produto e da recepção. Este pensamento reafirma a proposta de Martín-Barbero com propriedade e inspira os pesquisadores deste campo científico a pensar os processos de comunicação a partir das mediações e não apenas dos meios.

Segundo o Dicionário Técnico e Crítico da Filosofia (LALANDE, 1996), filosoficamente, o termo "mediação" tem duas gêneses, a primeira de caráter idealista cristão, sob uma herança teológica e a segunda de caráter mais pragmático de vincular dialeticamente duas categorias. Esta última interpretação contribuiu para a má compreensão do termo conceitual batizado por Martín-Barbero que, no âmbito das pesquisas em comunicação, costumeiramente, é associado à ideia de uma ação intermediária ou intermediação. Mas, como já explicado anteriormente, os estudos

culturais latino-americanos inspiraram uma ruptura paradigmática com a metodologia funcionalista e passaram, inclusive, a considerar que o processo comunicativo não era produzido em sentido único, mas sim por uma malha de interações entre os diversos setores e atores sociais envolvidos.

A dimensão das mediações nos processos de comunicação se dá entre a produção e a recepção, num espaço ocupado pelas dinâmicas culturais, Martín-Barbero (1997, p. 233) vai considerar que elas interferem no modo pelo qual os receptores se apropriam dos conteúdos midiáticos. Ele sugere, em *Dos meios às mediações*, que elas são instâncias configuradoras na recepção televisiva as dimensões cotidianidade familiar, temporalidade social e competência cultural. A primeira delas sinaliza um âmbito significativo para os estudos de recepção, o das sociabilidades do cotidiano, onde as pessoas vivenciam relações familiares, sociais e institucionais que constituem suas culturas e seus modos de usos e apropriações das mídias. Já a temporalidade social é aquela que problematiza o uso e a apropriação do tempo, entre duas condições: a do tempo produtivo e a do tempo cotidiano, sendo o primeiro aquele que é valorizado pelo capital e o segundo aquele que se repete cotidianamente em função de suas próprias lógicas, sejam elas quais forem. Aqui se enquadram, por exemplo, as lógicas de tempo nas transmissões televisivas ou de rádio, bem como as associadas à produção de jornais e revistas impressas. Por fim, a competência cultural problematiza a relação das distintas configurações culturais dos sujeitos, configuradas nas aprendizagens formais e informais cotidianas, e adquiridas e aprimoradas ao longo do tempo com os usos e apropriações midiáticos. Aqui se apresentam os produtos do cotidiano, que são configurados por saberes estritos e/ou populares que não podem, nem devem, ser desvalorizados em sua ontologia cultural.

Conforme argumentam Lopes, Borelli e Resende (2002), o grande mérito de Martín-Barbero foi deslocar o foco das pesquisas em Comunicação Social do objeto central "meios de comunicação" para as "mediações", inserindo as análises comunicativas nos termos e condições das práticas culturais. Desta forma, a proposta teórica de Martín-Barbero condiz com o conceito de "pensamento complexo" proposto por Morin (1986), bem como articula e converge com a "teoria das hegemonias" de Gramsci (1978) no que se refere ao entendimento da cultura como um campo de lutas simbólicas. Sendo assim, é interessante perceber que a relação midiática deste processo comunicativo, neste âmbito dos meios e das

mediações, está intimamente relacionada com as culturas nos universos socioeconômicos em que ela está inserida.

Por isso, no prefácio à 5ª edição espanhola, sob o título *Pistas para entre-ver meios e mediações* (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 11), o autor reflete sobre a necessidade de inversão de perspectiva conceitual para a conjuntura da época na América Latina, "das mediações aos meios". Para ele e para alguns de seus amigos acadêmicos, este parecia ser o rumo necessário das pesquisas naquele momento, ou seja, o caminho contrário ao proposto, justamente por conta do contexto em voga. Na realidade, Martín-Barbero estava a criticar a má apropriação daquilo que ele havia proposto, usando uma retórica razoável para chamar a atenção para isto, ao mesmo tempo em que problematizava a questão.

Assim, ele considerou duas vertentes de pensamento: uma que contemplasse a transformação veloz das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) que busca "levar em conta os meios" na hora de construir políticas públicas em contra partida ao poder hegemônico; e outra que considerava um cenário de otimismo tecnológico em dialética com um pessimismo político buscando legitimar, através do poder dos meios e por perversão de sentido, as demandas políticas e culturais. Nesta possibilidade, qualquer expressão midiática contra hegemônica já serviria como questionamento à ordem social e cumpriria sua relação comunicacional. Porém, Martín-Barbero também nos atentou para a importância da vigilância epistemológica ao tratarmos destas questões, afinal, sem ela seria possível cair numa armadilha fácil do determinismo tecnológico e sucumbir de novo às lógicas funcionalistas de maneira acrítica.

No entanto, sua preocupação era ainda mais profunda e tinha relação com a dicotomia promovida pela fascinação e pelo determinismo tecnológico que, de algum modo, permitia assimilar novas formas, estéticas e procedimentos culturais e comunicativos, de maneira veloz e até mesmo com certa facilidade, mas que inibia a recomposição, na mesma medida, "dos valores sociais, normas éticas e virtudes cívicas" (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 12). O que está em jogo, hoje em dia, para ele é a "razão comunicativa", proposta por Habermas, em função das indústrias culturais, ela seria a responsável por agenciar os fluxos dos "mercados", suas conexões globais e hibridizações que possibilitam o que ele considerou como "hegemonia comunicacional". Ou seja, a comunicação, nestes casos, estaria a conectar e desconectar elementos culturais assim reconfigurando novos modelos de

sociedade, independente de estas estarem em tempos sociais distintos, como uma onda impossível de ser detida.

No que tange à questão cultural, a produção profusa de bens simbólicos, através dos diversos meios e canais, passa a ser responsável pela "vida social" das pessoas, agenciando modos de viver, comportamentos éticos e valores morais. Martín-Barbero indica que, hoje em dia, há uma "máquina de racionalização" que não é mais capaz de distinguir o que a antropologia classificava como "cultura" daquilo que a sociologia adotou como "cultura" para as sociedades modernas. Isto significa que hoje podemos considerar como sujeito/objeto da cultura tanto a arte, quanto a saúde, bem como o narcotráfico, a ciência, a tecnologia, as questões de gênero ou a política. Tudo o que possa servir ou influenciar um universo de interesse e foco possui características de mediação cultural e pode ser sujeito ou objeto de uma cultura. Um bom exemplo disso é a dimensão política, que em virtude das características e virtudes dos diversos meios de comunicação, passou a desempenhar um papel determinante nas tramas dos discursos e ações cotidianas da sociedade, configurando-se assim numa importante instância de mediação, que é entendida aqui como parte do processo comunicativo.

Incomodado pelas más apropriações de seu conceito e instigado por seus colegas acadêmicos, a refletir sobre ele, Martín-Barbero propõe um "novo mapa das mediações", publicado no prefácio da 5ª edição de seu livro. Nesta nova proposta, considera novas complexidades nas relações constitutivas entre as instâncias de mediações: comunicação, cultura e política, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Novo mapa das mediações (com acessibilidade)



FONTE: MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 16.

Este novo esquema se fundamenta sob dois eixos que Martin-Barbero chamou de "diacrônico" (histórico de longa duração) e "sincrônico" (atualizado no tempo social), sendo que o primeiro se relaciona com as "Matrizes Culturais" (MC) e os "Formatos Industriais" (FI) e o segundo com as "Lógicas de Produção" (LP) e as "Competências de Recepção" (CR) (1997, p. 16). As inter-relações entre os eixos principais são mediadas por instâncias distintas e são constitutivas do processo comunicativo em função da cultura e da política. As MC, por exemplo, são mediadas historicamente pelas institucionalidades para configurar as LP, na mesma medida em que isto ocorre na direção contrária. Assim como as MC devem às mediações de sociabilidades do cotidiano para promover as CR e vice-versa. Diametralmente oposto neste gráfico, em contraponto, os FI são mediados pelas tecnicidades e pelas ritualidades. As tecnicidades se relacionam diretamente com as LP, cujas MC são tecidas pelas institucionalidades, assim como as ritualidades ligam-se às CR que são constituídas pelas sociabilidades do cotidiano advindas das matrizes culturais. Esta conjuntura do mapa de mediações revela uma compreensão sobre a constituição do tecido comunicativo em função do contexto cultural e político, a partir da compreensão de que a lógica comunicativa é formada por um processo que decorre da cultura em diversas instâncias e tempos sociais diversos.

Neste trabalho investigativo as mediações são construídas, compreendidas e apropriadas a partir da observação dinâmica dos fenômenos concretos associados ao objeto e aproximações empíricas que permitiram a visualização de dimensões relevantes. Os principais aspectos da problemática foram organizadas em dois principais eixos "Mediações e Tecnicidades" onde cada um destes eixos é composto por dimensões.

No âmbito das mediações, as dimensões concretamente trabalhadas foram:

- Mundividências e cultura do invisível: nesta instância os aspectos operativos são de ordem cultural, no âmbito das lógicas videntes e em contraponto à cultura daquilo que é invisível, tanto para as PDV quanto para os videntes.

- Organizações e instituições ligadas às PDV: aqui operam os aspectos institucionais que regulam as dinâmicas organizativas e que, justamente por conta disto, implicam na constituição e configuração dos usos e apropriações dos processos comunicativos.

- Cenários de sociabilidade do cotidiano: essas dimensões se propõe a desvelar as relações sociais do dia-a-dia, que ante as suas lógicas particulares configuram usos e apropriações que as PDV fazem dos produtos comunicativos.

- Ativismo político relativo às PDV: a importância desta instância se dá no âmbito das relações políticas históricas cotidianas dos indivíduos, e se apresentam como marcas relevantes na constituição dos sujeitos comunicantes com deficiência visual no que tange a sua cidadania.

- Competências multimidiáticas e ciberculturais: nesta dimensão de mediação se revelam as lógicas de construção das habilidades e competências midiáticas adquiridas ao longo do processo histórico de cada sujeito.

No eixo das "tecnicidades" os aspectos trabalhados foram:

- Tecnologia assistiva: dentro das suas lógicas técnicas de mediação, esta instância se apresenta como determinante para a compreensão dos modos de apropriação e transposição de barreiras informativas geradas nos processos comunicativos.

- Design de acessibilidade universal: este conceito, apropriado aqui como uma instância de mediação, quando usado, é elementar para o entendimento das lógicas de produção comunicacional, suas estratégias de transposição de barreiras informativas e condições de planejamento prévio; sua ausência denota, justamente, o contrário.

- Arquitetura da informação: este elemento, como instância de mediação, configura as possibilidades de usos e apropriações, muito em função de um planejamento prévio, que deveria contemplar o desenho universal para evitar ao máximo todas as barreiras informativas conhecidas.

- Linguagens digitais acessíveis: esta instância compreende a capacidade das linguagens se adaptarem ao contexto sócio-tecnológico-político, considerando estas vertentes e o reconhecendo suas potencialidades comunicativas, adequando-as às questões da acessibilidade.

A partir das configurações dos aspectos da problemática, por instâncias de mediações e tecnicidades, bem como suas incidências em todos estes âmbitos, há a possibilidade de avançar na compreensão dos usos e apropriações que os sujeitos com deficiência visual realizam dos conteúdos em processos de comunicação digital. Além disto, esta condição considera as possibilidades que esse cenário oferece no tocante às possibilidades de acessibilidade e de cidadania comunicativa.

Sendo assim, entendo que os usos e as apropriações destes produtos comunicativos, em última instância, são o resultado de uma complexidade de processos que não podem ser padronizados em virtude de como se qualificam as mediações. As ações dos sujeitos envolvidos neste processo comunicativo final não devem ser entendidas como "passivas", mas sim como apropriações atravessadas, matriciadas por mediações.

No capítulo seguinte, vou me apropriar do conceito de mediação e propor o de midiatização, inter-relacionando-os com a temática proposta na problematização desta investigação.

3.2 MIDIATIZAÇÃO

Para o desenvolvimento desta pesquisa, parto do princípio de que estamos numa sociedade mediada pela tecnicidade da midiatização, ou seja, as transformações ocorridas na ecologia midiática e nas apropriações culturais, nestes últimos 150 anos, configuraram nossas sociedades em âmbito local e global, colocando em crise as identidades dos sujeitos. Ainda presenciamos uma mídia-morfose paradigmática neste cenário de fluxos contínuos e de tensionamentos que nascem sob o signo da "era da informação" e/ou da "sociedade em rede" (CASTELLS, 1999a). Entendo também neste sentido, assim como propõe Martin-

Barbero, que “a comunicação se tornou uma questão de mediações, mais do que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimento” (2009, p. 16). Este reconhecimento citado refere-se, também, às mediações, sob os usos e apropriações que os sujeitos fazem cotidianamente e cujos reflexos ocorrem no âmbito dos diversos sistemas culturais que compõe a sociedade em distintas temporalidades.

Nas pesquisas acadêmicas na área da Comunicação Social, não há um consenso sobre o melhor termo conceitual para caracterizar este momento midiático em que vivemos, encontra-se como principais nomenclaturas: “sociedade em vias de mediação”; “sociedade dos meios” e “sociedade mediada”. Assim como explica Braga (2012, p. 37): "O conceito de mediação, 'ainda em fase de construção', como observa a chamada de artigos para o Livro Compós de 2012, solicita uma abrangência maior". Isto ocorre em virtude do viés e angulação de cada pesquisa e pesquisador(a), suas matrizes epistemológicas, experimentos, compreensão sobre a interação dos atores sociais e a perspectiva de seu trabalho. Para essa pesquisa, assumirei o termo “sociedade em processo de mediação”, considerando e compreendendo que o conceito e estas lógicas sociais ainda estão em processo de configuração. Assim como, entendo a mediação como um elemento cultural fundamental e determinante nos processos comunicacionais contemporâneos.

Para entender melhor a mediação e os processos midiáticos, em função das mediações, considerarei a conjuntura histórica da cultura das mídias como configuradora matricial do atual estágio da ecologia midiática. Quando falo de mediação, quero me referir a um período da história humana bastante recente, fluente a partir do século XX e mais propriamente massificado a partir de meados daquele mesmo século. Trata-se de um fenômeno circunstancial regido pelas dinâmicas impostas pelo desenvolvimento tecnológico associado aos interesses estratégicos, inclusive filosófico-político-religioso-cultural-militar, dos países que compunham o chamado “1º mundo” naquele período. Além deste processo histórico, há de se considerar o desenvolvimento técnico que implicou diretamente nas práticas da comunicação ao longo do século passado entre seus diversos atores. (SANTAELLA, 2004)

Desde a chegada da web⁵², no mundo todo, em meados dos anos 90, os modos de interação mediados entre humanos e dispositivos computacionais, em processos midiáticos, colocaram em xeque os principais paradigmas estratificados das teorias da comunicação social que haviam sido conceituados anteriormente ao fenômeno da cibercultura. Neste cenário, ressalto a importância da problematização que ronda as questões da midiatização, entendida por Sodré como “uma ordem de mediações socialmente realizadas – um tipo particular de interação, que podíamos chamar de tecnomediações” (2006, p. 20), visto que houve transformações significativas desde a “apocalíptica” comunicação de massa e a “integrada” cibercultura. Neste sentido, Fausto Neto salienta:

Nestes termos, a sociedade na qual se engendra e se desenvolve a midiatização é constituída por uma nova natureza sócio organizacional na medida em que passamos de estágios de linearidades para aqueles de descontinuidades, onde noções de comunicação, associadas a totalidades homogêneas dão lugar às noções de fragmentos e às noções de heterogeneidades. (FAUSTO NETO, 2006, p. 3)

Isto nos dá o panorama do cenário proposto pelo desenvolvimento midiático e que nos permite pensar, inicialmente, porque os paradigmas vigentes nas teorias da comunicação tendiam para a defesa da ideia de que o avanço e a convergência tecnológica formariam uma sociedade uniforme, com gostos, padrões e consumo homogêneo. Isto não só não se ratificou como passou a ser refutado e criticado pelos estudiosos e pesquisadores do campo da comunicação. Há que se considerar que tanto a tecnofilia quanto a tecnofobia devem ser analisadas de forma imparcial neste processo. Evitarei tomar partido ou me valer de pré-conceitos cristalizados a respeito das implicações do avanço tecnológico comunicativo, a fim de evitar uma visão parcial e redutora sobre o tema que já é suficientemente controverso.

Desde a invenção das mídias eletrônicas rádio e cinema, no final do século XIX, a sociedade tem se relacionado com os meios de comunicação de maneira cada vez mais intensa. A cultura das massas foi se reconfigurando para a cultura das mídias, não mais com espectadores ativos apenas em termos de produção

⁵² Consideramos a Web a partir do momento em que o acesso à internet passou a ser mediado por "navegadores" (browsers) que possibilitaram o acesso a conteúdos em hipertexto com imagens e posteriormente sons.

simbólica, mas com usuários cada vez mais participativos e interativos nos processos midiáticos. Neste sentido, Maldonado argumenta que:

A midiaticização é um processo histórico singular que aconteceu de forma expansiva e intensa no século XX, como necessidade sistêmica das formações sociais capitalistas hegemônicas, as quais estruturaram por meio da informatização seus modelos financeiros, industriais e comerciais e suas novas reconfigurações. (MALDONADO, 2002, p. 6)

Até meados do século XIX as culturas ocidentais apresentavam distinções entre uma cultura erudita das elites dominantes e do outro da cultura popular das massas. Com a participação dos meios de reprodução técnicos massivos como o jornal e as revistas impressas e dos meios eletrônicos de difusão como o rádio, o cinema e a TV, houve uma reconfiguração social impactada pelos âmbitos econômicos, políticos e principalmente o cultural. Isto significou uma crescente hibridização das culturas, da tradicional com a moderna, da artesanal com a industrial e da rural com a urbana. Quanto mais crescente foi a popularização dos meios de comunicação no século XX, mais complexas foram as possibilidades de se estabelecer as fronteiras destas distinções entre o que passou a ser chamado de “cultura massiva”, entre a popular e a erudita. Para Santaella, essa situação atingiu seu clímax a partir dos anos 80, com novas formas de consumo, fomentadas pelas tecnologias disponíveis que formataram a “cultura do descartável”, atrelada às demandas de mercado e intimamente associadas aos videocassetes, videogames, TVs a cabo ou por satélite, CDs, DVDs e mais recentemente os computadores pessoais.

No contexto de reconfiguração da ecologia das mídias, aprofundaram-se os processos de hibridação cultural, dinamizados por fluxos de conteúdos complementares, passando de uma mídia à outra, naquilo que também ficou conhecido por “cultura das mídias”. Ainda que de maneira básica, podemos afirmar que a transmediatização, essencialmente já ocorria nos tempos das mídias analógicas, mas este processo se efetiva em amplo aspecto sob a égide da comunicação digital em tempos de cibercultura.

A década de 90 foi determinante para o que considero a principal reconfiguração dos processos midiáticos desde a invenção do rádio. A comunicação interplanetária via redes telemáticas propiciou a popularização dos processos e das

interações mediadas por computador. Isto gerou paradoxos, como o da ubiquidade não presencial em “tempo real” e transformações nas dinâmicas do *ethos* das sociedades em redes digitais. Neste sentido, Mata (1999) nos propõe compreender a midiatização a partir de mudanças e reconfigurações de modelos culturais:

A midiatização da sociedade – a cultura midiática – nos apresenta a necessidade de reconhecer que é o processo coletivo de produção de significados através do qual uma ordem social se compreende, se comunica, se reproduz e se transforma, o que se tem redesenhado a partir da existência das tecnologias e meios de produção e transmissão de informação e a necessidade de reconhecer que esta transformação não é uniforme (MATA, 1999, p. 85).

Assim, compreendo a cultura midiática como resultante das processualidades relativas aos sistemas de informação, seus meios e suas tecnologias ou “tecnomediações” como prefere Sodré.

É oportuno explicar que, em se tratando de processos midiáticos, cada novo paradigma comunicativo significa uma oportunidade de alterar o fluxo do sistema informacional, através de novos meios. Neste sentido, a web tem sido profícua e desafiadora aos pesquisadores de comunicação visto que, desde o surgimento da era comercial da internet, em meados dos anos 90, a cibercultura tem colaborado constantemente para a construção do “caráter” da comunicação digital e, por consequência, da sociedade em processo de midiatização.

Este vasto campo de meios tem colaborado de maneira estratégica para a configuração das sociedades, como explica Maldonado:

A midiatização estruturada pelos processos histórico/econômicos/políticos geram formas de vida social e culturas específicas que constroem modelos, nos quais o campo midiático tem um lugar estratégico na configuração das sociedades contemporâneas. Ele possui a característica de atravessar todos os outros campos, condicioná-los e adequá-los as formas expressivas e representativas da mídia. São demonstrativos dos processos de midiatização os campos político, econômico, religioso, cultural e social. (MALDONADO, 2002, p. 7)

Este pensamento se associa ao que escreveu Jesús Martín-Barbero (2006), salientando que não podemos mais desconsiderar o sucedido naquele fatídico “11 de setembro”, em Nova York, e o que foi tratado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2001, para contextualizarmos os processos midiáticos e as problemáticas

da comunicação social contemporânea. Em face do ocorrido e da "sensação de insegurança" transmitida a todo planeta, passamos a ter em vigor um cenário dramático, digno dos enredos das teledramaturgias latino-americanas, cujos personagens - dirigentes políticos, organizações sociais e indivíduos – estão envolvidos numa trama neoliberal perversa que promove desequilíbrio ao campo da comunicação, fortalecendo os lucros excessivos em detrimento, cada vez mais, dos Direitos Humanos e da cidadania necessária.

Em nome da "segurança", as principais "autoridades políticas" mundiais, das mais diversas nações, transformaram as fronteiras físicas e as vias de comunicação em territórios de "legitimação da desconfiança", abrindo possibilidades para a violação dos direitos humanos, da privacidade e da liberdade incitando, também, o aumento do preconceito racial e étnico, bem como dando razões estereotipadas aos fanáticos religiosos, extremistas e radicais. Percebe-se, assim, que o atual cenário da midiatização é composto por interesses particulares das instâncias das mediações e que estes prevalecem em relação ao interesse social comum, à cidadania e aos direitos humanos.

Ainda segundo Martin-Barbero em relação a isto, por outro lado, acusa-se erroneamente, e em senso comum, a internet de ser uma propagadora de informações amorais, incultas e ilegais. Todavia, estas características não surgiram com a "invenção" da internet, isso é um claro reflexo das práxis sociais. Assim costuma-se, levianamente, imputar às práxis da sociedade em rede uma culpa que corrobora com a sua "má fama", ocasionada principalmente pela evidente facilidade de acesso às diversas informações. Esta "má fama" também faz parte de uma lógica estabelecida e oriunda dos discursos das "autoridades" que, como já dito anteriormente, conseguem apoio popular para agir controlando os fluxos de informação de acordo com seus interesses. Ou seja, quanto mais "perigos sociais" circularem na rede, mais se justificam os controles.

Contudo, foi durante o Fórum Social Mundial (2001), em Porto Alegre, que ficou evidenciado, durante os debates e discussões, que a comunicação não poderia mais ser tratada de maneira meramente temática ante os problemas das organizações sociais, mas sim de forma estratégica e articuladora. A globalização, ou melhor, "as globalizações" como prefere Boaventura de Souza Santos, e a sociedade em rede, que começara a se formar com mais intensidade e popularidade neste início do século XXI poderiam, então, contribuir para a disseminação de ideias

independentemente das oligarquias comunicacionais vigentes à época, como também explica Martin-Barbero:

Mas a comunicação aparece também em Porto Alegre como lugar de duas oportunidades estratégicas: primeira a que a digitalização abre, possibilitando a aposta numa linguagem comum de dados, textos, sons, imagens, vídeos, desmontando a hegemonia racionalista do dualismo que até agora opunha o inteligível ao sensível e ao emocional, a razão à imaginação, a ciência à arte, e também a cultura à técnica, e o livro aos meios audiovisuais; a segunda: a configuração de um novo espaço público e de cidadania, desde as redes de movimentos sociais e de meios comunitários, como o espaço e a cidadania que o próprio Fórum Mundial tornou possível, sustenta e conforma. (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 52).

À época do Fórum (2001), não se sabia exatamente como a internet se configuraria, ainda não tínhamos o surgimento de redes sociais digitais de alcance global como se transformaram o Orkut, o Facebook e outras tantas. No entanto, era possível vislumbrar o potencial da rede, justamente por características fundamentais de isonomia e neutralidade o que, em tese, garantiria o fluxo de informações sem barreiras. Porém, ao longo desta primeira década do século XXI, o que se viu foi um intenso desgaste desta proposta original, que fundamentou o conceito da internet, assim como um aumento extraordinário do cerceamento aos Direitos Humanos relacionados ao acesso, produção e compartilhamento de informações em diversos países.

Ilse Scherer Warren nos chama a atenção para a relação dialógica existente no cenário das redes sociais formada na sociedade da informação. Nesta, há o confronto entre o tradicional e o moderno, o local e o global e o indivíduo e o coletivo. Estas tensões ocorrem em três instâncias de mediação distintas, conforme ela explica:

- a) Temporalidade (comunicação em rede em tempo real, mas que permite a conexão de tempos sociais distintos);
- b) Espacialidade (criação de territorialidades de novo tipo, virtuais e presenciais, e a conexão entre ambas);
- c) Sociabilidade (novas formas de relações sociais, quanto à intensidade, abrangências, intencionalidade e, em especial, a seu significado e alcance num novo tipo de esfera pública). (SCHERRER, 2006, p. 217)

Como ela mesma conclui, "não há como considerar a multidimensionalidade das redes para entendimento dos sujeitos", há uma diversidade de movimentos

sociais, com diferentes intuítos, culturas e identidades próprias, no entanto, em tempos sociais e territorialidades diferentes. Por isso, ao se querer compreender a cultura das PDV em função da comunicação social, será preciso recorrer a um profundo exercício de alteridade, para compreender suas lógicas específicas, considerando a hegemonia das pessoas videntes em função das diversas instâncias de mediações.

Esta tensão entre os poderes políticos e a sociedade, no contexto da midiatização, tem como fio condutor a hegemonia comunicacional, resquício, ainda, de um tempo em que a comunicação de massa era entendida apenas de modo transmissional e em que isto despertava os anseios daqueles que detinham a hegemonia o poder. Contudo, a internet tem se mostrado resistente e interessante àquelas propostas apresentadas no I Fórum Social Mundial de Porto Alegre/RS (2001) e mesmo que ainda haja tentativas de controles e movimentos fortes pelo fim da neutralidade e da isonomia da rede, encontramos focos de resistência na rede. Neste sentido, lembro-me do momento histórico da "Primavera árabe⁵³" que, se não foi determinado pelas redes sociais digitais, como suscitado em senso comum, também não seria justo desconsiderar a importância delas no processo comunicativo. Fato que demonstra o papel exercido pela internet e seus diversos canais nos tempos atuais: não determinante, mas com condições de organizar e potencializar a disseminação de informações e, sendo assim, contribuir para a construção de culturas híbridas com resistência aos diversos poderes oblíquos e, de acordo com Castells, de dar estrutura organizativa aos movimentos sociais na rede.

É neste sentido que devemos refletir sobre o que nos propõe García Canclini (1997) a respeito do "descoleccionar" e "desterritorializar" a cultura, o que também foi proposto por Pierre Lévy (1999). Os sistemas culturais midiáticos estão imbricados nas relações da cultura com a sociedade, que por sua vez tem comportamentos distintos dependendo do segmento social em que se encontram, em grupo ou individuais, que assim prefiguram sentidos peculiares e característicos. Por conta disto, a organização dos bens simbólicos, suas informações, por exemplo, sempre foram uma forma de apropriação daqueles que sabiam se relacionar com eles.

⁵³ Primavera árabe: Onda revolucionária inaugural de manifestações civis e populares, de protestos políticos que vêm ocorrendo no Oriente Médio e no Norte da África desde 18 de dezembro de 2010 e foram mediados por redes sociais digitais.

"Conhecer sua organização já era uma forma de possuí-los, que distinguia daqueles que não sabiam relacionar-se com ela" (GARCIA CANCLINI, 1997, p. 302).

Esta apropriação depende claramente das competências culturais que as pessoas adquirem em relação à gramática do objeto cultural; quem tem mais acesso e mais conhecimentos, pode usar e compreender melhor, logo, também tem maior chance de desenvolver mais competências relativas àquele bem cultural. Seguindo esta lógica, podemos enxergar com propriedade a clara hegemonia dos "videntes" nas culturas contemporâneas de maneira geral. Por silogismo, é possível pensar que se as PDV sempre estiveram e ainda estão em desvantagem competitiva, logo, também tem menos condições e mais dificuldades para transformar os objetos culturais em prol de sua cidadania e cotidiano. As pessoas videntes, costumeiramente, ignoram o fato de estarem em situação privilegiada nessa relação social, não percebem claramente que, através de suas práticas cotidianas e ritualidades instituídas na cultura, criam barreiras que impedem os acessos das PDV a um mesmo tipo de mundo. Assim, podemos entender que as PDV vivem num tempo social distinto, estigmatizadas em um mundo próprio construído com as sobras do mundo dos videntes e cercado de barreiras e muros.

McLuhan (2007) nos atenta para um fato interessante e que tem relação com isso: a história da midiatização que ocorrerá na passagem da cultura oral para a escrita. Ela vai se consagrar graças ao alfabeto fonético, impresso primeiro em papiros e, mais tarde, no papel e hoje nos vídeos. Desde então, isto significou uma perda simbólica irreparável para as sociedades. Diferentemente do que se acredita em senso comum, a invenção tecnológica da escrita e da possibilidade da multiplicação de conteúdos impressos em massa pela prensa de Gutemberg não representaram necessariamente avanços sociais. Temos nesse processo retrocessos, ao considerarmos as sociabilidades e não necessariamente as intelectualidades. Pois a cultura letrada depende de uma reeducação artificial para que se aprenda a lidar com os novos códigos da linguagem escrita, diferentemente do que acontece com a cultura oral, que exigia apenas que a pessoa fosse ouvinte e criada naturalmente entre os demais membros daquele clã social.

Até hoje, esse é um problema "insolúvel", em praticamente todos os países, ainda convivemos com uma parcela razoável da população mundial que é iletrada, analfabeta conceitual ou funcional. Para Vygotsky (VYGOTSKY, 1997) o déficit entre a capacidade cognitiva auditiva e a visual para compreensão textual é determinante

para a construção do imaginário e da amplitude do conhecimento. Para a leitura alfabética, são necessárias habilidades de decodificação do sistema fonético, que é composto por sons e imagens. Já para entender o que é dito, o decodificador advém de uma habilidade "natural" adquirida desde o nascimento. Sendo assim, a partir da adoção da cultura escrita pelas diversas sociedades, tivemos uma segregação entre uns poucos privilegiados que tinham acesso à educação para aprender a ler e a imensa maioria que não tinha o mesmo acesso.

Por outro lado, as mediações e a mediação da cultura escrita foram preponderantes na construção da ideia de "homem civilizado", mas que acabou por dividir as sociedades entre aqueles raros que dominavam o novo código escrito e a imensa maioria iletrada, como explica McLuhan:

O alfabeto fonético é uma tecnologia única. Tem havido muitas espécies de escrita, pictográficas e silábicas, mas só há um alfabeto fonético, em que letras semanticamente destituídas de significado são utilizadas como correspondentes a sons também semanticamente sem significação. Culturalmente falando, esta rígida divisão paralelística entre o mundo visual e auditivo foi violenta e impiedosa. A palavra fonética escrita sacrificou mundos de significado e percepção, antes assegurados por formas como o hieróglifo e o ideograma chinês. (MCLUHAN, 2007, p. 102)

O alfabeto fonético letrado é uma tecnologia diretamente associada ao poder e é um representante, principalmente, dos interesses das culturas hegemônicas. Antes, nas culturas orais o indivíduo, para dominar o código e exercer sociabilidades cotidianas comunicativas, necessitava apenas ter nascido ou convivido com determinado grupo social ou tribo, além de ter capacidade auditiva e mental razoável para aprender o código "naturalmente". Não era necessário frequentar nenhuma instituição formal, bastava conviver e realizar trocas simbólicas em seu cotidiano, que em sua fase adulta o indivíduo seria capaz de dominar as lógicas da linguagem. Com o advento da escrita isso mudou e apenas quem tinha condições de acesso à educação formal era capaz de se beneficiar com o novo código.

O surgimento da cultura escrita é controverso, mas Gontijo (2004, p. 50), aponta para as sociedades pré-históricas, no nono milênio a.C., que passaram a dominar a agricultura e a pecuária, como responsáveis pela invenção tecnológica do registro escrito contábil dos grãos e cabeças do rebanho. Isto ocorria em "fichas de barro" conhecidas como "tokens" que registravam quantidades e tipos de "coisas"

em símbolos gráficos. É evidente também que a necessidade do registro escrito tem íntima relação com a perda da confiança entre os seres humanos, onde a fala não representava segurança social.

A cultura oral se sustentava na capacidade de memorização, os anciãos eram responsáveis por transmitir aos mais novos as tradições e histórias, assim como toda a linhagem ascendente. Com o passar do tempo, a quantidade de informações e detalhes passou a tornar inviável a memorização e isto colocou o sistema social em crise, foi necessário criar uma nova tecnologia capaz de registrar, armazenar e poder ser acessada quando fosse necessário. O curioso é que, desde esta época, as pessoas já demonstravam aversão ao novo, quem dominava a habilidade de memorização refutava a ideia de registro em tábuas de barro, sob o argumento de que isto reduziria a capacidade humana de memorização. Esse comportamento é semelhante à tecnofobia que temos hoje em dia, em relação às novas tecnologias da informação e comunicação.

Será muito tempo depois, em torno do segundo milênio a.C., que surgirão os silabários (idem 2004, p. 74) cuja invenção não pode ser precisada no tempo e no espaço, por decorrer de um longo processo de evoluções técnicas e conceituais ao longo de milênios. Mas o que é sabido é que sua principal contribuição à cultura letrada foi a associação das representações gráficas aos sons. Por volta de 800 a.C. esta lógica inspiraria a criação dos alfabetos ocidentais em diversas línguas. Contudo, serão os gregos os responsáveis por racionalizar o alfabeto arábico a partir de apenas 23 letras. Eles foram capazes de traduzir em sinais todos os fonemas possíveis da língua grega e este legado proporcionou a criação de uma "literatura original" que foi responsável por transcrever as obras de Homero e Eurípedes que antes só existiam de forma oral e eram declamadas em versos para facilitar a memorização (GONTIJO, 2004, p. 79). Com o alfabeto, foi possível criar uma nova semântica literária, com significados denotativos e conotativos dando origem a muitas obras primárias que resistem até hoje.

Para McLuhan, "a separação do indivíduo, a continuidade do espaço e do tempo e a uniformidade dos códigos são as primeiras marcas das sociedades letradas e civilizadas" (2007, p. 103). Contudo, este caráter civilizatório mediatizado foi responsável por reduzir o repertório simbólico das sociedades ocidentais, já que na Índia, China e Japão as linguagens gráficas ainda se estendem para além da representação fonética, como ele ainda explica:

Como intensificação e extensão da função visual, o alfabeto fonético reduz o papel dos sentidos do som, do tato e do paladar em qualquer cultura letrada. Que isto não aconteça em culturas como a chinesa, que utiliza uma escrita não-fonética, é um fato que a capacita à manutenção de um rico celeiro de percepção inclusiva e profunda da experiência e que tende a se malbaratar nas culturas civilizadas do alfabeto fonético. (MCLUHAN, 2007, p. 103)

Assim, é possível compreender que as perdas simbólicas em função da cultura escrita, ao longo do tempo, não foram apenas socioculturais, mas também no âmbito comunicativo, através da diminuição de percepção objetiva dos elementos constituintes dos processos de comunicação. Se este prejuízo foi significativo na cultura dos videntes, para a cultura invisível, ou seja, a cultura de quem tem dificuldade de enxergar, o prejuízo social foi ainda mais contundente. Podemos compreender isto a partir do primeiro sistema eficiente de leitura e escritura para as PDV: o Braille, que se trata de uma codificação análoga ao alfabeto e era, então, a única forma que as PDV tinham de acesso à semântica da língua materna. Mas, com a popularização dos computadores e o avanço tecnológico, foi possível criar programas que fazem a leitura em áudio (leitores de tela) do conteúdo escrito na tela do computador. Porém, desta maneira, as PDV passaram a não ter acesso à palavra escrita e nem à semântica da língua, pois assim, têm-se acesso mediado e midiaticado à pronúncia e não mais à ortografia e gramática propiciada pelo Braille.

Podemos considerar que, dentre as deficiências cognitivas (auditiva, visual e mental) a visual é a que possui a maior desvantagem em seu desenvolvimento sociocomunicativo hoje em dia. Penso isso ao considerar que vivemos num mundo midiaticado onde há muito mais visualidades, numa plena "era da iconofagia" (BAITELLO, 2005), onde a produção, consumo e compartilhamento de imagens acontece em profusão jamais vista na história da humanidade. Neste cenário, a visão desempenha um papel tão importante nas sociabilidades cotidianas que o reflexo disto é possível de se perceber a partir, por exemplo, da própria cultura midiática.

Neste exercício de percepção e reflexão sobre a cultura midiática contemporânea, fica evidente que os produtos imagéticos de qualquer ordem, geralmente possuem valores comerciais e/ou simbólicos maiores ou mais importantes do que os produtos sonoros. Podemos ter como exemplo, hoje em dia, a diferença de valor simbólico entre a palavra falada e um documento escrito impresso, os impressos (visuais) tem mais valor político e social. Outro bom exemplo

são os valores díspares, comerciais e/ou simbólicos, entre as principais obras de arte visuais e as sonoras, como os quadros e discos musicais. Assim também, podemos comparar o preço de um aparelho de televisão (linguagem audiovisual) em comparação ao de um rádio (linguagem sonora), a TV é mais cara e gera mais interesse da audiência do que o rádio.

Além disso, ainda neste sentido, ao refletirmos sobre o âmbito da comunicação acessível, a LIBRAS – língua das pessoas com deficiência auditiva - é muito mais usada, disponível e conhecida socialmente do que o Braille ou a audiodescrição – respectivamente o sistema de leitura e o de tradução verbal para as PDV. Deve-se considerar que a linguagem de LIBRAS exige visualidades para a significação dos gestos, embora até se possa interpretá-los com o tato - no caso dos surdos-cegos, a língua é expressa na forma de gestos. Já o Braille é um sistema tátil que praticamente não tem função visual e a audiodescrição é uma tradução sonora do contexto visual.

Toda a cultura midiática, a partir do século passado, se compôs a partir desta hegemonia dos videntes. Toda semântica envolvida na linguagem e na gramática das mídias, praticamente desconsidera as pessoas com deficiência, especialmente com ênfase àquelas com deficiência visual. Salvo raras exceções, a maioria esmagadora da produção cultural midiática não é acessível no Brasil. Isto significa que as cerca de 36 milhões de pessoas com deficiência visual (IBGE, 2012) estão à mercê da boa vontade alheia e não tem autonomia, algo significativo na cultura deste grupo social.

Segundo a pesquisa realizada pela FEBRABAN (2006, p. 17) - a mais recente sobre o perfil das pessoas com deficiência no Brasil - a porcentagem de PDV que possuíam computador naquele momento era de 37,7% e das que tinham apenas acesso era de 56,9%. Isto nos dá um parâmetro para afirmar que, hoje em dia, a maioria das PDV tem algum tipo de acesso a computadores, isto ainda desconsiderando que de 2006 até 2013 houve uma popularização dos dispositivos móveis e smartphones e que estes também desempenham as funções básicas de um computador.

Contudo nós, os videntes, não enxergamos ou não queremos ver a nossa hegemonia e postura cultural que impõe formas de consumo, produção e compartilhamento de informações através dos diversos meios existentes: TVs, Rádios, jornais e revistas impressos e a internet. É possível dizer que estamos

cegos para esta questão, o que tem contribuído de maneira perversa para a marginalização e discriminação das pessoas com deficiência, em especial as do âmbito visual. A configuração deste conjunto de hábitos da sociedade resulta na identidade cultural ou *ethos*, que também são determinantes para a dinâmica do desenvolvimento de projetos tecnológicos que visam gerar cidadania através da acessibilidade por tecnologias assistivas.

Não há dados estatísticos nem relatórios oficiais que estejam publicados nos sites institucionais da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) ou da ABERT a respeito da disponibilidade e quantidade de horas com audiodescrição na programação da TV Brasileira. Também não há informações claras e objetivas sobre isto nos sites das principais emissoras de TV do país. A Rede Globo de Televisão, por exemplo, dispõe um ícone com a sigla "AD" na página sobre a sua programação diária⁵⁴, que indica que um programa tem audiodescrição, porém não é possível saber com antecedência e clareza quais serão estes programas e seus horários. Inclusive, o que causa mais estranheza é que esse ícone, além de não ter legenda explicativa do que se trata para quem enxerga, também está sem acessibilidade, não pode ser lido pelo programa leitor de tela das PDV.

A única emissora que disponibiliza estas informações sobre acessibilidade e tem programas produzidos sob as lógicas da comunicação acessível é a TV governamental Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Em sua página,⁵⁵ ela informa de maneira acessível o dia da semana, horário, nome e sinopse do programa que terá transmissão com audiodescrição. A EBC também é a emissora que mais disponibiliza programas com audiodescrição em sua programação: são oito no total, contra dois da Record, quatro da Rede Globo, um do SBT e dois da BAND. Como não há publicação de relatório da fiscalização por parte da ANATEL, como previsto em suas normas, não é possível saber se isto é realmente cumprido a rigor ou é apenas estética proforma.

Outra coisa que também nos chama a atenção e que ajuda a demonstrar como a cultura midiática das PDV está em desvantagem é o fato de ser muito mais comum termos programas de TV com tradução em LIBRAS ou legenda e/ou *Closed*

⁵⁴ Informações disponíveis em: <http://redeglobo.globo.com/programacao.html>

⁵⁵ Informações disponíveis em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/audiodescricao>

*Caption*⁵⁶ para os surdos, como já ocorre, por exemplo, nos programas eleitorais dos partidos políticos, do que nos materiais impressos (livros, cardápios, manuais, placas e etc) em Braille ou nos programas de TV, em peças de teatro e cinema com audiodescrição.

Estas desproporções e antagonismos ficam ainda mais evidentes quando analisamos os hábitos de consumo de mídia no Brasil. Segundo pesquisa realizada pela COMSCORE⁵⁷ e apresentada pela IAB – Interactive Advertising Bureau, sobre os hábitos de consumo de mídia no Brasil em 2014, 46% dos brasileiros passam, em média, pelo menos duas horas por dia ligados a algum dispositivo midiático, durante os períodos de lazer. Dentre o grupo de principais usuários, que compreende usos de 14h/semanais até 20h/semanais, a principal atividade declarada de consumo midiático é "navegar na internet", que aparece com 39% da preferência. Assistir TV, cujo consumo pode ocorrer concomitantemente a outros dispositivos, aparece em quinto lugar com 25%, atrás das "mensagens instantâneas" nos computadores e da "navegação e troca de mensagens em dispositivos móveis (smartphones/tablets)". "Ouvir Rádio" aparece com 12%, apresentando uma queda drástica nos últimos três anos da pesquisa, de 16% para 12%, ficando à frente apenas de outras duas mídias que estão cada vez mais em desuso: as revistas (6%) e jornais impressos (6%).

Estes dados nos ajudam a entender algumas vertentes dos processos de midiaticização sob o viés da problemática que apresentei anteriormente sobre o prejuízo simbólico da adoção da escrita. Embora pareça ser paradoxal o fato de que os maiores usos midiáticos declarados sejam "navegar na internet" e "enviar mensagens instantâneas", que exigem algum grau de leitura e escritura, na prática, o que acontece é que há uma midiaticização imensa de produção, consumo e compartilhamento de conteúdos iconográficos, como por exemplo, símbolos (tipo emoticons⁵⁸), memes⁵⁹, GIFs⁶⁰, fotos e vídeos que não são apropriados para as PDV.

⁵⁶ Closed Caption: Também conhecido por legenda oculta e pela sigla "CC", é um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão, muito usado, inclusive para programas ao vivo. A legenda oculta descreve além das falas dos atores ou apresentadores qualquer outro som presente na cena: palmas, passos, trovões, música, risos etc.

⁵⁷ A ComScore é uma empresa líder em medição e análise de audiência digital, produzindo insights sobre os usos e apropriações da web em dispositivos midiáticos. Sua especialidade são as pesquisas sobre cibercultura e cultura midiática digital em âmbito internacional. (COMSCORE, 2014)

⁵⁸ Emoticon: forma de comunicação paralinguística, palavra derivada da junção dos seguintes termos em inglês: emotion (emoção) + icon (ícone) (em alguns casos chamado smiley) é uma sequência de caracteres tipográficos, tais como: :), :(, ^-^, :3 e :-); ou, também, uma imagem (usualmente,

Embora não haja dados atuais confiáveis publicados oficialmente pelas principais redes sociais, é notório que as imagens ocupam um espaço de destaque e preferência como formato de conteúdo para fins de interação. Postagens com imagens costumam ter maior valor de "capital social"⁶¹, maior alcance e audiência na circulação do conteúdo que postagens que contêm apenas textos. Como geralmente estas imagens não possuem descrição contextual, o que permitiria a leitura como se fosse uma audiodescrição pelos leitores de tela para PDV, estas costumam ficar sem nenhuma referência do que se trata a imagem e não a compreendem.

Se tomarmos por base outro viés, o da educação, segundo os dados do PISA 2012 - *Programme for International Student Assessment*⁶² (BRASIL, 2012) - para o Brasil, que avalia as competências e habilidades dos estudantes entre 15 e 16 anos sobre leitura, ciências e matemática, teremos uma clara ideia de como a cultura letrada é um problema em nosso contexto midiático, independente do suporte. No ranking de leitura, o Brasil ficou 86 pontos abaixo da média dos demais países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), somando 410 pontos, na 55ª posição e ficando atrás de países como Chile, Uruguai, Romênia e Tailândia (UOL EDUCAÇÃO, [s.d.]). Porém, o dado que chama mais a atenção é com relação ao desempenho:

Quase metade (49,2%) dos alunos brasileiros não alcança o nível 2 de desempenho na avaliação que tem o nível 6 como teto. Isso significa que eles não são capazes de deduzir informações do texto, de estabelecer relações entre diferentes partes do texto e não conseguem compreender nuances da linguagem. (UOL EDUCAÇÃO, [s.d.])

pequena), que traduz ou quer transmitir o estado psicológico, emotivo, de quem os emprega, por meio de ícones ilustrativos de uma expressão facial. (Wikipedia, 2014)

⁵⁹ Muito usado na cibercultura, principalmente em forma de imagens, "o conceito de meme foi cunhado por Richard Dawkins, em seu livro "O Gene Egoísta", publicado em 1976. A partir de uma abordagem evolucionista, Dawkins compara a evolução cultural com a evolução genética, onde o meme⁶² é o "gene" da cultura, que se perpetua através de seus replicadores, as pessoas" (RECUERO, 2009, p. 123).

⁶⁰ GIF: Acrônimo de "Graphics Interchange Format" é um formato de imagem muito usado na WEB para animar sequências de imagens.

⁶¹ O termo "capital social" é entendido aqui como explicado por Recuero (2009, p. 54) sob o sentido de servir de métrica para compreender as relações, normatizações, cognições, confiabilidades, institucionalidades, personalidades, reconhecimentos e conhecimentos entre os laços dos atores das redes sociais digitais, não apenas em suas conexões, mas também através de suas interações mediadas por computadores.

⁶² Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

Segundo o PNAD 2012, estes vão se somar e formar um contingente de 26% da população brasileira (LISBOA, 2014), algo em torno de 46 milhões de pessoas, que são completamente analfabetas ou analfabetas funcionais no Brasil. Considera-se que uma pessoa é alfabetizada quando é capaz de escrever e ler um bilhete simples e é analfabeta quando não escreve e nem lê (mesmo que consiga interpretar números simples), é considerada analfabeta funcional quando não consegue promover sentido às palavras num texto, nem formar ideias lógicas usando o sistema do código alfabético (MENEZES; SANTOS, 2002).

A ONU reconhece os esforços brasileiros, neste início de milênio, para incluir as PcD nas escolas regulares. Saímos de 348 mil pessoas em idade escolar (de 0 a 19 anos) matriculadas em 2007, para 648 mil em 2013. Porém, segundo o site "Todos pela Educação" (2014), o MEC não sabe exatamente quantas pessoas em idade escolar com deficiência estão fora da escola. Os dois institutos de pesquisa que têm bases de dados sobre o tema, o IBGE e o INEP, não têm dados compatíveis, o que dificulta a apropriação destas informações de maneira correta pelo Governo e, conseqüentemente, a elaboração de políticas públicas. A estimativa do MEC, a partir de relatórios da ONU (2012), do IBGE (2010) e do INEP (2012), é que exista mais de um milhão de jovens, entre zero e 19 anos, fora das escolas brasileiras.

Compreendemos, assim, que as instituições de ensino são instâncias de mediação muito importantes no processo de sociabilidade das PDV, inclusive a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada em 2003 e 2005, serviu como um catalizador para acelerar o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em prol do desenvolvimento social em âmbito global. Destacam-se, neste sentido, os projetos da UNESCO que visam estimular os usos e apropriações das TICs na Educação e no Desenvolvimento da Mídia.

Estes números escondem todo um histórico de condições desfavoráveis à grande parte da população, revelam também conseqüências da passagem da cultura oral para a escrita, que ocorreu muitas vezes sem suportes educacionais adequados e sequer inclusivos ao longo de todo esse tempo. Reconhecemos, assim, que as mediações sociotécnicas, influenciadas pelo ambiente político, se projetam como instâncias determinantes nas configurações das midiatizações. Esta questão é muito importante para entendermos a cultura midiática invisível, ou seja, o

consumo, a produção e o compartilhamento dos conteúdos midiáticos digitais dentre o grupo social das PDV que abordaremos com mais detalhes no próximo capítulo.

3.3 COMUNICAÇÃO DIGITAL

Para entendermos a comunicação digital conceitualmente se faz necessário retomar seu contexto cultural midiático para que se possa dar conta de compreendê-la não apenas como um conceito aplicado, mas sim como um reflexo de uma confluência de conceitos orquestrados que a configuram. Assim, será possível enxergar também a lógica da invisibilidade presente no viés deste tópico da pesquisa.

Santaella (2004, p. 52) nos explica que a chamada “cultura das mídias” é o reflexo do advento da hibridização das culturas eruditas e populares, impulsionada pelo crescimento vertiginoso dos meios de comunicação no século XX. Desde o surgimento da reprodução técnica-industrial (jornais, fotos, cinema) e dos meios eletrônicos de difusão (rádio e TV), a comunicação midiaticizada impactou e transformou as sociedades, fundindo culturas tradicionais e modernas, populares e eruditas, artesanais e industriais, analógicas e digitais. Neste processo, houve clara distinção entre a cultura de massas, onde em geral não se podia interferir diretamente nos produtos simbólicos gerados e a contrapartida da cultura das mídias, onde as dinâmicas passaram a permitir relações e interações, possibilitando aos usuários a apropriação de produtos simbólicos alternativos.

Na visão de Fausto Neto, esta dinâmica fez surgir uma nova forma de sociedade “cujas finalidades são produtivas, porém, diretamente vinculadas às lógicas dos fluxos e das operações” (2006, p. 3), um novo ambiente de informação que, a partir das tecnologias, dispositivos e linguagens, produz um novo conceito para a comunicação. Ainda segundo ele, estamos numa nova organização social onde o capital estaria a serviço da informação e não mais das estruturas, ao meu entendimento, isto seria o melhor retrato do informacionalismo prescrito por Castells em *A Sociedade em Rede* (1999a). Esta nova forma fenomenológica de produção de efeitos e sentidos tem configurado as lógicas na estrutura produtiva do capitalismo, afetando diretamente as sociedades em todo o globo. A compreensão deste fenômeno tem sido um dos grandes desafios das pesquisas em comunicação.

Santaella resume essa dinâmica própria da cultura midiática a partir do legado de Walter Benjamin:

A dinâmica da cultura midiática se revela assim como uma dinâmica de aceleração do tráfego, das trocas e das misturas entre as múltiplas formas, estratos, tempos e espaços da cultura. Por isso mesmo, a cultura midiática é muitas vezes tomada como figura exemplar da cultura pós-moderna. (SANTAELLA, 2004, p. 59)

Assim, entendo que a cultura midiática também é responsável pela expansão de mercados culturais e de novos hábitos de consumo das “sociedades pós-modernas” digitais. Mas para entendermos estas questões, convido de novo a refletirmos, de novo, sobre as instâncias de mediações, a partir das práticas comunicacionais da América Latina. As elaborações de Martín-Barbero sobre o tema buscaram abranger as formas, dinâmicas e lógicas das sociabilidades, tecnicidades, instituições e dos produtos de comunicação nas suas distintas atuações sociais em função dos meios, considerando, ainda, os usos e apropriações dos produtos simbólicos gerados e em circulação. Compartilhando a compreensão de Maldonado (2002, p. 11) sobre as mediações, considero que a atuação destes elementos socioculturais estruturantes, que enlaçam e tecem as múltiplas dimensões vinculadas aos contextos contemporâneos das instâncias de comunicação, promovem suas produções de sentido e vão configurar a essência da comunicação digital. Isto ocorre nas tramas dos processos de comunicação em função dos “costumes mais simples, das cosmovisões milenares e dos sentidos gregários, até os sistemas simbólicos complexos (linguagens)” (idem, p.11).

Compreender as mediações, além dos meios, é também um exercício para o entendimento das culturas midiáticas digitais em face da cibercultura, considerando os conhecimentos e os “reconhecimentos”, ou seja, uma maneira de perspectivar o processo comunicacional a partir do seu “outro lado” em alteridade, o da recepção e o da apropriação a partir de seus usos (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 10). Esta característica pressupõe que o conceito da comunicação digital é orgânico, dinâmico e que seus processos se reconfiguram a partir, entre outros fatores, das culturas dos usuários e de suas linguagens, a partir dos meios de comunicação existentes.

Neste contexto, os chamados “sujeitos comunicantes” desempenham papel cada vez mais relevante nestes processos de produção simbólica em ambientes digitais; são estes atores sociais, agora conectados em rede digital que, através das

possibilidades do multiculturalismo heterogêneo, reconfiguram o *ethos* social contemporâneo e dinamizam o bios-midiático (SODRÉ, 2006, p. 22). As identidades culturais digitais, naquilo que Pierre Levy chamou de cibercultura (LÉVY, 1999), suas práticas e competências midiáticas, geradas ao longo de toda a historicidade nestes processos comunicativos, são mediadoras para a compreensão do ambiente digital que se oferece à apropriação, neste caso, pelas PDV, em um ambiente invisível.

Considero que esta nova ambiência comunicativa das PDV é fruto de conquistas paulatinas, já que toda a ecologia midiática é concebida e formada a partir das lógicas das pessoas videntes. Mata (1999) nos lembra de que a midiaticização da sociedade se dá a partir do reconhecimento do processo coletivo de produção de sentidos,

[...] através do qual uma ordem social se compreende, se comunica, se reproduz e se transforma, o que se tem redesenhado a partir da existência das tecnologias e meios de produção e transmissão de informação e a necessidade de reconhecer que esta transformação não é uniforme (MATA, 1999, p. 85).

Contudo, no caso das PDV, essa característica da midiaticização pode ser geradora de incomunicação, já que não contempla as especificidades deste grupo social. Como entende Wolton (2010, p. 59), reconhecer a importância do “outro” é a própria questão central daquilo que constitui a essência da “comunicação”. Neste sentido, pode-se entender claramente a distinção ontológica entre o que significa “comunicação” e “informação”, já que a comunicação não pode existir sem sujeitos aptos e em condições de decodificação. Ele ainda ressalta: “A legitimidade do receptor, logo, da alteridade, muda radicalmente, o modelo de comunicação” (WOLTON, 2010, p. 59) logo, comunicar requer, obrigatoriamente, “negociação” entre os interlocutores, algo que, em relação aos processos midiáticos digitais é fundamental e lógico.

Porém, a interlocução entre videntes e PDV, num mesmo *ethos* midiático digital, coloca seus interlocutores a negociar em condições de desigualdade, são atores sociais cujos lugares de fala são distintos e opostos: de um lado, videntes sob o poder hegemônico cultural e comunicativo; de outro, as PDV em vulnerabilidade e dependentes das mediações tecno-sociopolíticas para poder ter acesso e se apropriar dos conteúdos satisfatoriamente. Neste sentido, é interessante lembrar

que a invenção do sistema Braille (1827) representou um grande salto de barreiras informativas, a partir dele foi possível que as pessoas cegas ou deficientes visuais tivessem acesso à gramática e a semântica escrita, bem como ter autonomia para escrever textos originais. Isto transformou a cultura das PDV, através de uma mediação tecnológica analógica, que proporcionou autonomias impossíveis até então. Nesta nova relação, proveniente do processo ritualístico e midiático da cultura oral para a cultura tátil, as PDV passaram a "enxergar" os textos, que antes eram invisíveis, agora através do tato. Este é um exemplo de como determinadas mediações resultam na transposição de barreiras informativo-comunicacionais.

Ressalto que Louis Braille, à época da invenção, era cego, ou seja, foi uma pessoa com deficiência visual quem desenvolveu a mediação tecnológica e revolucionou os processos comunicativos das PDV. Uma prerrogativa interessante que passou a ser mais viável e possível, ainda que muito rara, nos projetos midiáticos em tempos de cibercultura, como veremos mais adiante. Hoje, na era da comunicação digital, a maioria das tecnologias são desenvolvidas e projetadas pelos videntes, que geralmente desconsideram os critérios de usabilidade para os públicos das pessoas com deficiência. Desta forma, criam produtos que contém barreiras informativas que impedem que as PDV possam se apropriar do conteúdo, isto ocorre, principalmente por ignorância sobre a cultura deste grupo social, bem como pela falta de reconhecimento ao direito destas pessoas à comunicação de forma isonômica. Para resolver esta questão, seria prudente e razoável que todos os projetos considerassem a participação, desde o início, de PcD ou organizações sociais representativas que pudessem contribuir com a construção do projeto.

Em tempos de sociedade em rede (CASTELLS, 1999a), sociedade da informação (MATTELART, A., 2002), cibercultura (LÉVY, 1999), iconofagias (BAITELLO, 2005) e cultura da convergência (JENKINS, 2009) ainda temos todos os ambientes midiáticos (analógicos e digitais) configurados pelo poder hegemônico cultural dos videntes. Ou seja, primeiro o produto ou bem simbólico é desenvolvido para as lógicas de quem enxerga, desconsiderando a diversidade cultural e as especificidades comunicativas dos usuários com deficiência visual e, às vezes, é adaptado às PDV. Geralmente, para que estes possam ter acesso aos conteúdos, precisam se valer de táticas que procuram burlar o sistema comunicativo preposto, mas que invariavelmente dão acesso a uma parcela do conteúdo, criando ruídos comunicativos evidentes por falta de significação.

Neste sentido, para uma melhor compreensão do que isto significa, sugiro um exercício de alteridade: inverta a lógica de produção midiática hegemônica entre os dois grupos de PDV e dos videntes, colocando as PDV como detentoras das lógicas técnicas de produção. Teríamos assim 95% dos livros impressos publicados em Braille, na proporção inversa a que existe hoje⁶³, exigindo que videntes fossem obrigados a depender de tecnologias assistivas (criadas pelas PDV), para que pudessem se apropriar do conteúdo em Braille. Inclusive, estas tecnologias seriam restritas a apenas um grupo com competências muito específicas adquiridas por ocasião e não por direito irrestrito como uma garantia do cidadão.

Este exemplo resume uma lógica midiática perversa, porém, como isto se trata de uma hipótese utópica vamos considerar o campo empírico do bios-midiático digital, onde a cibercultura e todas as suas vertentes têm colaborado para quebrar paradigmas comunicativos, assim como, produzido novos paradoxos com transformações significativas da sociedade. Começo explicando o contexto histórico da chamada "Era digital", que vai emergir no período do pós-guerra, em meados do século XX, mas, que vinha sendo desenvolvido desde as pesquisas de mestrado do pesquisador Claude Shannon (1938), sobre análise simbólica de sistemas eletrônicos alternados.

Dez anos depois, em 1948, ele e seu colaborador de pesquisa Warren Weaver vão definir um conceito para "informação", bem como descobrir como identificar, classificar e mensurar a informação a partir da lógica dos dígitos binários, possibilitando assim a quantificação e caracterização dos fluxos informativos através de quaisquer canais eletrônicos. O conceito, criado por Shannon, pode ser descrito de maneira objetiva e sintética como: "informação é tudo aquilo que reduz a incerteza de um sistema", sendo o sistema entendido como qualquer conjunto de elementos (naturais ou artificiais) que se associam para formar um conjunto sob as lógicas de processamentos. Curiosamente até meados dos anos 50 do século XIX, as pesquisas e estudos acadêmicos não haviam se debruçado sob uma questão conceitual importante para a comunicação: "afinal, o que era informação?". Até que Claude Shannon e Warren Weaver, com a Teoria Matemática da Comunicação, colaboram significativamente para a inauguração da era da informática (HEAVEN,

⁶³ A Organização Mundial de Cegos estima que apenas 5% dos livros publicados possuam formatos acessíveis como o Braille, audiolivro ou em formato digital. para um contingente de 285 milhões de pessoas cegas ou com algum grau de deficiência visual. (<http://www.worldblindunion.org/>)

2008, p. 264), que foi responsável por criar ambiências tecnológicas e infraestruturas dos novos meios de comunicação, agora digitais.

Ainda que no âmbito da engenharia, a "Teoria Matemática da Comunicação" (1948) foi muito importante para o desenvolvimento do campo de pesquisas em comunicação e para o conceito de comunicação digital, já que ao inaugurar a "era da informática" a teoria inspiraria, mais tarde, a criação das redes de interação comunicativa que vão se desenvolver até o modelo de internet que conhecemos hoje. Também a partir da teoria matemática da comunicação foi possível a projeção e o desenvolvimento em escala dos primeiros computadores digitais, além das demais máquinas, dispositivos e sistemas cujas linguagens se estruturariam em dois dígitos a partir dos códigos binários eletrônicos. Isto ficou conhecido popularmente como "revolução digital" e marca a passagem da era analógica para a digital (HEAVEN, 2008, p. 264) e se transformou na economia da informática. Quando o artigo científico de Shannon, conhecido por "Magna carta da era da informática", foi publicado em 1948, ele propunha, em tese, ter controle entrópico da "comunicação", a partir daquilo que ele e Weaver identificaram como a menor porção de informação: o bit.

O filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (2005, p. 41) fez uma crítica a esta temporalidade social tecnológica do pós-guerra, a partir de um viés contra hegemônico, naquilo que ele classificou como "A era tecnológica como ideologia", momento no qual "os interessados propuseram embriagar as massas" com a ideia de que a modernidade era o melhor tempo que a humanidade já vivera. A sensação da modernidade com seus produtos eletrodomésticos cromados, o desenvolvimento das indústrias, as produções em série e a circulação de fluxos de informação pelo rádio e posteriormente a TV, povoaram o imaginário popular com significações fundantes das matrizes culturais midiáticas válidas até hoje.

O desenvolvimento tecnológico, que antes estava a serviço militar, durante a segunda guerra, precisava se transformar em utilidade pública e assim justificar todo o empenho empregado. Era a fase de "conversão da obra técnica em valor moral" (idem) e sem dúvida os deslumbres da modernidade foram impactantes neste sentido e as possibilidades de aquisição de bens de conforto em geral, inclusive os dispositivos midiáticos, como o rádio e a TV, serviram para a uma nova formação cultural, com valores próprios e características homogêneas. O cinema e a televisão

Àquela época, a principal vertente de pesquisa em comunicação era a da "sociologia funcionalista da mídia" inspirada nas pesquisas de opinião pública de Laswell (MATTELART, A.; MATTELART, M., 1999, p. 40) momento em que ainda não se concebia o receptor como ator social ativo e desconsiderava as configurações das mediações culturais, bem como os usos e apropriações dos conteúdos. Naquela época os pesquisadores estavam apenas satisfeitos com a mensuração da informação transmitida de um ponto ao outro através de um canal, sob as lógicas dos diversos mercados. Mas, tanto o desenvolvimento tecnológico que será responsável por promover a rede mundial de computadores interligados, quanto as novas perspectivas de pesquisa no campo da comunicação, vão reconfigurar as lógicas do bios-midiático muito em função da mediação cultural.

Controlar entropicamente a informação também foi o desejo da cibernética, ciência que se propôs a investigar o comportamento dos sistemas de informação, conforme proposto pelo ex-professor de Shannon: Norbert Wiener em seu livro *Cybernetics or Control and Communication in the Animal and Machine* que fora publicado no mesmo ano da teoria de Shannon (1948). As ideias partilhadas entre ele, Shannon e Weaver resultarão na sua obra mais importante: *Cibernética e Sociedade – o uso humano de seres humanos* (WIENER, 1954), publicada originalmente em 1950. Sua tese defendida nesta obra era de que a sociedade só poderia ser compreendida através de um "estudo das mensagens e das facilidades de comunicação de que ela disponha", ele sugere também que "no futuro" as interações entre homens e máquinas; máquinas e máquinas; máquinas e homens estariam destinadas a desempenhar um papel cada vez mais importante. Neste sentido, ele alertou para aquilo que considerou como uma "ameaça" às sociedades futuras, o fato da entropia naturalmente evoluir para a desordem e gerar uma "homeostase social", ou seja, um caos social que serviria como argumento para o desejo perverso do aumento do controle dos meios de comunicação. Sua clarividência a respeito do tema advém da sua experiência traumática com as barbáries da II Guerra Mundial que ocorrera no início daquela década. Para Wiener, a defesa da livre circulação de informações era um pressuposto ideológico e muito razoável em tese, como explicou Mattelart:

A informação deve poder circular. A sociedade da informação só pode existir sob a condição de troca sem barreiras. Ela é por definição incompatível com o embargo ou com a prática do segredo,

com as desigualdades de acesso à informação e sua transformação em mercadoria. (MATTELART, A.; MATTELART, M., 1999, p. 66)

Esta consideração de Wiener revela o caráter de seu modo de pensar sobre como os efeitos filosóficos e ideológicos desde a Revolução Francesa e da Revolução industrial impregnaram o modo de vida moderno e reconfiguraram as sociedades ocidentais. Seu ceticismo quanto ao futuro que se apresenta vai se revelar, décadas mais tarde, também, no contexto sociopolítico brasileiro, no momento em que o país vivia uma ditadura militar e toda retórica desenvolvimentista era fundamentada no lema da bandeira nacional: "ordem e progresso". O Governo usou a máquina estatal para tentar disciplinar a entropia, controlar as comunicações e direcionar fluxos, no entanto, quanto mais sistemas de controle haviam, o efeito alcançado era mais caos entrópico. A comunicação digital, através das redes telemáticas, nasceu sob o signo da insubordinação, com ascendência natural ao descontrole e isso será muito importante para os usos e apropriações que as PDV farão dos conteúdos digitais, como veremos no capítulo de análises.

As experiências dos tempos da II Guerra Mundial vão colaborar para o desenvolvimento de pensamentos e reflexões críticas mais pragmáticas e com viés apocalíptico dentre uma gama de pesquisadores. Porém, nesta época, em meados dos anos 40, os pesquisadores do "Colégio Invisível"⁶⁴ vão se opor à Teoria Matemática da Comunicação, afastando-se do modelo de fluxos lineares para adotar e reconfigurar o modelo circular proposto por Norbert Wiener (MATTELART, A.; MATTELART, M., 1999, p. 67). Este grupo de pesquisadores da "Escola de Palo Alto", o outro nome pelo qual também ficaram conhecidos, era formado por professores de diversas áreas o que contribuiu para que defendessem a ideia de que a "comunicação" deveria ser estudada e pesquisada pelas ciências humanas e não mais pelas ciências exatas:

Segundo eles, a complexidade da menor situação de interação que seja é tal que é inútil querer reduzi-la a duas ou mais variáveis trabalhando de maneira linear. É em termos de nível de complexidade, de contextos múltiplos e sistemas circulares que é preciso conceber a pesquisa em comunicação. (WINKIN, 1984)

⁶⁴ A Escola de Palo Alto também ficou conhecida como "Colégio Invisível", pois a associação ao Mental Research Institute nunca se revestiu de caráter oficial, uma vez que o grupo nunca formou uma estrutura organizada, ela só existia virtualmente.

A percepção aguçada destes pesquisadores foi fundamental para o desenvolvimento do campo de pesquisas em comunicação, a vertente epistêmica fundada na ideia de que a comunicação era um processo social permanente e que integrava múltiplos modos de comportamento: "a fala, o gesto, o olhar, o espaço interindividual" (MATTELART, A.; MATTELART, M., 1999, p. 68), vai abrir caminho para a linha de pesquisas em estudos culturais. Contudo, a grande contribuição do "Colégio Invisível" foi instaurar uma visão menos pragmática e mais humana às pesquisas em comunicação. Eles demonstraram que os imprevistos do comportamento humano revelam o meio social, mas principalmente descobriram que estas interações dos processos comunicacionais ocorrem em múltiplas dimensões e linearidades, assim como a análise do contexto se sobrepõe ao conteúdo por si só.

A criação da internet é o principal marco da revolução tecnológica naquilo que ficou conhecido como "Era da informação" da "Sociedade em Rede", Castells (1999a, p. 82) nos conta que ela é fruto da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA) dos EUA, que em 1960 usou um conceito elaborado por Paul Baran para criar um sistema de comunicação que pudesse resistir a ataques nucleares. Esta mediação político-militar vai fomentar o desenvolvimento da primeira rede de computadores interligados, primeiro entre quatro universidades estadunidenses⁶⁵, que fora batizada como ARPANET e que entraria em funcionamento apenas em setembro de 1969. Embora o principal interesse do projeto fosse militar, os usos e apropriações daquela rede, por parte dos professores envolvidos, se caracterizou por troca de informações científicas e pessoais: "... mas os cientistas começaram a usá-la para suas próprias comunicações, chegando a criar uma rede de mensagens entre entusiastas de ficção científica" (CASTELLS, 1999a, p. 83). A ARPANET servirá então de espinha dorsal para o surgimento de outras redes conectadas como a militar MILNET, a científica CSNET e a BINET que era uma rede que se popularizou pela sua capacidade comunicativa através da troca de mensagens de texto. Em fevereiro de 1990 a NSFNET vai assumir as operações da ARPANET, já num claro movimento de privatização da internet que ocorrerá em abril de 1995, quando empresas comerciais começam a explorar e ampliar a rede que conhecemos hoje.

⁶⁵ As quatro universidades interligadas pela ARPANET eram: Universidade da Califórnia em Los Angeles, Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, Stanford Research Institute e na Universidade de Utah. (CASTELLS, 1999a, p. 83)

No Brasil, a sociedade da informação também tem sua origem com fins militares em meados dos anos 50, quando o plano de metas do Governo Juscelino Kubitschek revela a necessidade de desenvolvimento de um sistema de telecomunicações que ajudasse a promover a chamada "integração nacional" (CARVALHO, M. S. R. M. De, 2006, p. 51). Por conta da conjuntura geopolítica desde o pós-guerra, em 1957, o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) tomou pra si a responsabilidade de intervir nos rumos das telecomunicações, criando comissões e principalmente o marco regulatório que dará plenos poderes de decisão sobre o setor à União (idem). Em 1964, os militares tomam o poder e seguiram com a ideia de desenvolvimentista cuja ideia era pautada pelo plano de segurança nacional que previa capacidade telecomunicativa em todo território nacional. Para isso, fora criado o Ministério das Comunicações (Minicom), que elevava o status político do setor e que serviria como gestor das telecomunicações no país, sob o monopólio estatal.

Ainda segundo Carvalho (2006), no início da década de 70 o Brasil começa a se preocupar com as transmissões de dados eletrônicos por telefonia (teleinformática), uma tendência internacional, naquela que seria a primeira convergência de redes nacionais: entre as linhas telefônicas e o telex, que surgia como opção ao telégrafo. Será em 1975 que o Brasil fará seu primeiro contato com a rede ARPANET, durante um evento do "VIII Congresso Nacional de Processamento de Dados (CNPD), organizado pela SUCESU-SP no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo" (2006, p. 55). À época o vislumbre do uso político das telecomunicações entrou na pauta das ações governamentais com vigor e o intuito de fazer o Brasil acompanhar o que já acontecia nos países mais desenvolvidos.

A década seguinte (80) será marcada pela instauração e desenvolvimento daquilo que Bruno Latour (2000) considera como "rede sociotécnica", ou seja, um conglomerado de instituições e/ou pessoas com capital social e político capaz de qualificar as ações da rede em função da forma que interagem e se engajam nela, um conceito que se aproxima muito da ideia de "instâncias de mediações" (MARTÍN-BARBERO, 1997) no âmbito das tecnicidades. A Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), que desde 1965 era a estatal responsável pela expansão da rede nacional, passou a ter a responsabilidade de criar esta rede no final da década de 70, já que detinha o monopólio da instalação e exploração dos serviços de "comunicação de dados" no país (CARVALHO, M. S. R. M. De, 2006, p.

54). Sua primeira ação foi criar uma rede sociotécnica com duas universidades parceiras no projeto: a UFRJ e a PUC/RJ. Por questões de viabilidade técnica a rede instalada na PUC (REDPUC) fora a mais importante, não só pelo que desenvolveu no âmbito acadêmico, mas principalmente por ter servido como polo de formação de diversos profissionais das empresas de telecomunicações que receberam cursos técnicos para se qualificarem. As demais universidades brasileiras também passaram a se interessar pela possibilidade de trocas de informações pela rede telemática e atuaram politicamente, através de seus representantes, para a criação da Rede Nacional de Pesquisas (RNP), formada por órgãos e instituições públicas, bem como as diversas universidades espalhadas pelo país.

No final da década de 70, mesmo momento em que os pesquisadores da América Latina rompem com as lógicas funcionalistas dos EUA, a ONU, em face das discussões sobre o liberalismo econômico proeminente àquela época, propõe um debate internacional sobre os fluxos de comunicação no globo. Motivados pela mediação da UNESCO o Brasil e outros 35 países do chamado 3º mundo criam o "*International Bureau for Informatics* tendo como principal objetivo estimular o potencial da informática nos países em desenvolvimento" (CARVALHO, M. S. R. M. De, 2006, p. 59). A principal pauta destas discussões tratava de promover uma Nova Ordem Internacional de Informação, com especial atenção à autossuficiência e gestão completa da comunicação e o encorajamento da produção e distribuição de produtos culturais em todo o território nacional, bem como estimular a implantação de políticas nacionais para promover a comunicação nas áreas rurais, fortalecendo as identidades culturais e principalmente difundir os valores relativos os valores propostos na Declaração dos Direitos Humanos.

Os EUA eram os maiores interessados no livre fluxo de informações, defendiam que toda a lógica comunicativa estabelecida nas redes sociotécnicas não tivessem barreiras, pois isto iria prejudicar a expansão de empresas estadunidenses em outros países que dependeriam da comunicação entre a matriz e a filial para manter questões comerciais. Hoje, é sabido que os interesses dos EUA eram muito mais escusos, graças ao vazamento de informações confidenciais, que ocorre desde

2010, pelo site Wikileaks⁶⁶, descobriu-se que a *National Security Agency* (NSA), uma agência do governo dos EUA, interceptava e gravava todos os fluxos de comunicação nas redes telemáticas existentes e criava um gigantesco banco de dados de informações, que posteriormente usava aos seus interesses políticos e econômicos. Mattelart (2002, p. 146) já alertava sobre esta vigilância desde 2002, explicando que:

A estratégia de ampliação preside a adaptação do sistema de televigilância por satélite, segundo os imperativos da guerra comercial. A rede Échelon [...] desde 1948 [...] recolhe o máximo de informações militares sobre a União Soviética e seus aliados e foi reconvertida em um sistema de inteligência econômica.

Esta lógica permitiu aos EUA atuar de maneira antiética no jogo político internacional, desde a criação das primeiras redes. Até mesmo os principais "troncos" de tráfego de informação da atual internet residem em território estadunidense. Por isso, alguns países criaram barreiras informativas que impedem acessos indesejáveis, tanto de quem está dentro do país, como para quem está de fora. Isto, embora seja uma questão estratégica de defesa da soberania nacional de cada país, também representa censura. Este antagonismo procede em função justamente da não neutralidade das tecnologias, pois em termos informáticos, a cultura da origem, de quem a desenvolveu, está impregnada e acaba por determinar usos e apropriações.

Será em 1984 (CARVALHO, M. S. R. M. De, 2006, p. 61) que as políticas para o setor informático deixarão de ser assunto do poder executivo, através da chamada "Lei da Informática" que deveria ter servido para estimular o mercado interno, a partir da criação de uma "reserva de mercado" para proteger as empresas nacionais. Contudo, com o fim da Ditadura Militar e a instauração do período da Nova República (1985), as responsabilidades do desenvolvimento das tecnologias da informação no Brasil passaram a ser do recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia. Em 1990, o então Presidente da República Fernando Collor de Melo conseguiu aprovar no congresso o fim da reserva de mercado para o setor informático, o que permitiu que empresas estrangeiras se instalassem no Brasil para

⁶⁶ WikiLeaks é uma organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia,¹ que publica, em sua página (site), postagens (posts) de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis. (Wikipedia)

baratear os custos de computadores pessoais. O que antes era privilégio apenas de empresas passou a ser viável economicamente à classe média brasileira, os computadores pessoais e seus periféricos começam a chegar às residências, mas ainda sem acesso à internet.

Do início dos anos 80 até meados dos anos 90, no Brasil, só se tinha acesso à rede do Bulletin Board System (BBS), um sistema de correio eletrônico precário, geralmente usado pelo universo acadêmico e que era atualizado apenas uma vez por dia. Uma outra forma de acesso era através do TELEX, que era uma rede de troca de informações e mensagens, interconectada por terminais em todo o mundo, e que era usada por empresas e representava a versão eletrônica do telégrafo. A mais popular era o videotexto, um serviço oferecido, inicialmente, pela companhia de Telecomunicações de São Paulo (TELESP), com acesso a diversos canais de entretenimento e troca de mensagens, voltado ao público consumidor caseiro que tinha acesso a computadores pessoais e linha telefônica (CARVALHO, M. S. R. M. De, 2006).

Apenas com o fim da reserva de mercado no início dos anos 90 é que se foi possível popularizar o acesso aos computadores pessoais. Naquela época, a demanda por novas linhas telefônicas era muito maior do que a oferta e o Governo Federal foi pressionado a permitir a privatização do setor estratégico das telecomunicações, sob o pretexto de que estas estatais estavam sucateadas e impossibilitadas de acompanhar o ritmo do desenvolvimento internacional, um resquício da má gestão no período final da Ditadura Militar. Desta forma, o contexto sociotécnico mundial e brasileiro serviu como instância mediadora da configuração da rede telemática no Brasil e por consequência dos meios de comunicação digital que vão surgir em função destas dinâmicas socioeconômicas.

Embora, ainda segundo Carvalho (2006, p. 102), desde 1992 o Brasil já tivesse acesso à internet por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), esse acesso só ocorria em âmbito acadêmico e governamental, de maneira muito precária. Neste mesmo ano, o Brasil fora sede mundial de uma importante conferência internacional sobre meio-ambiente a ECO-92 e como nem todas as entidades poderiam estar presentes, pensou-se em como usar a rede de internet para transmitir as informações ocorridas no evento de maneira mais instantânea. Àquela época a ONU havia lançado um programa chamado Agenda-21 que pretendia pautar os países afiliados com propósitos e objetivos para serem

alcançados no início do novo século. Aproveitando-se disto, o IBASE desenvolveu um projeto detalhado, em parceria com a RNP, e conseguiu ser incluído como parte do acordo para que o Brasil fosse o país sede. Desta maneira, o Governo se viu obrigado a financiar a estrutura técnica necessária para a internet para não correr risco de perder o importante posto de sede do evento (idem, p.118). É importante lembrar que àquela época o Brasil ainda engatinhava sobre a nova Constituição Federal promulgada em 1998 e sob os traumas da repressão política da época da Ditadura Militar. A sociedade civil não estava acostumada às benesses da cidadania, com tantos anos de censura aos meios de comunicação a possibilidade de ter acesso amplo às informações, ultrapassando barreiras geográficas e até mesmo mentais representou um salto qualitativo para a sociedade.

Durante a ECO-92 foi possível realizar milhares de conferências eletrônicas online entre as ONGs espalhadas pelo mundo, reuniões e transmissões descritas dos painéis científicos. Naquela época ainda não era possível transmitir vídeos, mas os dados em forma de documentos em texto foram amplamente distribuídos pela rede e permitiram que os atores sociais das ONGs envolvidas pudessem contribuir com a produção do conteúdo de maneira muito ágil, como jamais havia se visto em nenhum outro evento desta magnitude. A rede brasileira funcionou tão bem que passou a servir de referência para as demais conferências da ONU a partir de então. (idem, p.120)

Depois do fim da ECO-92, o acesso aqui no Brasil continuou restrito ao âmbito acadêmico e a uns poucos privilegiados que tinham caríssimos computadores pessoais ou equipamentos que acessavam as redes sociotécnicas existentes. Ainda assim, o uso e a apropriação desse conteúdo também era restrito às pessoas que detinham um conhecimento muito específico da linguagem informática. Porém, dois fatores vão mudar completamente o rumo da cibercultura brasileira: o barateamento dos preços dos computadores pessoais e a criação da *World Wide Web* (WEB). O engenheiro Tim Berners Lee, um dos responsáveis pelo *Conseil Europeen pour la Recherche Nucleaire* (CERN), é conhecido como "pai da WEB", ele foi o principal, mas não único articulador da ideia de interconectar documentos, através do conceito de hipertexto. Este conceito vinha sendo desenvolvido desde os anos 80 e consistia em relacionar, publicar e pesquisar documentos referenciados em outros documentos através dos "hiperlinks" (CARVALHO, M. S. R. M. De, 2006, p. 128).

Os primeiros programas que permitiam o acesso à internet e seus conteúdos eram rudimentares e não continham interface gráfica, isto exigia que o operador estivesse alfabetizado na linguagem e semântica do programa para poder executar qualquer tarefa, por mais simples que ela pudesse ser, como acessar um determinado endereço através de um link. Por causa disto e pensando na popularização da internet em 1993, o estudante Marc Andreessen e alguns colegas desenvolveram o primeiro programa para navegar na internet (*browser*) de maneira gráfica: o Mosaic. O conteúdo que antes era apenas uma porção de códigos complexos passou a ser traduzido por uma interface gráfica simples, mas com textos, imagens e cores, que era muito mais agradável e interessante para quem não tinha tanta intimidade com computadores (idem, p. 133).

Ainda segundo Carvalho (2006), um ano depois, em 1994, foi criado pelo CERN o *World Wide Web Consortium (W3C)*, a entidade responsável por desenvolver a padronização do código de linguagem e tecnologias da informação da web. No final deste ano, foi lançado no mercado o primeiro navegador da era comercial da internet: o *Netscape Communications*, que permitia transações financeiras com segurança entre computadores. Neste período, a EMBRATEL também iniciou seus serviços de internet no Brasil, mas só no primeiro semestre de 1995 que os 15 mil usuários previamente cadastrados passaram a ter acesso ao conteúdo da internet e usar os serviços de e-mail e transferências de arquivos entre computadores. O potencial da internet chamou a atenção de diversos setores da economia brasileira e o Governo Federal, já sob o comando do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi pressionado a privatizar também este setor e acabar com o monopólio da EMBRATEL como único provedor de acesso no Brasil, conforme explica o autor:

A EMBRATEL tentou ser o grande provedor da internet comercial no Brasil, mas sua iniciativa acabou sendo bloqueada pela forte estratégia governamental de desestatização da economia, que começava pelo setor de telecomunicações. Mas era tarde demais, a caixa de Pandora já estava aberta. (CARVALHO, M. S. R. M. De, 2006, p. 139)

O fato é que surgiram diversas empresas interessadas em explorar comercialmente a internet no Brasil e os principais grupos de comunicação do país viram nela um potencial para exploração midiática através de tecnologias da

comunicação. Ao Governo coube criar um comitê para gestar a internet nacional e as portarias do Minicom nº 147/148 instituem o Comitê Gestor da Internet (CGI), que passa a ser o órgão responsável por dinamizar politicamente o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação para a Internet no Brasil. É interessante ressaltar que desde os primórdios da internet nacional houve um embate conceitual, com interesses políticos, sobre a classificação em que ela se enquadrava: na área da informática ou da comunicação. A criação do CGI serviu para acalmar os ânimos políticos e garantir que o Minicom não tomaria para si o poder de decisão sobre os rumos da internet em detrimento aos interesses do Ministério da Ciência e Tecnologia que também desejava a paternidade do projeto. Este embate nos serve para compreender como as instâncias de mediação políticas configuraram os meios digitais no Brasil. A própria comunicação digital, como conceito, está atrelada intimamente a estas configurações, já que toda a cibercultura que se formará a partir da popularização da internet no Brasil será reflexo das decisões políticas, econômicas e técnicas ocorridas neste período.

Considero a cibercultura, assim como propôs Lévy (1999, p. 17): "um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço". Esta vertente cultural tem origens nas relações humanas com as máquinas cibernéticas, como proposto por Wiener (1954), mas encontrou no ambiente das redes sociotécnicas midiáticas o habitat mais propício para se desenvolver e solidificar como cultura. Este ambiente é chamado de ciberespaço, que por sua vez, é compreendido como a infraestrutura material e humana (tecnicidades, atores e conteúdos) da rede que forma os diversos meios de comunicação digital. Este bios-midiático digital é formado por meios de comunicação e dispositivos midiáticos que podem ter origens eletrônicas ou analógicas. Como ambiente tecnológico se trata da "tecnofera", conceito que o filósofo Teilhard de Chardin (1986, p. 210), desenvolveu para explicar a camada artificial e técnica que reveste a biosfera, a partir das intervenções humanas. Ele também considerou, ainda em meados do século XX, que estas relações da consciência, em somatória, gerariam fluxos de conhecimento e sabedorias que representariam o "espírito do tempo" e que isto formaria outra camada orgânica a noosfera.

Pierre Lévy, inspirado também em Chardin, vai tratar destas ideias em seu livro *Tecnologias da inteligência* (LÉVY, 1993), quando no capítulo II faz um resgate

histórico das três instâncias daquilo que ele chamou de "tempos do espírito": a oralidade primária, a escrita e a informática. Assim como já tratado anteriormente neste trabalho, Lévy vai compreender que o desenvolvimento, apropriações e usos das linguagens vão constituir um tecido cultural de suma importância para as civilizações e sociedades ao longo do tempo. Contudo, em cada "tempo" houve uma identidade marcante, no tempo em que vivemos: o da informática, nós nos identificamos com a digitalização das matérias, como ele explica:

A codificação digital já é um princípio de interface. Compomos com bits as imagens, textos, sons, agenciamentos, nos quais imbricamos nosso pensamento ou nossos sentidos. O suporte da informação torna-se infinitamente leve, móvel, maleável, inquebrável. O digital é uma matéria, se quisermos, mas uma matéria pronta a suportar todas as metamorfoses, todos os revestimentos, todas as deformações. (LÉVY, 1993, p. 102 e 103)

Esta característica muito peculiar da cibercultura nos leva a crer que a convergência de formatos, conteúdos e linguagens tem contribuído para mudanças culturais significativas e instáveis, já que não se pode apreender a composição da matéria como elemento sólido e imutável como em outros "tempos". Os valores culturais e sociais, ante a cibercultura digital, são muito distintos de outras épocas, assim como, as linguagens empregadas e suportadas pelos dispositivos midiáticos são determinantes para que se forme essa condição de fluxos comunicativos mutantes e inconstantes, este é o espírito da Comunicação Digital.

Os pesquisadores Elias Machado, Marcos Palácios e Luciana Mielnickzuc (2003), ao buscar caracterizar as práxis jornalísticas no ambiente digital encontraram características iminentes à comunicação digital de maneira geral. Mielnickzuc (2003, p. 44) definiu nomenclaturas e categorias sobre as práticas de produção e características dos conteúdos midiáticos, que nos servem para o entendimento da conjuntura de elementos que compõem a linguagem da Comunicação Digital, são eles: eletrônicos, digitais, multimídia, ciberespaço, transmissão on-line e a web. A conjuntura destes elementos associados aos conteúdos em plataformas distintas (analógicas e/ou digitais) como, por exemplo: jornais, revistas, TV, rádio e web, promovem a transmidialidade, uma característica iminente de linguagem da Comunicação Digital na *Cultura da Convergência* (JENKINS, 2009).

A convergência da comunicação digital com linguagens fluídas entre diversos suportes é uma realidade cruel para as PDV por criar cada vez mais barreiras informativas e esta mudança cultural tem sido inconsciente e atingido cada vez mais

e mais pessoas em todo o mundo. Sob o signo das multi-ciberculturas da Comunicação Digital isto têm significado, a exclusão ou marginalização total das PDV nestes processos comunicativos, por parte dos videntes.

Em tempos de cibercultura, temos verdadeiros "banquetes" de informações sendo oferecido na web. Contudo, as PDV só podem se alimentar substancialmente se os videntes, por altruísmo, estiverem dispostos a os servirem. O que ocorre é o que vou chamar de "falsa autonomia comunicativa", já que as PDV quando estão habilitadas nas gramáticas informacionais, através da tecnologia assistiva, podem efetivamente se comunicar e se apropriar da cibercultura por interação mediada. No entanto, para que isto ocorra satisfatoriamente e sem incomunicação, os conteúdos gerados precisam conter características do desenho universal, ou seja, ser "naturalmente" acessíveis às PDV, sem a necessidade posterior de adaptação exclusiva do conteúdo.

Os projetos comunicacionais em tempos digitais precisariam nascer com as propostas de acessibilidade contidas. Esta falta ou restrição de acessibilidade em processos de comunicação, a priori, poderia ter sido dizimada a partir da digitalização promovida pela cibercultura, já que há viabilidade técnica, o que corrobora com a tese de que não se trata de uma questão tecnicista, mas sim de ordem cultural. Esta perspectiva integrada e tecno-funcionalista da comunicação foi problematizada e refutada por várias vertentes dos estudos culturais, que se encarregaram de mergulhar nas apropriações e suas produções de efeito e sentido da recepção. A evolução conceitual e teórica relativa ao entendimento da comunicação e seus processos considera a cultura como uma importante instância de mediação que promove o desenvolvimento de habilidades e competências para os intercâmbios e negociações simbólicas entre os interlocutores da mensagem.

Contudo, essa negociação tem sido negada à maioria das PDV que não consegue ter acesso aos conteúdos por encontrar barreiras intransponíveis nos processos comunicativos. Neste sentido, Wolton nos lembra que:

Comunicar é cada vez menos transmitir, raramente compartilhar, sendo cada vez mais negociar e, finalmente, conviver. [...] não se pode negar a abertura ao outro, não se deve esquecer o receptor, é preciso reconhecer a importância da negociação (WOLTON, 2010, p. 62).

Comunicar, neste sentido, significa um exercício de conciliação entre o reconhecimento das identidades, através da alteridade, associada à construção de uma linguagem codificada que possibilite a convivência cultural mútua a partir da produção de efeitos e sentidos no outro, ou melhor, em todos. Eis um ponto crucial para ajudar a desvendar a questão problema desta pesquisa, já que toda ela se configura a partir das apropriações dos conteúdos digitais por usuários com deficiência visual.

3.4 TECNOLOGIA ASSISTIVA

Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis. (RADABAUGH, 2005)

O termo “tecnologia assistiva” (TA) ou *Assistive Technology* foi criado em 1988, nos Estados Unidos, como importante elemento jurídico da legislação estadunidense. Uma definição objetiva deste conceito pode ser entendida sob as palavras de Radabaugh (2005): “Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”. Remodelado em 1998, passou a compor um conjunto de leis que visam garantir os Direitos Humanos e de cidadania das PDV. Ele pode ser usado para designar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover: “vida independente” (autonomia) e “inclusão”.

Por “recursos” entende-se desde uma simples bengala até um complexo sistema informático, inclusive os brinquedos, roupas, móveis, equipamentos ergonômicos e acessórios adaptados. Além destes, também os computadores e dispositivos midiáticos, seus conjuntos de softwares e hardwares que contemplam questões de acessibilidade. Os aparelhos auditivos e visuais de todo o tipo, bem como materiais protéticos e demais itens voltados à acessibilidade também entram nesta categoria.

Por “serviços” entendem-se aqueles prestados por profissionais que visam usar um recurso em prol do desenvolvimento das PcD. Estes podem se valer dos recursos para realizar avaliações e tratamentos diversos. Os serviços costumam ser transdisciplinares, envolvendo profissionais de diversas áreas como, por exemplo:

fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, educação, psicologia, arquitetura, design, enfermagem, medicina e engenharia. A única área relacionada diretamente ao campo de pesquisa da comunicação é a do design e isto denota também o quanto as demais áreas da comunicação social ainda precisam desenvolver pesquisas que colaborem significativamente para as questões da acessibilidade.

No Brasil, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência é, atualmente, um órgão integrante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criada pela Lei nº 11.958/2009 e Decretos Nº 6.980/2009 e Nº 7.256/10. No entanto, seu histórico remonta desde muito antes, tendo tido âmbito de atuação em vários órgãos da administração pública Federal. O Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) compreende o conceito para a tecnologia assistiva sob uma perspectiva interdisciplinar:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2009a, p. 26)

Esta conceitualização brasileira colabora para o entendimento do objetivo destas tecnologias que é:

Proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade. (SARTORETTO; BERSCH, 2013)

Como se pode conferir, as tecnologias assistivas (TAs) desempenham importante função, principalmente no que tange à autonomia e a inclusão das PcD, reconhecendo e valorizando a diversidade humana e, principalmente, viabilizando sua cidadania através da inclusão social e digital. Contudo no Brasil, este desenvolvimento ainda está longe de ocorrer satisfatoriamente e de maneira natural. Sob o ponto de vista e análise dos estudos culturais, as tecnologias assistivas, por si só, não contribuem para a inclusão e cidadania das PDV, já que estas dependem da aquisição de competências, novas habilidades e da apropriação que farão dos conteúdos que estiverem acessíveis. Não se trata de uma questão meramente técnica, mas sim da essência do processo tecnológico. É interessante compreender

que, neste caso, estes usos e apropriações destas “ferramentas” e dos conteúdos, se dão de maneiras distintas, frutos de procedimentos da “criatividade cotidiana”, somados às práticas das “maneiras de fazer” (CERTEAU, 1994) e pelas técnicas da produção dos bens simbólicos socioculturais a partir da comunicação.

Mas é no âmbito da educação que as tecnologias assistivas produzem seus primeiros efeitos, eliminando barreiras entre a informação e a construção do conhecimento. É a partir da educação inclusiva, com tecnologias assistivas, que as PDV costumam ter seus primeiros contatos com dispositivos midiáticos digitais tornando-se, num primeiro momento, hábeis e depois, até mesmo, propagadoras de conhecimento entre os demais membros da comunidade. Neste sentido, torna-se relevante compreender a importância da gramática para as pessoas com deficiência visual formadas, geralmente, apenas pela oralidade. Vygotsky considerou que um ponto da linguagem Braille fez mais pelos cegos do que outras milhares de outras boas ações por caridade, ele disse: “la posibilidad de ler y escribir resulta mas importante que ‘el sexto sentido’ e la sutileza del tacto y el oído”⁶⁷ (1997, p. 102).

Em tempos de cibercultura e de reconfigurações sociais mais dinâmicas e velozes, as escolas tem perdido o status de centralizadoras únicas dos “modos de aprender”, mas não podemos desconsiderar sua importância e relevância para a formação e inclusão das pessoas com deficiência. Porém, há muitas instituições de ensino no Brasil que não seguem as recomendações da ABNT 15599 com relação à “Acessibilidade: Comunicação na prestação de serviços”, que indica:

5.3.1.2 As escolas devem prover recursos materiais e tecnologias assistivas que viabilizem o acesso ao conhecimento, tais como:

- a) Recursos óticos para ampliação de imagens (lupas eletrônicas, programa de ampliação de tela, circuito fechado de TV);
- b) Sistema de leitura de tela, com sintetizador de voz e display braille;
- c) Computadores com teclado virtual, mouse adaptado e outras tecnologias assistivas da informática;
- d) Máquinas de escrever em braille a disposição dos alunos;
- e) Gravadores de fita, máquinas para anotação em braille, computador com software específico, scanners, impressoras em braille;
- f) Aparelhos de TV, com dispositivos receptores de legenda oculta e audiodescrição e tela com dimensão proporcional ao ambiente, de

⁶⁷ Tradução: "a possibilidade de ler e escrever resulta-se mais importante que o 'sexto sentido' e a sutileza do tato e da audição".

modo a permitir a identificação dos sinais, sejam das personagens, do narrador ou do intérprete de LIBRAS, nas aulas coletivas;
g) Aparelhos de vídeos, CD-Rom e DVD;
h) Sistema de legendas em texto, por estenotipia, reconhecimento de voz, ou outro, para aulas do ensino médio e/ou superior. (ABNT, 2008, p. 14)

Assim como, também, os corpos docentes e demais profissionais técnicos educacionais não são capacitados para a leitura e escrita fluente em braille e LIBRAS, tampouco foram formados para lidar pedagogicamente com alunos que sejam pessoas com deficiência visual. Desta maneira, muitas das apropriações por tecnologia assistiva têm ocorrido em redes de conhecimento alternativas, sejam online ou off-line, que requerem apenas que a pessoa tenha condição mínima de lidar com a gramática dos computadores ou dos demais dispositivos midiáticos para que possa negociar e consumir informações.

Para a pedagoga Luciane Molina Barbosa, que é pessoa com deficiência visual e especialista em atendimento educacional especializado, a tecnologia assistiva ainda é um tabu na educação brasileira: “quando se pensa no uso do computador sem que se tenham referências visuais como fator predominante para seu manuseio, muitas lacunas colocam em evidência a falta de preparo na prática dos professores” (BARBOSA, 2013, p. 208). Esta situação, segundo ela, ajuda e sugere uma necessidade de maior conhecimento sobre as culturas das PDV com propostas que reforcem a importância de colocá-las em contato direto com os dispositivos midiáticos acessíveis como condição básica de inclusão social. Mas, como já dito anteriormente, para que os efeitos propostos por uma educação inclusiva se concretizem, faz-se necessário um alinhamento de políticas públicas, conjuntura de processos e instâncias de mediações afinadas em seus discursos e práticas para que se alcancem os objetivos propostos pela Declaração dos Direitos Humanos.

As TAs fazem parte de uma das instâncias de mediações importantes nesse processo: as tecnicidades. Graças às TAs instaladas ou acopladas em dispositivos midiáticos, disponibilizadas gratuitamente, muitas PDV passaram a ter acesso e contato com informações a respeito dos seus direitos como cidadão. Segundo Bersch (2008, p. 9), podemos destacar as principais TAs para PDV como sendo os softwares leitores de tela, leitores de texto, ampliadores de tela; os hardwares como as impressoras braille, lupas eletrônicas e linha braille (dispositivo de saída do

computador com agulhas táteis). Os leitores (ou "ledores") de tela/texto são os *softwares* que mais contribuem para a interação mediada por computador, já que "traduzem" o que está na tela em formato de áudio e assim permitem às PDV que ultrapassem as barreiras até chegar à informação. Os principais e mais usados softwares leitores de tela no Brasil são Dosvox; NVDA e JAWS.

O Dosvox tem uma história determinante para o desenvolvimento de tecnologias assistivas no Brasil. Ele foi desenvolvido, em 1993, com tecnologia totalmente brasileira, pela UFRJ, sob empenho do Prof. José Antonio Borges, a partir da chegada à universidade e ao curso de ciências da computação, de Marcelo Pimentel, um aluno cego. Como este aluno tinha dificuldades em participar das aulas de "Computação Gráfica" em função da exigência do uso da visão, o professor o orientou a iniciar um projeto de iniciação científica visando desenvolver um sistema que fizesse o computador interagir com o usuário através de vozes sintetizadas. Com a ajuda de colegas de turma, familiares e também de outros professores, o estudante conseguiu desenvolver um editor de textos que era capaz de soletrar o que estava escrito. Daí por diante o projeto decolou, foi criado o Núcleo de Computação Eletrônica (NCE/UFRJ) com grupos de pesquisa voltados para o desenvolvimento do sistema Dosvox, que foi um marco da revolução tecnológica assistiva para as pessoas com deficiência visual no Brasil. Molina explica a importância disto:

A partir deste primeiro grupo de estudo, foram multiplicando as formas de atuação e surgindo meios mais eficazes para atender as especificidades dos usuários de Dosvox. Ainda hoje as contribuições dos usuários somam mais e mais ideias a serem implementadas no sistema para que se apresente de forma ainda mais agradável. Por meio de esforços diversos, podemos verificar o resultado: hoje, um sistema complexo com quase uma centena de programas pode ser adquirido gratuitamente, desde 2002. (BARBOSA, 2013, p. 209)

O Dosvox hoje abriga mais de cem outros programas que multiplicaram sua capacidade inicial, seu uso é considerado lúdico, mas recomenda-se ao usuário com deficiência visual que o primeiro acesso se dê através de uma pessoa vidente, às informações gerais e instruções que constam no site oficial (<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox>). No entanto, o que mais nos chama a atenção é o fato de que os "modos de fazer" dos usuários do sistema é que vem determinando a

sua configuração e formatação ao longo dos anos. Esta é uma característica certauniana:

Essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro de Foucault: análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano; contrárias, por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da “vigilância”. (CERTEAU, 1994, p. 41)

Para o autor, esta condição implica naquilo que ele chamou de “antidisciplina”, uma forma de perverter a ordem do status quo a partir da apropriação por parte dos usuários, algo que tem se realizado em tempos de cibercultura.

Para o viés desta pesquisa, também interessa a “interação mediada por computadores” ou dispositivos midiáticos digitais que dispõem de tecnologias assistivas, cujos fluxos de informação ocorram por canais da web por pessoas com deficiência visual. Sobretudo, esta interação entendida como proposto por Alex Primo (2008), ou seja, não de maneira tecnicista e focando no modo transmissional da comunicação, mas sim como um complexo processo que considera as mediações ou “os usos” e as ações dos interlocutores a partir dos computadores/dispositivos midiáticos, como ele explicou:

Quando se fala em “interatividade”, a referência imediata é sobre o potencial multimídia do computador e de suas capacidades de programação e automatização de processos. Mas ao estudar-se a interação mediada por computador em contexto que vão além da mera transmissão de informações (como na educação à distância), tais discussões tecnicistas são insuficientes. Reduzir a interação a aspectos meramente tecnológicos, em qualquer situação interativa, é desprezar a complexidade do processo de interação mediada. (PRIMO, 2008, p. 30)

No contexto da cultura comunicativa das PDV esta interatividade é ainda mais complexa, já que as interações e mediações dependem das tecnologias assistivas para transpor as barreiras de acesso às informações.

Para “driblar” os sistemas planejados exclusivamente para pessoas videntes, os softwares ou hardwares deveriam contar com estas três características fundamentais: design universal (desenho universal), arquitetura da informação e usabilidade. Todos são conceitos apropriados pela área de estudos da comunicação para compreender a distribuição de conteúdos transmídia, em diversos canais e dispositivos com características e formatos próprios. Para compreender o importante papel que desempenham os conceitos de desenho universal e de arquitetura da informação. O primeiro dá conta de promover acesso aos conteúdos de maneira isonômica com usabilidade natural para qualquer pessoa, independente das suas características ou necessidades. O segundo promove esteticamente a distribuição do conteúdo, organizando a visualização final do produto comunicativo para que este seja de “fácil” apropriação, consumo, reprodução e compartilhamento.

O conceito de desenho universal foi criado pelo arquiteto cadeirante, Ron Mace, da Universidade da Carolina do Norte (EUA) e tinha por objetivo criar projetos de produtos e serviços que pudessem ser usados por todos, na sua máxima possibilidade, sem necessidade de adaptação ou esforço distinto. Mace propôs, em 1987, aproximar as criações humanas a todas as pessoas, sem discriminação por inabilidade, conforme explicam Carletto e Cambiaghi:

O projeto universal é o processo de criar os produtos que são acessíveis para todas as pessoas, independentemente de suas características pessoais, idade, ou habilidades. Os produtos universais acomodam uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários. A meta é que qualquer ambiente ou produto poderá ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade.

O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A ideia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos. (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008)

Embora tenha sido proposto como conceito para a arquitetura, o Desenho Universal, foi apropriado por diversas áreas e se enquadra também aos produtos comunicacionais, principalmente às questões associadas à usabilidade e à arquitetura da informação. O Desenho Universal associado à Tecnologia Assistiva

se transformam na melhor solução conceitual e prática para transpor ou eliminar barreiras informacionais.

A usabilidade é considerada por Preece como o “fator que assegura que os produtos sejam fáceis de usar, eficientes e agradáveis, da perspectiva do usuário” (BASSANI *et al.*, 2010, p. 3), ela também é responsável pela otimização dos processos de interação mediados por computadores, a fim de possibilitar que elas realizem suas atividades no trabalho, na escola ou em atividades de lazer, tendo como objetivos:

- a) eficiência: cumprir os objetivos para o qual foi criada;
 - b) segurança: permitir o manuseio de forma segura para o usuário e para o próprio sistema;
 - c) utilidade: ser útil para o usuário e as atividades que ele pretende desempenhar;
 - d) capacidade de aprendizagem: ser uma interface de fácil aprendizado para o usuário;
 - e) capacidade de memorização: ser fácil de lembrar como se usa.
- (BASSANI *et al.*, 2010, p. 4)

A popularização da informática, a partir dos anos 90, impulsionou o desenvolvimento de tecnologias para aprimorar o aprendizado com a experiência do usuário, a área responsável por isto foi o design de interação (DI) e, ainda segundo Preece, o desafio da usabilidade é conseguir equilibrar estes objetivos a partir dos usos e apropriações da cultura dos usuários ou a “*user experience*” (UX) que, no caso dos dispositivos digitais, diz respeito à cibercultura. Há diferenças sutis entre um conceito e outro; enquanto a usabilidade é a extensão na qual um produto pode ser “utilizado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação, num contexto de uso específico” (ISO 9241-11) a UX é “usualmente considerada a habilidade do usuário em usar o produto ou sistema para realizar a tarefa com sucesso; envolve a interação entre o sujeito e o objeto (produto ou sistema), assim como pensamento, sentimentos e percepções que resultam das interações” (BASSANI *et al.*, 2010, p. 4).

Por fim, em relação à noção de Arquitetura da Informação, a gênese do termo é controversa, mas a versão mais aceita entre os autores pesquisados compreende que a mais adequada atualização conceitual é a de Rosenfeld que a compreende como “a arte e a ciência de organizar a informação para ajudar as pessoas a satisfazer suas necessidades de informação de forma efetiva (...) o que implica

organizar, navegar, marcar e buscar mecanismos nos sistemas de informação” (ROBREDO, 2008, p. 9). O profissional responsável por executar tais tarefas é o “Arquiteto da informação”, termo foi batizado pelo arquiteto e designer gráfico Richard Saul Wurman, em 1997, em seu artigo: *What's an Information Architect?* Ele definiu como competências, habilidades e responsabilidades deste profissional as seguintes:

- 1) O indivíduo que organiza os padrões inerentes aos dados, tornando o complexo claro;
- 2) A pessoa que cria a estrutura ou mapa da informação, que permite aos outros encontrarem seus próprios caminhos na direção do conhecimento;
- 3) A atividade profissional que surge no século 21 apontando para as necessidades da época, com foco na clareza, na compreensão humana e na ciência da organização da informação. (WURMAN, 1997, p. 8)

É de suma importância, para esta pesquisa, considerar este agente, pois é ele o responsável por cuidar e beneficiar as informações e os sistemas, um verdadeiro “curador de conteúdos”. Neste sentido, é o arquiteto da informação quem deve gerenciar o conteúdo a fim de que esteja acessível sob a lógica do Desenho Universal, da usabilidade por experiência do usuário (UX), do desenho interativo (DI) a partir das tecnologias assistivas (TAs).

Embora as metodologias “clássicas” de análise de usabilidade sejam apenas quantitativas, a proposta desta pesquisa é transmetodológica, apoderando-se dos conceitos de Usabilidade, DI, UX e Arquitetura da Informação para qualificar e compreender os ambientes digitais utilizados, bem como, os “modos de fazer” dos usuários de sistemas de informação digitais com deficiência visual. Assim, creio, será possível compreender como a cibercultura, através de suas linguagens digitais e softwares de tecnologias assistivas, configuram as apropriações dos sujeitos comunicantes com deficiência visual.

3.4.1 A audiodescrição e a tateabilidade

A história da origem da audiodescrição (AD) é incerta, os diversos autores que pesquisaram e publicaram sobre isto estão em consenso com Franco e Silva (2010) que consideram a dissertação de mestrado do pesquisador estadunidense Gregory Frazier (1975) como o marco científico das primeiras ideias e técnicas de

audiodescrição. Porém, será o trabalho realizado pelo casal Margaret e Cody Pfanstiehl, na rádio *The Metropolitan Washington*, que dará início à popularização da técnica de "transformar imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão" (FRANCO, E. P. C.; SILVA, 2010, p. 19).

O casal usou seu programa de rádio para audiodescrever a peça de teatro: *Major Barbara* em 1981, a repercussão foi tão boa que o teatro onde a peça ocorreu desenvolveu um projeto para traduzir outras peças e os convidou para fazer parte desse projeto. Além disso, o casal também foi responsável por gravar as primeiras audiodescrições em fitas K-7 para uso em museus e demais espaços culturais e turísticos nos EUA. Um ano mais tarde a audiodescrição chegou à TV estadunidense pela primeira vez, na série *American Playhouse* da rede *Public Broadcasting Service*. Como àquela época não havia tecnologia de transmissão de áudio em diversos canais como hoje, a solução encontrada foi bastante simples e funcional, a audiodescrição era feita e transmitida ao vivo através de estações de rádio. Ainda segundo Franco e Silva (2010) a primeira transmissão de TV com AD ocorreu no Japão em 1983, mas como não havia um segundo canal de áudio a AD foi ouvida por todos os telespectadores e não se mostrou apropriada. Em 1985, a partir da invenção e disponibilidade tecnológica do canal de Programa de Áudio Secundário (SAP) a emissora de TV WGBH realizou os primeiros testes com AD pré-gravadas e simultâneas. (Idem, p.20)

Pesquisas e estudos de recepção com PDV que consumiam estes produtos midiáticos com acessibilidade audiodescrita colaboraram para o desenvolvimento das técnicas e dos conceitos aplicados. Em função disto, em 1990, foi criado o *Descriptive Video Services* (DVS) cuja função era abastecer o mercado televisivo com conteúdos audiodescritos (idem, p20). Este movimento ocorria na Europa no mesmo período e a AD foi ganhando um espaço tímido, mas importante para seu desenvolvimento conceitual, ao mesmo tempo em que as instâncias de mediação políticas vão estabelecendo lógicas e pautas de suas lutas por ampliação do respeito aos Direitos Humanos e à comunicação com desenho universal. Em 1987 a AD chega à Espanha por intermédio da ONCE que patrocinou a tradução no filme: *O último tango em Paris*. Já em meados dos anos 90, a audiodescrição também passa a ser oferecida nos EUA em peças de teatro e salas de cinema, em ambos os casos

as PDV precisavam solicitar aparelhos com fones de ouvido que ofereciam o recurso, numa ação semelhante ao serviço de tradução simultânea de eventos. Com a popularização dos aparelhos e filmes em DVD a AD também foi incorporada e as tecnologias de múltiplos canais de áudio permitiram valorizar mais a cultura auditiva favorecendo as PDV.

Na última década do século XX os EUA e a Inglaterra passaram a ser os países com o maior número de pesquisas científicas e desenvolvimento técnico sobre AD, com estudos que influenciaram o desenvolvimento da AD em quase todo o mundo, inclusive no Brasil. Estas pesquisas passaram a compreender a importância cultural da descrição dos cenários, ambientes, objetos, trejeitos, expressões e cores na construção do imaginário popular das PDV. Um outro benefício claro descoberto nestas investigações era com relação à inclusão social das PDV a partir do acesso aos bens culturais simbólicos que antes estavam restritos aos videntes. Os estudos de recepção apontavam para uma maior autonomia, sentimento de igualdade, inclusão e respeito à cidadania. (Idem, p.23)

Associada mais diretamente à área de estudos linguísticos a AD ganhou força dentre as linhas de pesquisa em Tradução, com viés intersemiótico e é neste ponto que ele também se aproximou da Comunicação, porém, invariavelmente a relação apropriada nestes casos ocorria de maneira técnica, compreendendo a comunicação como simples forma de transmissão e desconsiderando o processo amplo e de mediações que a compõem. Como já explicitado anteriormente, durante a pesquisa da pesquisa foram raríssimos os trabalhos científicos que investigavam questões de acessibilidade associadas à comunicação entendida como processo. Laercio Sant'anna (2010, p. 134) considera que a PDV, sem a AD, fica isolada e cria crises de ansiedade comunicativa, como uma pessoa naufraga num mar multimidiático. Para ele o fato de sermos cercados de "signos linguísticos" e necessitarmos deles para o convívio social gera uma marginalização das PDV por conta das barreiras informativas existentes nos diversos canais de comunicação e em seus suportes midiáticos. Isto faz muito sentido e revela um período complicado para as sociabilidades das PDV, já que vivenciamos uma era de iconofagias, ou seja, de consumos prioritários de signos imagéticos.

Segundo Franco e Silva (2010), aqui no Brasil, a AD só foi apresentada ao público em 2003, durante o Festival *Assim vivemos*, um evento temático e dirigido para filmes sobre deficiências. De lá até 2010, havia apenas dois filmes oficialmente

descritos e disponíveis à população em formato DVD no Brasil, eram: *Irmãos de Fé* (2005) e *Ensaio sobre a cegueira* (2008), neste mesmo ano também foi produzida e publicada a primeira propaganda de TV com audiodescrição patrocinada pela marca Natura. Já os festivais de cinema de Curtas-metragens de São Paulo (2007) e o Festival de Gramado (2008), foram os primeiros não temáticos a apresentarem filmes com o recurso acessível. No teatro a primeira peça audiodescrita foi a *Andaime* (2007), o primeiro espetáculo de dança foi *Os três audíveis* (2008) e a primeira ópera acessível foi *Sansão e Dalila*, apresentada em Manaus, no XIII Festival Amazonas de Ópera (2009). Além destes movimentos também houve iniciativas de tradução em audiodescrição por parte dos poderes públicos em Centros Culturais que transmitiam filmes e ofereciam livros audiodescritos (FRANCO, E. P. C.; SILVA, 2010, p. 27).

Como se pode perceber pela cronologia dos fatos, estas ações não são fatos isolados, mas como já dito anteriormente, fazem parte de uma série de condições sociais, políticas, tecnológicas e econômicas que vão configurar o cenário para o surgimento da AD como recurso de linguagem para as PDV. O âmbito político é o que mais influencia neste momento, já que é sabido que a promulgação das leis referentes à acessibilidade, embora não estivessem sendo cumpridas ao rigor da lei, serviam como elementos de tensão entre as empresas de comunicação e as PDV representadas pelas suas entidades representativas. Será justamente por conta desta pressão social que as empresas vão exercer opressão, através do seu poder hegemônico sociocultural-político-econômico, para que as leis sejam revogadas e mudadas ao longo do tempo, com os argumentos de que não havia disponibilidade tecnológica e nem recursos humanos para a produção de conteúdos acessíveis.

Vilaronga (2010, p. 142) nos provoca a problematizar a "dimensão formativa" dos produtos audiovisuais para as PDV", considerando que estamos imersos numa cultura imagética ela afirma que a visão é hoje o mais importante dos sentidos. Na mesma medida, compreendemos que a relação estética das PDV com as vivências cotidianas se torna uma experiência de significar o mundo através das leituras traduzidas geralmente pelos olhos dos outros. Neste sentido, a audiodescrição se torna um problema, pois é uma tradução visual em modo particular e mesmo que siga recomendações técnicas, sua formação cultural será determinante para a tradução que fará. Essa característica da cultura invisível é mal compreendida pela sociedade, uma vez que geralmente desprezamos a troca de experiências da

mundividência tátil (munditactência), numa simbiose sociocultural entre PDV e videntes. Repare que a supracapacidade tátil das PDV não define os videntes como "pessoas com deficiência tátil", justamente por conta da hegemonia cultural vigente, porém se faz necessário compreender a função cognitiva que a tateabilidade exerce na formação das PDV.

Neste sentido, para Joana Belarmino (2004, p. 114) o "complexo tátil" é composto por aspectos orgânico-neurológicos e sociabilidades, esta interação perceptível e sensível do mundo à sua volta se dá através do corpo, pela pele, órgão que exerce um verdadeiro papel de meio de comunicação decodificador das informações externas. Esta fenomenologia da percepção fora discutida amplamente pelo filósofo Merleau-Ponty que considera:

[...] pois, se é verdade que tenho consciência de meu corpo através do mundo, que ele é, no centro do mundo, o termo não-percebido para o qual todos os objetos voltam a sua face, é verdade pela mesma razão que meu corpo é pivô do mundo: sei que os objetos têm várias faces porque eu poderia fazer a volta em torno deles, e neste sentido tenho consciência do mundo por meio de meu corpo. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 122)

Para o autor o corpo deve ser entendido como o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para os seres vivos, juntar-se a um meio definido, misturar-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles. O corpo humano é um referencial de realidade, na medida das determinantes do tempo e do espaço, uma realidade biológica da natureza da espécie humana. Um ente natural que tem como princípio o movimento e o repouso, uma substância capaz de transformar-se internamente a partir de suas relações sociais. Neste sentido, a percepção do mundo externo, através dos sentidos, permite que este ser, graças às informações armazenadas pela via da "ex-experiência" se constitua culturalmente (BONITO, 2007, p. 24).

Belarmino (2004, p. 116) nos chama a atenção para a complexa capacidade orgânica tátil das pessoas, sob o ponto de vista biológico, e destaca a "perfeita conformação" encontrada na proposta de Braille quando da criação do alfabeto. A tateabilidade, não se restringe às pontas dos dedos, mas funciona em toda a pele, ativando os proprioceptores e analogamente representam a capacidade de visão das PDV. Ou seja, é possível afirmar que as PDV enxergam através da pele e que neste sentido a construção da identidade e relações socioculturais deste grupo

social se dá praticamente em função do toque. Para Santaella (2001, p. 77–78) o sistema tátil é tão complexo que possui capacidade perceptiva múltipla de: pressão, calor, frio, dor e cinestesia, um sistema complexo que atua conjuntamente aos demais sentidos e funciona como uma orquestra harmônica em prol da decodificação sígnica. Levando em consideração isto, poderíamos questionar se é correto afirmar que as PDV não enxergam, esta é uma afirmação leviana, já que não se trata de uma interpretação meramente funcional da capacidade visual dos olhos, mas sim de uma interpretação do mundo, dos objetos e do ambiente de maneira diversa através do tato.

Tanto a audiodescrição quanto a tateabilidade são elementos constituintes da capacidade visual das PDV e as linguagens devem considerar isto como uma característica evidente e forma de reconhecer os Direitos Humanos e à Comunicação deste grupo social. Para isto, deve-se considerar uma mudança cultural das práxis já consagradas nos meios de comunicação hegemônicos que são influenciadores diretos dos modos de fazer, usos e apropriações sociais.

3.5 USOS E APROPRIAÇÕES POR UMA CIDADANIA COMUNICATIVA ACESSÍVEL

A proposta deste capítulo é lançar o olhar para as maneiras como as pessoas com deficiência visual (PDV) consomem e produzem informações, como estabelecem processos de comunicação atravessados pelas mídias, tendo como pano de fundo o contexto teórico da cidadania comunicativa. Com o intuito de atender aos objetivos propostos na problemática desta pesquisa, considero a importância fundamental dos usos e apropriações, como elementos configuradores dos processos comunicativos relacionados às PDV.

Parto do entendimento de que as apropriações que as PDV fazem, sejam dos produtos comunicacionais, ou das próprias tecnologias, é na essência um elemento configurador de seus processos comunicativos. Assim como penso que a Tecnologia Assistiva pode ser compreendida como o conjunto dos serviços, estratégias e práticas que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades de pessoas com deficiências e que esta é uma instância muito relevante nas apropriações e produções de sentidos pelos sujeitos comunicantes com deficiência visual. Para que se possa entender as apropriações realizadas pelas PDV, considerarei, como já

exposto em capítulos anteriores, as implicações dos diversos contextos que configuram historicamente as identidades culturais deste grupo social. A cibercultura se apresenta, principalmente a partir da popularização das redes sociais digitais, como a cultura mais representativa e significativa no âmbito comunicacional para as PDV.

Para Castells (1999b) a identidade pode ser compreendida na contemporaneidade desde seus atores sociais como sendo: “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado” (p.22). Esta condição da identidade, aliada às tecnologias da informação digitais, tem sido determinante e configuradora da cultura das PDV. Isso nada tem de diferente em relação aos demais grupos sociais, contudo entendemos que o que chamamos de barreiras comunicativas têm reforçado exclusões sociais e influenciado no modo comunicacional desses sujeitos.

A impossibilidade de acessar determinado conteúdo ou processos culturais, que estão disponíveis e acessíveis apenas para os videntes, impossibilita às PDV sequer de conhecê-los e menos ainda de apropriar-se deles. Dessa forma, entendemos que, sem Tecnologia Assistiva, as PDV ficariam excluídas dos que Castells (1999b) chama de “comunidades” digitais. Essas comunas, de acordo com o autor, são formadas por atores sociais excluídos ou resistentes às individualidades identitárias da rede e aos poderes hegemônicos, que utilizam as redes para a construção de significados outros para além das produções hegemônicas. Elas caracterizam-se e distinguem-se a partir de: 1) reação às hegemonias culturais; 2) construção cultural e seus valores; 3) dos usos compartilhados de produtos simbólicos.

A cultura hegemônica naturaliza a percepção, interação e leitura do mundo através da visão, estabelecendo diversas barreiras comunicativas a quem não pode ver. Contudo, as diversas lutas das PDV garantem hoje um cenário – ainda insipiente - de acessibilidade. Muitos conteúdos disponibilizados nas mídias são possíveis de ser consumidos por PDV. Assim, abre-se a possibilidade de apropriação dos produtos culturais e, além disso, para uma postura de cidadania comunicativa por parte das PDV, que reivindicam seus Direitos Humanos enquanto usuários de comunicação e produtores de conteúdo.

O pano de fundo para essa compreensão são os estudos culturais sob as lógicas científicas britânicas, onde se destaca o protagonismo de Stuart Hall, que contribuiu com o incentivo ao desenvolvimento da etnografia, das análises da *mass media* e das investigações que procuravam dar conta de entender particularmente as práticas das subculturas (Johnson, Escosteguy e Schulman, 2000). Embora por algumas vertentes os estudos culturais sejam considerados como “ativismo político de esquerdistas”, a notória contribuição destas pesquisas se dá nos impactos teóricos e políticos que perpassaram os muros das universidades e influenciaram diretamente nas mudanças sociais ocorridas principalmente no período pós 1968.

O rompimento com as teorias sociológicas funcionalistas norte-americanas e a proposta etnográfica dá ênfase à pesquisa qualitativa, cuja maior importância está nos “modos pelos quais os atores sociais definem por si mesmos, as condições em que vivem” (JOHNSON; ESCOSTEGUY; SCHULMAN, 2000, p. 143). Os autores compreendem que os estudos culturais também romperam com o entendimento de que os meios de comunicação de massa eram meros “instrumentos de manipulação”, passando a ser entendidos também como mediadores da reprodução social, num amplo espectro da sua natureza dinâmica e ativa na construção da hegemonia cultural. Para dar conta disto, Hall elabora perspectivas metodológicas para pesquisar qualitativamente as estruturas dos processos comunicativos de massa, a fim de tencionar as complexidades dos sistemas sócio culturais: populares e hegemônicos. Esta problematização possibilitou compreender, sob o ponto de vista da comunicação social, a produção de efeitos e sentidos promovidos pelo intercâmbio simbólico entre seus interlocutores.

Parto das perspectivas metodológicas dos estudos culturais pelo fato de que há uma vertente latino-americana que contempla as questões problematizadas sob um “olhar” mais próximo das etnografias culturais brasileiras, justamente onde se encontra o macro recorte do universo da recepção aqui proposto e que configura o grupo social das PDV. Autores como Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini, Maria Immacolata Vassallo Lopes e Paulo Freire compõem parte importante dos estudos culturais, como ficaram conhecidos os trabalhos e estudos realizados por eles(a) nos âmbitos da cultura contra hegemônica, das culturas populares (Freire), das mediações (Martín-Barbero), das hibridizações (Canclini) e da recepção (Lopes). Inspirados também pela obra de Michel de Certeau (1994), a principal contribuição desta vertente epistemológica se dá sob o viés da apropriação, através dos usos e

apropriações como elementos táticos e estratégicos por parte do usuário/receptor. Conforme Mattelart e Neveu (2004) ainda explicam, os estudos sobre a recepção ganham força a partir dos anos 1980, operacionalizando modelos metodológicos de observação e análise qualitativa propostas por Hall, buscando a “compreensão dos públicos reais” (2004), especialmente através da etnografia.

O desenvolvimento científico provocado pelos estudos da recepção elevou o “receptor” a “sujeito comunicante”, o sujeito/receptor deixava de ser compreendido como mero espectador passivo das dinâmicas midiáticas e passava a ser considerado um consumidor e produtor de sentido de maneira ativa, a partir dos bens simbólicos gerados pelas mídias de massa. Maldonado (2002) entende que o “receptor” é um sujeito histórico não soberano, não isolado, não simplesmente animal e não mecânico, que age em relação à produção midiática de acordo com os esquemas de sensibilidade e inteligência construídos na sua história de vida comunicacional” (p. 10). Isto explica que a condição cultural das PDV, a partir das diversas matrizes possíveis, vão configurar as apropriações realizadas dos bens simbólicos comunicacionais adquiridos. Os usos e apropriações estão sujeitos às diversidades das culturas, independente do posicionamento cultural ser hegemônico ou subalterno. No entanto, para que a lógica das culturas hegemônicas não se sobressaia, é preciso garantir condições isonômicas de capacitação, acesso, produção e compartilhamento dos bens simbólicos. As condições exploratórias às quais as apropriações de conteúdos digitais, por parte das PDV, deveriam ocorrer em processos comunicacionais livres de barreiras informativas, facilitadas pelos usos de tecnologias de acessibilidade e por conteúdos que contenham conceitualmente o desenho universal, em prol do uso e da apropriação da recepção.

Quando Michel de Certeau publicou *A invenção do cotidiano*, ele inaugurou uma nova maneira de perceber as dinâmicas interessantes às ciências sociais, a partir dos “consumos” / “usos” / “estratégias” / “táticas”. Certeau tem o mérito de mudar o foco das pesquisas sociais, de algo muito instrumental para a compreensão social mediada. Ainda que de forma associada a um “pragmatismo” formal, para examinar as apropriações dos bens simbólicos que formam as culturas populares cotidianamente, ele conseguiu se aprofundar tanto nas dimensões dos objetos de estudo que passou a influenciar positivamente as metodologias de pesquisa nas Ciências Sociais. À época de sua pesquisa que resultará na publicação de *A invenção do Cotidiano*, a internet ainda estava em seus primórdios pré-históricos, no

entanto, seu trabalho ainda é influente no que tange à cibercultura atual, visto que suas pesquisas, proposições conceituais e metodologias também contribuem para o entendimento das práticas culturais digitais da sociedade em rede.

Para Certeau, as relações sociais é que determinam seus próprios termos de negociação de bens simbólicos e será esta somatória de processos conjuntos que vai se gerar a diversidade cultural existente. Por outro lado, as individualidades são “o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (CERTEAU, 1994). É no âmbito individual, nas suas apropriações, que a “produção” simbólica fará toda a diferença para o entendimento do processo comunicativo, já que para Certeau os indivíduos não são meros consumidores por “procedimentos”, mas sim “usuários” a partir das “táticas” inventadas no cotidiano e dos seus modos de fazer. É importante ressaltar que para ele a somatória de produções individuais configura o grupo social e vice-versa, em uma inter-relação associativa e interdependente.

A distinção conceitual entre “consumidores”, como sujeitos supostamente “conformados”, e “usuários” vem ao encontro daquilo que investigamos, ao compreendermos que os consumidores nunca foram totalmente passivos nos processos comunicativos. Compreendemos que as pessoas sempre elaboram as produções simbólicas “consumidas” a partir das apropriações que fazem dos conteúdos mediados. A sensação que temos hoje, com a popularização da internet, de que a “interatividade” é uma “novidade” da cibercultura, potencializada pelos dispositivos midiáticos informáticos se dá pelo fato de que as “marcas” são mais visíveis e mensuráveis. No entanto, este procedimento tático sempre ocorreu, mas com menor circulação, o que diminui a percepção social do uso.

Isso contribui para o entendimento da importância da análise do que se quer como “manipulação cultural” pelos praticantes (usuários) que não participam do processo de produção original. Supondo-se que haja dois polos, um composto pelas “elites” produtoras de linguagem e outro dos “populares” usuários do sistema midiático mediado, não poderemos afirmar que a proposta comunicativa das elites seja apropriada exatamente pelos usuários populares. Certeau exemplifica assim:

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança

entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização. (CERTEAU, 1994, p. 40)

Esta lógica representa bem o conceito de “usuários” em detrimento aos “consumidores” proposto por de Certeau e que se combina com as práticas e táticas comunicativas vigentes na cibercultura. Esses “modos de proceder da criatividade cotidiana” (Idem. 1994), representados pelos oprimidos, vão causar “curtos-circuitos” no sistema hegemônico a fim de que se possa reapropriar o espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural. Certeau concluiu que haveria formalidade nessas práticas, por mais multiformes, fragmentárias e detalhadas que fossem essas apropriações dos usuários. A lógica embutida nessas práxis dos usuários, na “cultura popular” contra hegemônica, só é possível de ser identificada e compreendida através de metodologia científica baseada em estratégias de análise que possibilitem e garantam uma relativa diversidade das práticas. Para chegar a elas, de Certeau (1994) usou:

[...] práticas da leitura, práticas dos espaços urbanos, utilização das ritualizações cotidianas, reempregos e funcionamentos de memória através das “autoridades” que possibilitam (ou permitem) as práticas cotidianas e etc. [...] práticas familiares, seja às táticas da arte culinária, que organizam ao mesmo tempo uma rede de relações, “bricolagens” poéticas e um reemprego das estruturas comerciais. (CERTEAU, 1994, p. 42)

Compreendemos que essas formas nos possibilitam uma trilha a ser percorrida no campo cultural das PDV, pois perpassam técnicas e táticas criativas que garantam a compreensão da cultura dos usos comunicativos digitais praticados por esses grupos sociais. Assim, comporemos uma nossa perspectiva para compreendermos o contexto e as configurações da cidadania em função da potência que a cibercultura e a comunicação digital possibilitam às questões da comunicação e da compreensão de cidadania desse grupo social.

3.5.1 Perspectivas para pensar a cidadania comunicativa das pessoas com deficiência visual

Parto do pressuposto de que a cidadania é caracterizada nos embates dos diversos conflitos sociais, políticos, culturais e comunicacionais, acentuados e potencializados através das lutas sociais e da midiaticização das sociedades. Desse modo, pode ser percebida e reconhecida por suas manifestações na produção de

sentidos, pertencimento e direitos relacionados aos processos comunicativos que configuram modos de vida situados em modelos, “nos quais o campo midiático tem um lugar estratégico na configuração das sociedades contemporâneas” (MALDONADO, 2002, p. 6).

Nesse sentido, interessa refletir sobre a relação das PDV enquanto sujeitos comunicantes e o exercício da cidadania relacionado ao direito à comunicação e à informação. Entendo que tornar-se sujeito nos processos sociocomunicacionais passa por um modo de operar como recurso efetivo de intervenção na tomada de decisões no âmbito dos bens culturais e na sociedade. Isso se constitui como um dispositivo importante, com consequências significativas para o que se apresenta como democracia e para o exercício da cidadania, em que “os cidadãos são resultado de uma ordem categórica que define os limites do que pode ser problematizado e os modos de fazê-lo” (MATA, 2006, p. 10).

Assim, as sociedades civilizadas precisam problematizar as vigentes culturas hegemônicas dos videntes, desterritorializando-as simbolicamente, num movimento que García Canclini (1999) compreende como fundamental para a construção de novas produções simbólicas, mais isonômicas, em prol da Cultura Invisível. Para a sua posterior reterritorialização, faz-se necessário um exercício de alteridade que nos permita a compreensão das necessidades das culturas tidas como “subalternas”, como é o caso das culturas comunicativas das PDV. A promoção do multiculturalismo, nos termos do autor, eliminaria as fronteiras delimitadas categoricamente pelas culturas hegemônicas (das pessoas videntes), para que se possa, através da hibridização cultural, reconhecer e respeitar, conscientemente, as demais culturas, sem pré-conceitos estabelecidos e estanques. A hibridização cultural, para García Canclini (2003), pode ser entendida como “processos socioculturais nos quais as estruturas ou práticas que existem de formas separadas, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (s/p.). Estas condições configuram alguns dos elementos necessários para a construção da cidadania comunicativa. Para isso, um dos caminhos a ser percorrido é o da interculturalidade, via hibridização, aproveitando-se o que há de próspero na cultura dos videntes e que pode ser estendido à cultura das pessoas com deficiência visual.

Maria Cristina Mata (2006), ao propor o conceito de cidadania comunicativa, fala de um lugar que pode ser “de realização plena (...) de uma cidadania derivada de profundas desigualdades econômicas e sociais” (p.8). Esse entendimento nos

exige uma confluência de saberes advindos de distintas áreas do conhecimento. Provoca-nos a uma construção de raciocínio que possa dar conta de, a partir de contextos socioculturais, políticos e comunicacionais, chegar à compreensão das lógicas embutidas nesses processos configuradores e está diretamente relacionada, também, ao direito à comunicação e ao acesso aos meios e à diversidade de informações disponíveis. Dito isso, envolve reconhecer a existência de sujeitos, as pessoas com deficiência visual, frente a uma luta entre “quem trata de obter, usufruir e ampliar os direitos, quem tem o poder legítimo e/ou legal de conceder e quem obstaculiza, perverte ou registra tais direitos” (MATA, 2006, p. 8).

Entendo que as regulações comunicativas determinam as lógicas comunicacionais predominantes, bem como os recursos tecnológicos disponíveis aos diferentes setores da sociedade, que serão determinantes para o exercício da cidadania comunicativa. Mata (2006) nos sugere questionar essas condições, pois:

[...] os modos de se imaginar sujeitos de direitos (...) suas maneiras de se vincular com quem detêm a legalidade e legitimidade social para expressar-se e produzir normas a respeito, as representações hegemônicas e contra-hegemônicas acerca do que significa se comunicar e comunicar hoje, em sociedades midiaticizadas, as experiências depositadas nas instituições, os meios, as próprias forças expressivas, são dimensões inevitáveis para compreender até onde e em que condição, irreversível ou não, para reivindicar o direito a se informar, se expressar (...). (MATA, 2006, p. 14)

Percebe-se, facilmente, uma invisibilidade das pessoas com deficiência visual na sociedade, uma exclusão social, resultado de uma cultura hegemônica. Porém, uma das características da globalização contra-hegemônica é a busca por uma política de igualdade e isto se dá, principalmente, a partir das ressignificações simbólicas. No que se refere às pessoas com deficiência visual, no Brasil, essa é uma questão que diariamente é negligenciada, por exemplo, com a falta de cumprimento dos Decretos Constitucionais, na forma da lei – nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098 de 19 dezembro de 2000. Os movimentos representativos das pessoas com deficiência visual não contam com amplo apoio popular, até porque tanto as leis quanto as demandas do próprio movimento ainda são pouco conhecidas pela coletividade. O fato de existirem direitos instituídos (leis e decretos) não garante a existência do cidadão, pois este é resultado do “ato de aparência litigiosa no espaço público e implica uma reivindicação da expressão

própria do mundo e o acesso à informação entendida como o saber dos assuntos públicos" (MATA, 2006, p. 15). De outra forma, podemos dizer que tal cidadania está implicada no desenvolvimento de práticas que procurem garantir os direitos no campo da comunicação, além de envolver dimensões sociais e culturais vinculadas aos valores de igualdade de oportunidade, qualidade de vida, solidariedade e não-discriminação. Como propõe Burch o direito à comunicação não se trata apenas da liberdade de expressão e opinião, estão relacionados também os direitos linguísticos e culturais, bem como o manejo da coisa pública (BURCH, 2005).

Nesse sentido os grupos, os sujeitos, as culturas, precisam diferenciar-se e exercerem seu direito à comunicação, que está intimamente relacionado ao exercício da cidadania. Compreendo a Cidadania Comunicativa como um "espaço" em que as PDV, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re)conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo. Estes sujeitos não são apenas receptores, mas produtores, o que implica em mudanças significativas para sua vida, pois tende a agregar novos elementos à cultura. Luiz Roberto Alves (2012) afirma que o exercício da cidadania comunicativa está em um modo-lugar onde as "mediações são experimentadas ao criar e recriar narrativas capazes de superar o desencanto e a exclusão, gerando, pois, um encantamento do mundo, das coisas e das pessoas" (p.1).

Dito de outra forma, a cidadania comunicativa compreende e possibilita a participação dos diversos sujeitos num processo de criação democrático, o que amplia as práticas de cidadania, caracterizando-se também pelo acesso dos sujeitos às tecnologias. Este é um forte indicador do direito à comunicação e à informação e dos processos de democratização, que ampliam a capacidade de intervenção e de ação cultural, social, política e comunicacional. Essa prática contempla a participação nos processos diários, individuais e coletivos e possibilita aos sujeitos negociar e interagir para as tomadas de decisões.

Entendo que a cidadania comunicativa entrecruza-se com as lutas dos direitos humanos coletivos, ou seja, está relacionada com as relações identitárias, culturais, sociais e comunicacionais não apenas vinculadas ao Estado, mas também ao mercado e a todas as demais instâncias que promovem a desigualdade e a exclusão. Neste sentido, a prática da cidadania comunicativa se dá num processo em que se reconhece a comunicação como alicerce para o exercício da cidadania,

pois possibilita o agrupamento de interesses sociais distintos e particulares, necessidades e propostas, dando sentido a uma existência pública individual, representando a si mesma como coletiva e política, pois “ultrapassa a dimensão jurídica e alude à consciência prática, à possibilidade de ação” (MATA, 2006, p. 8). Trata-se do exercício da cidadania através do direito à comunicação livre, que implica no desenvolvimento de práticas que garantam os acessos e os direitos nas ambiências comunicacionais e, por meio delas, seja possível ampliar os espaços democráticos e a coparticipação irrestrita.

Sabe-se que os processos midiáticos, ao longo da história, têm se configurado em torno da cultura hegemônica, contudo, no período que culmina com a chegada da popularização da internet, há uma mudança de hábitos na sociedade para comunicar-se, reconfigurando simbolicamente territórios, fortalecendo determinadas identidades e lutando por novas conquistas sociais. Isto tem ocorrido com a ajuda das novas tecnologias da informação e da comunicação. Entretanto, evidentemente, o vigor da cultura hegemônica impera e, para que se alcance cidadania comunicativa, as PDV têm de disputar estes territórios simbólicos promovidos pela cibercultura.

Esse processo comunicativo nos permite dizer que os sujeitos buscam incorporar novas formas e canais de expressão, práticas e conteúdos nas suas lutas por cidadania. Sérgio Amadeu (SILVEIRA, 2009), a partir dos conceitos de Wolton (2010) e Lévy (1999), chama-nos a atenção para questionarmos o real papel da comunicação social e das tecnologias da informação nos processos sociais. Se por um lado temos Wolton com uma visão mais cética destas condições, afirmando que as tecnologias são socialmente neutras, ao questionar a técnica como forma de alteração social e o potencial revolucionário que os meios oferecem, por outro, temos Levy (1999) e McLuhan (2007) reconhecendo estas propriedades inerentes aos meios de comunicação e professando que estes adquirem importância e relevância política e social. Para Sérgio Amadeu (2009) as tecnologias da informação desempenham um papel significativo e histórico, como ele explica:

Primeiro, a tecnologia da informação nasceu no âmbito do cálculo e do processamento de dados. Somente depois é que o computador tornou-se uma ferramenta de comunicação. De um projeto militar no cenário da Guerra Fria, o paradigma da computação em rede surgiu e foi reconfigurado inúmeras vezes por cientistas, hackers e pensadores da contracultura californiana (Castells, 2003). Assim

surgiu a Internet real, tal como a conhecemos hoje. É inegável que sua expansão está mudando a face das comunicações no planeta. E a comunicação em rede é completamente distinta do broadcasting. (SILVEIRA, 2009, p. 20)

Estas características propiciam à rede, entendida como meio e mediadora de comunicação, condições bastante razoáveis para contribuir com a igualdade de condições desejada pelas PDV. Tecnologias de Informação e Comunicação já foram desenvolvidas e estão disponíveis nos diversos canais na web, no entanto, seu uso efetivo ainda depende de uma mudança cultural. Exemplo disso são os programas (softwares) de tecnologias assistivas, conhecidos como "leitores de tela" (ou leitores de tela), que desempenham o papel de ler, para as PDV, em formato de áudio, os conteúdos dos sites e demais documentos dispostos em texto. Existem vários programas disponíveis, alguns gratuitamente, desenvolvidos inclusive pelo governo brasileiro.

Contudo, o uso eficiente destas tecnologias depende de uma mudança de postura baseada na gênese da produção dos conteúdos. Esses devem ser adequados às propriedades das acessibilidades em comunicação. O cenário comunicacional atual conta com uma imensa produção de conteúdos sem acessibilidade, produzidos principalmente pelos videntes. As PDV que detêm conhecimentos, habilidades e competências informáticas contam com alguns recursos tecnológicos que as permitem usos e apropriações destas informações. Mas há casos em que o acesso não é autônomo. Um exemplo é o site de redes sociais de vídeos Youtube. Na maioria das vezes os vídeos disponibilizados não podem ser escutados pelas PDV, pois os leitores de tela não têm acesso à tecnologia utilizada pelo site, o que impede o usuário de acionar o botão play. Nestes casos, as PDV dependem de algum vidente que possa acionar o play no vídeo, salvo nos casos em que os vídeos estão configurados para se auto executar ao carregar a página.

Problemas como estes são comuns. As PDV têm habilidades e competências distintas, bem como convivem em espaços-tempo sociais diferentes, logo suas necessidades e anseios quanto à comunicação social não podem ser pré-configuradas e compreendidas de modo pasteurizado. Identificamos, também, novos modos de sociabilidade, de práticas entre os sujeitos envolvidos, onde são reveladas competências e habilidades como condição para que esses [sujeitos] se tornem

autônomos em suas decisões e, ao mesmo tempo, produtores de informação e de conhecimento sobre a realidade.

Sendo assim, temos que a cidadania e a comunicação são atravessadas, a todo o momento, não apenas pelos direitos reconhecidos pelas estruturas do Estado, mas também pelo reconhecimento e práticas socioculturais que dão sentido e satisfação às necessidades comunicativas das PDV. É no consumo de bens simbólicos que se caracteriza a vivência de uma das formas de cidadania, com a possibilidade da alteridade, da convivência com o outro, que é diferente de si, nos próprios processos de comunicação.

Pensar o exercício da cidadania passa necessariamente pela compreensão das lógicas e do poder simbólico expressos, hoje, também, pelos processos midiáticos digitais. É necessário lançar o olhar para como esses processos possibilitam às PDV configurarem-se como sujeitos comunicantes. A contra-hegemonia cultural se dá quando a lógica é invertida pelas intervenções na produção, apropriação, circulação e compartilhamento, propiciando a melhoria da vida dessas pessoas. A prática da cidadania comunicativa é significativa ao possibilitar que os produtos das interações individuais e coletivas manifestem-se de dentro para fora dos grupos sociais.

Compreendo que através da cidadania comunicativa, as PDV ampliam a construção de percepções, de sensibilidades criativas, de competências e práticas cidadãs em seus grupos e redes. Práticas que possibilitam fortalecer e reconstruir laços identitários do grupo social característico de um agir comunicativo. Os elementos de ordem e de afetividade precisam ser incorporados e considerados por integrarem a construção da subjetividade dos sujeitos e também regerem os comportamentos e a vida social. Entendo, também, que estes sujeitos comunicantes têm, a partir da internet, um potencial para a diversidade criadora como agentes sociais, na medida em que a tecnologia permite uma participação democrática dos diversos campos sociais, na defesa dos interesses coletivos. Ela representa uma unidade geradora de sentidos, pois, em última instância, os sentidos socializados seguem sua própria lógica.

Porém, para que isto ocorra com propriedade, faz-se necessário o reconhecimento dos Direitos Humanos em relação à comunicação e a consciência de que precisamos desobstruir o bios midiático com o intuito de promover o livre

acesso das PDV aos conteúdos, para que assim possam exercer sua cidadania cotidianamente.

4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Na trilha realizada no processo do doutoramento, muitas foram as inquietações, reflexões, diálogos, combinações de elementos, confrontação de ideias, relações que se delinearam para a construção do problema/objeto, bem como do pensamento crítico e transformador para o “fazer científico”, principalmente para compreender as dinâmicas socioculturais contemporâneas que atravessam essa investigação.

Busco no fazer científico dessa pesquisa, através de uma concepção transmetodológica, propor um olhar multidimensional na medida em que problematizo não só a ciência da comunicação, mas a cultura das pessoas com deficiência visual, seu mundo, sua vida, entre outras dimensões. Assumo a investigação como um processo que implica entender o problema como ponto de partida e o teórico-metodológico como caminho e instância de problematização da realidade, do concreto.

Diante disso, a construção do problema-objeto faz parte do processo do fazer científico, onde entendo que o pesquisador necessita praticar a vigilância epistemológica, como muito bem nos alertou Bourdieu (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999), pois ele faz parte do objeto investigado, uma vez que é um sujeito social. Também é preciso desconfiar das próprias ideias e preconceitos, faz-se necessário tomar cuidados com a proximidade, a familiaridade em relação ao objeto e, assim, questionar a prática, os modos em que o sujeito pesquisador se insere nos processos de investigação e as formas de construção do mesmo. Assim, o fazer ciência está associado à condição do pensamento crítico sendo, neste caso, uma força motriz, com lógicas dialéticas, essenciais para a problematização dos nossos objetos de pesquisa. (BACHELARD, 1981, p. 129)

Entendo, ainda compartilhando as ideias de Bachelard (1981, p. 134), que “um problema mal formulado será um problema mal resolvido” e isto deve ser objeto da metodologia bem como a lógica necessária para o “método para conhecer”, o “projeto a conhecer”; sem isto as propriedades científicas ficam comprometidas. Assim, compreendo que o rigor metodológico e os métodos construídos e elaborados funcionam como estratégias que contribuem para o campo científico.

No processo artesanal da construção da pesquisa, vejo a necessidade de atenção e de afastamento das escolhas superficiais de modo a criticar,

problematizar, desconfiar e, fundamentalmente, reforçar a necessidade do fazer científico com vigilância epistemológica. Entendo que a elaboração do objeto empírico é algo que deve ser feito com cuidado, esmero, com alto grau de sofisticação e complexidade, como algo que não está acabado e deve ser construído. Como observa Maldonado (2008, p. 39), trata-se de “um constructo científico, um resultado, não um a priori; que precisa da mediação do pensamento, da inserção dele na lógica interna, na estrutura, dinâmica, no conteúdo profundo e no movimento integral da sua processabilidade”.

Nesse sentido, a busca de compreensão do objeto-problema se dá a partir do diálogo, da relação, das processualidades metodológicas, teóricas e empíricas. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) falam da necessidade da compreensão dos problemas científicos através de diversas lógicas, de seus atravessamentos e inter-relações com variadas vertentes epistemológicas, das várias áreas do conhecimento. Considero essa observação compartilhando com Wallerstein (1996) ao compreender que os problemas de pesquisa da Ciências da Comunicação são fluídos e que se movimentam de forma dinâmica e devem ser tensionados, problematizados a partir da realidade que se deseja conhecer, na busca dos diversos meios, de frações do concreto, a fim de sistematizar essa realidade social.

Apoiado em Edgar Morin (1986), penso que essa realidade social será desvelada a partir do processo do “conhecimento do conhecimento” que perpassa as condições cognitivas humanas e, segundo ele, não podem estar desvinculadas das culturas que as produziram, conservaram, transmitiram uma linguagem, uma lógica, um capital de saberes e critérios de verdade, conforme explica:

Se o conhecimento é radicalmente relativo e incerto, o conhecimento do conhecimento não pode escapar a essa relatividade e a essa incerteza. Mas a dúvida e a relatividade não são somente corrosão; podem tornar-se também estímulo. A necessidade de relacionar, relativizar e historicizar o conhecimento não acarreta somente restrições e limites; impõe também exigências cognitivas fecundas. De toda maneira, afinal, saber que o conhecimento não possui um fundamento não é ter adquirido um primeiro conhecimento fundamental? (MORIN, 1986, p. 23)

Esta gênese cultural tem um caráter fundamental para estruturar as condições epistêmicas necessárias às pesquisas no campo das ciências sociais, ou seja, também, das ciências da comunicação. O “conhecimento do conhecimento”

sobrevive da lógica da prova da “verificação < > refutação” que trabalha para fornecer dados que o sustentem.

Morin também chama a atenção para o fato importante de que o aprendizado gerado pelo conhecimento não é apenas “saber como”, mas, inclusive, saber como fazer para adquirir sabedoria. É na relação entre o conhecimento, a linguagem e a ação que o papel da linguagem se destaca como sendo determinante para o desenvolvimento da cultura. O autor afirma que “a linguagem faz o homem” no sentido constitucional da essência do sentido. É graças a ela que: toda operação cognitiva, toda aquisição, toda fantasia pode ser nomeada, classificada, estocada, rememorada, comunicada, logicamente examinada, conscientizada; as palavras, noções, conceitos operam como fatores de discriminação, seleção, polarização relativas a todas as atividades do espírito; o espírito pode combinar infinitas palavras e frases e assim explorar ao infinito as possibilidades do pensamento.

Entendo que o fazer científico é colocado em movimento ao produzir um pensamento crítico, visto que as problematizações do campo das Ciências da Comunicação estão intimamente ligadas às linguagens, seus meios e processos. Também, mais do que isso, constroem práticas, pensamentos que visam compreender uma diversidade de saberes tácteis, visuais, sonoros que devem ser levados em conta na construção do conhecimento do mundo, da realidade, dos grupos de pessoas com deficiência visual.

É no anseio de compreender e sistematizar uma amplitude de percepções, saberes, dinâmicas, movimentos que encontro na Transmetodologia - que tem como características a “confluência de métodos; entrelaçamento de lógicas diversas (formais, intuitivas, para-conscientes, abduativas, experimentais e inventivas); estruturação de estratégias, modelos e propostas mistas” (MALDONADO, 2008, p. 29) os modos de atuar na pesquisa científica e de produzir o conhecimento do conhecimento. A seguir explicarei a elaboração da pesquisa, fundamentado pelas proposições feitas até aqui.

4.1 ELABORAÇÃO DA PESQUISA TRANSMETODOLÓGICA

A Transmetodologia trabalhada por Efendy Maldonado em seus diversos textos publicados sobre o assunto (2006, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013), nos ajuda não só a buscar formas de construção do objeto empírico e da elaboração da

problemática desta pesquisa como a desenvolver os caminhos da trilha a ser desvendada e descoberta no processo do fazer científico. O autor, com quem compartilho, nos explica que a transmetodologia é definida como:

Uma vertente epistemológica que afirma a necessidade de confluência e confrontações entre vários métodos, realizando processos de atravessamentos lógicos, desconstrução estrutural, reconstruções estratégicas e problematizações redefinidas, em cada empreendimento/projeto de investigação iniciado. Nutre-se de conhecimentos transdisciplinares, na dimensão teórica, e promove estratégias de exploração, experimentação e reformulação metodológicas. (MALDONADO, 2012, p. 31)

Assim, a perspectiva proposta por Maldonado busca a formação e elaboração da pesquisa (no seu processo) através de uma confluência metodológica e transdisciplinar que permita o seu enriquecimento. Parto do entendimento de que, para o desenvolvimento do conhecimento científico, são necessários aportes teóricos e metodológicos que, articulados e tensionados pelo empírico, permitam melhor compreender o concreto investigado. Que estes possam fundamentar as processualidades para a investigação do objeto-problema. Como bem define o autor, “a práxis científica exige realizar pesquisas concretas, problematizadas em profundo vínculo com o real, situando tanto o teórico quanto o empírico como problema a construir e não como repetição de fórmulas ou preceitos generalistas e vácuos” (MALDONADO, 2003, p. 214).

Neste caminho, a reflexão passa pela necessidade de uma postura científica aberta, num diálogo com questões singulares e plurais, de reconhecimento das fronteiras dos saberes como dinâmicas, ao permitirem espaço para as múltiplas dimensões do conhecimento para que, então, seja possível compreender o objeto de pesquisa, ao permitir a confluência e o atravessamento de métodos que também valorizam a subjetividade dos sujeitos. Para dar conta de responder à questão problema proposta nesta pesquisa, será necessário adotar uma postura transmetodológica, em vista das características plurais do grupo de PDV, bem como por conta da necessidade de distintas vertentes de construções de pensamento promovidas por diversas disciplinas, para entender a problemática investigada.

Compreendo que a opção pelo pensamento transmetodológico se dá pela necessidade de ir além das aparências do objeto imediato até que se possam compreender os processos comunicacionais que envolvem, neste caso, os aspectos

que constituem a problemática da pesquisa. Considero as articulações entre teoria e o objeto-problema como fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento científico e entendo que estes se configuram como sendo um desafio metodológico nesta pesquisa. Eli de Gortari diz que as explicações científicas contêm um caráter racional que está ligado a todos os demais conhecimentos adquiridos, desde que possam comprovar conexões que demonstrem os enlaces reais entre os processos aos quais se referem os conhecimentos postos nesta relação. Estas condições são universais e se apresentam em todas as áreas de conhecimento científico, inclusive demonstram e nos provocam a compreender os diversos fenômenos do universo existente (GORTARI, 1956).

Na perspectiva da transmetodologia, as pesquisas em comunicação que buscam gerar conhecimentos requerem abordagens metodológicas múltiplas, que contemplem a complexidade das formas de vida, as culturas envolvidas, assim como os processos comunicacionais que, em decorrência de múltiplos produtos culturais digitais, demandam o desenvolvimento e aprofundamento de estratégias, concepções, táticas, abordagens de qualidade transmetodológica (MALDONADO, 2008). Abordagens que não podem ser compreendidas por meio de táticas lineares e modelos tradicionais. Entendemos que as estratégias metodológicas adotadas levarão a reflexões profundas que determinarão as escolhas, possibilitando questões desestruturantes, em movimentos de significação e ressignificação de valores, crenças e compreensões da pesquisa e do pesquisador.

Será através das abordagens multimetodológicas que as processualidades de observação, delineamento, acompanhamento, reflexão, aproximação e experimentação do concreto empírico em inter-relação com a teoria que se dará a construção do objeto de pesquisa. Assim, o resultado do universo, bem como do conhecimento científico, não é compreendido como um conjunto de coisas terminadas por completo, mas sim, formado por complexos processos em constante mutação. Cabe, portanto, à pluralidade das compreensões de mundo e da epistemologia, como “conhecimento dos conhecimentos”, criar subsídios para que os diversos processos possam gerar conhecimento científico (GORTARI, 1956).

Como bem coloca Bonin (2011, p. 44), a metodologia faz parte do “exercício de fabricação e de reflexão concretamente encarnada nas práticas investigativas”; deve ser tomada como uma dimensão fundamental, pois “nor-teia, orienta, encaminha processos de construção da pesquisa, em todos os níveis”. Ou seja, a

perspectiva metodológica precisa ser de transformação de possibilidades, necessitando de teorização e de práticas metodológicas renovadoras ao levarem em consideração o caráter multidimensional e multicontextual dos processos de comunicação, através da experimentação em perspectivas multifocais para, gerar conhecimento.

Assim, neste processo, pretendo tornar visíveis as concepções e propostas teórico-metodológicas, as operacionalizações táticas e técnicas, combinando concepções advindas de diversas áreas científicas para que as realizações sejam capazes de colaborar com desenvolvimento do conhecimento científico. Ressalto que a epistemologia e as concepções metodológicas têm a função de questionar, problematizar, tensionar as relações existentes na sociedade, ciência, instituições e entre as diversas instâncias das ciências (JAPIASSU, 1979), Neste sentido:

Uma opção epistêmica que permite configurar alternativas enriquecedoras de investigação é a linha (concepção) estratégica transmetodológica que se caracteriza pela confluência de métodos; entrelaçamento de lógicas diversas (formais, indutivas, para conscientes, abdutivas, experimentais e inventivas); estruturação de estratégias, modelos e propostas mistas, midiáticas que inter-relacionem os vários aspectos das problemáticas comunicacionais (MALDONADO, 2008, p. 29).

Sendo assim, a metodologia será a instância em que se constroem os caminhos da pesquisa, será constituída em diálogo com o problema/objeto e determinará quem ou o que andar e dialogará com ela. O método transdisciplinar passa a ser fundamental pois, com a diversidade de fontes, em diferentes disciplinas, podem-se estabelecer atravessamentos, convergências e reformulações teórico-metodológicas. Significa dizer que pesquisar exige envolvimento com a(s) área(s), onde a escolha de um encaminhamento metodológico não pode se reduzir a uma opção de caráter apenas instrumental e técnico.

Compreendo que a metodologia de uma pesquisa é uma construção do investigador, que perpassa todos os seus contextos de formação pessoal, sua subjetividade, contudo, não deve ser uma eleição aleatória, do acaso e sem vínculos. Para além de um plano prático e tático a metodologia “constrói caminhos, definindo planos, sistematizações, estratégias e táticas que no caso da ciência têm por objetivo produzir conhecimento sobre fenômenos e processos do cosmos” (MALDONADO, 2002, p. 3) e, para isso, requer experimentação, operações e

processualidades que delineiam e definem o objeto de conhecimento na “captura e fabricação pensada deste objeto” (BONIN, 2011, p. 29). Ou seja, para o desenvolvimento desta pesquisa, suas compreensões e descobertas, utilizo métodos afinados às explorações, a partir da própria investigação, que sofreram as alterações, complementações, novas orientações, num exercício constante de reajuste, num constante estado de vigília epistemológica buscando, como pesquisador, que o conhecimento científico tenha como resultado, também, um caráter social, ou seja, de inter-relação com os problemas sociais.

O desafio que se coloca na investigação, que assume a perspectiva epistemológica da transmetodologia está em superar o empirismo e desenvolver a dimensão do método, a fim de abarcar as lógicas do objeto-problema, permitindo que ele se movimente, flua em um percurso científico. O *habitus* do investigador deve ser como de um artesão intelectual, ao produzir, laborar no processo de investigação para a fabricação do conhecimento (BONIN, 2011). Para isso, é necessário que a comunicação, enquanto área científica, permita constituir a subjetividade dos sujeitos, ao valorizar articulações, argumentos, a reelaboração de conceitos e a confrontação de ideias, proporcionando a produção de conhecimento por meio da interação e de uma investigação ativa e inventiva, ou como bem define a pesquisadora:

... no concreto da investigação, deve ser experienciada e incorporada como construção refletida dos objetos, como um *habitus* de natureza flexível que, ao mesmo tempo em que expressa a aquisição (...) incorpora (...) nesses esquemas a necessidade de auto revisão e reformulação constante (BONIN, 2011, p. 45).

Bourdieu (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999) afirma que os fatos sociais devem ser construídos para que se tornem objetos de estudo. Essa construção consiste em um sistema de relações próprias ao fato social estudado, em suas particularidades, para delimitar um determinado ponto de vista da realidade, que é plural na busca de compreender o que há por trás das aparências. Será nas processualidades (experimentação, observação, reflexão, entre outras) que se dará a constante criação e a relação pesquisador-objeto, que proporciona às ciências a transformação de uma cultura instrumental positivista para uma cultura da informação e do conhecimento.

Ao refletir sobre a necessidade de gerar conhecimento e nas condições para que isso ocorra, considero as proposições de outro importante pensador: Christopher Norris, ao afirmar que é preciso levar em conta as condições epistemológicas e seus processos para gerar conhecimento (NORRIS, 2006). Essa afirmação indica que as proposições podem ser portadoras de verdade epistemologicamente condicionadas e as hipóteses podem ser vistas como “situações problema”. O autor também destaca a busca de vários métodos e técnicas que permitam adquirir conhecimento por meio da interação e de uma investigação ativa e inventiva. Por isso, é preciso que o projeto de pesquisa, por pressuposto, seja aberto e poroso para não “engessar” ou “pasteurizar” a produção desse conhecimento. Caso contrário, seguiremos modelos prontos que pouco ou nada contribuirão para a geração de conhecimentos.

Corroborando com essa ideia, Bachelard (1981) aponta a necessidade do cultivo de uma racionalidade solidária às experiências, onde é necessário “que este racionalismo seja suficientemente aberto para receber da experiência determinações novas. Ao viver um pouco mais de perto desta dialética, convencemo-nos da realidade eminente dos campos de pensamento” (BACHELARD, 1981, p. 121); ou seja, é necessário que o pesquisador coloque em relação constante empiria e teoria na produção do conhecimento. Deste modo, estar aberto às experimentações nos coloca, como investigadores, num papel de atenção epistemológica, onde essa atitude científica implica na submissão dos procedimentos metodológicos a uma razão epistemológica cética e questionadora. Onde os pesquisadores devem criar condições para novos desafios, tensionando a prática da ciência para além dos métodos estabelecidos. Representa o questionamento do próprio objeto com diferentes percepções e formas de fazer ciência, pois este se “conquista, constrói e comprova” (BOURDIEU, 2003).

Na construção do objeto-problema, é preciso apreender a realidade, ir em direção às diversas fontes para compreendê-las, visto que a ciência se cria como um saber sistemático das realidades sociais. Assim, é necessário problematizarmos o objeto-problema por meio do atravessamento das diversas lógicas, no diálogo e na inter-relação com as diferentes áreas do conhecimento, porque os objetos nas Ciências Sociais são complexos, dinâmicos, multifacetados, em constante movimento de transformação (WALLERSTEIN, 1996).

As reflexões apresentadas até aqui assinalam os pressupostos com os quais operei no fazer científico da investigação e que permitem confrontar conceitos e olhares, intuitivos, multidimensionais sobre as questões empíricas, metodológicas e teóricas no processo de construção desta pesquisa.

4.2 PESQUISAS DA PESQUISA, TEÓRICA, METODOLÓGICA E DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Meu primeiro movimento metodológico, na construção da investigação, foi realizar um mapeamento de pesquisas já realizadas relativas à problemática investigada. Este mapeamento foi fundamental para que eu pudesse ter noção atualizada da situação da pesquisa que eu pretendia realizar, para encontrar, inclusive, novos horizontes e dar rumos que eu ainda não havia concebido ao projeto. Meu trabalho foi justamente buscar, a partir de palavras-chave⁶⁸ relacionadas aos temas do objeto, triar as pesquisas publicadas que encontrei em repositórios de pesquisa em ambientes de sistemas de informação online, via web, que selecionei para realizar os levantamentos: banco de teses da CAPES, Scielo e no sistema da biblioteca da Unisinos e *Scholar Google*. Também pesquisei nos anais dos principais congressos de comunicação Intercom, ABCiber, COMPÓS e SBPjor.

Foram encontrados diversos trabalhos publicados nestes repositórios de pesquisa, porém, poucos tratavam das questões de acessibilidade associadas à área da comunicação. Por isso, foi necessário haver uma combinação de palavras-chave na pesquisa para que o conteúdo fosse direcionado aos interesses de minha investigação. Os conteúdos e dados provenientes desta busca foram sistematicamente catalogados a partir do título, do conteúdo do resumo, das palavras chave e dos tipos de publicação (Teses; Dissertações; Relatórios de Pesquisa; artigos científicos; anais de congressos; palestras). Todos os materiais que demonstravam ter alguma relação com os temas e/ou objetivos da minha pesquisa foram copiados e salvos em pastas, separados por temas.

Estes conteúdos geraram anotações e reflexões em que fui realizando e que contribuíram para a formulação da problematização, bem como nortearam as

⁶⁸ Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: comunicação; acessibilidade; tecnologia assistiva; desenho universal; comunicação assistiva.

construções teórico-metodológicas do processo desta pesquisa. Há que se destacar, como já dito, que foram raras as pesquisas encontradas que tinham algum viés de interesse científico específico na área das ciências sociais aplicadas e no campo da comunicação social relacionadas à temática investigada. As principais áreas de conhecimento que apareceram nesta pesquisa foram, pela ordem: Educação, Saúde, Design, Ciências da Computação, Ciências da Informação, Arquitetura e Comunicação. A área com maior índice de conteúdo relevante e próximo ao campo da comunicação social foi o design, mesmo assim, os trabalhos encontrados tinham mais relação com a arquitetura do que com a comunicação.

Concomitantemente, realizava a *pesquisa teórica*, buscando compreender e articular uma rede de conceitos e autores que sustentassem a compreensão do objeto a ser investigado. As referências bibliográficas de livros e produções científicas relevantes encontradas, no Brasil e na Espanha, também serviram como fonte de pesquisa e colaboraram diretamente com a formulação desta rede de conceitos apresentados e problematizados. Para a *pesquisa metodológica* procurei compreender as lógicas constitutivas das pesquisas nos trabalhos encontrados e aproveitar aquilo que identifiquei como apropriado para fundamentar dimensões da problemática proposta. Foi assim que compreendi mais claramente que seria necessário não apenas pesquisar os usuários através da observação e de entrevistas, mas, principalmente, no âmbito das mediações culturais, sociopolíticas e midiáticas e digitais em suas práticas cotidianas, para poder compreender e tentar identificar como as táticas desenvolvidas no dia-a-dia configuram as possibilidades de apropriação comunicativa por parte dos usuários com deficiência visual.

Também percebi e defini que as pesquisas com os usuários necessitariam de atravessamentos transmetodológicos em função, entre outros fatores, da diversidade de condições socioculturais das pessoas com deficiência visual. Na *pesquisa de contextualização* procurei informações e dados históricos que pudessem me dar condições de compreender a atual conjuntura das questões das pessoas com deficiência visual no Brasil em relação à comunicação, à acessibilidade e à cidadania. Foram considerados os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, também encontrados em notícias ou reportagens jornalísticas.

4.3 OS MOVIMENTOS DE PESQUISA EXPLORATÓRIA

A fase da pesquisa exploratória foi importante para revelar as realidades empíricas advindas de diversos âmbitos, que serviram à investigação proposta neste trabalho científico. Bonin explica que:

A pesquisa exploratória se realiza através de aproximações empíricas ao fenômeno concreto a ser investigado com o intuito de perceber seus contornos, nuances, singularidades. Tatear o fenômeno, explorar aspectos que interessam à problemática em construção, na sua feição concreta, caracterizam este processo. (BONIN, 2011, p. 5)

Como observa a autora, “tatear” não significa realizar a pesquisa às cegas, mas sim partir de uma formulação da problemática com linhas teóricas iniciais para que possam indicar os rumos para a aproximação exploratória interessante à pesquisa. Nesta fase é importante que não se perca o rumo, para isto serve o desenho do esquema sinóptico, que funciona como uma bússola indicando o caminho correto a ser seguido, sem derivas. Contudo, estas explorações não devem ser inflexíveis, pelo contrário, devem considerar os diversos caminhos para dar conta de compreender o fenômeno pesquisado. Para que isto ocorra satisfatoriamente, é preciso planejar e projetar o que será realizado valendo-se de saberes já adquiridos, das táticas, estratégias, do poder de imaginação e intuição que possam influenciar na empreitada empírica especificada como defende Maldonado (2008).

A pesquisa exploratória, por si só, não acrescenta à construção de conhecimento proposta numa ação científica, para ter efeito ela necessita fazer parte de uma trama de procedimentos transmetodológicos como, por exemplo, o levantamento e análises de dados quanti-qualitativos, a categorização e sistematização de informações relevantes ao tema e a aproximação empírica ao campo pesquisado. Isto tudo precisa estar fundamentado em pesquisas anteriores que possam contribuir iluminando o caminho para compreender melhor o objeto observável. As descobertas provenientes desta fase precisam entrar em confronto com a dimensão teórica da pesquisa, considerando seus objetivos e propiciando tensionar a problemática através de teorias sensíveis e relativas aos fenômenos

investigados. Sendo assim, o corpo da pesquisa se formará crítica e potencialmente com perspectivas relevantes à ciência (BONIN, 2011).

Para o caso específico das pesquisas em recepção que consideram as apropriações dos sujeitos investigados, a fase exploratória é determinante para todas as demais demandas processuais da investigação. Entendo que é impraticável aplicar uma “fórmula metodológica” pronta que sirva a objetos semelhantes, já que o percurso científico, a partir da pesquisa exploratória, vai configurar os métodos mais adequados e relevantes àquele objeto, muito em função do que for revelado. Neste sentido, todo o contexto já exposto anteriormente, nos demais capítulos, serviu para orientar o caráter desta pesquisa.

4.3.1 Explorações no âmbito das apropriações digitais pelas PDV

Para este movimento exploratório foi desenvolvido um questionário, estruturado que fosse acessível pelos softwares leitores de tela. Para isto, precisei também descobrir previamente as classificações e termos melhor adequados para elaborar as perguntas de acordo com a gramática compreendida pelas PDV. Contei com a consultoria da professora Luciane Marina Molina, que é cega e pedagoga, especialista em tecnologias assistivas, que me orientou em como desenvolver o questionário com uma linguagem que fosse adequada e, principalmente, acessível. Ela também se encarregou de realizar os testes com os softwares leitores de tela para verificar se todas as questões eram acessadas, bem narradas em áudio e se o sistema era capaz de dar condição da PDV responder, já que havia questões de múltipla escolha, outras abertas e outras relacionadas.

As instruções iniciais do questionário de pesquisa foram construídas visando orientar, bem como evitar ruídos ou causar problemas para o usuário com deficiência visual. Elas foram cruciais para que os usuários pudessem responder o questionário, já que em alguns casos o formulário não estava acessível, como no caso do acesso com o navegador Google Chrome, em versões que não atualizadas. Com estas instruções, os usuários tinham uma referência logo no início, antes de começar a responder, para que pudessem trocar de programa, se fosse o caso.

Durante uma semana, foram colhidos 26 questionários com respostas que continham perguntas do âmbito pessoal, cultural e midiático. Estas tinham o intuito de recolher informações de perfis que pudessem ser interessantes para a pesquisa

e de reconhecer aspectos das culturas dos usuários, para depois elaborar outras aproximações ao objeto. O questionário foi divulgado em canais online, nas principais redes sociais, como o Twitter e o Facebook e também enviado por e-mail para grupos de PDV indicados pela professora Luciane Molina. Na sequência realizou uma descrição sintética dos dados obtidos por meio desse questionário.

Em relação ao perfil dos respondentes, a maioria das pessoas que responderam eram do Estado de São Paulo e Rio Grande do Sul. A única região que não teve representantes foi a centro-oeste. As idades variaram entre 18 e 55 anos, numa média de 31 anos. 63% para o gênero masculino e 33% feminino. Quanto ao grau de escolaridade, houve uma surpresa, pois a maioria dos que responderam (74%) tinham pelo menos o ensino superior incompleto, destacando-se duas pessoas com doutorado e outras 3 com pós-graduação, uma ainda em andamento. A primeira impressão foi de que quanto mais acesso ao estudo e às tecnologias, mais habilidades comunicativas digitais a PDV tem.

Com relação às condições das pessoas em relação à deficiência visual, foi revelado um dado interessante, o fato de que a maioria dos que responderam eram completamente cegos (85%), dado significativo já que o questionário estava acessível e pôde ser respondido, sem maiores problemas por pessoas cegas. A maioria (59%) respondeu que era PDV desde nascença, mas outros 33% responderam que haviam se tornado PDV depois de terem sido alfabetizadas.

Perguntados sobre se tem uma profissão, 74% responderam que sim. Um índice bastante surpreendente porque ajuda a quebrar alguns mitos e preconceitos com relação às capacidades das PDV. A maioria respondeu que tem uma profissão, estuda e/ou trabalha, isto indica que há condições que favorecem a sociabilidade das pessoas com deficiência visual. Muito interessante a diversidade profissional encontrada dentre os que responderam: programador, analista de sistemas, relações públicas, pedagogo, músico terapeuta, administrador de empresas, instrutor de informática / consultor de acessibilidade, estatístico, jornalista, revisora de textos, técnico em informática, atuando com montagem de servidores, programação, desenvolvimento de sites, editor de site/podcaster, agente administrativo, metalúrgico, assessora de comunicação no hospital são patrício, servidora pública federal, técnica de informática e assistente em administração, professora universitária e pedagoga. Demonstra algumas das capacidades e habilidades das PDV.

Sobre as atividades realizadas no cotidiano, apenas uma pessoa (4%) respondeu que não estuda e nem trabalha, todas as demais têm atividades sociais ligadas ao estudo e/ou ao trabalho. Destaca-se que 11% destas, além de estudar e/ou trabalhar, também é voluntário(a) ou participar de projetos sociais.

Com respeito ao grau de engajamento com relação às questões dos direitos das pessoas com deficiência visual no Brasil, as respostas obtidas foram dentro do esperado, tomando por base a cultura política do cidadão brasileiro em geral. Mas foi interessante observar que um grupo social tão excluído e com o histórico de lutas tão significativo desde os anos 80, ainda não tenha seduzido mais pessoas para estas questões de interesse coletivo das PDV. Um pouco menos de um terço (29%) responderam que são engajados, em algum grau, nas questões dos direitos das PDV, outros 30% se engajam dependendo do caso e 14% se declaram pouco ou nada engajados politicamente. Não me pareceu ser um fenômeno, mas simples retrato social independente de ser ou não PDV.

Com relação ao Braille, eu supunha que estivesse em desuso a partir das tecnologias assistivas que permitem o acesso aos conteúdos e gramáticas mediados por softwares que transformam em áudio o texto escrito. No entanto, a maioria das pessoas respondeu que leem “perfeitamente” em Braille e apenas 15% não são alfabetizadas nesta gramática tátil.

Sobre recursos digitais, em termos de usos do Twitter, apenas três pessoas não tinham perfil nesta rede social. Entrei no perfil para ver se eram ativos e percebi que a maioria utilizava sim a ferramenta como meio de comunicação. Diferentemente do que ocorreu com o Twitter, havia 11 pessoas que não aderiram ao Facebook no momento da pesquisa. A suspeita que tive era de que o sistema fosse pouco amigável, embora acessível, mas que o território deveria ser hostil principalmente pelo alto número de imagens compartilhadas que não contém descrição e não fazem sentido para as PDV. À época da pesquisa, o MSN ainda estava em funcionamento e apenas cinco pessoas não faziam uso deste sistema. Semelhante à questão do MSN, em relação ao Skype apenas sete pessoas não faziam uso. Em relação ao questionamento sobre outras formas de contato preferidas, apenas três pessoas responderam a esta questão, duas indicaram o e-mail e uma o número do telefone celular.

A pergunta “Como você se classificaria com relação ao domínio de tecnologias eletrônicas como os computadores, celulares e demais aparelhos

semelhantes?” foi, sem dúvida, a que revelou a maior surpresa, pois 92% dos entrevistados responderam que se consideram usuários(as) com significativa experiência na lida com tecnologias ou dispositivos eletrônicos, independente destes estarem adaptados para o uso apropriado das PDV. Um dado muito interessante, que demonstrou aptidão tecnológica e quase ausência de tecnofobia.

Em termos de recursos e ou dispositivos usados com frequência, 92% tinha acesso à internet por banda larga, 88% usavam notebooks e 69% computadores de mesa (desktops). A surpresa foi com relação ao uso de smartphones que com 77% se demonstraram interessantes, assim como os tablets com 19% de usuários. Indicaram que estes dispositivos móveis têm acessibilidade amigável.

Dos dispositivos mais amigáveis e acessíveis indicados pelos entrevistados, destacaram-se o computador portátil, com acesso à internet por banda larga. Mas houve destaque para os celulares tipo smartphones com acesso à internet, que se demonstraram portadores de sistemas com acessibilidade bastante amigáveis às PDV. O destaque negativo foi para as câmeras fotográficas digitais que não foram classificadas como “amigáveis” por nenhum participante, o que demonstra preconceito quanto às capacidades das PDV, como se estas fossem incapazes de fotografar. Os dispositivos fotográficos, em sua maioria, ignoram esta possibilidade.

Entendo que o jornalismo, na essência, é potencial mediador e configurador da cidadania comunicativa. Por isso, uma das abordagens desta pesquisa quis identificar quais são os dispositivos mais usados para consumir e se apropriar de conteúdos jornalísticos. Neste sentido, as respostas se equipararam à questão anterior, o que indica que desde que se tenha acesso há consumo de informações jornalísticas.

Foi solicitado que indicassem o endereço dos canais preferidos (sites, blogs, twitters e etc.) para consumir estas informações jornalísticas. Os dados foram diversos, a resposta era aberta, mas destacam-se os principais portais de notícia como o UOL, G1 e TERRA, mas, em geral, há uma predileção por perfis jornalísticos no twitter. Esta característica é peculiar e merecerá maior atenção nas próximas etapas da pesquisa. É possível que esta predileção esteja relacionada à característica do canal, que comporta mensagens de no máximo 140 caracteres, que costumam ser mais objetivas e assim os leitores de tela são mais eficientes na leitura. Percebi, desde que comecei a seguir todos os perfis que responderam à

pesquisa, que estes demonstram total aptidão e domínio da linguagem usada na gramática do Twitter, fato bastante interessante para esta pesquisa.

Quando perguntado sobre os motivos pelos quais tinham preferências por estes canais, houve pouca reclamação quanto à falta de acessibilidade, o que não significa que os sites sejam acessíveis plenamente, mas indicam que provavelmente a preferência possa estar associada à facilidade do acesso ou costume gerado pela experiência do usuário. A diversidade nas respostas foi o que mais chamou a atenção. Embora a maioria tenha indicado o portal de notícias G1 como canal preferencial, as justificativas são muito distintas. Dois casos foram significantes dentre as respostas, o primeiro que várias pessoas justificaram a preferência pelo canal (qualquer que fosse) por trazer notícias regionais, em segundo a indicação do Twitter como fonte diversificada de notícias a partir dos diversos perfis de portais ou mesmo de pessoas, blogueiros(as) e etc... Isto foi muito pontual nestas respostas e será analisado com mais interesse nas próximas fases da pesquisa.

Em relação à frequência de consumo de informações jornalísticas na internet, 82% se declararam consumidores diários de jornalismo, sendo que destes 56% o fazem várias vezes ao dia. Praticamente todas as respostas partiram do mesmo princípio, de que é muito importante estar bem informado para atuar na sociedade. Destaco uma parcela significativa que ressaltou a importância de estar informado para a realização de concursos públicos. Entendo esta ressalva como configuradora da cidadania comunicativa, já que as PDV saem em desvantagem natural para competir em concursos públicos, o que justificam as políticas públicas que garantem isonomia, igualdade de condições e justiça a este grupo quando necessário.

Em se tratando dos problemas, relacionados às questões da acessibilidade, encontrados para poder consumir informações jornalísticas na internet, surgiram diversas reclamações e queixas sobre os conteúdos e os sistemas de informação, ficou claro que as pessoas se frustram bastante quando não conseguem acessar o que desejavam. Para burlar a barreira, invariavelmente as PDV perdem a autonomia, precisam do auxílio de um vidente para que estes possam clicar ou percorrer o caminho desejado e transpor as barreiras comunicacionais inacessíveis. Estes indicativos serão úteis para as explorações futuras desta pesquisa.

A pergunta sobre como costumavam contornar as barreiras para consumir informação permitiu a expressão de táticas exercidas pelas PDV para ter acesso às

informações que desejam. As respostas foram variadas, mas o destaque maior foi para o uso dos diferentes softwares disponíveis para leitura de tela, que tem funcionamentos distintos dependendo da formatação dos códigos informáticos existentes nas páginas. Ou seja, as PDV precisam estar habilitadas nas gramáticas dos diversos softwares de tecnologias assistivas e migram de um para o outro para contornar as barreiras comunicativas.

Em relação ao leitor de tela preferido para consumir informações jornalísticas na internet, percebe-se que o JAWS e o NVDA foram apontados como os softwares mais usados, com 70% de preferência, destacando-se por serem os principais mediadores, no âmbito das tecnologias assistivas entre os entrevistados.

Dentre as explicações variadas em relação ao por que da preferência, destacaram-se a questão da “voz” não ser robotizada, no sentido de que é mais semelhante a voz humana, isto parece ser determinante na escolha do leitor de tela, apareceu de forma pontual nas respostas. Além disto, o fato do NVDA ser gratuito, com código aberto e de fácil instalação, apareceu em destaque. O JAWS é compreendido como o “mais completo” e com “mais recursos”. No entanto, percebe-se que se trata de uma melhor adequação à ferramenta, uma apropriação muito pessoal de cada usuário, alguns responderam que não tinham uma preferência, usavam o que melhor desempenhava a função para aquilo que estavam fazendo.

Na resposta aos produtos jornalísticos preferidos, houve a maior diversidade do questionário todo; apareceram gostos variados por fontes jornalísticas com destaque para o portal de notícias G1, para o telejornal “Jornal Nacional” e a Revista “Veja”. É interessante observar que a Revista Veja é a única oferecida e distribuída gratuitamente às PDV pela Fundação Dorina Nowill em formato áudio (Revista Falada), isto pode ser motivador destas respostas. O rádio apareceu também com destaque, como veículo de informação preferencial em vários casos, com emissoras e programas variados. No entanto, o que me chamou mais a atenção foi a indicação do nome dos apresentadores ou jornalistas dos programas de TV ou de rádio, tratados pelo nome, com extrema intimidade. Penso que o fato do sentido da audição ser mais aguçado, os nomes dos personagens jornalísticos funcionam como signos representativos da figura e por isso são nominalmente apresentados com certa ênfase.

Como esperado em relação a outros meios de consumo de informações jornalísticas, a TV e o Rádio dominaram a preferência neste sentido com 96% e 62%

respectivamente. Curiosamente jornais e revistas impressos apareceram com 12%, sendo que para o acesso a estes conteúdos as PDV, sem autonomia, precisam de um vidente que se disponha a ler o conteúdo em voz alta.

As respostas à uma última questão, que indagava se os entrevistados acreditavam que seria possível criar conteúdos totalmente acessíveis para todos os meios de comunicação e para todas as pessoas, independentemente de serem pessoas com deficiência ou não trouxeram à tona alguns problemas claramente existentes entre as culturas das PDV e dos videntes. De maneira geral, a opinião manifestada foi de que é possível sim criar conteúdos com “desenho universal” (mesmo que o termo usado não fosse este, a ideia era relativa a ele). Também se destacaram as questões de cidadania em prol de que “todos” tenham acesso às informações da mesma maneira. Percebi que em várias respostas há uma clara consciência de que há um poder hegemônico dos videntes e que a acessibilidade universal depende muito da “boa vontade” dos videntes em tornar os conteúdos acessíveis.

4.3.2 Entrevistas exploratórias

Além da realização da coleta de dados exploratórios através do questionário, que me serviu para identificar apropriações culturais relativas às PDV, também realizei explorações no âmbito dos cenários e de algumas pessoas que são interessantes à temática pesquisada. Em ambos os casos, os movimentos anteriores de pesquisa da pesquisa e de aproximação exploratória me indicaram quais seriam estas pessoas, lugares e instituições que deveriam ser conhecidas e entrevistadas.

A pessoa que primeiro contribuiu neste sentido foi a Profa. Luciane Maria Molina, pedagoga, cega, especialista em educação inclusiva e tecnologias assistivas. Nossas conversas e entrevistas, em canais online⁶⁹ ou por e-mail me ajudaram a conhecer inicialmente o universo das PDV, tirando dúvidas e pedindo orientações de procedimentos, fontes de pesquisa e etc. A partir disto fui descobrindo, também através das pesquisas das pesquisas, quem eram as

⁶⁹ Entrevistas por Skype, Hangout, Chat do Facebook, mensagens diretas do Twitter e e-mails.

principais personagens acadêmicas, no Brasil, que se destacavam pela sua pesquisa e produção relacionada à temática deste trabalho.

Assim, cheguei a quatro pessoas, contando com a própria Molina, que deveriam ser entrevistadas, ainda que num movimento exploratório inicial, para que pudessem colaborar no entendimento das questões básicas, mas fundamentais para a compreensão da cultura das PDV e suas táticas para participar da produção simbólica midiática.

Com Luciane Molina Barbosa, professora, pedagoga, cega, especializada em educação inclusiva e tecnologias assistivas, foram realizadas conversações registradas por e-mail ou chat no Facebook e outras, por telefone, Skype ou Hangout que permitiram ter uma espécie de consultoria presente sobre os diversos assuntos ligados às questões de acessibilidade.

Com Joana Belmiro, professora Doutora, pesquisadora em comunicação social da UFPB, cega, que desenvolveu seu doutorado a respeito da semiótica do Braille, realizei uma entrevista exploratória, gravada em vídeo (disponível neste link: <http://goo.gl/ERnz4J>), onde procurei registrar seu perfil pessoal, profissional e acadêmico, a fim de que isto colaborasse com a compreensão da sua produção científica, bem como para o entendimento de algumas práticas das PDV que superaram os limites impostos pelas culturas hegemônicas dos videntes.

Com Sandra Montardo, professora e pesquisadora da Universidade Feevale, especialista em cibercultura e inclusão digital, que desenvolveu pesquisa sobre redes sociais e a inclusão das PDV realizei uma entrevista, gravada em áudio, buscando entender os motivos pelos quais existem tão poucas pesquisas vindas da área da comunicação social, bem como ter acesso a novas fontes de pesquisa.

Finalmente com Cristiely Lopes, jornalista cega, formada pela Universidade Federal do Pampa e repórter do jornal Zero Hora, que analisou em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a acessibilidade presente no site do jornal Zero Hora realizei uma entrevista gravada em áudio, na sede do jornal, na qual procurei conhecer mais sobre a sua práxis cotidiana como jornalista, atuando num ambiente cujas lógicas de produção midiática são promovidas pelos videntes.

4.3.3 Visitas técnicas às instituições ligadas às PDV e cursos realizados

Em outro movimento exploratório realizado durante essa investigação, busquei me infiltrar no universo das pessoas com deficiência visual para reconhecer suas demandas e culturas cotidianas. Assim, realizei visitas à sede da Fundação Dorina Nowill em São Paulo, à Associação de Amigos dos Deficientes Visuais de São Borja (ADEVASB), à Fundação ONCE em Barcelona e à *Associació Discapacitat Visual Catalunya B1+B2+B3* (ADVC). Através dessas visitas, pude compreender melhor as lógicas e processualidades inseridas nas atividades cotidianas destas instituições.

Também procurei fazer um curso de leitura audiodescritiva para PDV, oferecido pela Fundação Dorina Nowill, que me capacitou para realizar “rodas de leitura” com acessibilidade. Este curso me ajudou a quebrar alguns “mitos” sociais sobre as questões da deficiência visual, pude, por exemplo, conferir uma pessoa cega lendo em Braille e em voz alta, na mesma velocidade que um leitor vidente leria. Assim como tive a oportunidade de ler uma história infantil para uma pessoa cega, onde o personagem principal era um astronauta, como ela não sabia como era um astronauta precisei descrever como seria. Contudo, a cega ainda não conseguia ter ideia de como era, ela me disse que precisaria tocar num tecido semelhante à roupa, ou tocar num capacete de astronauta para poder “ver” e imaginá-lo. Enfim, ficou evidente de que o sentido tátil é o que dá melhores condições semióticas para as PDV, a partir do toque é criada a imagem mental do objeto.

Em setembro de 2014 fui convidado a realizar um curso de aperfeiçoamento profissional, por fazer parte da Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da Unipampa, que fora patrocinado pela universidade para professores, técnicos educacionais e bolsistas do núcleo, sobre Tecnologia Assistiva Educacional promovido pela empresa *Assistiva Tecnologia*, de Porto Alegre. Neste curso tive a oportunidade de aprender sobre o funcionamento e as lógicas dos equipamentos e programas para computador que colaboram no aprendizado de PcD em geral. O conteúdo foi muito rico aos interesses desta pesquisa e a parte prática me permitiu conhecer e lidar com estes recursos tecnológicos de acessibilidade, assim, a cada novo aprendizado sobre o tema eu buscava fazer relações com a problemática desta tese, refletindo sobre como aquela tecnologia poderia contribuir com as PDV para transpor barreiras informativas.

4.3.4 Explorações da web e participação em grupos de discussão temáticos

Outra forma de me aproximar deste universo foi participar de alguns grupos de discussão pela web como observador e participante. Procurei por grupos de discussão por e-mail (e-grupos), grupos do Facebook e também criei "alertas do Google" para monitorar conteúdos temáticos e relativos aos interesses da tese que pudessem ser publicados ou alterados na internet. Este monitoramento me deu pistas interessantes que me levaram a encontrar e seguir perfis no Twitter ou no Facebook, blogs e Páginas no Facebook cujos conteúdos eram correlacionados com a pesquisa e que foram importantes para a constituição das ideias que desenvolvo nesta tese.

Uma das estratégias que adotei para otimizar e monitorar a atualização dos conteúdos digitais, dispersos nos inúmeros canais pela internet, foi usar um sistema de informação que realiza uma "curadoria" de informações, concentrando os conteúdos indicados num único endereço. Desta forma, eu conseguia monitorar diariamente tudo o que havia sido publicado sobre os temas relativos à "acessibilidade"; "cidadania", "comunicação" e "tecnologia assistiva" e, assim, pude me atualizar e também à tese. Com acesso constante às notícias e novidades sobre estes assuntos, pude conceber novas ideias e obter dados que me ajudaram a compreender aspectos relativos ao universo das PDV de maneira dinâmica e interessante a esta investigação.

Estes conteúdos provinham de uma lista criada no Twitter, composta por 70 perfis (lista com todos os membros disponível neste link: <https://twitter.com/marcobonito/lists/acessibilidade/members>), de instâncias, pessoais ou institucionais, produtoras de informação relacionadas aos temas acessibilidade, Direitos Humanos, Tecnologia Assistiva. Os conteúdos eram lidos e classificados por tema num outro sistema de armazenamento de conteúdos chamado *Pocket*⁷⁰ para poderem ser usados novamente quando necessário. A seguir vou publicar imagens das telas que exemplificam graficamente estes sistemas de informação para uma melhor compreensão. Todas as imagens contêm descrição oculta para contemplar os leitores (letores) de tela para PDV.

⁷⁰ Pocket: <http://www.getpocket.com/>

Figura 1 – Captura de tela do sistema de informação Tweeted Times (imagem com acessibilidade).

The screenshot displays the 'Acessibilidade' section of the Tweeted Times system. The interface is organized into a grid of content blocks, each representing a tweet or article. The top block, titled 'I Encontro Acessibilidade na Prática | IESP', features a quote from @accessib_np. Below it, two columns of content are visible. The left column includes an article from 'www.servimedia.es' about Cermi's request for social concertation, a tweet from @CEDD_dis, and an article from 'www.elperiodicoextremadura.com' about ONCE's work. The right column contains a video titled 'Reflexión CENTAC 04. Lo No Accesible es ilegal', an article from 'www.diariodeavisos.com' about a report on accessibility, a video titled '5 coisas que o Google não quer que você saiba sobre ele', and an article from 'www.blogtecnovisao.com' about a Twitter list update. Each block includes a 'Read Article' link and a 'Chat with us!' button. The interface also shows the number of tweets for each item and the source website.

Fonte: <http://tweetedtimes.com/>

Como se pode conferir na imagem anterior, este sistema de informação do site *Tweeted Times* apresenta o conteúdo colhido na lista do Twitter de maneira

muito parecida com uma Revista ou Jornal Digital e o ordena por relevância e importância, de acordo com as interações nas redes sociais. O periódico gerado, batizado como "Acessibilidade e Cidadania" é público e também era publicado em minhas redes sociais particulares, podendo ser acessado através deste link <http://tweetedtimes.com/v/1432?s=shp>. Neste sistema, há uma limitação para acesso, apenas o conteúdo diário fica disponível e, como nem sempre eu estava disponível para a leitura e para colher as informações, precisei encontrar outro sistema que me oferecesse essa opção de arquivamento de conteúdo por data, como veremos na figura a seguir, que o *Paper.li* faz.

Figura 2 – Captura de tela do sistema de informação Paper.li (com acessibilidade)

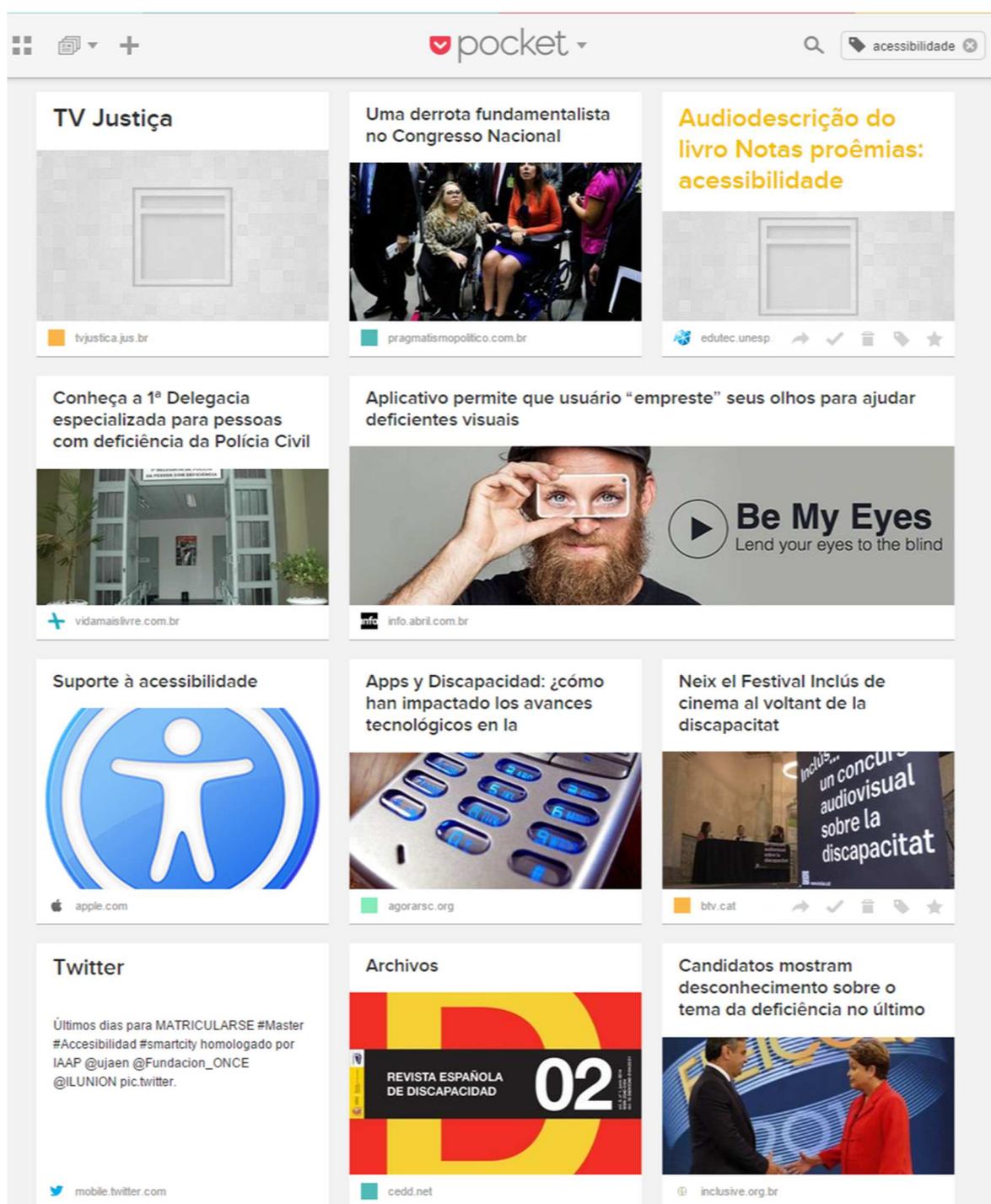
The screenshot displays the Paper.li website interface. At the top, there is a navigation bar with the Paper.li logo on the left and a 'Pro' badge on the right. The main heading is 'Comunicação & Acessibilidade', with the subtitle 'Um periódico sobre Cidadania Comunicativa para Pessoas com Deficiência'. Below the heading is a horizontal menu with categories: DESTAQUES, FOTOS, MEIO AMBIENTE, TECNOLOGIA, CIÊNCIA, and SOCIEDADE. The date 'Domingo, Mar. 01, 2015' and 'Ler a edição atual' are visible. A large advertisement for Citroën C4 Lounge is featured, showing a car and pricing. The main content area is a grid of articles. The first article is titled '“Leo” Programme | Good Practice | Includ-ed, red europea de educación inclusiva', shared by Fundación ONCE. The second article is 'Stirling, Scotland UK | News and events', also shared by Fundación ONCE. The third article is 'El Parque Natural Fuentes Carrionas y Fuente Cobre-Montaña Palentina, en los cupones de la ONCE', shared by ONCE. To the right of the grid is a sidebar with a 'Subscrever a atualizações' section, a profile for Marco Bonito (Professor da Universidade Federal do Pampa), and a 'Nota do editor' section. At the bottom right, there is an advertisement for 'exo Social Collaboration Platform' with a 'Give me one' button.

Fonte: <https://paper.li/marcobonito/1368036111>

O sistema do *Paper.li* permite o acesso de todos os periódicos gerados, bastando-se clicar na opção "Arquivos" e escolher a data desejada. Com um visual mais agradável e ainda mais parecido com um WebJornal, este sistema foi muito útil,

pois eu podia recolher os dados de acordo com minha disponibilidade; assim, fiz inúmeras apropriações dos conteúdos que colecionei. É interessante ressaltar que ambos os sistemas funcionam de modo semelhante em relação à curadoria de informações, desempenham o papel de selecionar os conteúdos em função dos temas propostos preservando a fonte da informação no link original. Porém, em ambos os casos era necessário conferir e editar o conteúdo, pois como as fontes eram pessoais ou institucionais, muitas vezes o conteúdo gerado não era relevante à pesquisa. Por isso, para colecionar apenas o que era de interesse objetivo a esta investigação eu usava o sistema *Pocket* para armazenar e servir como base de dados. A figura seguinte demonstra graficamente como se apresenta este sistema.

Figura 3 - Captura de tela do sistema de informação POCKET (com acessibilidade).



Fonte: <http://getpocket.com/>

Como se pode observar, o sistema de armazenamento do *POCKET* é bastante amigável, pois, além de armazenar o conteúdo apenas pela indicação de um link, permite que ele seja "etiquetado" com palavras-chave que facilitam a busca posteriormente. Assim, para cada novo conteúdo colecionado, eu etiquetava com as palavras "Doutorado"; "Pesquisa" e "Tese" e acrescentava outras mais específicas

sobre o assunto abordado naquela matéria. Este procedimento metodológico foi muito útil, principalmente naqueles momentos em que eu encontrava ou alguém me indicava algum conteúdo interessante à pesquisa, mas que eu não podia ler, ouvir ou assistir naquele exato momento. Desta forma, eu conseguia armazenar facilmente o conteúdo e mais tarde ler e analisar o mesmo. Foi desta maneira que pude me manter atualizado sobre as mudanças das leis, sobre novas tecnologias assistivas, sobre eventos relacionados às pessoas com deficiência, entre outros assuntos.

4.3.5 Explorações em espaços de exercício acadêmico

Outra vertente exploratória importante neste processo de construção da tese foi a inclusão do tema "acessibilidade" e "cidadania" nas aulas das disciplinas de "Comunicação Digital", "Laboratório de Jornalismo Digital" (para a graduação) e "Comunicação e Acessibilidade" (para a pós-graduação) que ministrei na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Além das aulas regulares, em várias ocasiões ministrei, como convidado, palestras e oficinas em eventos acadêmicos diversos, como semanas acadêmicas, congressos e simpósios. Estas experiências me garantiam um *feedback* interessante sobre o que eu apresentava, os mais valiosos eram os que criticavam ou questionavam algo. Estas indagações ou críticas me levavam a repensar o assunto sob novas óticas e vieses distintos que, ao longo do tempo, foram configurando o meu entendimento sobre como se formavam os processos de comunicação com acessibilidade. O fato é que, após meu envolvimento com o tema, não pude mais deixar de considerá-lo como essencial e fundamental para as lógicas pedagógicas destas disciplinas. Inclusive, por conta disto, produzi e publiquei três artigos que eram excertos iniciais desta pesquisa e que me ajudaram a introduzir os temas com referências teóricas e fundamentações já que não havia, até então, nenhum conteúdo mais específico que tratasse sobre "comunicação digital e acessibilidade".

Estes três artigos foram *Jornalismo digital deficiente e inconvergente*, apresentado e publicado no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM) em 2012; *Mídias, identidades culturais e cidadania das pessoas com deficiência visual*, apresentado e publicado na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã em 2013; *Perspectivas para entender as*

*apropriações culturais dos sujeitos comunicantes com deficiência visual*⁷¹, apresentado no Congresso Latinoamericano de Pesquisadores em Comunicação (ALAIC) em 2014.

Essa aproximação do tema de minha tese ao cotidiano das minhas aulas e também como parte da minha retórica pedagógica despertou em vários estudantes a curiosidade científica para explorar o tema. Os frutos disto se concretizaram em projetos de iniciação científica, projetos experimentais e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que foram orientados por mim entre 2012 e 2015. Destacam-se alguns destes trabalhos, como, por exemplo, a Revista Digital "O Infoscópio" que era o produto final da disciplina de *Laboratório de Jornalismo Digital III*, produzida em conjunto por toda a turma e que tinha como característica ter todo seu conteúdo produzido, desde a elaboração da pauta jornalística, com acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva. Esta revista foi premiada no Prêmio EXPOCOM⁷² em 2013, na categoria Revista Multimídia, sendo a primeira Revista Digital com acessibilidade comunicativa premiada no INTERCOM.

Quanto aos projetos de iniciação científica, eu propunha que os estudantes se adequassem a algo que eu estava pesquisando naquele momento, como forma de intercâmbio de informações e descobertas, mas que estas pesquisas iniciais se transformassem em projetos de pesquisa para os Trabalhos de Conclusão de Curso. Desta forma, recebi a colaboração de alguns alunos nas fases de pesquisa da pesquisa, pesquisa de contextualização e pesquisa exploratória. Para um bom funcionamento desta proposta, desenvolvi uma lógica de compartilhamento de conteúdos através de pastas "nas nuvens"⁷³ que serviam como repositórios. As pastas eram separadas por temas e ficavam disponíveis para todo mundo que estivesse interessado no tema, inclusive para pessoas que não eram meus alunos, mas que entravam em contato comigo e pediam referências sobre o tema, como aconteceu várias vezes.

⁷¹ Artigo apresentado no GT8 – Comunicación Popular, Comunitaria y Ciudadania no XII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación – ALAIC, 2014 em parceria com Marina Zoppas de Albuquerque e Lara Nasi.

⁷² Prêmio EXPOCOM: é uma competição de exposição de trabalhos experimentais e científicos, no âmbito da graduação, do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM).

⁷³ "nas nuvens": sistema de compartilhamento de documentos na web que permite o acesso simultâneo e compartilhado de várias pessoas.

Dentre os trabalhos de iniciação científica que evoluíram para TCCs destacam-se os seguintes projetos experimentais de pesquisa: Publicidade invisível: as marcas que não são vistas; de Paulo César (2015); Audiodescrição jornalística no Museu do Jango em São Borja de Janine Motta (2015); Uma alternativa diferenciada para acessibilidade no jornalismo móvel: criação da revista Acesso Moda; de Marina Almeida (2014); Inclutag: etiquetas jornalísticas sobre moda de Franciele Mendes (2014); Fotojornalismo acessível: Uma visão fotoetnográfica da fotografia como ferramenta de inclusão social para pessoas com deficiência visual, de Karolyn Petrucci Barbosa (2013); O que os olhos não veem: a superação do Down no seu dia a dia; de Larissa Zinelli (2012).

Excetuando-se o primeiro trabalho de 2013, os demais contaram com a parceria da Associação dos Deficientes Visuais de São Borja (ADEVASB) no desenvolvimento e aplicação da pesquisa no âmbito empírico ou qualitativo. Esta aproximação constante, ao longo destes anos, forneceu-me percepções e informações extras sobre os personagens da associação que posteriormente foram selecionados para as entrevistas em profundidade desta pesquisa.

Cada um destes trabalhos contribuiu de maneira rica e de modo particular com esta tese; as fotografias do cotidiano das pessoas com Síndrome de Down me inseriram num universo desconhecido e me ajudaram a desmitificar as pessoas com deficiência sob um olhar menos piedoso e mais humano, isto significa que minhas percepções sobre o cotidiano das PcD deixaram de ser estigmatizadas e passaram a respeitar as pessoas como seres humanos que possuem direitos e que tem funcionalidades diversas na sociedade, para além do olhar clínico e das classificações médicas. Já o trabalho sobre etiquetas de roupa com informações sobre moda para PDV me foi interessantíssimo, já que o desafio da proposta de pesquisa era oferecer às PDV autonomia para que pudessem escolher suas roupas adequadamente em função da moda vigente. Minha orientanda neste trabalho possuía habilidades de corte e costura e realizou diversos testes com tipos de panos diferentes que pudessem suportar a impressão de um "QR code", uma espécie de código de barras, que quando fotografado executava uma função nos *smartphones*. Desta maneira as PDV podiam apontar o celular para a etiqueta e descobrir desde as informações básicas sobre cor, tamanho, tipo de lavagem, como também uma resenha crítica sobre moda referente àquela peça ou acessório. Estas soluções

criativas e transmetodológicas me inspiraram e foram interessantes para a composição das ideias que permeiam esta tese.

Já a Revista de Moda para plataformas móveis digitais, embora não tenha sido um trabalho orientado por mim, pude acompanhar de perto o desenvolvimento do mesmo, colaborando com algumas coorientações e participando da banca final como avaliador do TCC. O grande desafio deste trabalho era não apenas criar uma revista de moda para pessoas com deficiência visual, mas, principalmente, torná-la acessível em dispositivos móveis como *smartphones* e tablets. O grande mérito do trabalho foi ter descoberto uma forma adequada de linguagem acessível, o que significa que não poderia haver barreiras informativas para pessoas com deficiência visual, em dispositivos móveis, assim como produzir conteúdos sobre moda para pessoas que não enxergam. Este é um campo que ainda carece de muito desenvolvimento e as soluções criativas da academia para decifrar e eliminar as barreiras informativas em sua revista foram muito interessantes e me ajudaram a compreender lógicas que ainda estavam ocultas. Já a monografia sobre a "Publicidade invisível" está em curso de orientação durante a finalização desta tese. Porém, tanto a pesquisa exploratória quanto a pesquisa da pesquisa já têm sido muito interessantes, pois tem revelado problemas relativos às sociabilidades do cotidiano das PDV que perpassam pelas instâncias de mediações que configuram os usos e apropriações. Este tema, ainda pouco explorado, também nos faz (eu e meu orientando) refletir sobre a hegemonia vidente no âmbito comercial e como isso influencia os processos de comunicação publicitária que nascem dentro das agências e fluem pelos diversos canais informativos, mas que marginalizam as PDV.

Dentre estes trabalhos de iniciação científica que se transformaram em TCCs, há dois que se destacam pela contribuição muito direta a esta tese em distintos momentos. O primeiro é sobre "Fotojornalismo acessível", cuja inspiração nasce também pelo convívio da estudante com a Cristiey Lopes, a mesma estudante cega que me inspirou a fazer esta pesquisa e que era hostilizada nas disciplinas de fotojornalismo e telejornalismo por conta da sua deficiência. Minha orientanda, Karol Petrucci, decidiu fazer um projeto de pesquisa que pudesse contemplar as lógicas da fotojornalismo para PDV. Motivada pelo tema de minha pesquisa, a acadêmica me apresentou o projeto cuja proposta era oferecer oficinas de fotografia para PDV e ensiná-las os conceitos básicos do jornalismo para que pudessem fotografar com este viés. A partir desta demanda, ela entrou em contato com a ADEVASB e propôs

a parceria e suas oficinas passaram a contar com alguns associados(as). A partir disto é que eu passei a conhecer melhor a associação e pude definir os personagens que entrevistei para a tese.

Karol, inspirada em outras oficinas de fotografia para pessoas cegas e em um documentário que retrata as histórias de diversos fotógrafos cegos, desenvolveu uma metodologia de ensino muito eficaz que permitiu às PDV desenvolver novas habilidades e competências para registrar fotograficamente problemas cotidianos que eles(as) enfrentam. Ao lidar diretamente com as PDV nestas oficinas e ao ajudá-la a criar uma metodologia de ensino para as mesmas, acabei por desenvolver novas percepções sobre o universo das PDV. Deste aprendizado empírico ficou muito evidente que a falta de visão não seria algo problemático caso as tecnicidades, sociabilidades, políticas públicas e os processos comunicativos não fossem tão excludentes. Pudemos comprovar que as PDV têm habilidades que muitas vezes ficam ocultas pelas lógicas dos rituais cotidianos dos videntes. Porém, quando as PDV têm acesso isonômico aos bens culturais e educacionais, o aprendizado ocorre na mesma proporção de pessoas videntes, com a diferença que as habilidades são diversas.

As fotografias produzidas e reveladas mostravam que não só é possível que uma PDV fotografe como também que pode usar a fotografia como recurso de denúncia de fatos que atentam contra a sua cidadania. Na última oficina oferecida, as PDV foram orientadas a fotografar situações cotidianas que representassem afrontas aos seus direitos como cidadão. Sendo assim, recebemos fotografias que denunciavam a falta de calçamento e de rampas em postos de saúde (que prejudicam cadeirantes), bem como de pneus velhos abandonados em terrenos baldios que se transformam em foco do mosquito transmissor da dengue e de embalagens que não contém informação tátil e complicam a vida cotidiana das PDV. O que nos chamou a atenção foi justamente a vontade deles(as) em participar da vida política, como cidadãos, queriam aprender a fotografar não apenas para fazer fotos dos familiares, mas havia um desejo de usar a fotografia como recurso de cidadania.

Estas oficinas geraram fotografias que estavam em formato digital e que precisavam ser audiodescritas para que as PDV pudessem compreender o haviam fotografado, inclusive para servir como processo pedagógico de aprendizagem. Como não há um recurso tecnológico apropriado que dê conta de fazer isto, a

intervenção de uma pessoa vidente se faz necessário. Assim, Karol se incumbiu de realizar a descrição contextual e objetiva das imagens mas, além disto, sob minhas orientações, ela imprimiu as fotos em tamanho A4 e contornou os principais objetos retratados com cola, o que gerou um alto relevo nos contornos dos rostos, árvores, casas, carros e etc... Assim, as PDV passaram a ter noção estética de enquadramento e luminosidade nas fotos, algo mais comum para uma pessoa vidente mas que aquelas pessoas haviam percebido apenas a partir daquela intervenção.

Como já sabíamos da importância da tateabilidade como forma das PDV "enxergarem", tivemos que desenvolver táticas para que elas pudessem fotografar e isto se distinguia quando era uma paisagem, uma pessoa ou um objeto. No caso das paisagens, elas tinham que perceber a posição do sol, do vento, os sons ambiente para compor a fotografia desejada e criar o efeito final na foto. Quando queriam uma foto mais clara, tinham que fotografar de costas para o sol, quando queriam os elementos em "contra-luz" deviam fazer o contrário. Quando o personagem era uma pessoa, sempre que possível deviam tentar tocá-la para que pudessem identificar onde estava, depois, tocar em seu ombro para descobrir a distância e a altura, para que assim pudessem dar até quatro passos para trás e fazer um bom enquadramento. Este mesmo procedimento pode ser utilizado com objetos, porém quando estes eram impossíveis de serem tocados, como um carro em movimento, então as pessoas deveriam se orientar pelo som. A habilidade das PDV com a capacidade auditiva é impressionante, durante os exercícios das oficinas foi possível perceber uma habilidade significativa para perceber o cenário ao redor a partir dos sons, algo que geralmente é menosprezado pela cultura vidente.

Meu aprendizado como orientador e pesquisador sobre o tema foi, sem dúvida, muito importante, pois serviu como instância de configuração das lógicas e filosofias que defendo nesta tese. Após estas experiências, sugeri à Karol que fizéssemos exposições das fotos. Assim, expusemos o trabalho na *III Semana de Comunicação* da Unipampa em São Borja (2013) e também na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Frederico Westphalen, onde realizamos palestra sobre o assunto (2013). A outra exposição ocorreu durante a *IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã* em Curitiba (2013) onde também apresentei um trabalho de pesquisa relacionado. Todas estas apresentações e publicações foram, de alguma maneira, apropriadas neste trabalho, seja como ideia ou como parte do próprio texto.

O segundo trabalho de destaque e de suma importância para esta tese foi aquele sobre a "Audiodescrição jornalística no Museu do Jango". Este, por ser o mais recente, reuniu alguns dos principais conceitos que trabalho nesta tese: Mediações, Midiatização, Comunicação Digital, Tecnologia Assistiva e Audiodescrição. O problema desta pesquisa surgiu justamente de uma conversa informal com os associados da ADEVASB que relataram à minha orientanda, Janine Motta, que não frequentavam os museus de São Borja por conta da falta de acessibilidade. Em virtude disto, decidimos pesquisar como o jornalismo poderia contribuir com a questão e propusemos adequar a linguagem jornalística à audiodescrição num projeto experimental.

A proposta experimental nos revelou que há uma demanda numerosa de museus pelo país que não oferece nenhum recurso de acessibilidade e que, quando oferece, não o faz para todas as peças artísticas expostas, limitando o acesso às obras mais conhecidas. Outra coisa que nos chamou a atenção é que não encontramos nenhuma referência anterior que experimentasse associar as técnicas jornalísticas às da audiodescrição, o que significa que há um outro viés de pesquisa importante ainda a ser explorado. Como se trata de um trabalho em nível de graduação, não houve condições de desenvolvermos um conceito para "Audiodescrição jornalística", neste primeiro momento apenas testamos o formato, em várias tentativas, com acertos e erros, considerando as influências das instâncias de mediação durante a produção e os testes. Nosso ponto de partida para a problematização teórica foi justamente os conceitos existentes de "jornalismo" e de "audiodescrição", mas como não há técnica consagrada que considere estes conceitos nós inventamos algumas formas. A cada nova produção submetíamos o conteúdo a alguns associados da ADEVASB e também a duas consultoras, especialistas em audiodescrição, parceiras do projeto.

O resultado destas experiências conseguiu agregar a Unipampa, como instância de pesquisa, a Prefeitura como instância política, a curadoria do Museu Jango como instância cultural e a ADEVASB como instâncias diretamente interessadas. O produto final se constituiu em um conjunto de elementos que atuam em prol de um processo comunicativo acessível às PDV através de tecnologia assistiva e recursos de linguagem audiodescrita jornalística. Assim, agora, as PDV podem frequentar o Museu do Jango em São Borja/RS munidas de uma sequência de áudios, que podem ser descarregados nos *smartphones* previamente pela web

ou escutadas num aparelho portátil oferecido pelo próprio Museu. Elas também recebem o mesmo conteúdo em braille e ainda uma sequência de fotos, que estão expostas nas paredes das salas do Museu, que contém não apenas o alto-relevo nos contornos como também texturas que simulam o que há nas imagens.

A audiodescrição jornalística foi pensada para que contemplasse os conteúdos históricos dispostos nas salas do Museu, não apenas com uma descrição literal dos objetos e dos fatos, mas mesclando a linguagem radiofônica, valorizando a força da oralidade para as PDV e instigando os usuários a querer saber mais sobre o assunto. Nos testes de campo realizados com duas pessoas associadas da ADEVASB o retorno foi muito positivo, a proposta foi bem aceita e indicou também algumas falhas já esperadas que apenas uma pesquisa com mais profundidade poderia dar conta de resolver. A experiência foi tão instigante para mim que pretendo desenvolver, ainda este ano, um projeto de pesquisa que se proporá a investigar esta relação entre os espaços urbanos culturais, os processos comunicativos acessíveis e a sociedade sob o viés da cidadania.

4.4 ESTÁGIO SANDUÍCHE NO EXTERIOR

Entre novembro de 2013 e maio de 2014, realizei parte desta pesquisa em Barcelona (Espanha), financiado por uma bolsa de estudos da CAPES⁷⁴, do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, com o apoio do Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos –, onde estudo; e também da Universidade Federal do Pampa – Unipampa – onde leciono. O projeto de pesquisa que fora submetido e aprovado propunha como objetivo principal investigar de maneira exploratória: "como se configuravam, em Barcelona, as apropriações dos conteúdos digitais, na web, por usuários com deficiência visual na perspectiva da acessibilidade para sua cidadania comunicativa", a partir dos contextos sociopolíticos e através de tecnologias da informação e da comunicação assistiva (TICA). Esta proposta tinha o intuito de contribuir com elementos relativos à problemática da tese em desenvolvimento e de funcionar como contraponto à pesquisa já realizada no Brasil.

⁷⁴ CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação brasileira.

A escolha da cidade de Barcelona (Espanha) para a realização da pesquisa se justificou por ela ser considerada uma "cidade modelo" para questões de acessibilidade das pessoas com deficiência, em decorrência dos projetos criados e desenvolvidos para os jogos paraolímpicos de 1992. Além disso, também foi relevante a definição da ONCE⁷⁵ como cenário-chave de investigação empírica, pois ela representa a principal instituição de amparo social às pessoas com deficiência visual (PDV) na Europa e possui uma subsede em Barcelona. Além disso, as três principais universidades de Barcelona - Universidade de Barcelona (UB), Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e Universidade Pompeu Fabra (UPF) - dispõem de um amplo acervo nas suas bibliotecas, que me serviu como fonte de consulta e pesquisa sobre conteúdos teóricos relevantes, que influenciaram novos modos de pensar os caminhos lógicos e conceituais da tese.

O projeto de pesquisa sofreu readequações propositivas em função das realidades encontradas por lá, inclusive, isto serviu para que eu produzisse novas compreensões e rumos para pesquisa e a construção final da tese. O contexto social, histórico, político, econômico e comunicativo de ambos os países se revelaram determinantes, durante a fase de pesquisa contextual e empírica, para a percepção necessária sobre o tema desta investigação.

4.5 A FASE SISTEMÁTICA DA PEQUISA

Para a realização da pesquisa com os sujeitos comunicantes com deficiência visual, foi necessário definir uma amostra qualitativa que pudesse expressar diversidades relevantes para a problemática investigada considerando o concreto da realidade pesquisada. A problemática científica da investigação qualitativa está relacionada ao seu amplo objeto de estudo que é a sociedade, com todas as suas diversidades, transformações cotidianas, o que dificulta definir instrumentos ao pesquisador que resultem precisão exata e aferida para validar os dados, como ocorre em outras áreas das ciências. Por isso, o pesquisador do campo da Comunicação deve buscar fenômenos que possam ser submetidos à comprovação empírica a partir da observação e da experiência direta. Para Maldonado essa experiência empírica demanda:

⁷⁵ ONCE: Organização Nacional de Cegos da Espanha.

Aproximar-se, observar, reconhecer, excluir, selecionar, registrar, organizar, sistematizar e experimentar são procedimentos metodológicos relevantes na pesquisa empírica e devem ser refletidos, planejados, programados e vivenciados em profunda vinculação com os pensamentos, objetivos e hipóteses que conformam o conjunto de problemas (problemática) que define a pesquisa (MALDONADO, 2011, p. 292).

Essas demandas de pesquisa não devem ser consideradas um modelo pronto de ações, como numa receita, deve-se respeitar as características de cada objeto de estudo investigado, bem como compreender o próprio campo de pesquisa e perceber suas potencialidades e limites. O “problema/objeto” deve orientar as metodologias e técnicas necessárias para sua compreensão científica, assim como os aspectos da problemática devem indicar os campos de operação transmetodológica a partir do contexto definido pelos objetivos propostos na investigação.

Nesse sentido, a transmetodologia permite ao pesquisador inventar sua metodologia a partir das suas reflexões, tensionamentos e enfrentamento do teórico-metodológico com o objeto empírico. Essas ações transmetodológicas permitem ao pesquisador compreender os sujeitos considerando-os como parte do contexto social e midiático atravessado e marcado pelas diversas instâncias de mediação.

4.5.1 Entrevistas em profundidade com os sujeitos comunicantes

A pesquisa com o desenvolvimento de entrevista como estratégia metodológica busca compreender e é um processo social, numa interação cooperativa, em que as palavras são o meio de troca de ideias e de significados, com diversas e diferentes realidades, percepções a serem exploradas e desenvolvidas. A pesquisa não pode ser considerada apenas um processo de via única que passa de um (sujeito comunicante/entrevistado) para outro (o pesquisador/entrevistador). Michel de Certeau (1994), em sua obra *A Invenção do Cotidiano*, afirma que a arte de conversar pode ser compreendida como,

[...] retóricas da conversa ordinária, são práticas transformadoras de situações de palavras, de produções verbais onde o entrelaçamento das posições locutorais instaura um tecido oral sem proprietários individuais, as criações de uma comunicação que não pertence a ninguém. A conversa é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular lugares comuns e jogar com o

inevitável dos acontecimentos para torná-los habitáveis (CERTEAU, 1994, p. 50).

Entendo que a entrevista é um compartilhar, uma tarefa comum e uma negociação de realidades, porém, se difere das conversas comuns sob diversos aspectos. A passagem de conversa para a entrevista em profundidade traz mudanças qualitativas da situação social. Tanto os sujeitos comunicantes que participam da pesquisa quanto o pesquisador estão de maneiras diferentes, mas entrelaçadas, envolvidos na produção do conhecimento científico.

Na busca de aprofundar o conhecimento junto ao problema-objeto da investigação, percebo a necessidade de estabelecer outras processualidades metodológicas, para além daquelas desenvolvidas em conversas com as pessoas com deficiência visual, que possam iluminar outras perspectivas não exploradas anteriormente. Relações, conexões, problematizações a partir das experiências e situações vivenciadas que me proporcionam conhecer e reconhecer estratégias e táticas dos sujeitos em suas práticas sociocomunicacionais.

Nesse sentido, a entrevista em profundidade pode ser entendida como uma estratégia adequada a determinados interesses da investigação, dadas as circunstâncias, principalmente, para a construção do objeto-problema. Ela permite ao pesquisador desenvolver determinadas percepções da trilha que apenas a observação científica não daria conta. Já a observação participante fornece um referencial diante do qual em confluência com outras estratégias permite “conhecer que tipo de informação nos escapa quando empregamos outros métodos” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 72). Assim, o pesquisador avança lentamente para estabelecer as conexões, as relações, os nexos, os vínculos com os sujeitos, para que, na entrevista em profundidade, perguntas sejam formuladas, permitindo novas apreensões de interesse em função do problema-objeto da pesquisa. Contudo, essas duas processualidades (observação e entrevista em profundidade) estão nos caminhos percorridos pela trilha da investigação. A observação permite que a experiência direta na prática sociocomunicacional seja percebida. Já a entrevista em profundidade se realiza em situações preparadas na busca de compreender e apreender a prática comunicacional dos sujeitos como uma condição *sine qua non* para contribuir de modos diferentes na pesquisa.

Martin Bauer e George Gaskell (2002) apontam alguns limites dessas estratégias quando uma não recebe a devida atenção, principalmente, no que se

refere ao papel do pesquisador (entrevistador) ao se apoiar na informação do sujeito (entrevistado) na relação espaço e tempo, ou seja, nos acontecimentos. Eles afirmam que: a) o entrevistador pode não compreender a linguagem local; b) o entrevistado pode omitir informações importantes, pois algo pode lhe parecer dado, aceito. Bem como algumas coisas podem ser difíceis de serem descritas; c) o entrevistado pode ter uma leitura reduzida, ou de percepções distorcidas e oferecer uma versão muito difícil de ser verificada.

Para os autores, essas limitações não invalidam as processualidades metodológicas, apenas é preciso reconhecer e apresentar pontos a serem considerados e melhorar as experiências de entrevista. Isso significa que o pesquisador não deve aceitar as respostas sem problematizá-las, de modo pacífico. É preciso buscar detalhes, aprofundar pensamentos, reflexões e as leituras a partir dos sujeitos. É a partir do conjunto de entrevistas que posso compreender as percepções dos mundos vivenciados pelos sujeitos comunicantes investigados (BAUER; GASKELL, 2002).

Desse modo, é possível examinar, analisar, problematizar determinados pontos do problema-objeto, pois a entrevista em profundidade é entendida num movimento no qual “o investigador tem as perguntas e os sujeitos da investigação têm as respostas” (TAYLOR; BOGDAN, 1996, p. 101) a fim de fornecer uma descrição detalhada de um meio social e determinadas perspectivas. Taylor e Bogdan (1996) definem por entrevista qualitativa em profundidade encontros cara a cara entre o investigador e os informantes, dirigidos, que buscam a compreensão das perspectivas que têm os sujeitos a respeito da sua vida, experiências, situações e como expressam com suas próprias palavras.

Para os pesquisadores, a entrevista em profundidade se parece com uma conversação entre iguais e não de um intercâmbio formal entre perguntas e resposta, em que o próprio pesquisador “é o instrumento da investigação e não é um protocolo ou formulário de entrevista” (TAYLOR; BOGDAN, 1996, p. 101). É preciso elaborar questões adequadas, avaliar tanto os interesses quanto a linguagem, ou seja, o pesquisador precisa saber não apenas quais perguntas fazer, mas compreender como fazê-las.

Entendo que a entrevista em profundidade se torna uma estratégia essencial e transmetodológica ao perceber que a investigação necessita entender cenários e sujeitos comunicantes, com foco nas suas próprias perspectivas de forma ampla,

bem como nas suas experiências subjetivas, modos de compreender o mundo através de suas leituras da realidade e das práxis cotidianas.

4.5.2 O roteiro das entrevistas sistemáticas em profundidade

As entrevistas em profundidade realizadas nesta pesquisa são construídas a partir de dois eixos principais: *Mediações* e *Competências multimídias digitais, usos e apropriações*. O roteiro da entrevista sistemática serve como eixo balizador, mas não num sentido rígido e hermético. A cada novo entrevistado, de acordo com o perfil e o andamento da entrevista, novas perguntas são elaboradas, bem como outras suprimidas (quando já estão contempladas ou sem sentido). Dentro de cada eixo há, num primeiro momento, blocos temáticos que contemplam as problematizações e objetivos propostos no projeto de pesquisa.

a) Eixo das Mediações

O eixo das *Mediações* procura contemplar e colher informações relacionadas às mundividências táteis e auditivas; às organizações e instituições ligadas às PDV; aos cenários de sociabilidades do cotidiano; ao ativismo político relativo às PDV; às suas competências multimidiáticas e ciberculturais. Para isso, é dividido em cinco blocos temáticos que descrevo a seguir.

- Bloco 1- Deficiência Visual: Neste bloco procuro qualificar o tipo e grau de deficiência visual que a pessoa possui, em qual categoria se enquadra nas opções oferecidas pelo CENSO 2010, bem como detalhes da relação histórica individual, familiar e social, a partir da deficiência.

- Bloco 2 - Ativismo político ligado às PDV: Neste bloco procuro explorar, nas questões incluídas, as trajetórias de envolvimento político dos entrevistados em geral e especificamente relacionados às lutas das PDV.

- Bloco 3 - Relação com organizações ligadas às PDV: As relações das pessoas com grupos e/ou organizações ligadas às PDV são abordadas nos questionamentos reunidos neste bloco.

- Bloco 4- Culturas e sociabilidades do cotidiano: Neste bloco procuro caracterizar as práticas culturais constituídas no cotidiano dos entrevistados.

- Bloco 5 - Culturas multimidiáticas: Neste bloco procuro compreender a constituição dos sujeitos comunicantes entrevistados a partir de suas relações históricas com as culturas midiáticas através de diferentes mídias.

b) Eixo das Competências multimídias digitais, usos e apropriações

O segundo eixo tem foco nas *competências multimídias digitais, seus usos e apropriações* e é dividido em três blocos: Dispositivos, usos e apropriações; Produtos multimídia digitais; Apropriações de conteúdo. Nesta segunda seção da entrevista, os personagens são instigados a refletir sobre o uso que fazem da comunicação digital a partir de várias mídias, sua relação com os produtos comunicacionais gerados e sobre o tipo de apropriação de conteúdos que costumam fazer. Na sequência, apresento a descrição pormenorizada de cada bloco.

- Bloco 1 - Dispositivos, usos e apropriações: Neste bloco, procuro identificar objetivamente o acesso e a interação mediada para com os dispositivos midiáticos digitais, considerando as várias dimensões das mediações envolvidas associadas às práticas cotidianas de uso e apropriações.

- Bloco 2 - Produtos multimídia digitais acessíveis: Neste bloco começo abordando o conhecimento da pessoa sobre as leis que regulamentam e normatizam as práticas de comunicação acessível e os direitos das PDV no Brasil, a fim de compreender que sentidos existem sobre o conceito de acessibilidade e comunicação em relação aos produtos multimídias digitais. Em seguida, peço a cada entrevistado que avalie cada mídia apresentada a partir de cinco conceitos estruturantes de produtos da comunicação digital: Design de Acessibilidade; Arquitetura da Informação; Usabilidade; Linguagem; Tecnologia Assistiva. Como se tratam de conceitos complexos, antes dessa pergunta, caso a pessoa declare desconhecer o conceito, eu explico o significado de maneira simplificada e com exemplos práticos não referentes para não induzir as respostas.

Para essas questões os conceitos foram considerados, em termos analíticos, da seguinte forma:

- Design de Acessibilidade: associação da forma da mídia com seu tipo de conteúdo em função da possibilidade de acessibilidade comunicativa sem barreiras informativas. Considero aqui se o formato da mídia possui proposta ou potencial de acessibilidade em relação ao seu formato final.

- Arquitetura da informação: disposição, ordem e hierarquização dos elementos constitutivos do dispositivo midiático ou mídia em questão. Considero aqui o local onde determinada informação do conteúdo se encontra, a lógica embutida na proposta de processo comunicacional e o potencial de interatividade mediada por PDV.

- Usabilidade: a facilidade de uso da mídia em relação ao seu conteúdo pelas PDV, bem como a relação funcional do dispositivo midiático para com seu tipo de conteúdo e as tecnologias assistivas disponíveis para melhorar a experiência do usuário no consumo de informações (UX).

- Linguagem: formato e tipo de conteúdo, sua codificação como linguagem e características de acessibilidade para PDV.

- Tecnologia Assistiva: Disponibilidade e conhecimento de TA para consumo de informações em determinada mídia.

- Bloco 3 - Apropriações de conteúdos digitais: Neste bloco as questões buscam investigar os modos como cada sujeito comunicante se apropria dos conteúdos digitais. As questões deste bloco precisavam contemplar a declaração evidente das apropriações de conteúdos pelos personagens entrevistados, uma vez que a metodologia proposta inicialmente, ainda no projeto de pesquisa, considerava a possibilidade de gravar sessões de navegação por cada personagem. Contudo, para isso era necessário que o usuário instalasse um programa que execute tal tarefa e descobri que este não é acessível e é um tanto complexo para ser acionado até mesmo por uma pessoa vidente. Pensando em alternativa, considerei a possibilidade de oferecer o meu computador para a navegação, porém, dessa forma, eu estaria tirando o entrevistado do seu habitat natural de consumo de informações. Os computadores das PDV são configurados de maneira extremamente particular, com programas leitores de tela e tecnologias assistivas personalizadas, o que poderia dificultar a navegação do usuário. Assim, a alternativa encontrada para analisar os usos e apropriações que os sujeitos fazem dos conteúdos digitais, foi usar este bloco da entrevista em profundidade como declaração pessoal e depois conferir com suas práticas cotidianas e de interações em seus canais em redes sociais. Essa confluência metodológica me permitiria avaliar e analisar como as mediações, em curso dinâmico e constante, aplicam-se em função do discurso declarado nas práticas cotidianas do processo comunicativo no *ethos* midiático digital.

4.5.3 A coleta de dados

Invariavelmente, meu *radar* de pesquisador não se desligava nunca, ocorria pela coleta de informações automáticas nos sistemas de web, pelas redes sociais já mencionadas e, até mesmo, quando eu estava em atividades de lazer, mas punha em prática minha capacidade de ócio criativo/produtivo. Neste tempo de pesquisa, sempre que visitei novos espaços públicos ou privados meu olhar de investigador atentava para as questões da acessibilidade. Isso passou a ser uma característica iminente no meu cotidiano pois, além de treinar minhas percepções e deixá-las aguçadas para identificar as condições de acessibilidade nos espaços arquitetônicos, minha atenção maior estava voltada para o *bios midiático*. Meus canais nas redes sociais digitais serviam tanto para a publicização de meus interesses de pesquisa como também para que as principais atualizações sobre o tema chegassem a mim de maneira ágil, sendo muitas vezes indicadas pelas pessoas que compõem o universo da minha audiência nos distintos canais. Esta *infosfera* gerada sobre o tema desta pesquisa contribuiu muito para configurar minhas ideias e instigou-me às reflexões, curiosidades, desconstrução de perspectivas e estudos mais aprofundados.

Desde o início desta pesquisa, fiz várias entrevistas informais com personagens que inicialmente me ajudaram a compreender determinadas lógicas do universo das PDV, bem como colaboraram para desvendar dúvidas ou me ensinar aspectos técnicos. Dentre estas entrevistas, destaco aquelas que realizei durante as três visitas técnicas à Fundação Dorina Nowill, uma das principais instituições filantrópicas nacionais especializada no trato, educação e formação de PDV. Invariavelmente estas entrevistas não tinham um roteiro programado, mas eram orientadas por tópicos que se orientavam a conhecer a instituição, suas lógicas, técnicas e sociabilidades cotidianas. Nestas entrevistas, tive a oportunidade de entrevistar a Relações Públicas da instituição e alguns funcionários, operários da gráfica e editores de conteúdo, que me explicaram tecnicamente sua função, dando-me a oportunidade de compreender seus discursos e lógicas cotidianas de trabalho. A informalidade se tornou necessária justamente porque, anteriormente, ao tentar agendar uma entrevista formal, com roteiro, gravação e longa duração, percebi que não lograria êxito. Porém, desta forma mais informal pude adentrar à instituição, conhecer o parque gráfico em Braille que é o maior da América Latina, assistir a

uma gravação de um audiolivro, conhecer rotinas, obter informações de bastidores que não seriam ditas numa gravação formal. Estas informações eram anotadas em um bloco de notas e foram apropriadas em diversos momentos desta tese, pois me ajudaram a conceber novas ideias e pensamentos reflexivos sobre o universo das PDV.

Como já explicado anteriormente, estas entrevistas mais flexíveis também foram adotadas durante o estágio em Barcelona já que precisei mudar o foco da pesquisa naquele contexto para poder ter acesso às PDV de Barcelona. Com esta mudança, achei mais prudente adotar a estratégia de entrevistar as pessoas da Associação de Deficientes Visuais da Catalunha de maneira mais informal, abordando os temas principais da problemática, de modo a facilitar a interação entre o pesquisador e os entrevistados(as). Em alguns casos, fiz gravações em vídeo das entrevistas nas quais senti que não haveria recusa ou estranhamento, Entretanto, na maioria dos casos, apenas fiz anotações sistemáticas dos principais aspectos dos relatos das pessoas entrevistadas. Estes dados também foram usados em vários pontos desta pesquisa, mais especificamente no capítulo: 2.4 O contexto espanhol/Barcelona.

Além destas, também realizei inúmeras outras entrevistas/consultas, mais pontuais e objetivas, através de mensagens privadas pelas redes sociais digitais ou por e-mail, com personagens que conheci a partir do meu envolvimento com o tema de pesquisa. Dentre estas ações, destaco as conversas/entrevistas com Paulo Romeu do "Blog da Audiodescrição", com a professora Mara Sartoretto e a pesquisadora Rita Bersh da empresa "Assistiva Tecnologia", com a professora Joana Belarmino (PDV) e os pesquisadores Iano Flávio (PDV) da UFRN e Felipe Mianes (PDV) da UFRG, especialistas em audiodescrição. Além destes, também destaco as entrevistas e consultorias com a pedagoga Luciane Molina Barbosa (PDV) e com Paulo Molinos, presidente da Associação dos Deficientes Visuais e Amigos de São Borja.

O blogueiro Paulo Romeu é reconhecidamente um dos mais importantes ativistas políticos e articuladores do movimento pela audiodescrição no país. Ele também é PDV e foi o representante da categoria nas comissões da Câmara dos Deputados e no Senado que trabalharam para desenvolver e aprimorar os projetos de lei sobre acessibilidade nos meios de comunicação. Meu primeiro contato com suas ideias foi ao ler o e-book organizado por ele e pela professora Lívia Motta

intitulado *Audiodescrição: transformando imagens em palavras* (2010) e seu *Blog da Audiodescrição*. A partir disto, passei a seguir seu perfil no Twitter e o incluí na minha rede social no Facebook; assim, passamos a trocar mensagens e ideias, bem como pude acompanhar mais de perto seu trabalho cotidiano em prol das lutas políticas das PDV, que era frequentemente publicado em seus canais digitais. Paulo seria um dos personagens selecionados para as entrevistas em profundidade. Porém, nas vezes em que tentamos agendar horários para a entrevista acabou não dando certo e depois de inúmeras tentativas frustradas decidi procurar outra pessoa e me apropriar do conteúdo produzido por ele, tanto no e-book quanto em seu Blog.

Já com a professora Mara Sartoretto e com a pesquisadora Rita Bersh, minha aproximação e interesse ocorreu em momentos distintos. Conheci primeiro Rita ainda durante a fase da pesquisa da pesquisa, quando encontrei sua dissertação de mestrado sendo citada como referência em relação ao conceito de Tecnologia Assistiva em vários trabalhos científicos, principalmente na área da pedagogia e educação. Já com a professora Mara meu contato ocorre no segundo semestre de 2014, momento em que fui convidado pela UNIPAMPA a realizar um curso de aperfeiçoamento profissional sobre Tecnologia Assistiva Educacional, por conta de eu fazer parte do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da Universidade. Coincidentemente, o curso era promovido pela empresa *Assistiva Tecnologia* que é gerida por ambas. O conteúdo do curso foi tão rico e relacionado com as temáticas desta pesquisa que solicitei que pudéssemos realizar uma entrevista em profundidade, o que foi prontamente aceito. Realizei a entrevista na sede da empresa em Porto Alegre, com ambas, falando especificamente sobre as sociabilidades políticas relativas à Tecnologia Assistiva e ao âmbito da Comunicação Social. O conteúdo gerado foi gravado em vídeo e foram feitas anotações sobre assuntos relevantes, apropriados principalmente no capítulo sobre Tecnologia Assistiva.

Durante a *IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã* em 2013, tive a oportunidade de conhecer pessoalmente a professora Joana Belarmino, da Universidade Federal da Paraíba, que é uma PDV. Pesquisadora do campo da Comunicação Social, desenvolveu sua tese de doutorado sobre os aspectos comunicativos da percepção tátil em relação à escrita em relevo como mecanismo semiótico da cultura, trabalho que se tornou uma referência para outros pesquisadores sobre comunicação e acessibilidade. Naquela oportunidade, ela

gentilmente, me concedeu uma entrevista⁷⁶, que foi gravada em vídeo, cujo intuito era conhecer melhor suas concepções a respeito da Comunicação Social em relação à falta de acessibilidade e da cidadania, bem como compreendê-la, historicamente, sob os principais aspectos da problemática desta pesquisa. Sua contribuição foi muito importante, pois pude conhecer sua história de vida e constituição de pensamento e, assim, construir novos sentidos para aquilo que havia lido em sua tese. Além desta entrevista, a professora foi consultada outras tantas vezes, durante o processo de pesquisa, seja para sanar dúvidas técnicas ou mesmo explicar questões conceituais.

Neste mesmo evento, conheci Iano Flávio, jornalista e mestre em Comunicação Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, membro do Grupo Interozes (Movimento Social que luta pela democratização das mídias) e ativista político defensor dos ideais que concebem a comunicação como um Direito Humano. Iano possui um grau de deficiência visual que, segundo a classificação médica, o exclui como PDV para ter acesso aos benefícios sociais garantidos por lei. Porém, sua deficiência varia de acordo com o ambiente, a luminosidade e o horário do dia e esta condição adversa lhe causa uma série de limitações sociais. Em função desta situação, achei interessante também entrevistá-lo⁷⁷, pois seus relatos informais durante os intervalos do congresso me instigaram a querer saber mais sobre este grupo de PDV que estavam sendo desconsiderado até então pela minha pesquisa, mas que se revelou, em seu depoimento, como essencial para que eu compreendesse a distinção entre a classificação médica da deficiência visual e a classificação social.

Cabe ressaltar que há uma cisma, por causa deste tema, entre os números absolutos apresentados pelo CENSO 2010, que revelaram um contingente de cerca de 36 milhões de PDV, sob as lógicas da classificação social e da declaração espontânea de cada indivíduo e os números considerados pela classificação médica que revelam cerca 6,5 milhões de PDV no país. Esta celeuma se refere a uma questão da ordem da semântica política, já que as políticas públicas se justificam, na maioria dos casos, pela quantidade de PDV e a diferença de quase 30 milhões entre

⁷⁶ A entrevista completa com a Professora Joana Belarmino pode ser assistida neste endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=MRDbZyutWnl>

⁷⁷ A entrevista completa com o pesquisador Iano Flávio pode ser assistida neste endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=OkIN8vZxSvU>

uma classificação e outra permite barganhas políticas de acordo com o interesse dos grupos envolvidos na disputa por mais benefícios sociais. Como militante desta questão e tendo sido vitimado particularmente por ela, ao perder a vaga num concurso público por conta da desconsideração da classificação social das deficiências visuais, lano muito contribuiu com esta pesquisa ao depor e explicar detalhes desta importante questão que configura em muito o aspecto das sociabilidades políticas nesta investigação.

Felipe Mianes foi um dos personagens entrevistados em profundidade que não foi selecionado para compor o corpus de entrevistas finalmente analisadas e tal decisão baseou-se no fato de que seu perfil era muito distinto do padrão das PDV e muito parecido com outros perfis entrevistados. Assim, sua contribuição, a partir de seus depoimentos realizados durante a entrevista e de constantes consultorias foi apropriada de maneira diluída nesta tese, bem como colaborou diretamente para a construção da defesa dos principais argumentos da tese nas considerações finais.

Conheci Felipe, que é PDV, durante meu estágio de pesquisa em Barcelona, período em que ele também se encontrava por lá pelo mesmo motivo, para desenvolver sua pesquisa e tese sobre *Marcas de identificação em narrativas autobiográficas de pessoas com deficiência visual*, defendida no início de 2015 na UFRGS, na área de Educação. Minha convivência com ele em Barcelona gerou uma boa amizade, motivo pelo qual também achei mais prudente que seu perfil não fosse escolhido para a análise mais profunda. Esta convivência me permitiu aprender mais sobre a cultura das PDV, suas dificuldades e conhecer os "esqueminhas", como ele gosta de chamar as táticas cotidianas desenvolvidas pelas PDV para transpor as barreiras informativas nos diversos ambientes.

Não posso deixar de declarar que, no início, fiquei muito impressionado com a coragem de uma pessoa que tem grau severo de deficiência visual de passar seis meses morando fora do seu *habitat*. Geralmente as PDV tem dificuldade de atuar socialmente em ambientes dos quais não têm muito conhecimento; numa casa onde residem PDV, não se deve mudar nada de lugar nem de posição, pois isso pode colocar a pessoa em risco. Sabendo disso, fiquei impressionado com seu perfil destemido, afinal, mudar de país para um local em que não se domina o idioma e sem referências visuais não é algo simples para ninguém, ainda mais para uma PDV. Contudo, com o convívio que tivemos fui percebendo que, com a ajuda de sua companheira, ele logo foi se adequando aos espaços e criou suas táticas para

sobreviver por lá. Nas vezes em que andávamos pelas ruas de Barcelona, sempre que possível eu pedia a ele que me relatasse o grau de acessibilidade urbana e comunicativa. Ele também desempenhou um papel de consultor sobre a acessibilidade nos museus e espaços turísticos mais conhecidos como, por exemplo, a Igreja Sagrada Família, local que ele considerou bastante acessível pelo fato de haver um audioguia em português que, embora não fizesse audiodescrição, continha o mérito de contextualizar bem as obras, o que ajudava bastante o seu entendimento.

Felipe foi quem me abriu a oportunidade de assistir algumas aulas na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), no curso de pós-graduação em Audiodescrição ao qual ele estava vinculado, bem como conhecer o programa e as linhas de pesquisa, através de sua co-orientadora. Também me chamou a atenção o fato de que o campus da UAB estivesse em outra cidade sendo necessário ir de trem até lá e que Felipe se locomovia com desenvoltura, sozinho com sua bengala. Por mais que eu evitasse o olhar da "superação" para aquela situação, confesso que era impossível não me impressionar. Ele também foi decisivo para o meu convencimento de que eu não conseguiria trabalhar com a ONCE. Quando soube do meu problema, ele me relatou que havia tido o mesmo tipo de problema e que, justamente por isso, tinha optado por trabalhar com a ADVC. Sob indicação dele é que cheguei até a ADVC e pude realizar minha pesquisa em Barcelona.

Luciane Molina foi a pessoa a quem mais recorri para tirar dúvidas e me consultar sobre questões de acessibilidade comunicativa. Muito solícita e gentil, também se dispôs a colaborar com consultorias nas pesquisas de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso dos meus(inhas) orientandos(as). Sua contribuição a esta pesquisa é muito relevante, há ensinamentos e apropriações destes em diversos momentos do trabalho como, por exemplo, no auxílio para descrição de tabelas e imagens contidas nestas páginas. Confesso que em alguns casos, a descrição da tabela era tão complexa para uma PDV que eu preferi substituí-la por um texto explicativo em prol de um desenho universal com acessibilidade conforme eu defendo nesta tese. Para chegar a este entendimento, precisei contar com a consultoria de Luciane.

Dentre estes perfis que foram entrevistados e/ou consultados, mas que não foram selecionados para a amostra da etapa mais aprofundada, estava o de Paulo Molinos, presidente da ADEVASB responsável pela mediação dos encontros entre a

Unipampa e os membros da associação em diversas ações de pesquisa, tanto para esta tese, quanto para projetos de meus(inhas) estudantes dos cursos de comunicação social. Paulo é um policial aposentado, pois perdeu a visão de um dos olhos num acidente. Desde então, dedicou-se a lutar pelas causas das PDV na cidade de São Borja/RS. Embora não seja considerado pela classificação médica como PDV, Paulo reconheceu as dificuldades enfrentadas por estas pessoas e resolveu criar a associação como instância mediadora por condições mais dignas, além de ser uma representante legítima das 2595 PDV que residem na cidade (IBGE, 2010). Nas várias vezes em que nos encontramos e particularmente durante a entrevista em profundidade realizada com ele, Paulo se mostrou um político muito dedicado às causas mais básicas das PDV. Demonstra-se proativo e disposto a agregar novos valores à instituição que preside. Sua boa vontade, por vezes, carece de maior aprofundamento nos temas relativos às PcD para que assim pudesse argumentar, com mais propriedade, junto aos poderes públicos. Esta condição acaba por configurar muitas das ações da ADEVASB. Suas contribuições, reveladas durante a entrevista em profundidade, me serviram e à esta pesquisa para compreender melhor como operam algumas das principais instâncias de mediação que orbitam a associação e como sua filosofia de vida configura a instituição. Estas apropriações aparecem diluídas em momentos deste trabalho, mas principalmente nas análises das PDV entrevistadas que eram associadas à ADEVASB.

No próximo item explicou como, dentre as que possibilidades que dispunha de sujeitos para análise mais aprofundada realizei a seleção dos participantes da etapa sistemática da pesquisa.

4.5.3 A seleção dos sujeitos comunicantes para a entrevista em profundidade

A composição da amostra de sujeitos comunicantes relevantes para esta investigação foi elaborada a partir de critérios referentes à contribuição efetiva e distinta, dentre as demais pessoas entrevistadas, para com a temática e problematização proposta nesta investigação. Estes critérios foram: adequação aos propósitos da pesquisa; relevância de informações substanciais e diversas vinculadas aos propósitos investigativos; distinções em termos de perfis sociopolíticos, de competências comunicativas e digitais, de habilidades relativas à tecnologia assistiva e de grau de deficiência visual.

Foram selecionadas previamente, para a realização da entrevista em profundidade, 6 pessoas que já eram conhecidas e que participaram em etapas exploratórias da investigação. Dentre estes perfis havia três PDV que, à priori, tinham mais experiências com sociabilidades políticas, competências midiáticas e digitais mais desenvolvidas e acessos a tecnologias assistivas. Os outros três perfis tinham características distintas destes e serviram como contraponto e contraste. Faz-se necessário ressaltar que minha visualização sobre os perfis partia daquilo que eu previamente conhecia através de interações pessoais, por redes sociais e das informações levantadas nos processos de pesquisa exploratória; essas características não se confirmaram nas declarações e nas minhas observações pessoais durante a etapa sistemática da pesquisa.

Em relação a essa amostra, após a realização da coleta de dados da etapa sistemática, percebi que, em alguns casos, havia similaridades entre os dados obtidos com certos entrevistados. Em virtude disso e considerando também o tempo para a finalização da pesquisa, as análises dos dados da etapa sistemática foram realizadas considerando os dados relativos a três das pessoas entrevistadas que apresentaram distinções em termos das questões analisadas. Quando necessário, pontuei distinções apresentadas pelos demais entrevistados não incluídos nesse tratamento analítico pormenorizado. Os dados das demais entrevistas foram também levados em conta na elaboração das considerações finais, conforme necessário e oportuno.

Assim do grupo das PDV com mais vinculações com sociabilidades políticas, competências midiáticas e digitais mais desenvolvidas e acesso a tecnologias assistivas foram selecionados para a análise final os dados de Carine Lara e de Luísa Morgado; do outro grupo, os dados de Tatiane Costa. Os nomes verdadeiros dos personagens entrevistados foram rebatizados com pseudônimos para preservação da identidade e por questões de orientação ética. Os dados obtidos são apresentados e analisados no capítulo seguinte, considerando, também, o conhecimento prévio que tinha em relação a estes personagens.

5 USOS E APROPRIAÇÕES DAS MÍDIAS DIGITAIS PELAS PDV

Este capítulo é dedicado à reconstrução empírica e à análise dos dados obtidos com os sujeitos que fizeram parte da pesquisa sistemática. A reconstrução e análise está organizada em três eixos. O primeiro é relativo à caracterização dos sujeitos em termos de seu perfil e de sua condição visual. O segundo eixo refere-se à reconstrução de aspectos relativos às dimensões de mediação recortadas para análise, vinculadas à cultura das PDV: mundividências, vínculos com organizações e instituições ligadas às PDV, cenários de sociabilidade do cotidiano, ativismo político relativo às PDV e competências multimidiáticas e ciberculturais. O terceiro eixo recolhe os dados relativos aos usos e apropriações realizados pelos sujeitos e às possibilidades de acessibilidade e de cidadania comunicativa. As análises nesses eixos levam em conta, também, de maneira articulada, questões relativas à acessibilidade de ambientes digitais apropriados pelas PDV: tecnologia assistiva, desenho de acessibilidade universal, arquitetura da informação, linguagens digitais acessíveis.

Antes, porém de iniciar as reconstruções e análises dos dados empíricos, explico a concepção que orienta meu olhar sobre as PDV como sujeitos comunicantes.

5.1 A NOÇÃO DE SUJEITOS COMUNICANTES

A ideia conceitual dos sujeitos comunicantes está fundamentada nas propostas reflexivas de diversos autores(as) que problematizaram as questões do sujeito receptor, que em algumas vertentes fora considerado erroneamente como um "mero expectador passivo" ante os fluxos e processos da comunicação através dos meios. Refutando essa ideia, Martín-Barbero (1997), Certeau (1994), Mattelart e Mattelart (2004), dentre outros(as), construíram, a partir dos Estudos Culturais, pesquisas científicas que evidenciaram a atividade de produção de sentidos e de apropriação dos sujeitos, do "homem ordinário", desde sempre, nas interações mediadas em processos comunicativos. Esta noção veio contribuir para uma quebra de um paradigma comunicativo histórico simplificador que considerava o sujeito como um receptor passivo, até que os meios digitais surgissem e os "despertasse" da anestesia midiática. A confusão é compreensível, pois, na era da "Sociedade em

Rede", em cibercultura, e com usos dos meios digitais, houve sim uma potencialização do evidente protagonismo dos sujeitos no processo comunicativo. Porém, isto não significa que desde os primórdios dos meios analógicos esta (inter)atividade não ocorresse.

Minha apropriação conceitual do termo corresponde ao entendimento de Strassburguer (2012, p. 110), no sentido da sua compreensão:

[...] compreendo-os como indivíduos possuidores de determinações e atitudes, capazes de se posicionar frente às mídias, de participar efetivamente na proposição de questionamentos e ações, de discernir entre as informações que busca e as que lhe são oferecidas. Ainda, como pessoas, cidadãos, que fruem a comunicação em várias dimensões [...], aos atravessamentos da Cidadania Comunicativa e o modo como eles próprios se veem e/ou percebem a si e aos outros enquanto sujeitos comunicantes.

É interessante considerar que a perspectiva dos próprios sujeitos é determinante para a compreensão da lógica conceitual proposta. Para Martín-Barbero e Certeau, o viés apocalíptico dos processos comunicativos contribuíram para deturpar os usos e apropriações dos bens simbólicos negociados pelas mídias de massa, desvalorizando o papel exercido pelas massas ou "povo", no âmbito sociopolítico associado a estes termos. As relações de poder entre o povo, representado por suas classes sociais distintas, e as tecnologias da informação indicam as propriedades das apropriações que estes sujeitos exerciam, desde que tivessem acesso. Tidos, por muito tempo, como uma massa inconsciente e apática, receberam alcunhas pejorativas que denotavam, equivocadamente, suas incapacidades reflexivas, partindo-se do pressuposto de que "a massa" de receptores era inculta e analfabeta funcional.

Por isso, os estudos de recepção foram importantes, pois revelaram uma práxis comunicativa que sempre existiu e que continha atividade na essência do processo, independente da valorização da apropriação realizada pelos sujeitos comunicantes. É importante ressaltar que o processo comunicativo ganhou qualitativamente com esta consideração conceitual, já que os usos e apropriações revelaram ser constituídos pelas diversas instâncias de mediação e pela historicidade cultural individual de cada sujeito, além de outras dimensões. Neste sentido, esta pesquisa se propôs a problematizar os contextos sociopolíticos, as matrizes culturais, os processos de midiatização e inclusão comunicacional das

PDV, bem como refletir sobre as competências de recepção destes sujeitos comunicantes.

Ao observar as práticas do cotidiano, escutar e analisar, a partir das entrevistas em profundidade, os modos, expressões, experiências de vida, relações históricas com os meios de comunicação e manifestações espontâneas de frutos comunicativos, pude tecer uma rede de concepções que constituem, em microplano, fragmentos de um mosaico e, em macroplano, um fotograma do estado da arte das apropriações dos processos comunicativos pelas PDV no Brasil. Refutando a ideia da alienação das massas, compreendo que estas particularidades referentes à ideia da apropriação cerotoniana constituem as habilidades, competências e atitudes dos sujeitos comunicantes, inviabilizando a ideia apocalíptica da "exclusão de manifestação", conforme explica o autor:

Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como 'consumo', que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas 'piratarias', suas clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?), mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos. (CERTEAU, 1994, p. 94)

Curiosamente, à época da pesquisa empreendida por Certeau, o termo "invisibilidade" fora utilizado para significar a falta de percepção das apropriações destes sujeitos, um termo associado às questões desta tese, mas que não se aplica mais no contexto atual da comunicação digital, já que a potencialização das redes sociais digitais dá visibilidade a estas apropriações e produções. As PDV, que possuem alfabetização informática digital, tem ao seu dispor uma série de canais para suas manifestações, como por exemplo conteúdos diversos em blogs, canais de vídeo no Youtube, fotografias no Instagram ou Flickr e todas as vertentes de interações possíveis nas redes sociais como Facebook e Twitter.

Esta nova configuração do *bios midiático* está imbricada no *ethos* midiático (SODRÉ, 2006) que determina a construção de linguagens e das lógicas embutidas nas apropriações que as PDV fazem deste universo. Para que isto ocorra satisfatoriamente, estes sujeitos precisam estar aptos e possuir as competências mínimas para usufruir das características dos meios. Mas é preciso ressaltar que

apenas isto não garante condições de realização de cidadania comunicativa, pois o ambiente midiático digital precisa, necessariamente, não conter barreiras informativas que impeçam a acessibilidade comunicativa. Esta relação, que independe da pró-atividade dos sujeitos comunicantes com deficiência visual, é determinante para que o processo comunicativo ocorra. Ou seja, não adianta que o sujeito com deficiência visual possua as habilidades e competências necessárias para navegar na web e compreender seus conteúdos se, ao se deparar com determinada página, o conteúdo não for acessível através das tecnologias assistivas que ele possui.

É necessário também reconhecer que, contexto das mídias digitais, os sujeitos exercem múltiplos estatutos nestes processos comunicativos, ora são receptores, ora são replicadores e ora são produtores dos conteúdos, em apropriações diversas. Neste sentido, as PDV não devem ser compreendidas como meros sujeitos passivos e apáticos, pois notadamente possuem competências comunicativas semelhantes às das pessoas videntes, desde que o acesso não contenha barreiras informativas.

A seguir passo a reconstruir e analisar os dados relativos a cada um dos sujeitos comunicantes entrevistados, acompanhados e analisados por esta pesquisa.

5.2. CARINE LARA⁷⁸

5.2.1 Perfil

Carine Lara é o pseudônimo que representa a entrevistada (2014) mais determinante nesta investigação científica. Esta é a pessoa que me inspirou a realizar este trabalho, minha ex-aluna da Unipampa que, através das provocações e buscas pelos seus direitos de cidadã com deficiência visual, dentro da universidade, me tiraram da zona de conforto e me fizeram refletir sobre os problemas de ordem social e política enfrentados pelas PDV. Carine tem 27 anos, nasceu em Itaqui/RS, possui graduação em jornalismo pela Unipampa e atualmente mora em Porto

⁷⁸ Por questões éticas da pesquisa, todos os verdadeiros nomes dos(as) entrevistados foram substituídos por pseudônimos que não possuem verossimilhança, qualquer associação a uma determinada pessoa será mera coincidência.

Alegre. Trabalha na redação do Jornal Zero Hora, em Porto Alegre, atuando como editora da seção "cartas do leitor", faz atendimento telefônico e presencial com os leitores. Atua também, às vezes, como "rádio escuta", colabora como pauteira e cuida do perfil do "leitor repórter" do jornal no Twitter e por e-mail. Além disso, eventualmente faz publicações em seu Blog no Jornal que trata de assuntos do universo das PDV.

Carine tem deficiência visual considerada total, pela classificação social, pois os 5% de resíduo visual que possui em um dos olhos só lhe garante distinguir entre claro e escuro. Cega de nascença, a origem de seu problema é genética embora, segundo ela, os médicos ainda não tenham conseguido definir exatamente qual é a disfunção que também acomete sua irmã e seu irmão, pois não há referência médica conhecida, mas suspeitam do fato de seus pais serem primos de primeiro grau. Dos três filhos, ela é a filha "do meio" e a única que contém um resíduo visual; seus irmãos, além de deficientes visuais, também possuem deficiências motoras.

Para o CENSO 2010, embora ela não se recorde de ter respondido diz que, dentre as categorias existentes, se enquadra em "enxerga com alguma dificuldade", pois considera que "enxergue" alguma coisa, mesmo que seja apenas vultos e distinções de claridade e escuridão. Ao longo dos anos, além da cegueira, ela desenvolveu outros problemas de visão, como miopia, astigmatismo, hipermetropia, daltonismo e a chamada "cegueira diurna", que provoca cegueira total em ambientes muito iluminados ou dias ensolarados.

Com três filhos com deficiência visual a mãe de Carine, educadora especial, se especializou em pedagogia para PDV, justamente para poder ajudar a desenvolver seus próprios filhos. Além de Carine que é formada em jornalismo, sua irmã é formada em Administração de Empresas e seu irmão está matriculado em um curso de graduação em Ciência e Tecnologia, também na Unipampa. Ela ressalta que, por se tratar de um curso da área das ciências exatas, ele acaba por se tornar muito difícil para uma pessoa cega, pois os materiais e conteúdos, como fórmulas e tabelas químicas, precisam estar disponíveis em Braille e quase não há material disponível. Neste sentido, o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) da Unipampa tem procurado oferecer o material, bem como dado apoio através de orientações e da disponibilidade de tecnologia assistiva mas, mesmo assim, ainda não dá conta de oferecer o que seria o ideal. A Unipampa possui uma impressora Braille, mas não tem técnicos administrativos educacionais especialistas em lidar

com a tecnologia. Por isso, o NInA conta com bolsistas remunerados que aprenderam a lidar com a impressora e fazem o que podem para editar o conteúdo e imprimi-lo, mas isto é um paliativo. O ideal seria que houvesse uma lei federal que obrigasse que todos os livros lançados ou ainda em catálogo, no Brasil, tivessem que ser publicados também em versão Braille, digital e audiolivro, oferecendo assim, alternativas para que as PDV pudessem escolher o formato mais adequado para si.

5.2.2 Mediações

Com relação ao seu **ativismo político**, Carine declara que nunca fez parte de nenhum partido político, clube ou associação representativa das PDV. Justifica este seu desinteresse pelo fato de, em sua cidade natal onde viveu a maior parte do tempo, não ter movimentos políticos fortes que apoiassem as causas das PcD; lamenta o fato de que a única entidade regional existente em sua cidade estivesse mais preocupada com questões burocráticas das políticas públicas do que pela luta das PcD. Porém, ela afirma que ao entrar na universidade, por receio de ser estigmatizada, buscou não se associar a nenhum movimento político para evitar preconceitos. Ela considera que as pessoas em geral concebem as PDV como incapazes e que a melhor forma para mudar as condições adversas das PDV é que as próprias sejam protagonistas da luta por seus direitos. Ao entrevistá-la e colocá-la em crise em relação a esta questão, percebi que havia um discurso incompatível pois, ao mesmo tempo em que reconhecia a importância das próprias PDV estarem engajadas, por outro lado no que dizia respeito ao seu engajamento ela demonstrava certa apatia política, como se não acreditasse exatamente naquilo que pregava em seu discurso.

Carine disse saber que existem leis no Brasil sobre as questões da acessibilidade, porém não soube mencionar detalhes sobre elas. Associou as leis às questões dos meios de comunicação, no sentido de que estes deviam cumprir uma quantidade de horas semanais de programas com acessibilidade, porém não conhecia detalhes sobre essa questão, tampouco sobre o histórico das lutas empreendidas entre as entidades representantes das PDV e a ABERT. Ela declarou que sua sensação é a de que as leis só existem "no papel" e não são cumpridas, mas desejava que todos os sites e canais de televisão fossem obrigados a disponibilizar conteúdos acessíveis. Esta postura denota uma ideia de que os

representantes eleitos nas diversas esferas políticas espontaneamente vão beneficiar a sociedade, sem a necessidade de lutas cotidianas que demarquem as conquistas de cada categoria ou grupo social.

Outra coisa que me chamou bastante a atenção em seu discurso, ainda sobre este tema do ativismo político, é que desde que a conheci, em 2010, como minha aluna em sala de aula, ela defende a ideia de que "o mundo não vai se adaptar à mim, eu é que tenho que me adaptar ao mundo". Este argumento voltou a ser usado na entrevista quando ela buscou criticar aquelas PcD que são engajadas, mas defendem uma única pauta referente aos benefícios financeiros oriundos das políticas públicas, quando deveriam se comprometer com causas "mais profundas". Para mim, este discurso é problemático, pois denota um desconhecimento e também uma descrença na garantia dos Direitos Humanos das PcD. Afinal, a ideia de que o mundo não vai se adaptar às PcD é favorável somente ao grupo de pessoas consideradas como "sem deficiência" e que representam o poder político hegemônico e opressor. O contraponto a esta ideia parte do pressuposto do Desenho Universal associado à comunicação como um Direito Humano, ou seja, "o mundo" precisa sim se adaptar e as PcD precisam exigir que "o mundo" contemple as demandas comunicativas, urbanas, arquitetônicas, trabalhistas e etc das PcD, não como uma benesse social, mas sim como reconhecimento dos Direitos de Cidadão.

Em várias das respostas dadas por Carine, o tom político assemelha-se à vertente política neoliberal, enaltecendo a meritocracia, condenando as PcD que "se acomodam esperando por benefícios sociais advindos do Governo" e, principalmente, deixando de reconhecer os Direitos Humanos conquistados. Porém, no momento em que eu coloquei em cheque essa questão, ela admitiu que se beneficiou das lógicas da Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS). Compreende-se bem esta postura a partir do momento em que, ao investigar sua história de vida e analisar suas falas, ficou evidente que ela considera mérito próprio e/ou de sua família as coisas que conquistou, desconsiderando que a conjuntura sociopolítica ao longo da história configurou suas trilhas e processos. Um bom exemplo disso é a própria Unipampa, uma Universidade Federal criada sob as lógicas da expansão do ensino superior em regiões pouco desenvolvidas do país e que permitiu a ela e ao seu irmão uma formação em nível superior que provavelmente seria impossível de se concretizar se eles precisassem passar no

vestibular da UFRGS sem o benefício das cotas. Essa falta de percepção sobre a composição das lógicas embutidas nos processos, como a atual facilidade para adentrar em Universidades Públicas compõem os elementos que formam as políticas públicas em amplo espectro social e que não podem ser desconsideradas.

Com relação à sua **cultura e sociabilidades do cotidiano**, sua rotina não difere em quase nada das demais pessoas que não são consideradas deficientes: acorda por volta das 7h, pega um ônibus até o trabalho, sai por volta das 17h e depois vai, dependendo do dia, à academia ou ao curso de inglês especializado para PDV. Carine mora com uma tia e não tem vida social muito agitada, raramente sai com amigos para bares ou baladas e, aos fins de semana, costuma voltar para Itaqui na casa dos pais. Porém, alguns detalhes me chamaram a atenção em suas respostas. O primeiro foi o fato dela dizer que sente certo preconceito das pessoas para convidá-la para sair, que estas imaginam que uma PDV não pode sair de noite por ser perigoso, assim ela se sente bastante isolada dos colegas de trabalho, local mais propício para ela fazer laços de amizade. Nas raras vezes em que saiu à noite em Porto Alegre, ela precisou usar um recurso tecnológico para não ser enganada pelo taxista, já que numa primeira vez percebeu que o motorista fez um caminho mais longo do que o necessário para levá-la em casa no momento em que foi pagar e a conta havia ficado muito acima do que ela sabia que custaria. Passou, então, a utilizar o Google Mapas para monitorar o trajeto e ter noção do tempo e da distância.

Outra relação interessante foi a necessidade de procurar uma professora de inglês particular que estivesse disposta a trabalhar com conteúdos acessíveis, pois as principais escolas de inglês de Porto Alegre não dispunham de nenhum recurso e nem demonstraram boa vontade para receber uma pessoa com deficiência em seus cursos regulares. Aqui podemos perceber como se configura a exclusão social no âmbito da educação para as PDV. Penso que, como já dito anteriormente, se houvesse uma lei que obrigasse que todos os conteúdos editorados impressos devessem contemplar também as versões em Braille, LIBRAS e audiodescrição, esse problema seria minimizado e obrigaria o mercado educacional a buscar profissionais especializados para compor seus quadros docentes. Como não tem esses recursos garantidos, ela buscou uma professora particular (exclusão) e também usa um aplicativo para *smartphone* chamado Duolingo que ensina gratuitamente várias línguas e que contém recursos de acessibilidade nativos.

Outra coisa interessante que identifiquei na sua fala diz respeito às táticas cotidianas (CERTEAU, 1994) de sobrevivência, que colaboram para o entendimento das lógicas culturais das PDV. Carine não consegue identificar o letreiro do ônibus e, enquanto o recurso tecnológico de monitoramento da frota do transporte público através de aplicativos para *smartphones* não é implantado, embora já tenha sido anunciado pela Prefeitura de Porto Alegre, ela precisa contar com a boa vontade de pessoas que já a conhecem na parada de ônibus ou reconhecer o mesmo por características sonoras para saber qual deve embarcar. O mesmo ocorre dentro do ônibus, sem referências visuais ela desenvolveu um mapa mental pelo número de paradas e curvas que o ônibus faz durante o trajeto até seu trabalho, além de contar com a boa vontade das pessoas para avisá-la que seu ponto é o próximo. Sob o ponto de vista positivo, estas relações sociais cotidianas entre os videntes e as PDV, num primeiro momento, parecem ser saudáveis. Entretanto, penso que essas táticas de sociabilidades acabam dando força às dinâmicas hegemônicas dos videntes.

Durante meu estágio em Barcelona, uma das coisas que mais me impressionaram em relação às heranças que sobreviveram desde as paralimpíadas de 1992 foi a excelência do transporte público. De fato um cidadão de Barcelona não precisa de carro e a cidade está planejada para que haja desestímulo do uso de carros. Para isso, o transporte público coletivo convencional - metrô, trens e ônibus - contém recursos de acessibilidade muito eficientes para as PDV como, por exemplo, os aplicativos para *smartphones* que avisam sonoramente sobre o próximo ônibus ou trem que chega àquela estação ou parada. Dentro dos vagões ou mesmo do ônibus, há avisos sonoros que chamam a atenção para o nome da parada atual e também para a próxima, facilitando o gerenciamento da PDV, bem como dando autonomia à mesma. Além disso, nas principais ruas e avenidas, os semáforos continham sinais sonoros que significavam se estava em vermelho ou verde, indicando a travessia com segurança às PDV. Inclusive, as PDV associadas à ONCE ou à ADVC tinham um controle remoto que interagia com alguns destes semáforos, acionando o som e vibrando para avisar que a travessia estava autorizada sem perigo.

Estas tecnologias não são inviáveis financeiramente para uma cidade, até são recursos simples de serem implantados, que podem usar tecnologia compartilhada com recursos de serviços abertos como o *Google Mapas* ou o *Waze*, um aplicativo especializado em monitoramento de tráfego. Estas tecnologias poderiam ser

desenvolvidas pelo próprio Governo Federal, em parceria com Universidades Públicas e distribuída gratuitamente às empresas de ônibus. Porém, as dinâmicas políticas denotam que o problema é mais associado ao desinteresse do poder público do que à falta de recursos. O ganho de qualidade de vida, através do benefício gerado pela implantação desses sistemas tecnológicos é muito significativo. Durante a entrevista com a Carine comentei com ela que a PDV não podia sequer dar uma cochilada no ônibus, pois perderia a autonomia e o controle sobre o mapa mental construído a partir das curvas e números de paradas.

Outra tática cotidiana revelada por ela refere-se às compras. Carine contou que uma simples tarde de compras no centro da cidade torna-se uma "aventura", já que ela geralmente precisa caminhar por lugares desconhecidos e sem referência. Além disso, ela prefere o centro da cidade por ter muito menos carros circulando nas ruas, o que lhe gera maior sensação de segurança. Para comprar botas, ela disse que não pode pensar muito nos problemas que pode encontrar pelo caminho, senão acaba desistindo de ir. Com o pouco resíduo visual que tem, ela desenvolveu uma tática para descobrir a loja que procura, usa os sons ambiente e procura ajuda de vendedores para que indiquem como chegar na loja de calçados "tal". Invariavelmente, ela reclama que as pessoas não a reconhecem como PDV, pois ela nem sempre costuma usar óculos escuros e bengala; também não sabem orientar o caminho correto sem dar referências visuais. Esta situação é bastante significativa para compreendermos o despreparo social para lidar com a cultura do invisível, até que se tenha uma experiência da ordem do real, dificilmente as pessoas videntes refletem sobre as questões que dificultam o cotidiano das PDV.

Tendo sido alfabetizada em escola regular, Carine recebeu apoio pedagógico básico e atenção pedagógica especial, muito em função das lutas por direitos que sua mãe buscava que fossem cumpridas. Sua mãe também foi responsável pela tradução dos diversos conteúdos das aulas que não estavam acessíveis. Em muitos casos, os raros livros educacionais em Braille que chegavam à biblioteca da escola não eram os mesmos adotados pelas professoras em sala de aula, o que gerava certa frustração e sensação de diferenciação e exclusão. Ao chegar à universidade, as barreiras para chegar ao conhecimento foram ainda maiores, não apenas por conta da falta de livros e demais conteúdos acessíveis, mas também pelo desinteresse e falta de sensibilidade de alguns professores em oferecer seus conteúdos com recursos isonômicos a todas as pessoas. Este problema me foi

relatado inúmeras vezes durante os processos de orientação de TCC. Ela se queixava da falta de boa vontade de alguns professores e do preconceito que sentia nas aulas de fotografia e de telejornalismo nas quais era subjugada a funções de menor capacidade ou, pior, era desestimulada a trabalhar naquela área sob a alegação de que "uma pessoa cega não pode trabalhar com telejornalismo/fotojornalismo". A julgar pela insensibilidade ou despreparo de professores universitários para lidar com estudantes que contém diversidade funcional, é possível pensar que outros setores sociais podem estar ainda mais precários e que há muito trabalho e lutas pelos direitos das PDV.

Ao se formar em jornalismo, ela começou a buscar empregos na região de Itaqui e encaminhou currículos para concorrer às vagas disponíveis. Para sua decepção, no momento em que descobriam que ela possuía deficiência visual as "vagas sumiam". Seu primeiro emprego como jornalista foi oferecido por um hospital de Itaqui, no qual o presidente da instituição se sensibilizou com o caso dela e ofereceu uma vaga como Assessora em Comunicação, mas sem registro em carteira e pagando metade do piso salarial vigente de um jornalista formado. Segundo ela, a oportunidade foi importante, pois ela queria ter a primeira experiência profissional depois de formada e sentia que era uma troca justa de interesses mútuos, do hospital e dela. Porém, o fato é que o hospital valia-se do capital social de empregar uma PDV, mas não correspondia justamente ao oferecer um salário indigno e sob condições ilegais, em um claro caso de relação opressora. A parte boa dessa experiência é que, durante aquele período, ela enviou vários currículos aos departamentos do Jornal Zero Hora, fazia ligações e cobrava retorno e, de tanto insistir, conseguiu realizar uma prova de seleção e ser aprovada para uma vaga, como já dito anteriormente.

Além dela, há mais uma jornalista que é PDV e também trabalha na redação em um outro setor. Perguntada se o ambiente de trabalho continha recursos de acessibilidade ela, constrangida, disse que geralmente não, nem para questões arquitetônicas nem para questões de tecnologia assistiva. Nos dois primeiros meses em que estava trabalhando por lá, ficou sem poder usar sua estação de trabalho por falta do software que faz a leitura de tela. Por isso solicitou que, além dos programas nativos de acessibilidade, o setor técnico da empresa instalasse uma versão do JAWS, que é o leitor de telas que ela está acostumada a utilizar. Carine lamentou o fato de que os sistemas de informação internos, desenvolvidos para as lógicas e

rotinas produtivas do próprio jornal, não terem sido planejados com acessibilidade. Ou seja, não possuem o conceito de Desenho Universal e, assim, praticamente impedem que ela atue no mesmo ritmo dos demais colegas, estando o tempo todo dependente de algum vidente para executar tarefas simples em seu cotidiano profissional. Ao questionar o fato da empresa já ter uma jornalista cega antes de sua chegada ao Jornal e os sistemas ainda não estarem acessíveis, a resposta foi que "estamos desenvolvendo um novo sistema". Contudo, há quase dois anos trabalhando no jornal, ela já compreendeu que essa não é uma prioridade do mesmo.

Outro fato interessante relativo à falta de acessibilidade comunicativa ocorre nos elevadores do prédio do Jornal Zero Hora. Por muitas vezes ela desceu em um andar errado, pois o elevador que mais usa não contém Braille, nem aviso sonoro, apenas botões do tipo "*touch*" (sensível ao toque). Estas ambiências deficientes demonstram o descaso para com as características e diversidades das PDV, mas também contam com certa conivência delas que, oprimidas, preferem se adequar à falta de recursos a perder o emprego por exigências demais. Aqui podemos considerar que as instâncias de mediação políticas, de tecnicidades e de sociabilidades determinam muito as condições de desempenho social das PDV e que vão limitar também, em última instância, os processos de comunicação, como veremos a diante.

Sem amizades muito fortes em Porto Alegre, Carine costuma sair do trabalho, ir para a academia ou aula de inglês e, em seguida, voltar para casa, onde seu *hobby* preferido é navegar na internet. Dentre suas atividades preferidas na web, ela destacou ler notícias, ler livros, fazer cursos, escutar músicas e interagir em redes sociais, principalmente o *Twitter* e o *Facebook*. Ainda sobre suas sociabilidades cotidianas, ela se declarou como espírita, assim como todo seu núcleo familiar, mas que fazia tempo que não frequentava Centros Espíritas e as demais atividades decorrentes do convívio religioso. Indagada sobre algumas fotos que possuía no Facebook com amigos em bares e restaurantes, ela disse se tratar de amigos da família com o qual convive desde pequena em Itaqui. Lembrou, também, que por conta da sua deficiência, seus pais e familiares sempre foram "super protetores", o que impedia que ela desenvolvesse amizades fora do círculo de amigos da própria família. Neste sentido, reclamou do fato de que seus amigos eram principalmente gente mais velha que eram amigos dos seus pais. Já sobre os amigos da faculdade

diz que costuma falar com alguns poucos pelas redes sociais, mas que faz muito tempo que não os encontra pessoalmente.

Como não faz parte de nenhum clube ou associação institucional, não costuma ter uma vida social muito agitada, mas procura dar um pouco de "emoção à vida" desfilando, durante o carnaval, numa escola de samba em Itaquí. Uma de suas amigas comprou a ideia de acompanhá-la porém, durante os ensaios, ela percebeu que precisaria desenvolver uma tática para não prejudicar a escola na pontuação, já que fora avisada que os jurados percebem quando algum membro não está desfilando em harmonia com os demais. Deste modo, combinou códigos verbais com a pessoa responsável pela ala em que ela iria desfilhar e esta lhe orientava a virar para o lado tal, levantar as mãos, sambar e prosseguir. Assim, ela tinha referências para saber o que os demais integrantes da ala estavam fazendo. Contou com orgulho que no primeiro ano em que desfilou sua escola foi a campeã do carnaval de Itaquí.

5.2.3 Competências multimidiáticas, usos e apropriações

5.2.3.1 Jornais e Revistas impressas

Com relação aos *jornais* ela lembra que, quando pequena, sua família tinha o costume de comprar o Jornal Zero Hora aos domingos e que ela, ainda com mais visão do que agora, conseguir ler as manchetes por conta do tamanho da fonte ser maior, mas que os demais textos eram difíceis. Ela se recordou, também, que lia estas manchetes para seus irmãos que tinham problemas ainda mais severos de visão e que seus pais faziam leituras em voz alta das matérias que entendiam ser apropriadas para eles enquanto crianças. Hoje em dia, ela lamenta não conseguir mais ler, pois trabalha no Jornal e gostaria de poder lê-lo, mas diz que supre essa carência com os conteúdos dispostos no site, embora nem todos estejam livres de barreiras informativas. Já em relação às *revistas impressas*, ela diz não se lembrar de ter nenhum tipo de relação mais significativa, pois se trata de um material bastante inacessível às PDV.

5.2.3.2 Fotografias / Pinturas

Rápida e enfaticamente, Carine diz: "não tenho relação alguma com a pintura, nunca tive, ou melhor, na escolinha infantil lembro de fazer uns desenhos com o dedo, mas nunca passou disso". Nunca foi a uma exposição nem se interessa, pois sabe que será uma experiência frustrante e desinteressante pela falta total de acessibilidade. Com relação à fotografia, ela garante que a fotografia digital mudou bastante seu entendimento e que passou a apreciar as lógicas de fotografar por conseguir ampliar as imagens na tela e, assim, receber um retorno daquilo que havia fotografado. Esta sensação não ocorria na época das máquinas analógicas e com revelação em papel, o que a desmotivava em ter qualquer tipo de relação ou interesse. As fotos também representam, para ela, uma forma de memória dos lugares que visitou e das pessoas com as quais conviveu. Ela ressaltou, também, que o recurso automático que o Facebook oferece para marcar as pessoas ou lugares nas fotos a auxilia bastante para reconhecer qual foto é, pois o software ledor de tela é capaz de informar isto.

5.2.3.3 Rádio

De maneira geral, em senso comum, o rádio é facilmente identificado como um aliado da pessoa cega; em uma pesquisa mais aprofundada, passamos a compreender que a relação da pessoa cega com o rádio é a mais amigável entre todas as mídias. A lógica desse encantamento midiático, no entanto, é perversa, a linguagem radiofônica é tão boa para a PDV na mesma medida em que ela é produzida para os videntes. Isto significa que se trata de uma mídia que serve bem aos interesses das PDV, mas que atinge este objetivo justamente pelo fato de que pretende dar ao vidente a condição de ser os olhos dos ouvintes. Neste sentido, o rádio, e sua linguagem, é o veículo de comunicação que mais tem a ensinar sobre a inclusão das PDV no processo comunicativo. Ainda que careça de descrições mais específicas, é sem dúvida a melhor experiência para o usuário com deficiência visual.

Carine logo declara sua predileção pelo rádio "é o meio que eu mais gosto, sempre presente na minha vida". Ela o ouve todos os dias, geralmente estações musicais e, inclusive, gosta de ouvir para dormir. Sua predileção está associada ao

fato de que no rádio a linguagem é descritiva, o que ajuda muito às PDV a entender o contexto. O rádio, como meio de comunicação e pelas características de linguagem é a maior referência para as PDV, por isso, em diversos momentos ele aparecerá problematizado em função das outras mídias.

5.2.3.4 Cinema

Ela começou lembrando que só havia ido duas vezes ao cinema e que isto ocorrera recentemente por conta de uma matéria sobre audiodescrição no cinema⁷⁹ que estava escrevendo para o Jornal Zero Hora. Sua primeira experiência foi bastante frustrante, além de assistir um desenho animado que não desejava, *Está chovendo hambúrguer II*, considerou que a falta de acessibilidade e o ambiente todo escuro com um único foco de luz é muito inapropriado e hostil às PDV que tem "baixa visão", pois esta sensação incomoda bastante. Desta forma, ela não conseguiu se entreter e não gostou da experiência. Já na segunda vez foi acompanhar o filme *A oeste do fim do mundo*, com audiodescrição, graças a uma parceria entre a sala de cinema e a empresa especializada em audiodescrição *Tagarellas*, num projeto que oferece numa única sessão, uma vez por mês, um filme que esteja em cartaz com recurso acessível às PDV. Nesta outra oportunidade, ela disse que a experiência foi outra, muito mais interessante e que a audiodescrição contemplou os detalhes do filme que muitas vezes passam despercebidos por uma pessoa cega pelo fato da significação ser visual.

5.2.3.5 TV analógica e/ou digital

Sempre teve acesso à TV analógica desde o nascimento, mas sua relação foi distante, segundo ela "por desinteresse"; hoje tem um aparelho analógico em seu quarto, que costuma deixar ligado para ouvir telejornais, alguns programas de entretenimento e novelas. Não costuma acompanhar a programação disponível com audiodescrição existente na TV aberta, enfatizou que não se lembrava de quais programas e canais ofereciam esse recurso e lamentou que não houvesse ampla divulgação dessa programação acessível.

⁷⁹ A matéria publicada no Jornal Zero Hora pode ser lida neste endereço: <http://goo.gl/8BamGL>

Há, na casa de sua tia, com quem reside em Porto Alegre, um ponto de TV Digital, através da operadora de TV a cabo NET, a qual ela geralmente costuma assistir conjuntamente com a família, pois o aparelho fica na sala. Como os menus da TV Digital não são acessíveis, ela diz que costuma perguntar no Twitter qual é o número do canal "X" para que possa digitar no controle, já que não memoriza todos os existentes e demoraria muito tempo navegando de canal em canal até descobrir aquele que deseja. Reclamou do fato de não ter autonomia para mudar as configurações do aparelho, pois gostaria de procurar recursos de tecnologia assistiva, mas que a interface do sistema de informação de tela não dá nenhum retorno auditivo, dificultando e desestimulando o uso e a apropriação.

Sobre esta questão, fui pesquisar sobre os principais aparelhos decodificadores de sinal das principais operadoras de TV por assinatura (SKY, NET, GVT, ClaroTV, Oi e Vivo) e, surpreendentemente, nenhum dos manuais destes aparelhos continha nenhuma informação clara e evidente sobre recursos de acessibilidade ou tecnologia assistiva disponível. Já os decodificadores genéricos, utilizados para captar o sinal da TV Digital aberta, em sua maioria dispõem de informações, nos manuais, a respeito de como ativar a "Legenda Oculta"; o "Segundo canal de áudio" (onde geralmente ocorre a audiodescrição) e o "*Closed Caption*".

Carine demonstrou ter consciência sobre a existência de leis que regulamentam a obrigatoriedade da audiodescrição na TV aberta, mas não sabia dizer se o mesmo valeria para as TVs por assinatura. Também se lembrou de dois programas de TV aberta que sabia que possuíam acessibilidade por audiodescrição: "Chaves" no SBT e "Tela Quente" na Globo. Considerou que a audiodescrição no programa "Chaves" é inútil para ela, pois não se interessa pela série. Quanto aos filmes da "Tela Quente", ela diz que passam muito tarde e que neste horário costuma já estar dormindo.

Ao pesquisar sobre quais programas de TV no Brasil possuíam audiodescrição⁸⁰ me deparei com um problema bastante grave: as principais emissoras de TV não disponibilizam informações claras e objetivas sobre isto em suas grades de programação. O destaque positivo foi para a TV Brasil, canal

⁸⁰ A lista com os programas que contém audiodescrição nos canais de TV aberta no Brasil pode ser conferida no site "Q Social" neste link: <http://qsocial.com.br/roteiro-traz-programas-com-audiodescricao-na-tv-aberta/>.

governamental, que oferece oito programas diferentes com audiodescrição, configurando-se como o canal mais acessível do Brasil. A TV Globo, principal emissora do país, por exemplo, disponibiliza um ícone sinalizando que aquele "tal" programa, em sua grade, oferece audiodescrição. Porém, este ícone, não só não contém legenda explicativa, o que dificulta o entendimento de qualquer pessoa vidente, como também não possui legenda oculta para que os programas leitores de tela possam identificar e traduzir a imagem, conforme é possível conferir na imagem apresentada na sequência.

Figura 4 – Grade de programação da TV Globo com ícones inacessíveis

The screenshot shows a programming schedule for TV Globo. The first program is 'Agentes da S.H.I.E.L.D.' with a duration of 01:14. The second program is 'Corujão Carandiru' with a duration of 01:41. Below the 'Corujão Carandiru' entry, there is a video thumbnail showing two men in a prison setting. To the right of the thumbnail, the title 'Carandiru (2003)' is displayed, followed by a description: 'Um médico se oferece para realizar um trabalho de prevenção à AIDS no maior presídio da América Latina, o Carandiru. Lá ele vivencia a realidade por trás das grades, que inclui superlotação das celas, instalações precárias, dentre outras questões. Porém, apesar de todos os problemas, o médico logo percebe que dentro da prisão existe solidariedade, organização e uma grande vontade de viver'. Below the description, the following information is listed: 'Título Original: Carandiru', 'Elenco: Luiz Carlos Vasconcelos, Milton Gonçalves, Ailton Graça, Maria Luísa Mendonça, Rodrigo Santoro, Aida Lerner', 'Direção: Hector Babenco', 'Nacionalidade: Brasileira', and 'Gênero: Drama'. At the bottom of the program details, there is a red box around the 'AD' icon, with a red arrow pointing to it from the right. Below the program details, there are social media links: 'visite o site', 'siga no twitter', and 'curta no facebook'. At the bottom right, there are social media share buttons: 'Tweeter' (17.1Mil), 'Recomendar' (20 mil), and 'HD'.

Fonte: <http://redeglobo.globo.com/programacao.html>

Desta forma, a TV Globo consegue desrespeitar não só as PDV, mas também as videntes que precisam deduzir o que significam estes ícones sem nenhuma referência objetiva. As demais principais emissoras de TV Aberta também não explicitam claramente quais são os seus programas que seguem as normas da legislação vigente, numa clara estratégia de minimizar o interesse público e de minar a luta das PDV por seus direitos e cidadania. Embora as TVs abertas ofereçam o recurso desde 2011, as TVs por assinatura não cumprem o que a legislação obriga, limitando-se a retransmitir a audiodescrição contida nos programas dos canais que possuem da TV Aberta. Os inúmeros canais existentes, além de ignorarem a lei, em muitos casos também não oferecem um segundo canal de áudio com dublagem em português, o que também prejudica as PDV que não compreendem a língua inglesa.

Carine fez questão de apontar e criticar que estes aparelhos decodificadores das TVs por assinatura costumam também disponibilizar "joguinhos" e canais interativos de horóscopo, esoterismo, loteria e informações esportivas que são completamente inacessíveis, inviabilizando a interatividade prometida e excluindo as PDV do processo. Por estas e outras questões associadas, no meu entendimento, estas informações sobre a disponibilidade da audiodescrição na grade de programação deveriam constar, de maneira clara e objetiva, no site da ANATEL. Assim, as PDV poderiam monitorar todos os programas e, inclusive, denunciar qualquer tipo de engodo ou descumprimento legal dos canais de TV. Isto serviria também para que a própria ANATEL fiscalizasse declaradamente as emissoras de TV que transmitem seus conteúdos por aqui.

3.2.3.6 Videogame

A experiência de Carine com videogames é quase nula, só jogou uma única vez, na casa de seus primos: "era muito chato ouvir as outras crianças jogando videogame e não poder participar"; embora ela conseguisse ouvir a diversão deles, se sentia excluída da brincadeira. Ela se lembrou de ter jogado já quando adulta, aos 20 anos, em um dia que sua prima, "por brincadeira", colocou os controles na mão dela e de sua irmã (que também é PDV) e iniciou um jogo de luta, colocando uma contra a outra. A sensação que teve foi boa por conta da diversão momentânea, até lembrou que venceu a partida, embora não tivesse a mínima noção do que tenha feito para tal. Não se recordou qual era o console do videogame, tampouco o nome do jogo.

Lamentavelmente, o universo dos videogames, um mercado potencial que em 2014 havia faturado mais do que a indústria do cinema, não está preocupado com as questões da acessibilidade para as PDV. Há sim, uma série de jogos pedagógicos que tem colaborado para o desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual, outros de memorização para tratar o Alzheimer, mas para as pessoas surdas ou PDV não há quase nada à disposição. As exceções às regras são dois games específicos para PDV: *A blind legend* (A lenda cega) e *Huyendo en la Oscuridad*. O primeiro trata-se de um jogo de ação e aventura, produzido por um estúdio de games francês em 2014, baseado em audibilidade móvel, a partir de som binaural, que serve para o jogador se situar em um ambiente 3D apenas através de

áudio; são usados gestos de toque multiponto nas telas do celular ou tablet para controlar o herói. O segundo é um jogo sem interface gráfica, também baseado em sons 3D, criado pela Universidade Politécnica de Madrid e que foi premiado no concurso mundial de videogames em 2012. Em ambos os casos, há uma proposta de Desenho Universal que permite a qualquer pessoa, que não seja surda ou deficiente auditiva, poder jogar e se divertir. Contudo, estes jogos não estão disponíveis nas lojas de aplicativos brasileiras e também não estão traduzidos para o português. Embora o mercado de videogames esteja em franca expansão em todo o mundo, os jogos inclusivos ainda são raríssimos.

5.2.3.7 Computador de mesa ou notebook com acesso à internet

Seu primeiro computador pessoal era um computador familiar, em 2004, através dele ela teve o primeiro contato com o software DOS-Vox, um dos primeiros leitores de tela existentes. O Dos-Vox costuma a ser a porta de entrada das PDV para a internet. No caso de Carine, ela lembra que foi assim que começou a conhecer outras PDV que já usavam computador e interagir com elas através de salas de bate-papo que usava para trocar informações sobre tecnologia assistiva para PDV disponíveis na internet. Estas trocas de conhecimento foram fundamentais para o desenvolvimento de suas competências multimidiáticas e de informática, ela lembrou que, por falta de experiência, por inúmeras vezes infectou o computador com vírus, instalou coisas sem saber, mas que com o passar dos anos foi aprimorando seus conhecimentos para não "estragar" mais o computador.

Com relação aos *usos e apropriações*, ficou claro que a marca e o modelo do computador não foi determinante para a compra, bastou que a família soubesse que seria possível instalar um programa que daria recursos de acessibilidade para PDV que, a partir de então, o preço é que determinou a compra. Ao descobrirem que estes programas poderiam ser instalados em praticamente todos os sistemas operacionais, a decisão passou a ser por viabilidade financeira da família. O principal motivo para a aquisição do computador foi para "poder acessar a internet e realizar pesquisas e estudos". Ela contou que aprendeu a lidar com o computador de maneira muito fácil, a partir da instalação do DOS-Vox que possuía um tutorial para iniciantes em computação. Depois que aprendeu o básico, passou a "navegar" sozinha com os recursos de acessibilidade disponíveis, só precisava de algum

vidente quando o DOS-Vox encontrava alguma barreira comunicativa como, por exemplo, a falta de descrição de imagens ou ícones. Carine disse que depois de uns dois anos os recursos do DOS-Vox passaram a ser muito rudimentares para suas necessidades, o que a motivou a instalar outro programa mais avançado, chamado JAWS.

Quando entrou na universidade, sentiu a necessidade de ter um computador portátil para facilitar as leituras e escrituras decorrentes das aulas. A marca deste aparelho era ITAUTEC, por recomendação do vendedor que garantiu que era uma marca renomada no mercado e cuja configuração técnica permitiria a instalação dos programas de acessibilidade sem correr o risco de "travamentos". Uma característica destacada pela Carine que foi determinante para a compra tinha relação específica com a placa de som do computador. Por usar muito o recurso de áudio, a qualidade do som emitido era mais importante do que a resolução de imagem da tela. Atualmente, possui um novo computador, tipo "ultrabook" (mais leve e mais fino), da marca DELL pois, segundo ela, é um aparelho mais leve que me permite carregar na mochila sem muito peso nas costas. Desde o seu primeiro computador, o sistema operacional instalado e usado foi sempre o Windows, ela nunca utilizou outros sistemas, como o LINUX (software livre) ou OS (Apple).

Para acessar a internet, surpreendentemente ela disse preferir usar o Internet Explorer, navegador nativo do sistema Windows e que possui alto índice de rejeição pelos videntes em função do seu mau desempenho tecnológico. Para ela, o navegador Chrome, do Google, que é o preferido dos videntes, torna a experiência de navegação "um inferno", pois os leitores de tela não interagem bem com as funcionalidades do Chrome. Ela também ressaltou que, dependendo do site ou daquilo que deseja realizar, precisa alternar entre o Internet Explorer e o outro navegador, o Firefox da empresa Mozilla. Explicou que em vários casos o leitor de tela acessa a página e começa a falar em inglês e que, nestes casos, ela precisa alternar para o Firefox que faz a leitura em português.

Uma de suas atividades de comunicação digital preferidas é "twittar" (usar a rede social Twitter), para tanto usa um programa específico para PDV, o *The-cube*, que faz a leitura dos conteúdos em ordem cronológica e permite uma boa e eficiente interação com os demais usuários. O que me chamou a atenção, ao solicitar que ela me demonstrasse como funciona o programa em seu computador, é que ele não possui interface gráfica, ou seja, nada é visto na tela, contendo apenas recursos

audíveis. Esta é uma particularidade muito interessante a ser analisada, justamente por conta da linguagem e do conteúdo digital que é publicado no Twitter ser muito mais semelhante às características do rádio. Podemos perceber isto por algumas características muito marcantes como, por exemplo, o fato do conteúdo estar distribuídos em "canais" que são representados pelos perfis de cada usuário e dos conteúdos gerados por cada canal serem transmitidos por fluxo síncrono, contínuo e ao vivo, assim como ocorre nas transmissões de rádio. A diferença é que o conteúdo gerado fica disponível em cada canal, podendo ser facilmente acessado de maneira assíncrona.

Com relação direta com o uso do sistema, pude perceber, também, que a lógica do consumo das informações por PDV difere em muito do consumo feito pelos videntes. Isto porque o programa leitor de tela faz a leitura de todos os conteúdos disponíveis na linha do tempo do usuário, o que significa que, na maioria dos casos, o fluxo de informações será intenso e muito diverso com relação às temáticas. Para uma pessoa vidente, basta ler rapidamente o assunto, com uma "passada de olho" para descartar a informação que não interessa naquele momento. Já no caso das PDV, é necessário ouvir cada um dos conteúdos, em ordem cronológica, descartando a informação e passando para a próxima somente a partir da identificação do perfil e de parte do conteúdo publicado para que se decida sobre se aprofundar naquele assunto ou descartá-lo. É bem provável que se o Twitter obrigasse os usuários videntes a usar o sistema dessa maneira, ele jamais vingaria como uma das principais redes sociais do mundo. Mas, a partir do relato de Carine, pude perceber que isto não é um problema que incomode tanto, a ponto de ela não ter reclamado disto, creio que por não conhecer como se dá o consumo de maneira visual.

Eu acompanho o perfil de Carine no Twitter há muito tempo, mesmo antes do interesse como pesquisador. Neste tempo, pude reparar algumas particularidades interessantes advindas do conteúdo que ela costuma publicar. O mais interessante são as narrações dos jogos de futebol que ela costuma acompanhar pelo rádio. Torcedora do Internacional/RS, ela costuma traduzir em palavras aquilo que escuta da narração pelo rádio e faz comentários sobre as partidas. É muito interessante observar como o rádio é capaz de traduzir bem os contextos, as ambiências, as particularidades e detalhes que não estão sendo vistos pelos ouvintes, justamente por isso acaba por se tornar o principal dispositivo midiático no gosto das PDV.

Contudo, é importante também compreendermos que esta aptidão da linguagem radiofônica não é motivada por conta das PDV, mas sim, para contemplar a falta de recurso visual que a mídia proporciona aos videntes. O rádio funciona bem para as PDV justamente porque pretende atender as demandas da cultura hegemônica dos videntes. Não há dados oficiais sobre a quantidade de PDV no Twitter, mas a julgar pela quantidade numerosa de perfis cujo conteúdo é relevante às PDV, podemos compreender que há muita demanda e audiência.

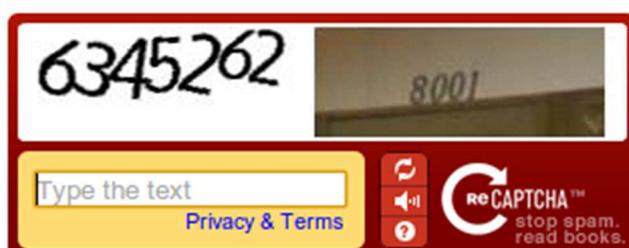
Dentre os outros programas mais utilizados por ela, destacou o "pacote Office" da Microsoft, conhecido por seus editores de textos, planilhas e de apresentações gráficas. Confirmou que estes são bastante acessíveis e que aprendeu a usar em um curso de informática para PDV, por necessidade das demandas da universidade. Questionei o uso do *Power Point*, que é um programa específico para apresentações visuais e ela disse que usava para "montar apresentações de seminários", para contemplar os alunos(as) videntes, bem como ao professor. Cabe ressaltar uma lembrança particular minha, relativa à semana que antecedeu a defesa de seu TCC, do qual fui orientador, momento em que pensávamos sobre a sua apresentação à banca. Ela fez questão de fazer lâminas gráficas no *Power Point* para contemplar a banca e a plateia, mesmo sabendo que não teria tempo para ouvir o conteúdo e falar sobre o tema durante sua defesa. Sua tática para resolver o problema foi surpreendente, ela decorou todo o roteiro da apresentação e preparou suas falas sobre os conteúdos expostos. No final deu certo e era impossível não se impressionar com essa capacidade dela.

Carine enfatizou que evita instalar muitas coisas no computador para evitar que ele fique lento, já que o JAWS utiliza muito recurso de memória, por isso, não faz uso de *plugins* para navegadores de internet, recurso extra muito utilizado pelos videntes e cujo objetivo é otimizar processos em diversos âmbitos. Ela explicou que há muita incompatibilidade entre estes *plugins* e os leitores de tela; nas vezes que tentou instalar um ou outro teve problemas e, então, prefere trabalhar sem eles no computador. Como podemos perceber, infelizmente esta barreira informativa reduz a experiência do usuário com deficiência visual ao navegar na internet, já que os *plugins* foram criados para facilitar o uso e apropriação dos conteúdos digitais. Há vários *plugins* específicos para as PDV, mas que nem sempre são usados em função dessa barreira informativa gerada pela falta de acessibilidade.

Mesmo assim, ela prefere usar o JAWS ao invés do NVDA (um outro programa leitor de tela), pois o segundo tem uma "voz robótica" que causa estranhamento e cansaço para o usuário. Porém, ela diz que o tem instalado para ser usado em "situações de emergência" quando o JAWS, por algum motivo para de funcionar e ela não tem ninguém vidente por perto para ajudá-la. Assim, ela pode fechar todas as janelas e reiniciar o programa. Este é mais um bom exemplo de uma das táticas do cotidiano que permitem às PDV conviver e se apropriar dos conteúdos digitais e participar da cibercultura. Contudo, é importante ressaltar que a maioria dos conteúdos disponíveis na web estão repletos de barreiras informativas, assim, mesmo com o uso dos leitores de tela, não é possível interagir com as informações.

Uma das barreiras mais problemáticas está no recurso de proteção e segurança de sites conhecido como "*captcha*", usado para verificar se o acesso solicitado a uma determinada parte do site, geralmente nos "*logins*", é requisitado por um ser humano ou um sistema robotizado tentando invadir o sistema. A lógica embutida nesse sistema impede que *hackers* desenvolvam programas que executem milhares de solicitações de acesso ao sistema, operando com combinações de nomes de usuários e senhas, a fim de invadir a conta. O *captcha* dificulta a invasão indevida, pois exige a leitura de uma informação que está numa imagem e que, se não contiver audiodescrição, torna quase impossível que se siga adiante, ela representa bem uma barreira informativa. O fato das letras e dos números serem distorcidos se justificam pela capacidade de alguns programas identificarem caracteres em imagens, porém, ao serem distorcidas perdem o padrão estético formal e inviabilizam o funcionamento destes programas. O *captcha* é muito comum na web, invariavelmente, os usuários videntes o encontram em diversas situações durante a navegação, é fácil de ser reconhecido, algo parecido com as imagens apresentadas na sequência.

Figuras 5 e 6- Imagens representativas do sistema de segurança tipo *captcha*, com áudio e sem áudio.





Fonte: Imagens genéricas captadas pelo Google.

Como podemos observar, no primeiro caso há o recurso de audiodescrição do conteúdo da imagem para que as PDV possam ouvir e digitar o que há na imagem; já no segundo caso, não há este recurso, o que geralmente ocorre na maioria dos casos.

5.2.3.8 Celulares e Smartphones

Seu primeiro celular inteligente comprou no final da universidade, em 2011, um Nokia, com o software de acessibilidade *Talks* para o sistema operacional *Symbian* e que antes disso, possuía um aparelho rudimentar que só servia para receber e fazer ligações, desde que lembrasse do número do telefone da pessoa, já que, por falta de acessibilidade, era impossível navegar até a agenda telefônica do aparelho e muito menos conseguir enviar uma simples mensagem de SMS. Depois resolveu trocar por um mais moderno, com o sistema *Android*, mas com o qual não se adaptou muito bem pois os recursos de acessibilidade eram confusos e não funcionavam direito. Resolveu voltar para o Nokia, até que em 2014 conseguiu juntar dinheiro para comprar um "desejado iPhone" que, reconhecidamente, é o aparelho com mais recursos de acessibilidade. O principal motivo dessa aquisição está associado à praticidade, facilidade de uso (usabilidade) e à mobilidade.

Um dos recursos que mais a empolgam é o da câmera de fotos que contém acessibilidade, informando dados de extrema relevância para uma PDV poder tirar uma foto com propriedade, como avisos sonoros, foco automático em rostos e ajuste

automático de iluminação, cores e ativação do flash automaticamente. Na prática, ao apontar a câmera para uma pessoa ou grupo de pessoas, a câmera dará um retorno audível informando que há o reconhecimento e foco no rosto de "x" pessoas ou, quando não há pessoas, informando que encontrou um objeto e o foco está fixado nele. Avisa também se o ambiente está escuro e aciona automaticamente o flash. Desta maneira, a PDV tem elementos suficientes para usar e se apropriar do aparelho de maneira muito satisfatória. Pude perceber a empolgação de Carine ao falar sobre estes recursos, numa mescla de satisfação com empoderamento sobre algo que, anteriormente, não podia desfrutar.

Ela contou também que tinha a intenção de registrar lugares sem acessibilidade na cidade para publicar em seu blog, mas que evita usar o celular na rua com medo de ser assaltada, pois se sente muito vulnerável ao usar o aparelho. Isto me fez pensar e refletir a respeito de mais essa diferença cultural entre os viventes do "mundo invisível" e os do "mundo visível". Invariavelmente, encontramos pessoas nas ruas urbanas andando de cabeça baixa e interagindo com o celular, isto já é um hábito muito evidente da cibercultura, um ícone dessa geração conectada. Porém, eu nunca havia parado para pensar quais são as dificuldades de uma PDV para fazer a mesma coisa, será que é possível que elas façam isso? Cheguei à conclusão que sim e que provavelmente com ainda mais desenvoltura. Graças ao desenvolvimento tecnológico, hoje já temos *smartphones* e relógios inteligentes capazes de interagir totalmente por comandos de voz, acionando aplicativos, lendo e ditando textos, executando tarefas diversas; logo, elas não precisariam largar suas bengalas e parar para digitar algo. Poderão interagir através da fala e da audição, suas principais habilidades corpóreas.

Dentre os aplicativos mais usados no *smartphone* estão os de redes sociais *Facebook* e *Twitter*. Além destes, ela destacou também como uso relevante o aplicativo *Duolingo*, especializado em curso de línguas, o qual considerou bastante acessível e útil no aprendizado de espanhol, o *Easy Táxi*, aplicativo para solicitar táxis, que ela considerou útil, mas sem completa acessibilidade pelo fato de interagir com um mapa sem descrição por áudio. Chamou-me a atenção o fato de que declarou não usar nenhum aplicativo com viés específico de tecnologia assistiva para PDV. Segundo relata, ela não sente necessidade e se sente desconfortável para usar o celular em público, seu maior receio é que seja assaltada. Assim, ela opta por abdicar do uso com tecnologias que poderiam lhe proporcionar um ganho

de qualidade de interação social em função da insegurança. Este depoimento é muito significativo, expressam o grau de vulnerabilidade em que se encontram e como se sentem pessoas com deficiência no Brasil.

Perguntada se tinha alguma ideia formada sobre os motivos e as lógicas pelas quais o sistema do *iPhone* ser tão acessível, ela disse não saber exatamente o motivo, mas crê que, por ser uma "empresa grande", a *Apple* tem interesse em vender mais aparelhos e quis contemplar mais esse público dentre os seus clientes. A análise que faz não é de todo modo errônea porém, a lógica da acessibilidade contida no *iPhone*, que é modelo e referência para as demais empresas de *smartphones*, segue uma ideia conceitual idealizada pelo seu fundador Steve Jobs de considerar, desde o início do projeto, a acessibilidade para as PcD em geral, partindo da ideia do Desenho Universal. Assim, o desenvolvimento da arquitetura do programa (software) e o projeto do aparelho (hardware) são planejados para serem acessíveis de maneira nativa, o que não só diminui os custos de produção como também reflete no segmento de mercado em que atua. Como Carine mesmo disse, "as PDV falam bem do *iPhone*, todo mundo sabe que ele é o aparelho com mais acessibilidade existente no mercado", diferentemente do que ocorre com os aparelhos do sistema *Android*, que precisam de aplicativos anexos ao sistema para oferecer acessibilidade, mas que nem sempre funcionam a contento. A diferença básica entre a proposta da *Apple* e da *Google* (responsável pelo *Android*) é que na *Apple* os aparelhos são construídos na própria empresa, eles têm gestão sobre todos os processos até o momento da venda final ao consumidor. Já com relação aos aparelhos que usam o *Android*, a *Google* desenvolve apenas o sistema operacional e vende a licença de uso para várias empresas que produzem *smartphones*. Com isso, fica inviável oferecer um sistema de acessibilidade padrão que funcione satisfatoriamente em todos os aparelhos.

5.2.3.9 Tablets

Carine afirma que não possui e também que não se interessa por eles por enquanto. Contou que já teve oportunidade de lidar com tablets algumas vezes, mas o fato destes possuírem o sistema *Android*, que ela considera "enlouquecedor" para os usuários com deficiência visual, fez com que ela se desmotivasse. Além disso, considera ainda inviável financeiramente. Ela nunca teve a oportunidade de

experimentar o *iPad*, tablet da *Apple*, que segue a mesma lógica dos *iPhones*, contém recursos de acessibilidade nativos do sistema, desenvolvidos desde o projeto inicial do aparelho, o que propicia uma experiência de uso (UX) melhor e mais ampla às PDV. Esta situação me chamou a atenção para o fato de que para uma PDV em grau mais severo um tablet não exerce o mesmo fascínio tecnológico que encontra entre as pessoas videntes, isto porque o apelo mercadológico e funcional de um tablet é justamente ampliar visualmente os conteúdos. Quando o usuário é uma PDV que depende de recursos de tecnologia assistiva, como os leitores de tela para consumir os conteúdos, significa que na prática o mesmo poderia ser feito num celular; Logo, o *tablet* terá um apelo funcional para as PDV nos casos em que estas possuem algum resíduo de visão que possa ser beneficiado com a ampliação das imagens, função que estes aparelhos executam com propriedade.

O fato de ser um dispositivo com características de consumo midiático projetado principalmente para ser usado através do toque também lhe gera um certo desinteresse. Carine disse, também, que prefere dispositivos que possuem teclado, já que digitar em telas sensíveis é mais demorado. Lembrou de ter usado por duas vezes um *tablet* e que precisou configurar a tecnologia assistiva para que pudesse interagir com o equipamento. Sem acesso constante aos *tablets*, ainda não foi convencida que possa ser um dispositivo interessante para PDV. Aqui cabe ressaltar que nos casos em que a deficiência visual não é tão severa os *tablets* podem contribuir muito, facilitando a leitura de textos através da ampliação ou mesmo da narração em áudio. Assim como no caso dos *smartphones*, existem inúmeros aplicativos específicos de tecnologias assistivas que ajudam a reconhecer objetos, identificar cores, descobrir preços em supermercados, escrever textos a partir do ditado e etc. Acredito que se a Carine tivesse mais acesso a um *tablet*, logo compreenderia as lógicas e as diferenças entre ele e um *smartphone*.

5.2.4 Cidadania e tecnicidades relativas à acessibilidade

Ao ser perguntada sobre a existência de leis e normas que regulamentam as questões de acessibilidade Carine se pôs reticente, pensativa e, depois de um tempo, respondeu que sabia da existência das leis, mas que não se lembrava, em detalhes, sobre o que abrangiam. Especificamente sobre a questão da

acessibilidade na web, ela disse perceber um "movimento inicial" sobre isso, que existem mais sites com recursos de acessibilidade, mas que geralmente são os sites governamentais. Para ela as leis existentes não dão conta das necessidades das PDV e não funcionam na prática. Sobre a sua sensação de direitos reconhecidos, no que se refere à cidadania comunicativa, Carine mudou o tom de voz e enfatizou que deveria ser senso comum que todos os sites fossem construídos de maneira a eliminar barreiras informativas, bem como oferecer recursos de audiodescrição e legenda oculta, já que há tecnologia disponível para isso. Ela sabe que isso é utópico, mas desejaria que a lógica fosse essa, assim ela se sentiria mais cidadã e menos excluída.

Percebe-se que ela demonstra ter conhecimentos sobre a questão, entende a lógica embutida nas relações e instâncias de mediação, compreende as tecnicidades porém, não se sente contemplada como cidadã. Em seus depoimentos, percebo uma frustração em relação à cultura da acessibilidade ser dependente dos videntes, ou seja, para ela, a acessibilidade comunicativa só vai existir se a cultura vidente mudar.

Apresento a seguir, em forma de tabela, as avaliações de Carine sobre as tecnicidades das mídias e/ou dispositivos midiáticos que julguei mais relevantes para compreender a relação e entendimento sobre sua cultura midiática em função da acessibilidade. A pergunta formulada era: "*Como você avalia as seguintes mídias/meios de comunicação, seus dispositivos, controles, acessórios e/ou teclados, de acordo com os conceitos propostos?*". Para evitar má compreensão sobre os conceitos apresentados, eu explicava, quando necessário, do que se tratava o conceito para que a pessoa entrevistada pudesse compreender o que exatamente eu queria saber, conforme já explicitado anteriormente neste trabalho.

As respostas eram livres e as classificações genéricas foram espontâneas, cada pessoa era estimulada a refletir sobre a questão e dizer o que pensava, o que percebia, como se sentia, como se apropriava ou usava cada mídia/meio de comunicação. Segue uma tabela que sintetiza as respostas da entrevistada onde contam, na primeira coluna, os conceitos propostos para que ela avaliar e na segunda, suas respostas.

Tabela 3 – Jornais ou Revistas impressas

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Nenhum
Arquitetura da informação	Ruim
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Totalmente precária
Linguagem	Não acessível
Tecnologia assistiva disponível	Há lupas e aplicativos para celular que ampliam o texto e permitem a leitura, porém, não funcionam muito bem para figuras e imagens. Para ler uma ou outra matéria, estes recursos colaboram para tornar o jornal minimamente acessível, mas de maneira geral é muito complicado ler materiais impressos sem a ampliação da fonte.

Fonte: Dados de entrevista.

Observo aqui que Carine tem um pré-conceito sobre as mídias impressas (tabela 3), tinha as respostas na "ponta da língua" e considerou, de maneira geral, este meio como inadequado para as PDV. Demonstrou, também, ter certa aversão sobre a possibilidade de usar uma tecnologia assistiva pelo fato desta ser cansativa, mas principalmente por se tratar de um formato de conteúdo que desconsidera totalmente as PDV. Neste sentido a web, em seus canais informativos, cumpre bem o papel de substituir a função dos jornais e revistas impressas para as PDV, pois contém recursos satisfatórios para uso e apropriação dos conteúdos.

Tabela 4 – Fotografias e Pinturas

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Nenhum
Arquitetura da informação	Nenhuma
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Ruim
Linguagem	Para mim não serve
Tecnologia assistiva disponível	Que eu saiba não existem tecnologias disponíveis para interpretar fotografias ou pinturas.

Fonte: Dados de entrevista.

Em relação a fotografias e pinturas (Tabela 4), estes dois formatos são geralmente muito exclusivos da experiência de consumo vidente. Por isso, ao refletir, Carine buscou experiências anteriores que lhe dessem alguma referência para justificar seus argumentos, mas ela não se lembrou de nenhum caso. Ela

reconhece que, embora já haja tecnologias disponíveis para tornar este tipo de conteúdo acessível, não há cultura estabelecida que vigore a favor das PDV. Sendo assim, neste caso, pode-se considerar que esta é uma mídia que praticamente não foi usada e é compreendida como inapropriada para as PDV.

Tabela 5 – Rádio

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Tranquilo. É bom.
Arquitetura da informação	Regular
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Tranquila.
Linguagem	Perfeita.
Tecnologia assistiva disponível	Não se faz muito necessário, é simples de usar.

Fonte: Dados de entrevista.

Como já era esperado, o rádio (Tabela 5) foi o meio de comunicação preferido por ela, não obstante o fato de que a linguagem é naturalmente a mais adequada, justamente porque é desenvolvida para contemplar as pessoas videntes. O formato do dispositivo, com botões simples e fáceis de usar, também foi destaque nos depoimentos de Carine. Percebe-se nela uma intimidade maior e mais efetiva com essa mídia como usuária e facilidade de apropriação do conteúdo.

Tabela 6 – Cinema

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Bem ruim
Arquitetura da informação	Regular
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	O ambiente escuro com uma tela gigante com muita luz causa uma má sensação para quem é PDV com baixa visão, talvez para uma pessoa cega seja menos agressiva aquela quantidade de luz.
Linguagem	Inadequada, pois todos os filmes deveriam conter audiodescrição, sem isso uma PDV não consegue entender muitas coisas da história dos filmes.
Tecnologia assistiva disponível	Só conheço a audiodescrição!

Fonte: Dados de entrevista.

Em suas respostas Carine deixou transparecer uma relação antagônica com o cinema (Tabela 6), ao mesmo tempo em que refutava a ideia do formato, que cansava a sua vista, também se mostrava empolgada com as experiências que teve

na sala de cinema numa sessão que assistiu com audiodescrição. Sem esse recurso a experiência foi péssima, porém, com ele a experiência passa a ser excelente. Ela demonstrou desconhecer que existiam as tecnologias assistivas que permitem à PDV o consumo dos conteúdos dos filmes através de audiodescrição. Para ela este é um meio de comunicação com bom potencial de uso, mas cuja apropriação é deficitária hoje em dia.

Tabela 7 – Televisão

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Regular, pois se propõe ser acessível, mas não é.
Arquitetura da informação	Bem regular também
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Ruim, principalmente com relação aos controles e menus de tela que não tem nenhum retorno auditivo e faz com que não possamos usar a TV com todo o seu potencial.
Linguagem	Própria para quem enxerga, mas péssima para quem não enxerga.
Tecnologia assistiva disponível	Conheço só a audiodescrição e mesmo assim não sei dizer exatamente quais são todos os programas que oferecem esse recurso.

Fonte: Dados de entrevista.

A relação de Carine com a TV (Tabela 7) me fez pensar que este meio de comunicação, por ser hegemônico e o preferido na cultura midiática brasileira, acaba por potencializar, na mesma proporção, a frustração das PDV que não podem consumi-la a contento. As classificações que ela fez foram muito cétricas e bastantes críticas, demonstrando sua insatisfação por falta de acesso apropriado. Não é de se estranhar o fato de que ela prefira navegar na internet a assistir TV, justamente por conta de uma melhor experiência de uso e apropriação dos conteúdos gerados por uma e por outra mídia.

Tabela 8 – Videogames

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Ruim
Arquitetura da informação	Péssima
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Nenhuma
Linguagem	Própria para quem enxerga, mas péssima para quem não enxerga.
Tecnologia assistiva disponível	Se houver uma, eu ia adorar poder jogar!

Fonte: Dados de entrevista.

Em relação aos videogames (Tabela 8), as respostas foram as mais rápidas e com o tom mais irônico que Carine me forneceu. De maneira muito direta, objetiva e lacônica ela quis deixar claro que a cultura dos videogames não fazia parte de sua vida. Senti que sua insatisfação em relação à possibilidade de uso e apropriação dos jogos tinha relação com a frustração causada por essa barreira informativa que a excluía dessa cultura. Ela desconhecia que houvessem jogos desenvolvidos exclusivamente para PDV.

Tabela 9 – Computadores / Notebooks / Laptops

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Poderia melhorar, pois não permite acessibilidade total aos recursos do computador, há muitas barreiras que impedem o leitor de tela de avançar. Os navegadores não seguem um mesmo padrão de acessibilidade, bem como os programas que são baseados na cultura vidente.
Arquitetura da informação	Boa!
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Média, mas poderia melhorar!
Linguagem	Boa!
Tecnologia assistiva disponível	São boas, os leitores de tela costumam ter atualizações que sempre trazem novos recursos.

Fonte: Dados de entrevista.

Depois do Rádio os computadores (Tabela 9) obtiveram a melhor avaliação, graças às suas capacidades de apropriação e uso, através de tecnologia assistiva. Carine demonstra intimidade com os processos informáticos e um senso crítico mais apurado do que em relação aos demais meios apresentados. Como ela costuma ouvir as rádios através da web, podemos concluir que o computador é o dispositivo que ela melhor domina e que lhe dá mais condições de uso e apropriação.

Tabela 10 – Celulares / Smartphones

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Bom!
Arquitetura da informação	Regular!
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Razoável para a maioria, apenas a do iPhone é realmente muito boa.
Linguagem	Depende muito do aparelho e da tecnologia, o Nokia mais antigo que tinha o sistema Symbian funcionava bem, mas não existe mais. Hoje em dia, só o iPhone tem recursos de acessibilidade que funcionam realmente e bem.
Tecnologia assistiva disponível	Estão melhorando a cada nova versão, conheço PDV que possuem celulares mais novos com Android e que estão se adaptando bem.

Fonte: Dados de entrevista.

A apropriação que faz do seu aparelho, um iPhone (Tabela 10), é muito significativa, já que a acessibilidade nativa do sistema da *Apple*, fornece a melhor experiência de uso e apropriação em aparelhos celulares para as PDV. Carine ficou empolgada ao falar sobre seu celular e o que ela conseguia realizar com ele, como,

por exemplo, acessar a lista de sua agenda e, principalmente, tirar fotos sem a ajuda de ninguém.

Tabela 11 – Tablets

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Parece ser bom pelo pouco que conheci.
Arquitetura da informação	Boa também!
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Regular!
Linguagem	Boa!
Tecnologia assistiva disponível	Poderia melhorar, ser igual às dos celulares.

Fonte: Dados de entrevista.

Mesmo não tendo muita experiência com o uso de tablets (Tabela 11) - usou apenas uma vez e sem recursos de acessibilidade - pedi para que ela avaliasse tecnicamente o aparelho para saber como ela compreendia as lógicas dos tablets. Em suas respostas ficou muito evidente que a falta de acesso à mídia configurou uma visão estereotipada. Como na única vez em que usou o aparelho não estava com a acessibilidade ativada, a experiência que ela teve não foi agradável, pelo contrário. Embora para ela o uso tenha sido frustrante, os *tablets*, principalmente os produzidos pela *Apple*, na mesma lógica dos *iPhones*, tem um potencial muito interessante para as PDV, pois também contam com recursos natos de acessibilidade e eliminação de barreiras informativas.

A partir das relações pessoais com os meios de comunicação quis saber sua opinião sobre alguns dos formatos de conteúdos mais adequados às pessoas com deficiência visual.

Tabela 12 – Opinião sobre os formatos de conteúdos

Formatos	Opinião
Braille	Muito útil, básico, fundamental e necessário para a PDV ter contato com a construção textual, semântica e ortografia. Devíamos ter acesso a mais conteúdos em braille.
Braille eletrônico/digital	Nunca testei
Texto digital	A maioria dos textos na web e em programas de edição de texto são acessíveis e cumprem bem o seu papel, porém, os PDF nem sempre estão acessíveis, há muitos documentos em PDF em que os leitores de tela não conseguem ler a linha inteira e as frases ficam sem sentido.
Áudio	Embora este seja o melhor formato e o preferido, os arquivos em áudio costumam dar problema quando são muito longos, pois, caso o programa trave ou se deseje continuar a ouvir depois, os recursos de acessibilidade para voltar ao mesmo ponto são muito ruins e isso desestimula a ouvir arquivos muito longos.
Vídeo com audiodescrição	São poucos, mas são ótimos, a linguagem audiodescrita é muito boa, assisti filmes com audiodescrição que fizeram total sentido, diferente de quando assisto sem que fico sem entender boa parte da história.
Fotos em alto-relevo	Não conheço!
Impressões em 3D	Também não conheço!

Fonte: Dados de entrevista.

Como leitora de braile, ela se posicionou veementemente a favor do seu uso e apropriação pelas PDV (tabela 12), questionando inclusive a falta de acesso a este tipo de material com diversidade de conteúdo. Nas falas dela, percebe-se a preocupação do uso insistente da leitura de textos apenas por programas leitores de tela que transformam a escrita em áudio e a gramática em formato fonético, prejudicando a construção da lógica semântica. Até mesmo o formato de texto digital PDF, que foi concebido para ser "universal", deixa a desejar quando o assunto é acessibilidade, já que as vezes cria barreiras no documento que impedem a leitura ou ficam mal formatados, dificultando as ações do leitor de tela.

Sobre o formato áudio, Carine chamou a atenção para um problema tático das PDV. Por conta da falta de acessibilidade nos programas que executam arquivos de áudio, as PDV não conseguem encontrar o ponto certo que desejam ouvir. Por exemplo: numa entrevista de 1h de duração, gravada em áudio sem cortes, se a PDV precisasse transcrever a mesma, mas quisesse fazer isso aos poucos, ela teria dificuldade de encontrar o ponto onde parou anteriormente, se não tiver um vidente por perto terá que ouvir tudo de novo até chegar ao ponto que estava.

Os vídeos com audiodescrição foram apontados como muito pertinentes e interessantes, ela lamentou muito o fato de haver poucas opções dentre os programas de TV. Ela declarou que ter acesso a um conteúdo audiodescrito faz total diferença para a compreensão do que está acontecendo na cena e para entender o enredo da história. Os outros dois formatos: fotografia em alto-relevo e impressões em 3D ela disse desconhecer.

5.2.5 Apropriações dos produtos multimídia digitais

Para poder verificar os usos e as apropriações que Carine faz da Comunicação Digital, pedi para ela me dizer quais seriam os principais sites que ela acessa, os motivos e principais ações que realiza. O primeiro site que citou foi o da *Rede Sac*⁸¹, um portal de conteúdos voltados para as PDV. Muito conhecido entre o grupo social de PDV, este é um de seus favoritos por contar com conteúdo relevante a ela e principalmente porque o site é bastante acessível. Ela contou que acessa pelo menos uma vez por semana para ficar atualizada sobre os assuntos tratados por lá e que usa o leitor de tela JAWS para acessar o conteúdo. Ela disse que quando deseja compartilhar algo desse site, para seus amigos(as) que também são PDV, prefere fazê-lo por e-mail, assim ela copia o conteúdo, cola no corpo do e-mail e envia. Como essa não é uma prática muito usual, ela explicou que prefere fazer assim para facilitar a leitura, já que a pessoa que irá receber não precisará abrir outro endereço e ficar procurando onde está o conteúdo na página. Além de consumir e compartilhar conteúdos desse site, ela costuma se apropriar do conteúdo como sugestão de pauta sobre questões de acessibilidade para PDV aos colegas de trabalho do Jornal Zero Hora.

Outro site que ela costuma acessar, semanalmente, é o do Jornal Folha de São Paulo⁸², usando os mesmos recursos de tecnologia assistiva já mencionados. O principal motivo alegado foi que lhe serve para se manter informada e também para saber o que outros jornais publicam além do que ela trabalha. Disse que costuma compartilhar em suas redes sociais (Twitter e Facebook) notícias que considera importantes para si, em âmbito geral e sem especificar um tema. Neste caso, ela

⁸¹ www.saci.org.br

⁸² www.folha.uol.com.br/

declara que prefere consumir e compartilhar os conteúdos da Folha de São Paulo em detrimento da produção de novos conteúdos a partir deles. Caso semelhante a este, porém, com acesso mais frequente é do portal de notícias UOL⁸³: ela contou que costuma ter acesso mais constante, através da linha do tempo de sua conta no Twitter, por conta de ser "seguidora" do perfil do portal UOL. Assim, este passa a ser uma de suas principais fontes de informação e que ela classificou como "o conteúdo que vive em sua linha do tempo (nas redes sociais)". Neste sentido, ela justificou que lhe interessa, para o consumo de informações, a diversidade de conteúdos que o perfil do UOL publica em seu *Twitter*, sob diversos temas, mas que tem preferência sobre os conteúdos de entretenimento, que lhe servem aos momentos de relaxamento e de diversão pessoal. Não costuma produzir nada a respeito desses conteúdos que consome ou compartilha, fez esta declaração com certo constrangimento, como se o fato de consumir "entretenimento" fosse algo de menor valor informativo. Em ambos os casos, do UOL e da Folha de São Paulo, Carine disse preferir acessar os conteúdos pelo celular e a partir do Twitter, já que o sistema de leitura de tela do seu aparelho é mais eficiente para estas tarefas.

Além destes sites, que considerou os mais relevantes para si, ela diz que também faz uso constante do sistema de busca do Google para realizar pesquisas, classificando-o como muito eficiente. Eventualmente, acessa outros sites ou blogs que tratam especificamente sobre assuntos relativos às PDV, como por exemplo Mundo Cegal⁸⁴, que lhe serve para se manter atualizada sobre novas tecnologias para PDV, bem como conhecer e trocar informações com outras pessoas que também frequentam o site. Estranhei o fato dela não citar espontaneamente o Facebook dentre seus sites favoritos para consumo de informação e, questionada sobre isso, ela declarou que não considera a principal rede social do mundo como acessível, o que gera certo desinteresse. Porém, costuma manter seu perfil por lá e acessá-lo, principalmente, para troca de mensagens com amigos e familiares, já que a maioria destes não possui contas no Twitter.

É no seu canal do Twitter que Carine se revela mais interessante como produtora de conteúdo, não tanto pelas temáticas tratadas, mas sim pela forma muito peculiar. Carine costuma usar seu canal do Twitter para basicamente interagir

⁸³ www.uol.com.br

⁸⁴ <http://www.mundocegal.com.br/node/3/>

com pessoas amigas ou seus familiares. Geralmente o usa para dialogar com sua irmã sobre assuntos diversos, comentam sobre algo que estão ouvindo na TV, debatem um assunto polêmico do dia, mas o melhor ocorre nos dias de jogos de futebol do seu time o Internacional/RS. Em dia de jogos, normalmente o Twitter é inundado por comentários sobre as jogadas, brincadeiras e provocações entre torcedores e rapidamente os principais tópicos da rede social ficam compostos por assuntos relativos aos jogos de futebol. Esta é uma característica muito forte e particular do Twitter e Carine costuma fazer transcrições da narração que ouve no rádio ao vivo, emite opiniões e comentários sobre o jogo provocando sua irmã que torce para o time rival o Grêmio/RS. Confesso que nas primeiras vezes que vi isto acontecer em sua linha do tempo, questionei como ela poderia saber se realmente "aquele lance foi pênalti ou não?", se não estava vendo o lance realmente. Em certa vez não me contive e a provoquei neste sentido e obtive uma resposta que me ensinou muito sobre a cultura das PDV. Ela me explicou que embora não pudesse ver o lance, baseava-se nas opiniões dos comentaristas da transmissão no rádio e também ponderava com outras opiniões advindas do Twitter de perfis de jornalistas esportivos, assim conseguia chegar a algum veredito plausível. É interessante que esta metodologia que aplica para conseguir chegar a uma conclusão sobre um lance futebolístico concentra rico ensinamento sobre as lógicas da cultura das PDV. O uso de um "olho amigo" de uma pessoa vidente é uma prática naturalizada, reflete claramente a posição social hegemônica e contra hegemônica de maneira declarada, funciona como uma tática de sobrevivência adquirida por séculos e que não vai ser modificada de um dia para o outro. Além disso, compreendo que a metodologia que ela desenvolveu é muito digna e pode alcançar resultados mais satisfatórios do que a opinião de um vidente que tenha visto realmente o lance. Afinal, quantas vezes os lances de pênalti em partidas de futebol são sentenciados de maneira unânime? Logo, meu questionamento a ela foi impetuoso e revelava meu grau de ignorância sobre o processo, mas me serviu como uma boa lição e entendimento sobre a questão.

No bloco de perguntas seguinte, Carine foi convidada a classificar e refletir sobre suas preferências aos diversos tipos de conteúdo em relação ao seu consumo, compartilhamento e produção. Seguem suas respostas objetivas, reflexões e minha análise:

Tabela 13 – Usos e apropriações sobre os formatos de conteúdo.

Formatos	Relato das apropriações
Textos digitais	Costuma consumir, compartilhar e produzir.
Fotos digitais	Não costuma consumir por falta de acessibilidade (descrição do conteúdo da foto), mas nas raras vezes em que encontra descrição ou alguém lhe diz o que há na foto/imagem, se lhe é interessante, costuma compartilhar. Disse que evita fazer isso, pois tem receio de compartilhar uma imagem sem saber exatamente do que se trata. Embora, agora, possua um aparelho que lhe permite tirar fotos com mais segurança, ela declarou que raramente costuma publicar em suas redes sociais as fotos que produz, guardando apenas em seus arquivos pessoais.
Vídeos digitais	Costuma consumir vídeos através da TV e depois compartilhar nas redes sociais. Usa desta maneira, pois o acesso aos vídeos pela web, geralmente, contém barreiras informativas ou são inacessíveis pelos leitores de tela que usa. Por isso, quando assiste um vídeo na TV e depois o encontra na web, ela costuma compartilhar por já saber do que se trata o conteúdo. Disse não ter motivação para produzir vídeos por não ter autonomia para editá-los.
Áudios digitais	Costuma consumir bastante, principalmente através de rádios na web, bem como compartilhar os links das rádios que gosta. Mas não produz conteúdo em áudio por falta de autonomia para editar o conteúdo como gostaria.
Conteúdos multimídia (formatos) digitais	Declarou consumir este tipo de conteúdo, mesmo considerando que, na maioria das vezes, o conteúdo não está totalmente acessível, contudo, se lhe parece relevante ela acha válido compartilhar para que outras pessoas (videntes) possam ter acesso. Disse que não produz conteúdo multimídia por falta de acessibilidade e autonomia para a edição dos conteúdos.
Infográficos digitais	Não consome, não compartilha e não produz. Pois este tipo de conteúdo invariavelmente é completamente inacessível.

Fonte: Dados de entrevista.

Pude perceber, ao confrontar o que Carine declara espontaneamente sobre os usos e apropriações que faz dos diversos tipos e formatos de conteúdos, com aquilo que constatei ao longo do tempo desta pesquisa, em seus canais e perfis de redes sociais digitais, que há conflitos de ações em relação àquilo que declara e o que costuma realmente executar. Cabe reafirmar que durante o ano de 2014 inteiro

fiz um acompanhamento de todas as suas postagens no Twitter, no Facebook e em seu Blog no Jornal Zero Hora⁸⁵, avaliando o tipo de conteúdo publicado, seu uso e apropriação.

Considerei que esta inconsistência, entre o que declara e faz, não se tratava de uma má fé, mas sim de uma projeção de expectativa que tem em relação às mídias digitais; que suas declarações são compostas de um tom crítico consciente sobre a atual realidade da falta de acessibilidade que, na sua prática cotidiana, não se reflete exatamente como declara. Por exemplo, em relação às apropriações e usos de fotografias digitais, fato que muito raramente fez uso e apenas para publicações em seus álbuns pessoais no Facebook e em algumas de suas matérias publicadas no blog. Em ambos os casos, não houve preocupação dela em descrever as imagens, para que outras pessoas com deficiência visual pudessem consumir o conteúdo. Percebe-se também que a estética gráfica de seu blog não segue um padrão, as publicações contêm tamanhos de fontes diferentes, as imagens também possuem tamanhos diferentes, o que dá a impressão de que o sistema de publicação disponibilizado aos jornalistas do Zero Hora não oferece recurso de acessibilidade que garanta uma padronização final da publicação. Também não deve haver facilidade de inclusão e associação de legenda oculta às fotos, o que poderia ocorrer de maneira simples através da disponibilidade de um campo a ser preenchido no formulário de publicação do sistema de informação. Confirmei que a falta de legenda oculta ocorre também nos demais blogs do jornal, o que me leva a acreditar que se trata realmente de uma falta de planejamento do sistema de publicação e de consciência sobre a importância disto para as PDV.

De todos os formatos, sem dúvida, os textos digitais são a preferência, estes ocupam quase a totalidade de suas publicações e claramente isto se justifica por ser o tipo de conteúdo mais acessível para consumir, compartilhar e produzir. Há muito mais intimidade com este formato do que com os vídeos, que lhe causam estranheza, por insegurança e falta de acessibilidade. No caso de Carine, percebo que sua formação jornalística lhe confere uma preocupação com o conteúdo que gera, que tem receio de compartilhar ou produzir algo que não condiz com seus valores pessoais e, ou profissionais. Ela não se sente estimulada a produzir conteúdos em vídeo e declara não ter segurança para editar os conteúdos;

⁸⁵ <http://wp.clicrbs.com.br/deolhosfechados/>

desconhece que há inúmeros canais no Youtube, de PDV, que produzem e compartilham vídeos falando sobre coisas do cotidiano, ensinando táticas de "sobrevivência" no mundo dos videntes, como cozinhar quando se mora sozinho(a), organizar o ambiente de trabalho, dicas culturais com acessibilidade e etc. Provavelmente estas contam com a ajuda de alguma pessoa vidente para realizar o processo de produção do conteúdo e publicação no Youtube, porém, isto não é diferente do que ocorre também com pessoas videntes que não têm todas as competências midiáticas para a produção de conteúdos deste tipo. Penso que a falta de acessibilidade associada à inexistência de audiodescrição a desestimula a consumir e produzir vídeos. Outro fato a ser considerado a este respeito é que durante a sua formação jornalística ela foi muito desestimulada por alguns de seus professores(as) a produzir e atuar com vídeos, sob a alegação que "uma PDV não poderia trabalhar com telejornalismo". Certamente este tipo de desestímulo colaborou para que haja barreiras pessoais, além das barreiras informativas, em relação a este tipo de conteúdo.

O que mais me impressionou é o fato de que ela seja uma consumidora contumaz de áudios digitais, mas nunca os tenha produzido. Embora declare que o seu desestímulo seja relativo à falta de condições de edição, isto não se justifica plenamente, pois poderia facilmente gravar um áudio em seu *iPhone* e publicá-lo em um dos diversos sites que recebem este tipo de conteúdo, mesmo sem edição. Este tipo de competência ela possui desde sua graduação em jornalismo, mas declarou que havia se matriculado num "curso de rádio" promovido pela Associação de Cegos do Rio Grande do Sul e que se sentiria mais estimulada e segura depois de fazer o curso. Este incentivo pode gerar produtos comunicativos significativos, pois ela demonstra ter boa dicção e construção de pensamento, fala fluentemente sobre temas relativos à acessibilidade e daria contribuições relevantes através do compartilhamento de seus conhecimentos sobre essa temática.

Em relação aos conteúdos multimídias, que abarcam todos os formatos em uma única narrativa, ela declara consumir este tipo de conteúdo. Porém, sabendo que a imensa maioria não contém acessibilidade aos conteúdos que não sejam textuais, conclui que sua declaração tinha mais um teor político, no sentido de que gostaria de se posicionar a respeito deste problema, do que necessariamente indicar ser mesmo uma consumidora deste tipo de conteúdo. Inclusive, com o avanço das tecnologias, o webjornalismo tem se valido de recursos cada vez mais interativos na

mesma proporção em que são inacessíveis às PDV. Já em relação aos infográficos, uma das principais tendências atuais de formato de conteúdo, não é de se estranhar que enfaticamente ela tenha dito que não consome, nem compartilha e nem produz, já que se trata de um conteúdo pensado exclusivamente para pessoas que enxergam, sob a lógica de traduzir sinteticamente, em imagem digital ou multimídia, os dados de uma reportagem. A audiodescrição de infográficos se apresenta como um desafio aos produtores de conteúdo já que não há nenhuma pesquisa e nem referência sobre este assunto publicada até agora.

Quando questionada sobre quais eram as suas táticas do cotidiano para driblar as barreiras informativas, ela contou que quando encontra um conteúdo inacessível, ela simplesmente o ignora. Porém, se está muito interessada naquele conteúdo, primeiro tenta acessar com um dos navegadores que possui instalado em seu computador (Internet Explorer; Firefox; Chrome), variando o leitor de tela entre o JAWS e o NVDA para tentar transpor a barreira. Caso nenhum deles permita o acesso, ela apela para seus amigos(as) videntes solicitando, através das redes sociais, que copiem determinado conteúdo e lhe mandem por e-mail ou, em casos presenciais, que acionem os botões dos sistemas de vídeo que estão inacessíveis aos leitores de tela.

Carine se diz desestimulada e eu a percebi, de certa forma, oprimida em produzir conteúdos e se expor nas redes sociais em função das normas de conduta que o jornal impõe aos seus colaboradores. Disse que prefere não correr riscos de sofrer uma chamada a atenção por uma opinião sobre determinado assunto mais polêmico, assim, ela tem diminuído bastante suas atuações nas redes sociais e deixado de produzir conteúdos próprios desde que começou a trabalhar.

Seu principal formato de conteúdo publicado é o texto e, para isto, utiliza seu blog profissional e sua conta pessoal no Twitter. Em função disto, quis saber sobre o uso e apropriação de corretores ortográficos. Com relação a isto, ela contou que acha essencial o uso pois, como depois do advento dos textos digitais ela tem lido bem menos em braille, até mesmo porque há pouca diversidade e dificuldade de acesso, a sua capacidade de construção gramatical e semântica da língua portuguesa ficam prejudicadas. Questionada sobre as questões estéticas de suas publicações, ou seja, tamanho da fonte, tipo da fonte, cores e distribuição dos elementos e do conteúdo, ela se mostrou surpresa com a pergunta e disse que nunca se preocupou com isso, pois sempre teve alguém que se preocupava com

esta questão. Embora esta declaração soe como um descaso, considero um reflexo aceitável da troca simbólica que ocorre nos processos midiáticos entre videntes e PDV. Como há uma evidente desconsideração dos videntes em relação ao formato estético acessível de seus conteúdos, ela também não se sente constrangida em fazer o mesmo. Contudo, poderia considerar as PDV efetivando práticas que garantissem um consumo melhor e mais adequado, com descrição das imagens através de legenda oculta e audiodescrição. Mas para isto, dependeria de uma pessoa vidente, disposta a colaborar com a construção deste conteúdo, ou seja, há muito desestímulo para a produção de conteúdos acessíveis, mesmo para produtores que sejam PDV.

5.3 LUISA MORGADO⁸⁶

5.3.1 Perfil

Luísa Morgado é o pseudônimo adotado nesta entrevista (2014) que representa uma das PDV que possui o mais alto grau de consciência política e conhecimento aprofundado sobre as questões de acessibilidade. Conheci Luísa por acaso, num programa da TV Aparecida, em 2006, no qual ambos fomos convidados para falar sobre tecnologia e cibercultura. Encontramo-nos previamente numa antessala, ainda sem sermos formalmente apresentados e logo seguimos para o estúdio onde seria transmitido o programa ao vivo. Só no momento em que nos ajeitávamos no sofá para o início do programa é que eu percebi que aqueles óculos escuros não eram "charme", mas representavam uma pessoa com deficiência visual. A desenvoltura com que falava sobre tecnologia e suas habilidades com seu celular me impressionaram e me impulsionaram a querer manter contato com aquela pessoa que, sem enxergar, tinha habilidades informáticas melhores do que muitos dos meus alunos universitários que eram videntes.

De lá para cá, mantivemos contatos por e-mail, por sistemas de comunicação instantânea como ICQ, MSN, e Messenger Facebook, bem como, nas principais redes sociais digitais em vigor no Brasil como Orkut, Facebook e Twitter. Nosso contato sempre foi distante, sem nenhuma amizade muito íntima, muito embora

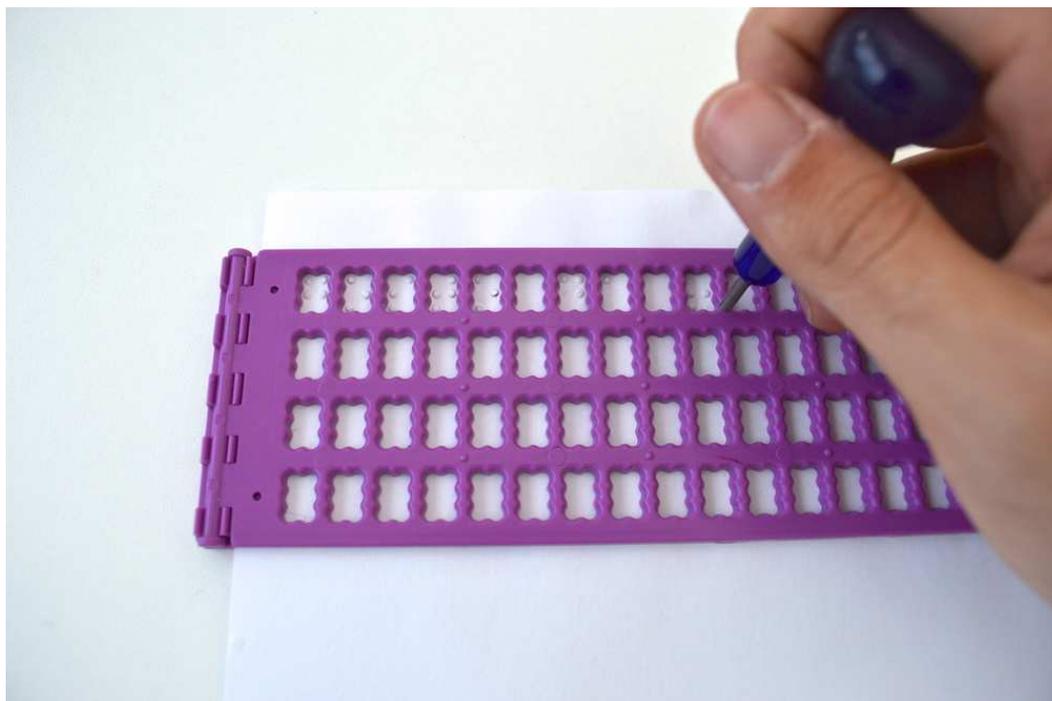
⁸⁶ Por questões éticas da pesquisa, todos os verdadeiros nomes dos(as) entrevistados foram substituídos por pseudônimos que não possuem verossimilhança com esses nomes.

fizéssemos parte das mesmas redes sociais, nos tratávamos como conhecidos. Esta relação só mudou a partir do momento em que comecei a dar aula para Carine Lara, a outra personagem entrevistada, quando senti a necessidade de aprender mais sobre educação inclusiva. Assim como Carine, Luísa também me inspirou a querer pesquisar sobre este tema nesta tese, foi sempre muito solícita e disponível. Devo muito do que aprendi sobre como preparar uma aula contemplando as PDV a ela. Sua escolha como uma das personagens entrevistadas foi acompanhada de uma atitude de vigilância para construir meu olhar analítico de pesquisador, na mesma proporção que todo o relacionamento que tenho com ela desde então configuram a minha compreensão. Suas contribuições foram fundamentais e colaboraram significativamente para o entendimento de diversas questões problematizadas nesta tese.

Nascida e criada em Guaratinguetá, interior de São Paulo, sempre morou com os pais, trabalhou em diversas cidades da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte paulista, sempre na área da educação inclusiva. Pedagoga especializada em educação inclusiva, tem 31 anos e nasceu com baixa visão, decorrente de um glaucoma congênito. Quando pequena enxergava algumas coisas de maneira bem limitada, desde que estivesse muito próxima ao objeto, este em contraste ou com os conteúdos ampliados, o que lhe permitiu ser alfabetizada de maneira tradicional até os 11 anos. A partir dos 12 anos, no início do ensino médio, seu problema de visão se agravou e as apostilas escolares que eram ampliadas não serviam mais. Motivada por um professor que lhe incentivava a aprender o Braille e lhe indicou uma professora, ela passou a desenvolver esta habilidade de leitura. Ela lembra que naquela época só existia uma única professora de Braille na cidade onde morava: Guaratinguetá em São Paulo.

Sua mãe, que era professora de educação artística para o ensino fundamental, conseguiu agendar uma visita à escola onde essa professora trabalhava e que era o único espaço educacional para atender crianças com algum tipo de deficiência. Luísa foi acolhida pela professora e começou a aprender as lógicas do código alfabético e das tateabilidades, diz que gostou tanto da experiência que em apenas quatro meses já estava bastante fluente na leitura com os dedos. Além de ler, ela também se propôs a escrever em Braille, através de um equipamento chamado *reglete*, conforme imagem apresentada na sequência.

Figura 5 – Reglete positiva em uso.



Fonte: Blog do Lucas Terra (<http://goo.gl/FIfdlF>)

Ela conta que se sentia estimulada a escrever frases que ouvia nos programas de televisão e que tentava fazer isso cada vez mais rápido, assim foi treinando e se aperfeiçoando na técnica.

Dentro das classificações do CENSO 2010, ela se enquadrou como "não enxerga de modo algum", pois o seu grau de baixa visão é muito severo e não lhe dá nenhuma condição de enxergar, ela apenas reconhece se está claro ou escuro. Filha única do segundo casamento de seu pai ela conta que, desde cedo, a família lhe deu muito suporte para atuar no mundo e a estimulava a descobrir novas formas de identificar as coisas e a interagir socialmente, bem como ter consciência da sua condição, mas sempre buscando superar os obstáculos impostos. Lembrou-se de um fato ocorrido durante a infância, no colégio. Durante o recreio, suas amigas apontavam para o céu avistando um helicóptero e ela se sentiu muito mal por não saber exatamente como era um helicóptero, apenas o escutou. Chegando em casa, contou aos seus pais, que tiveram a ideia de levá-la ao aeroclube da cidade, para que ela pudesse tocar num helicóptero e também em aviões. Esta forma de contato com a realidade a ensinou a buscar sempre alguma alternativa para que pudesse significar os objetos que eram desconhecidos e, graças a isso, ela considera que possui um repertório imagético muito rico. Seus pais, ambos com habilidades

artísticas e artesanais, contribuíram muito para esse aprendizado, pois transformavam os mapas e gráficos da disciplina de geografia em imagens com alto relevo que permitiam a compreensão da melhor forma. Sempre que possível, ela procura uma maneira de poder tatear as coisas para poder enxergá-las melhor. Assim, durante uma visita à Basílica de Nossa em Aparecida/SP, teve a oportunidade de tocar num camelo artificial, em tamanho natural, que fazia parte de um presépio montado no local. Em outra oportunidade, ao visitar o Memorial da Inclusão, na Pinacoteca do Estado de São Paulo, experimentou tocar objetos diversos e réplicas de obras de arte esculpidas por uma impressora 3D. Afirmou que a experiência “foi incrível” e que desta maneira os Museus passam a ser interessantes e inclusivos também às PDV.

5.3.2 Mediações

Luísa se considera uma ativista política dos direitos das PDV, atua e luta pelas causas referentes à inclusão e a acessibilidade, através de suas práticas cotidianas como pedagoga e por meio dos seus canais digitais como: Site⁸⁷, Blog⁸⁸, Twitter, Facebook e Youtube. Não faz parte nem é associada a nenhum movimento social, partido político, entidade filantrópica ou organização não governamental, considera que estas não defendam as mesmas causas que ela. Luísa critica a segregação social promovida por instituições de amparo às PcD que exigem para si o legado educacional, beneficiando-se da falta de estrutura adequada das escolas. Embora seja legítima a problemática sobre esta questão, é inegável que, neste estágio, a luta deveria ser para adequar as escolas e assim permitir a inclusão social das PcD no mesmo espaço, até mesmo para que as novas gerações aprendam a conviver mutuamente e reconhecer as diferenças sem preconceitos, favorecendo a valorização da diversidade funcional. Com este cenário, Luísa prefere atuar sozinha na luta pelo que acredita ser o mais adequado para o futuro das PDV.

Em 2006, indignada com a lógica que segregava crianças com deficiência visual no colégio onde trabalhava, ela resolve mudar sua carreira para a formação de professores em educação especial. Criou um curso no qual ensina professores

⁸⁷ <http://www.brailu.com/>

⁸⁸ <http://www.brailu.blogspot.com.br/>

videntes a trabalhar com a educação inclusiva para crianças, jovens e adultos. Luísa foi usuária do sistema de educação da Fundação Dorina Nowill, fez alguns cursos de capacitação para mercado de trabalho, que considerou muito importantes para a sua formação profissional. Mesmo com as críticas que ela faz à Fundação, diz não poder deixar de reconhecer o pioneirismo da instituição e o importante papel que desempenha na reabilitação das PDV. Acredita que a Fundação Dorina Nowill presta um importante serviço à sociedade brasileira ao colaborar com o desenvolvimento individual das PDV em diversos âmbitos.

Quando perguntada sobre quais eram os seus talentos natos, negou que tivesse algum, depois fez uma associação direta com sua profissão. Mas provocada por mim a refletir mais sobre o assunto, contou que tinha algumas habilidades manuais ligadas ao artesanato, tricô e crochê. Lembrou que teve um aluno de Braille, que tinha perdido a visão depois de idoso e que tinha muita dificuldade para executar o movimento da leitura com os dedos, que se assemelha a um "zigzague" com as mãos.⁸⁹ Foi então que ela sugeriu a ele que desenvolvesse essa habilidade através de uma máquina de tear que simulava os mesmos movimentos necessários para a leitura em Braille. A partir desta estratégia, que poderíamos considerar transmetodológica, o aluno passou a obter avanços significativos e desenvolveu competência para ter mais fluência em sua leitura. A habilidade manual que possui também lhe rendeu elogios por sua criatividade ao encontrar uma solução simples e barata para um problema recorrente nas repartições públicas da cidade de Caraguatatuba, no litoral norte paulista. Como as leis obrigam que estes estabelecimentos tenham identificações em Braille, ela foi convocada para solucionar o caso. Para chegar à solução do problema, pensou em utilizar materiais recicláveis, que permitissem escrever em Braille e fossem agradáveis ao tato. De maneira muito criativa, ela desenvolveu uma técnica que consiste em abrir latinhas de cerveja/refrigerante e cortar "tiras" de alumínio para formar plaquinhas. O alumínio permite a escritura em Braille, bem como se torna um material resistente e é agradável ao tato. Para evitar que a PDV se cortasse ao tocar a plaquinha de identificação, ela revestiu a chapa de alumínio com um material chamado EVA, assim, cada ambiente foi mapeado e posteriormente identificado

⁸⁹ Esse movimento pode ser conferido neste vídeo: <http://goo.gl/F5p9hz>.

seguindo as normas da ABNT. Na figura mostrada na sequencia podemos verificar as placas já com o acabamento.

Figura 7 – Plaquinhas de identificação em Braille.



Fonte: Luciane Molina (<http://goo.gl/CnvMRW>)

É muito interessante observar como as instâncias culturais foram configurando a entrevistada, os estímulos e acessos que Luísa teve desde criança colaboraram para que ela desenvolvesse competências que lhe servem para criar soluções para problemas de falta de acessibilidade em comunicação, como neste caso apresentado. Para ela, muito mais do que promover acessibilidade e dar autonomia às PDV, as plaquinhas servem para "levar o Braille para mais perto das pessoas que enxergam"; assim, tornam-se elementos simbólicos que demarcam territórios e fazem os videntes perceberem a importância de ações inclusivas como essa no cotidiano.

Luísa trabalhou como pedagoga, era funcionária pública da Secretaria de Educação de Lorena/SP mas está de licença não remunerada desde o início de 2013; foi buscar outros objetivos profissionais e, desde então, dá aulas em cinco municípios diferentes, formando professores para atuar com alunos(as) com

deficiência visual em escolas regulares e também dá aulas em um curso de pós-graduação em pedagogia. Diz que gosta de usar os óculos escuros para que as pessoas a reconheçam como PDV, mas que não gosta de usar a bengala por seu "estilo de vida agitado", considera que a bengala não lhe dá segurança para caminhar na rua, mas entende que ela pode ser um elemento importante para outras PDV. Ressalta que seu trabalho geralmente ocorre em ambientes coletivos e que essa condição lhe garante uma ajuda compartilhada, mesmo que perca um pouco de autonomia ela gosta da sensação de interagir com as pessoas e que estas também se insiram no seu universo de PDV pois, assim, sente-se mais incluída do que se estivesse a andar de bengala isolada. Desde que começou a trabalhar, o único ambiente arquitetônico em que encontrou acessibilidade foi na Secretaria de Educação de Caraguatatuba/SP. Em todos os demais não havia aplicação de Desenho Universal.

Uma das coisas que me chamou a atenção foi o fato de que, para se locomover de uma cidade à outra, geralmente, ela conta com a "carona" de sua mãe que sempre desempenhou esse papel. Disse que se as cidades fossem menos hostis e mais convidativas às PDV, oferecendo piso tátil e demais informações em Braille, ela pensaria em descartar as caronas de sua mãe, mas como não se sente segura ao andar sozinha, aceita de bom grado a ajuda de sua mãe. Isto me levou a refletir que, mesmo com todo o seu conhecimento sobre as questões da acessibilidade, ela não se sente segura para ter autonomia completa. Sua cidadania plena é cerceada pela falta de acessibilidade e, de certa forma, Luísa é dependente de seus pais para se "aventurar" fora de sua casa.

Uma das coisas que me chamou a atenção em seu depoimento é que ela se disse "muito apegada" às imagens e cores que conheceu antes de ficar totalmente cega. Por isso, às vezes, ela se esquece que não enxerga e age naturalmente pedindo para que alguém lhe mostre tal coisa ou criticando a cor usada por alguém. Contou que, certa vez, através de uma conversa por Skype entre ela e uma amiga, insistiu em pedir para que sua amiga mostrasse uma roupa nova que havia comprado e que sua amiga se pôs a mostrar. Ela crê que ambas são tão íntimas que por vezes se esquecem da deficiência visual e que isso é muito bom, pois ela gosta de ser tratada igualmente.

Como professora de Braille, ela diz que sente que há uma demanda muito grande de PDV que a procuram para aulas particulares, pois não existem muitos

profissionais preparados para esta função na sociedade. Ela mesmo, quando estudou no ensino fundamental, não teve acesso a uma professora de Braille; Já no ensino médio, ela também precisou procurar uma professora particular e, assim, conseguiu se formar no magistério. Depois, formou-se em pedagogia. Seu desejo era ser jornalista, mas como não havia cursos na região em que morava, optou por pedagogia. Luísa conta que para cursar presencialmente as aulas na universidade, sua mãe também se matriculou no curso para que pudesse ajudá-la anotando os conteúdos das aulas e fazendo leituras compartilhadas.

Iniciou uma pós-graduação, cuja formação era em "Educação Especial Inclusiva", mas que não oferecia recursos acessíveis e nem materiais com conteúdos inclusivos, o que a obrigou a desistir do curso. Um ano depois foi selecionada para outra pós-graduação à distância em Atendimento Educacional Especializado em Educação Inclusiva, pela UNESP, na qual conseguiu se formar. Ela contou que neste curso, os conteúdos também não estavam totalmente acessíveis, mas que isto foi problematizado e solucionado durante o percurso de sua formação. Este cenário causa perplexidade, afinal, como pode um curso que se preste a ensinar sobre Educação Inclusiva não oferecer os materiais e demais acessos com recursos de acessibilidade? O fato é que as PcD são tão negligenciadas e oprimidas pelas lógicas dos videntes que são subestimadas, inclusive, nos espaços em que deveriam ser consideradas em primeiro plano.

Luísa contou que, para apresentar seu trabalho final sobre a formação de professores videntes para atuar com o sistema Braille, a instituição lhe negou a possibilidade de usar recursos de acessibilidade para poder fazer sua apresentação, ou seja, ela teria que decorar toda a sua fala sem poder ter ao menos um roteiro para seguir, como os videntes costumam fazer em modo gráfico. Assim, ela resolveu produzir um pôster que de um lado era todo impresso em Braille e com imagens em relevo e do outro uma versão clássica contemplando os videntes. No entanto, na hora de sua apresentação começou por fazê-la com o lado em Braille virado para a banca e assim permaneceu por um tempo, até que o constrangimento tivesse servido como exercício de alteridade.

Luísa afirma que a inclusão é uma "via de mão dupla" e que a inclusão não pode gerar exclusões, como aquele curso estava a promover. Em 2014 ela estava prestes a concluir a sua segunda pós-graduação, pela Universidade Federal de Itajubá, em Tecnologias para a Formação de Professores e Sociedade. Neste curso,

ela teve problemas com a falta de acessibilidade aos conteúdos e, principalmente, com o acesso à plataforma Moodle, um sistema de informação gratuito e específico da área educacional, muito usado pelas universidades brasileiras, mas que possui inúmeras barreiras comunicativas.

Além dos cursos de formação educacional tradicional, Luísa não lembrou de ter feito mais nenhum extra, mas recentemente começou a fazer o curso online de inglês através do sistema *Duolingo*, que oferece diversos cursos de línguas gratuitamente e que, segundo ela é um dos sites mais acessíveis que ela conheceu. Vale ressaltar que este curso foi também citado e elogiado, da mesma forma, pela outra entrevistada, Carine Lara. É interessante refletir sobre esta questão, pois as diversas instâncias educacionais, configuradoras de novas habilidades e competências, geralmente não estão preparadas para receber crianças e jovens com deficiência visual. Logo, cria-se uma lógica que os desestimula a procurar estes cursos. Já o *Duolingo* consegue seduzir o público com deficiência visual em função da acessibilidade e, com a escassez de ofertas de produtos comunicativos com acessibilidade, não é de se estranhar que rapidamente a comunidade de PDV espalhe a informação de que aquele determinado site, aplicativo ou software seja acessível e amigável.

Ao ser questionada sobre seus hobbies favoritos ela relatou em dizer que gostava de passear pelo centro comercial de sua cidade e fazer compras, demorou a definir espontaneamente uma atividade de lazer. Esta atividade sempre faz acompanhada de sua mãe ou de amigas, que invariavelmente lhe ajudam a saber os preços e dão opiniões sobre o que ela compra. Depois lembrou que adora caminhar na beira da praia e que costuma fazer isso nos dias em que trabalha em Caraguatatuba/SP no litoral norte paulista, sempre acompanhada de sua mãe. Declarou-se católica, mas não praticante, disse gostar de ler livros sobre espiritismo e espiritualidade, contudo não faz parte de nenhuma atividade religiosa recorrente. Aliás, cabe ressaltar que os livros espíritas figuram dentre os temas mais recorrentes entre os livros com acessibilidade, seja em Braille ou em formato digital.

Luísa fez questão de enfatizar seu engajamento com ações de voluntariado, contou que gosta de poder compartilhar o conhecimento que tem sobre acessibilidade com outras PDV e que quando sabe de alguém que precisa de ajuda para começar a usar os programas de computador ela faz o possível para poder ajudar a incluir aquela pessoa. Se a pessoa morar perto, ela pede para sua mãe

leva-la até a residência, instala os programas e dá umas aulas básicas para a pessoa começar a ter alguma autonomia com o computador. Confessou que sempre teve dificuldade para cobrar pelas aulas particulares que dá em casa e que faz estas ações voluntárias justamente para contrapor essa questão, pois se sente mal por cobrar pelo conhecimento que tem.

No bloco seguinte do roteiro as perguntas eram relativas à relação histórica das pessoas com os principais veículos de comunicação e/ou dispositivos midiáticos eletrônicos. A partir destas primeiras impressões na sequência da entrevista busquei compreender sobre as competências multimídia digitais individuais, a partir dos usos e apropriações que fazem das mídias e conteúdos digitais.

5.3.3 Competências multimidiáticas, usos e apropriações

5.3.3.1 Jornais e Revistas impressas

Luísa contou que sempre dificuldade para ler, quando era pequena lembrou que enxergava os conteúdos das capas de jornais e revistas desde que estivesse muito próxima porém, como eram materiais inacessíveis, ela nunca se interessou por eles. Seu contato com esse tipo de conteúdo jornalístico só foi ocorrer no momento em que teve acesso pela internet. Para saber sobre os conteúdos que estavam impressos, ela recorria à leitura de alguma pessoa vidente que estivesse por perto e disposta a ler em voz alta; assim, conseguia se informar sobre determinado assunto de seu interesse.

5.3.3.2 Fotografias / Pinturas

Sua relação com a pintura vem desde pequena, já que seu pai é artista, assim como sua mãe, e pinta quadros, logo, desde pequena ela teve envolvimento direto com pinturas que eram descritas por seu pai e também eram possíveis de tocar. Assim, ela pode construir as imagens a partir do tato e da descrição que seus pais faziam daquilo que era retratado. As representações de fotos e quadros que não eram possíveis de serem tocadas eram feitas pela descrição de alguém que estivesse por perto ou, como ela intitula, por "um olho amigo". Ela se considera muito curiosa neste sentido e se diz uma apaixonada por fotografar.

Hoje em dia, usa seu iPhone para registrar momentos que são importantes ou para lembrar de sensações que sentiu em determinado momento. A câmera deste aparelho tem recursos que indicam, através de ícones sonoros, que um rosto foi detectado e há foco na imagem, facilitando o uso para PDV. Mas ela diz que também tem uma câmera digital portátil que usa para registrar momentos do cotidiano e que, mesmo sem recurso de acessibilidade, ela gosta de tê-la por perto para que outras pessoas possam tirar fotos dela quando necessário, sem que ela necessite repassar o aparelho celular (iPhone). Ela me contou, também, que desenvolveu uma tática para saber o que há em cada foto depois que as descarrega no computador: ela solicita um "olho amigo" para descrever a cena e então renomeia cada foto com uma frase que a ajudará saber o que há no arquivo. Disse também que as informações como data e horário, bem como o nome da pasta criada para salvar as fotos colabora para que posteriormente ela tenha autonomia sobre as imagens arquivadas.

5.3.3.3 Rádio

"Do rádio eu sempre gostei!", mais uma vez, este meio de comunicação foi enaltecido por uma pessoa entrevistada. Luísa relata que ouve rádio desde pequena e que a linguagem radiofônica é a melhor que existe para as PDV: os estilos de locução, as reportagens e entrevistas invariavelmente, segundo ela, contemplam muito bem as pessoas que não enxergam. Ela crê que isto ocorra justamente pelo fato de que seja produzido visando atender o público vidente, já que o radialista faz o papel dos olhos dos ouvintes e precisa traduzir o que está acontecendo e não está sendo visto. Fica muito claro que a linguagem do rádio é a que mais se aproxima da possibilidade de transpor as barreiras comunicativas no caso desse grupo.

5.3.3.4 Cinema

Luísa só foi ao cinema três vezes, lembrou que numa delas foi para assistir ao filme Titanic, mas que a experiência não foi boa, pois sua mãe precisou ficar lhe contando o que acontecia nas cenas para que ela pudesse entender e que isso incomodava as demais pessoas na sala de cinema. Ela explicou que, mesmo depois da possibilidade de assistir filmes com audiodescrição, nunca foi seduzida pela

linguagem cinematográfica e que não costuma assistir filmes, pois acha um tanto chato acompanhar uma história sem ter acesso completo ao contexto. Neste sentido, seria melhor ler um audiolivro ou um e-book, que lhe daria contextualizações em detalhes mais precisos. Por isso, não costuma ir ao cinema, tampouco assistir filmes pela televisão, raramente o faz e só quando sabe que o filme contém audiodescrição.

Embora este relato de Luísa faça sentido direto, entendo que haja uma diferença entre a linguagem cinematográfica com audiodescrição e a leitura via audiolivro, justamente porque no audiolivro temos uma única voz, sem interpretação específica de personagens, sem sons dos ambientes e das ações implicadas em cada cena. Entendo a frustração das PDV que não se encantam com os filmes, mas penso que o ideal seria mesclar as técnicas da audiodescrição, com a leitura narrativa dos audiolivros às técnicas de sonorização e mixagem cinematográficas. Questionada sobre isso, Luísa disse que se os filmes oferecessem essa opção ela passaria a se interessar por eles.

5.3.3.5 TV Analógica e/ou digital

Já a sua relação com a TV é diferente, diz ela que sempre gostou de assistir televisão e que adora novelas e programas jornalísticos. Disse que reconhece os atores e repórteres pelo tom da voz e aprendeu a usar táticas para poder consumir o conteúdo televisivo de maneira satisfatória. Ela nem sempre se lembra quais são os programas que dispõem de recursos de acessibilidade. Por isso, raramente os assiste, acredita que às vezes o recurso até está disponível, mas como não há um sinal sonoro que identifique a possibilidade de audiodescrição, ela nunca sabe se há ou não. Cabe ressaltar aqui que a informação da disponibilidade de recurso de audiodescrição, nos programas da TV Globo, principal emissora do país, até o início de abril de 2015 só aparecia de maneira visual na tela, impedindo que uma PDV pudesse identificar a informação. Porém, em 14 de abril de 2015, a emissora passou a adotar um sinal gráfico, seu logotipo aparece colorido e com a palavra audiodescrição escrita em cima, como também um ícone sonoro que representa o recurso de acessibilidade comunicativa. Este ícone sonoro pode ser conferido no vídeo disponível neste endereço: <http://www.dailymotion.com/video/x2mlvvr> e o ícone gráfico na imagem oferecida na sequência.

Figura 8 - Cena de "Os vingadores" com logotipo de audiodescrição da TV Globo



Fonte: Blog da audiodescrição

Ações como estas, compreendidas aqui como desobstrução de barreiras informativas, não requerem grandes investimentos em tecnologias ou em recursos humanos, justamente por isso são criticadas pela falta de consideração com o público e à audiência das PDV.

5.3.3.6 Videogame

Ela não possui e nem se lembrou de ter jogado nenhum tipo de videogame, nem ter nenhuma relação com jogos eletrônicos, disse que como estes nunca foram acessíveis, não lhe despertavam interesse. Já tinha ouvido falar sobre games para PDV, mas que nunca teve acesso e não saberia avaliá-los. Luísa, assim como os demais personagens desta pesquisa, não desenvolveu apreço pela cultura dos vídeos jogos, em função da falta de acessibilidade e exclusão por linguagem inapropriada às PDV.

5.3.3.7 Computador de mesa ou notebook com acesso à internet

Já com os computadores, sua relação foi intensa, desde o final da década de 1990, quando sua família comprou o primeiro computador para a casa. Desde então,

Luísa se propôs a aprender como lidar com os recursos de tecnologia assistiva para ter acessibilidade no computador. Começou sua interação mediada como geralmente todas as demais PDV no Brasil iniciam sua relação com o universo da informática, por meio do software DOS-VOX e, posteriormente, migrou para os leitores de tela com mais recursos como o JAWS. Hoje, suas competências geram uma autonomia informática tão significativa que ela é capaz de ensinar pessoas videntes a trabalhar com os recursos de acessibilidade e estas, muitas vezes, demoram bastante para aprender a lidar com estes recursos desenvolvidos para PDV.

Nas inúmeras vezes em que entrei em contato com Luísa, para tirar dúvidas, ou solicitar consultoria técnica para questões desta pesquisa ou das que eram desenvolvidas por meus orientandos(as), eu me impressionava com a sua habilidade e com suas competências para lidar com os mais diversos sistemas de informação, fossem mensagens privadas pelo Facebook ou pelo Twitter, e-mails ou publicações em seu blog pessoal. Invariavelmente não ocorria nenhum erro gramatical e minhas dúvidas eram prontamente sanadas com conhecimento, versatilidade e dinamismo, às vezes superiores a de outras pessoas sem deficiência visual.

Além dos computadores, um de mesa (tipo desktop) e outro portátil (tipo laptop), ela também possui um periférico muito específico, uma impressora Braille caseira. Seu interesse em possuir uma impressora desse tipo se justifica pela possibilidade que tem de imprimir conteúdos e poder ter acesso sem a necessidade de estar à frente de um computador, que nem sempre é possível, como quando necessita dar aulas. Um fato interessante sobre as impressoras em Braille é que elas são complexas de lidar, as pessoas videntes têm dificuldade para configurar os documentos para a impressão e também para conseguirem imprimir dentro do formato adequado para as PDV. Isto ocorre porque um mesmo texto escrito em qualquer editor de textos, como por exemplo Word ou Open Office, ocupa geralmente o dobro de espaço na impressão em Braille. A formatação de um texto científico padrão ABNT, como nesta tese, prevê 70 caracteres por linha e uma impressora em Braille caseira geralmente consegue imprimir 40 caracteres por linha. Além disso, o texto importado do Word precisa ser reformatado manualmente para não ser impresso com espaços extras que dificultam o ritmo da leitura das PDV. Mesmo com todas essas características e detalhes complexos de configuração,

Luísa demonstra ter total controle sobre as ações da impressora e não expressa qualquer tipo de receio ao lidar com ela. Porém, ao final ressaltou que ultimamente, tem usado pouco o recurso impresso, pois os conteúdos digitais são mais agradáveis para o consumo, embora ela só recomende essa postura para as PDV que já dominam o Braille, para que não o percam e para que exercitem a experiência do texto formal e de sua semântica em forma escrita.

Sua preferência é pelo navegador Internet Explorer (IE), associado aos programas leitores de tela. Para ela o IE é o programa que tem o melhor desempenho; mesmo sabendo que para as pessoas videntes ele é considerado "muito lento", para acessibilidade ele tem um ótimo desempenho. Também tem instalado e usa com frequência o Skype para falar com familiares e amigos (esta entrevista em profundidade ocorreu por Skype), bem como um programa para impressão em Braille chamado "Braille Fácil"⁹⁰, outro para acessar o Twitter o *Thecube* e o *Adobe Reader* para ler arquivos em PDF. Em todos estes casos, ela considerou satisfatória a condição de acessibilidade destes programas quando associados aos leitores de tela. Ressaltou que precisa ter os três principais instalados em seu computador o Dox-Vox o JAWS e o NVDA pois, invariavelmente precisa alternar entre eles para poder transpor alguma barreira encontrada num site ou documento.

5.3.3.8 Celulares e Smartphones

Suas apropriações relativas aos celulares e *smartphones* começaram em 2000. Desde então, ela procurou possuir aparelhos que contivessem recursos de acessibilidade. Nesta época, os aparelhos eram muito simples e o único recurso acessível que continham era a marcação no teclado que indicava de maneira tátil onde se encontrava a tecla número cinco, pois estava no centro e referenciava as demais. Esse é um recurso semelhante ao que ocorre nos teclados de

⁹⁰ "O programa Braille Fácil permite que a criação de uma impressão Braille seja uma tarefa muito rápida e fácil, que possa ser realizada com um mínimo de conhecimento da codificação Braille. Através do Braille Fácil, tarefas simples como impressão de textos corridos são absolutamente triviais. O texto pode ser digitado diretamente no Braille Fácil ou importado a partir de um editor de textos convencional. O editor de textos utiliza os mesmos comandos do NotePad do Windows, com algumas facilidades adicionais. Uma vez que o texto esteja digitado, ele pode ser visualizado em Braille, impresso em Braille ou em tinta (inclusive a transcrição Braille para tinta)." (Fonte: <http://www.ibc.gov.br/?itemid=380>)

computadores que tem a mesma marcação em relevo nas teclas "J" e "F". Ao longo do tempo, ela foi adquirindo novas versões de aparelhos mais modernos, que passaram a ter recursos de ícones sonoros ou audiodescrição que lhe davam condições de mandar mensagens e acessar os contatos da agenda de telefone com autonomia.

Hoje ela possui quatro aparelhos, dois Nokias mais antigos, sendo que apenas um tem recurso de acessibilidade (Talks) e outros dois mais novos, tipo *smartphone*, sendo um com sistema Android e outro com iOS (iPhone). A primeira versão de um celular com acessibilidade ela só pôde ter acesso em 2004 e precisou ser comprado em Portugal, pois no Brasil ainda não existiam aparelhos com o recurso de acessibilidade "Talks" em língua portuguesa. Hoje, ela possui como "sonho de consumo" adquirir um iPhone, considerado por PDV o aparelho que possui a melhor performance de acessibilidade existente.

Afirmou que usa constantemente o *smarthphone* para diversas atividades diárias, mas que não é do tipo de gente que acorda e a primeira coisa que faz é mexer no celular; Neste sentido, ela confessa que costuma fazer isso com o computador. Assim que acorda, enquanto toma café, já aproveita e liga o computador. Considera que, entre os dois dispositivos, ela é mais apegada ao seu computador portátil. Indicou como principais aplicativos usados os de redes sociais (Twitter e Facebook), a câmera fotográfica e alguns específicos para acessibilidade, como o *CamFind*, que é capaz de identificar cores, objetos ou produtos através de uma fotografia. Com ele, Luísa diz ser possível diferenciar, por exemplo, se é uma lata de refrigerante ou uma de cerveja, a cor de uma determinada peça de roupa ou também estátuas ou pontos turísticos.

5.3.3.9 Tablets

Ela possui um Tablet, modelo iPad, da marca Apple com tela de retina. A motivação da compra deste modelo e marca tem relação com a experiência de acessibilidade anterior que já tinha com seu *iPhone*. Já a tela de retina, que contém uma melhor resolução, não surte nenhum efeito prático para ela, comprou este modelo pois era o que havia disponível. Cabe ressaltar que para a PDV que tem baixa visão, a tela de retina do iPad faz muita diferença ao proporcionar uma nitidez

muito superior e significativa, principalmente para quem precisa de ampliação de tela ou de usá-la perto dos olhos, como ocorre em muitos casos.

Ela já possui o aparelho há dois anos, seu primeiro contato foi na casa de uma tia que o emprestou para que ela testasse a acessibilidade. Logo que foi ativado o sistema nativo de leitura de tela, conhecido como *Voice Over*, ela já conseguiu utilizar bem o aparelho, navegando pelos aplicativos e configurações sem problemas. Naquela época, do teste, ela ainda não possuía o iPhone, mas confessou que aquela experiência lhe convenceu que deveria trocar de aparelho. Um ano depois comprou o tablet, acha importante saber lidar com estas novas tecnologias e entender como funcionam os recursos de acessibilidade para poder ensinar aos seus alunos(as) ou ajudar outras PDV que a procuram. Ela não costuma usar o tablet como "segunda tela" para interagir com programas ao vivo de TV, diz que prefere o notebook para fazer isso tipo de coisa.

5.3.4 Cidadania e tecnicidades relativas à acessibilidade

Luísa tem uma relação muito atenta para com as questões legislativas referentes às PDV, explica que precisa estar bem informada sobre estas questões para poder usar nas consultorias que presta, nas aulas que ministra e, também, para poder escrever artigos científicos ou postagens em blogs para os quais é constantemente convidada. Ela disse que gosta do tema, que tem facilidade para compreender as leis e sua aplicabilidade legal e que isso a ajuda a atuar politicamente com mais propriedade e gerar bons argumentos para defender as causas das PDV.

Lamentou o fato de que haja uma variedade de leis que garantem os direitos das PDV, mas que estas não sejam cumpridas ao rigor da lei. Com relação às leis específicas sobre acessibilidade nos meios de comunicação, ela demonstrou ter consciência dos seus direitos, mas se mostrou desanimada com a falta de respeito que há, pois considera que as 4h semanais de programas com audiodescrição exigidas por lei não contemplam a realidade das culturas das PDV.

Ela comentou que dificilmente acompanha a programação com audiodescrição da TV Globo, pois não lembra em que horários ocorrem e nem quais são os programas. Entende que em 2015 já era tempo de todos os programas terem

audiodescrição, que há tecnologia e recursos humanos para fornecer este tipo de serviço, mas que falta vontade política para que isso ocorra.

Apresento a seguir, em forma de tabela, as avaliações de Luísa sobre as tecnicidades das mídias e/ou dispositivos midiáticos que julguei mais relevantes para apreender seu entendimento sobre sua cultura midiática em função da acessibilidade. A pergunta formulada era: "Como você avalia as seguintes mídias/meios de comunicação, seus dispositivos, controles, acessórios e/ou teclados, de acordo com os conceitos propostos?". Para evitar má compreensão sobre os conceitos apresentados eu explicava, quando necessário, do que se tratava o conceito para que a pessoa entrevistada pudesse compreender sobre o que exatamente eu queria saber, conforme já explicitado anteriormente neste trabalho.

As respostas eram livres e as classificações genéricas foram espontâneas, cada pessoa era estimulada a refletir sobre a questão e dizer o que pensava, o que percebia, como se sentia, como se apropriava ou usava cada mídia/meio de comunicação.

Tabela 14 – Jornais ou Revistas impressas

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Nenhum
Arquitetura da informação	Não podem ser acessados
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Nenhuma
Linguagem	Sem significado algum
Tecnologia assistiva disponível	Em casos de muito interesse ela costuma escanear a página do jornal ou da revista, transformar a imagem do texto em formato OCR, para que possa ser lido pelos leitores de tela. Mas geralmente, quando quer saber a respeito de alguma coisa que está impressa ela conta com um "olho amigo" de um vidente que possa ler o conteúdo e/ou descrevê-lo.

Fonte: Dados de entrevista.

O histórico de relações de Luísa para com materiais impressos (Tabela 14) é quase nulo, já que ainda quando enxergava era muito criança e não se interessava por jornais e revistas. Mais tarde, passou a se abastecer de informações através do rádio e da TV, perdendo completamente o interesse pelos conteúdos impressos. Ela demonstra não ter plena noção de que os conteúdos do jornal impresso não são necessariamente os mesmos que são publicados nas versões online. Neste sentido,

acredita que o acesso à versão digital já lhe dá um substituto equiparável sobre o conteúdo. Ela também demonstrou certa agilidade mental para solucionar o problema da falta de acessibilidade aos impressos, logo sugeriu que fosse usado um scanner para transformar o impresso em formato digital acessível.

Tabela 15 – Fotografias e Pinturas

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Se não houver audiodescrição, relevo e não for possível tocar com as mãos elas não servem para nada.
Arquitetura da informação	Não existe.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Não há.
Linguagem	Só transmite algo se houver acessibilidade, senão é nula.
Tecnologia assistiva disponível	Audiodescrição, Braille e aplicativos que fazem interpretação de imagens.

Fonte: Dados de entrevista.

Luísa teve certa dificuldade para avaliar estes quesitos para estas mídias. No início ela me respondia dando uma solução para a falta de acessibilidade para cada um dos conceitos (Tabela 15). Ao explicar que eu queria que ela avaliasse o grau de acessibilidade em função de cada um dos conceitos apresentados, ela enfatizou que, geralmente, sempre encontra uma forma de transpor a barreira informativa para saber o que há numa foto ou quadro de seu interesse. Para isso, usa recursos tecnológicos que estiverem disponíveis ou, sem pudor, pede para algum vidente descrever a imagem. Diz que aprendeu a fazer isso desde pequena e que tem dificuldade de avaliar a falta de acessibilidade, pois já naturalizou esse processo. Porém, em análise cética, concluiu que em sua maioria os quadros e fotografias não possuem apelo comunicativo para as PDV.

Tabela 16 – Rádio

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	É um dos melhores e mais acessíveis.
Arquitetura da informação	Muito boa.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Ótima.
Linguagem	Gosto, pois é fácil e adequada a quem tem deficiência visual.
Tecnologia assistiva disponível	Lembrou que o DOX-Vox possui uma seção chamada "Rádio Vox" que cria atalhos para as principais emissoras de rádio do país, facilitando o acesso e burlando as barreiras informativas

	contidas nos sites das rádios que impediam as PDV de acessá-las e escutá-las.
--	---

Fonte: Dados de entrevista.

Como já era esperado, o rádio (Tabela 16) foi o meio de comunicação preferido por ela, disse reconhecer as estações por esquema associativo, a partir da voz do locutor ou a própria linguagem da estação. Considerou que a linguagem radiofônica contém elementos audiodescritivos naturalmente, a comparou a um jogo de futebol, onde o narrador se esforça para descrever a jogada e seu contexto para que os ouvintes possam ter noção exata do que está acontecendo. Ela também considera que a linguagem radiofônica é a que mais se adequa ao conceito do Desenho Universal, já que contempla a maioria das pessoas. Porém, neste sentido, ela desconsiderou que o rádio (ainda) não contempla as pessoas com deficiência auditiva, embora também já haja tecnologia disponível para a transcrição da fala do locutor.

Tabela 17 – Cinema

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Não a agrada, inclusive quando o filme possui audiodescrição, o ambiente lhe parece hostil e desinteressante.
Arquitetura da informação	Quando o filme é dublado existe uma possibilidade mínima de tentar compreender a história, quando há legendas e sem audiodescrição o filme não serve para nada.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Não há usabilidade aplicada.
Linguagem	Linguagem complexa para quem não tem familiaridade com a narrativa ou não enxerga.
Tecnologia assistiva disponível	Aplicativos que disponibilizam audiodescrição para sincronização com o filme.

Fonte: Dados de entrevista.

Em suas respostas sobre o cinema, Luísa demonstra certa resistência ao cinema (Tabela 17), mas quando solicitei que explicasse sobre o funcionamento do aplicativo que sincroniza a audiodescrição com o filme ela se mostrou bastante empolgada com a possibilidade. Ela contou que instalou uma versão de testes do aplicativo *WhatsCine* e baixou a audiodescrição do documentário *A valsa do pódio*⁹¹

⁹¹ Filme disponível neste endereço: <http://iguale.com.br/a-valsas-do-podio/>

sem criar muitas expectativas, porém, qualificou a experiência como "fantástica": Basta acessar o Youtube, encontrar o filme e habilitar o aplicativo para que ele reconheça o trecho do filme que automaticamente ele sincroniza a audiodescrição com aquela determinada cena. Para ela a experiência foi muito significativa diz que recomendaria a outras PDV fazerem o teste.

Tabela 18 – Televisão

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Ruim, tanto o aparelho quanto o controle remoto não possuem acessibilidade, o que impede que as PDV usem as configurações mais avançadas.
Arquitetura da informação	No aparelho é inexistente e no controle remoto só há marcações táteis nos botões básicos: ligar/desligar e volume.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Considerando que os aparelhos de TV não foram projetados para conter acessibilidade a usabilidade fica muito prejudicada.
Linguagem	Ruim pois geralmente não contém audiodescrição, o que prejudica a compreensão do contexto por parte das PDV.
Tecnologia assistiva disponível	Desconhece.

Fonte: Dados de entrevista.

A relação de Luísa com a TV (Tabela 18) é muito semelhante à dos demais entrevistados. Como principal meio de comunicação vigente no país, não há como ignorar o conteúdo dos canais de televisão. Porém, chamou-se a atenção o fato de que ela não possuía TV por assinatura e que isto não era um problema, mas uma questão de preferência por conteúdos que lhe sejam mais acessíveis e criem significado. Não é à toa que seu principal meio de comunicação seja o computador; afinal, em comparação com os meios clássicos de comunicação de massa, o computador permite configurações e adição de programas que o tornam um potente equipamento de transposição de barreiras informativas, enquanto os jornais impressos e a TV não permitem reconfiguração ou adição de programas com novos recursos. Ela demonstrou, também, certo descontentamento em relação à impossibilidade de interação com o aparelho, através do controle remoto. Reclamou da falta de retorno sonoro para que as PDV possam lidar com a TV com autonomia. Citou ao final que, embora não tenha acesso ao decodificador da Apple TV, ela tinha

conhecimento de que era o único aparelho, associado aos canais de TV, que possui recursos de acessibilidade, nos mesmos padrões do iPhone e do iPad, inclusive com retorno sonoro das ações realizadas no controle remoto.

Tabela 19 – Videogames

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Não se aplica
Arquitetura da informação	Não se aplica
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Não se aplica
Linguagem	Não se aplica
Tecnologia assistiva disponível	Não se aplica

Fonte: Dados de entrevista.

Luísa declarou que nunca teve nenhum tipo de experiência com videogames (Tabela 19) e que não tinha parâmetros para avaliar este produto comunicativo. Afirmou que já tinha ouvido falar que haviam jogos criados para PDV, mas que nunca se interessou realmente por eles e nem teve acesso.

Tabela 20 – Computadores / Notebooks / Laptops

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Ótimo.
Arquitetura da informação	Boa.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Com os leitores de tela, cumpre seu papel.
Linguagem	Uma das melhores e mais acessíveis.
Tecnologia assistiva disponível	Um avanço incrível que promove as PDV em boa condição de igualdade para atuar na sociedade.

Fonte: Dados de entrevista.

Dentre todas as avaliações que fez dos meios de comunicação, esta é a que contém mais adjetivos e certa empolgação. Em suas respostas, procurou enfatizar que o avanço tecnológico desde aparelhos (Tabela 20) tem contribuído em muito para a sociabilização das PDV. Percebo que nesta relação dela com os computadores há um viés ideológico marcante. Noto, pelo que relata mas também por seu tom de voz e mudança de feições, que ela tem ideia de que estes equipamentos representam muito mais do que apenas a possibilidade de conhecer pessoas através das redes sociais, que exercem um papel de inserção das PDV no cotidiano. É interessante observarmos que sujeito que "navega" pela internet, à

priori, não é identificado como "pessoa com deficiência", é possível realizar trocas simbólicas e processos comunicativos complexos com uma PDV sem suspeitar dessa condição. Esta particularidade, embora não tenha sido explicitada por ela, pode ser percebida em seu discurso.

Tabela 21 – Celulares / Smartphones

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	O iPhone é perfeito, os demais, com o sistema Android, também são bons, mas precisam melhorar os recursos de acessibilidade.
Arquitetura da informação	O sistema da Apple (iOS) possui uma arquitetura lógica e muito lúdica, fácil de aprender. Os aparelhos com sistema Android ainda carecem de melhorias.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	O recurso nativo da Apple facilita muito o uso, os demais não são tão bons, mas cumprem bem o papel de eliminar as principais barreiras.
Linguagem	Adequada.
Tecnologia assistiva disponível	São "super pertinentes", estes programas (aplicativos) são cada vez mais necessários, pois colaboram para a inclusão das PDV.

Fonte: Dados de entrevista.

A relação das PDV com os recursos de acessibilidade do sistema da Apple é quase de ordem "religiosa": todas as PDV que entrevistei ou conheci e que já tinham alguma experiência com o sistema, o indicavam como o modelo a ser seguido. Luísa faz uso e se apropria de diversos aparelhos (Tabela 21) com sistemas operacionais distintos e, mesmo reconhecendo os da Apple como "modelo padrão" para acessibilidade, não desmereceu os demais sistemas. Mesmo reconhecendo que estejam em estágios anteriores de desenvolvimento e carentes de mais eficiência de comunicação acessível, percebi que havia na expressão dela um sentido de "gratidão" por, ao menos, existirem sistemas que forneçam alternativas aos que não tem recursos financeiros para comprar os *smartphones* da Apple. Ela ressaltou também a importância do desenvolvimento de aplicativos que colaborem para a inserção social e autonomia das PDV, bem como expressou imaginar que, à curto prazo, serão desenvolvidos mais aplicativos específicos para este público que, notadamente, faz uso e se apropria dos *smartphones*.

Tabela 22 – Tablets

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Bom, equivalem aos dos smartphones.
Arquitetura da informação	Boa também.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Boa se houver leitor de tela.
Linguagem	Pertinente.
Tecnologia assistiva disponível	Ótima, se equivale às dos smartphones.

Fonte: Dados de entrevista.

Luísa possui um tablet (iPad/Apple) e é usuária assídua (tabela 22). Diferentemente das impressões primeiras de Carine, a outra personagem entrevistada, que não tinha acesso constante e fez pouco uso do aparelho que experimentou, ela demonstra empolgação com o equipamento. Entende que seu formato e conceito podem contribuir para o desenvolvimento das PDV ao oferecer mais recursos de leitura e outras aplicações cotidianas cujo potencial é interessante à inclusão social. Também pensa que isto não difere muito daquilo que os tablets já representam para a sociedade de uma maneira geral, do mesmo modo, que o acesso às suas facilidades e praticidades cotidianas em vários âmbitos é promissor, não apenas no âmbito educacional. Na mesma medida, a restrição ao equipamento pode configurar uma desvantagem social significativa a um determinado grupo de pessoas. Creio que sua percepção sobre a questão está vinculada à sua competência de professora associada às suas habilidades como usuária do equipamento.

Tabela 23 – Formatos de conteúdos.

Tipo/formato de conteúdo	Avaliação
Braille	Fundamental e indispensável para a formação de qualquer PDV, pois é a única forma de dar a capacidade de sentido semântico à língua portuguesa.
Braille eletrônico/digital	Traz muita praticidade, principalmente pela economia com relação ao custo de impressão e à dificuldade de armazenamento dos volumes. Porém, ainda é muito caro e inviável para o uso e apropriação popular.
Texto digital	Uma das melhores alternativas à escassez de conteúdos impressos em Braille, pois permite a soletragem do conteúdo e também a leitura através de programas leitores de tela. Mas há um lado negativo, pois muitas PDV abdicam de aprender o Braille, sendo alfabetizadas apenas pela oralidade das leituras de textos digitais, perdendo a capacidade de escrita formal. Outra coisa que é preocupante é o fato de que muitas PDV ainda não sabem lidar com computadores e isso pode ser um problema.
Áudio	Gosta bastante, mas apenas como entretenimento, preocupa-se com o fato de que o áudio por si só limita demais a condição das PDV.
Vídeo com audiodescrição	Este é o sonho utópico dos formatos de conteúdo para as PDV, ainda há muito a ser conquistado, mas sem dúvida é a melhor opção para contextualizar as PDV nos conteúdos audiovisuais.
Fotos em alto-relevo	É válido, mas crê que não atinge o propósito comunicativo da imagem, pois a bi-dimensão não é capaz de dar parâmetros significativos para uma PDV. Ela prefere que haja audiodescrição associada à imagem.
Impressões em 3D	Este seria o formato ideal para que as PDV pudessem compreender as imagens com mais autonomia. Diferentemente da bi-dimensão, este formato possibilita criar significações e associações mais eficazes.

Fonte: Dados de entrevista.

A partir das relações pessoais com os meios de comunicação (tabela 23), quis saber como ela compreendia alguns dos formatos de conteúdos em relação a sua adequação mais às pessoas com deficiência visual. Percebo que o Braille, impresso ou eletrônico, é um formato inegociável para ela, trata-se de uma questão de ordem fundamental e ideológica. Para ela, o aprendizado do Braille é uma questão política muito relevante. Assim, sem a leitura textual e acesso às semânticas dos discursos as PDV tornam-se, segundo minha análise, "analfabetos funcionais" e sujeitos vulneráveis na esfera pública. Porém, ela argumenta que os textos digitais exercem um papel importante na tentativa de igualar, em condições mínimas, os atores sociais no ciberespaço. Cumprem bem o papel de oferecer variedade de conteúdos não contemplados pela impressão em Braille que, inclusive, não tem como concorrer entre si. Porém, para ela, os textos digitais só fazem

sentido quando estão adequados às normas da W3C, para evitar que haja barreiras informativas inacessíveis pelas tecnologias assistivas.

Surpreendeu-me a sua avaliação sobre o formato de áudio. Percebi que propositalmente fez questão de marcar sua posição contrária à mitificação da cultura auditiva, problematizando a questão, pois considera que as PDV não podem se satisfazer apenas com o consumo de áudio. Sob minha análise, compreendo que se trata de uma crítica política ao modelo vigente de comunicação para com as PDV, como se fosse um sinal de alerta aos videntes, para que reflitam sobre o modo de produção hegemônico de conteúdos. Os vídeos com audiodescrição são, para ela, motivo de frustração pela escassez de conteúdos sob esta lógica, mas também de esperança, já que a obrigatoriedade legal de aumento de horas semanais com audiodescrição na TV, no mínimo, vai despertar a atenção de mais pessoas para o problema e, em longo prazo, pode significar a ampliação da tomada de consciência social necessária para respeitar os Direitos Humanos das PDV.

Sua experiência histórica com obras de arte configura suas percepções mais aguçadas em relação às possibilidades potenciais para as PDV. Percebi, claramente, que ela compreende a importância de gerar peças ou maquetes em três dimensões para dar condições às PDV de enxergar e significar o espaço. Com a popularização das impressoras 3D, abrem-se possibilidades de transformação de imagens em objetos, isto deverá mudar completamente a relação das PDV com os ambientes.

5.3.5 Apropriações dos produtos multimídia digitais

Para poder compreender os usos e as apropriações que Luísa faz da Comunicação Digital, pedi para ela me dizer quais seriam os principais sites que ela acessa, os motivos e principais ações que realiza. Os primeiros sites citados foram os de redes sociais (Facebook e Twitter), mas também lembrou de sites jornalísticos como o da Folha de São Paulo, o UOL e o G1. Disse ainda que com alguma frequência visita sites de conteúdo específico para PDV, como por exemplo o *Blog Acessibilidade na Prática*⁹² e o Google sempre que precisa realizar alguma pesquisa.

⁹² <http://www.acessibilidadenapratica.com.br/blog/>

Sobre o Facebook, disse que costuma estar online o tempo todo e fez questão de explicitar que, embora não se trate de bisbilhotar a vida alheia, a rede social lhe dá condições de saber sobre as pessoas (amigos e familiares), bem como de estar atualizada sobre o que "acontece no mundo" através das postagens e notícias de outras pessoas e páginas. Outro ponto importante é a possibilidade de interação e divulgação do seu trabalho. Já o seu interesse para com os sites de notícia diz respeito a justamente ser o canal de informação mais apropriado para ela se informar, já que o rádio não lhe dá a possibilidade de escolher o conteúdo que deseja consumir naquele exato momento e a TV não lhe contempla como PDV. Os sites e blogs temáticos sobre Deficiência Visual lhe são importantes, pois lhe abastecem com novidades que os meios de comunicação tradicionais não se interessam em publicar e que são importantes para que ela possa criar bons argumentos e atuar politicamente. Isto vai se refletir nos artigos que escreve e publica em diversos blogs especializados sobre acessibilidade. Seu leitor de tela preferencial para acessar conteúdos na web é o JAWS, só alterna para qualquer um dos outros quando o JAWS encontra uma barreira intransponível, o que faz com que ela procure alternativas.

Em relação ao seu interesse sobre os conteúdos e suas apropriações particulares, ela explicou que nas redes sociais, há tanto informações sobre o contexto social quanto do âmbito pessoal e isto lhe interessa, pois é uma forma dela compreender o universo ao seu redor e não se sentir isolada. Atento para o fato de que antes das redes sociais digitais as PDV dependiam demais da mediação de pessoas videntes para interagir e compreender o seu microcosmo social. Agora, é possível expandir as fronteiras das relações sociais e acessar conteúdos impensados nos tempos pré-internet. Por mais óbvio que isto possa parecer hoje em dia, há que se reconhecer que esta condição repercutiu na qualidade de vida social das PDV. Nos sites jornalísticos, ela destacou interesse em notícias específicas de sua região e nos sites temáticos o conteúdo que mais lhe interessa são aqueles relacionados às questões da acessibilidade para PDV, os quais costuma compartilhar em sua rede social para ajudar na divulgação e popularização da cultura da acessibilidade. Ela explicou que este tipo de conteúdo prefere compartilhar mais em seu canal no Twitter, pois acredita que é um canal mais apropriado para isso e que seus seguidores (audiência) estão mais interessados

nesse tipo de conteúdo. Neste sentido, procura preservar o seu perfil no Facebook para assuntos mais pessoais e relativos à sua identidade profissional.

No bloco de perguntas seguinte, Luísa foi convidada a qualificar e a refletir sobre suas preferências aos diversos tipos de conteúdo em relação ao seu consumo, compartilhamento e produção, que estão resumidas na Tabela seguinte.

Tabela 24 – Usos e apropriações sobre os formatos de conteúdo

Formatos	Relatos das apropriações
Textos digitais	Costuma consumir e produzir.
Fotos digitais	Consome, produz e compartilha. Excetuando-se a produção, nos demais casos ela só se apropria mediante à descrição da foto/imagem.
Vídeos digitais	Consome pouco, compartilha quando são vídeos temáticos sobre acessibilidade e não produz vídeos, não se sente segura e nem à vontade para produzi-los.
Áudios digitais	Costuma consumir e compartilhar mas não produz, pois diz que não gosta da sua própria voz.
Conteúdos multimídia (formatos) digitais	Consome, compartilha e produz. A produção desse tipo de conteúdo se dá por conta de sua atividade profissional como professora, geralmente ocorre em formato de apresentação em slides no Power Point.
Infográficos digitais	Inacessíveis. Ela disse que seria "um sonho" poder ter acesso aos infográficos jornalísticos, que lhe parecem ser bastante interessantes.

Fonte: Dados de entrevista.

Pude perceber, ao confrontar o que Luísa declara espontaneamente sobre os usos e apropriações que faz dos diversos tipos e formatos de conteúdos (Tabela 24), com aquilo que constatei ao longo do tempo desta pesquisa ao observar seus canais e perfis de redes sociais digitais, que há conflitos entre as ações que declara sobre usos e apropriações de conteúdos e o potencial que possui para atuar. Considero que esta divergência entre percepção e ação reflete sua falta de consciência sobre seu real potencial comunicativo e sobre o grau de importância de suas realizações.

Ao acompanhar de perto suas postagens e publicação de conteúdos em seus diversos canais, ao longo da investigação, pude constatar que seu perfil cibercultural é muito distinto das demais PDV. Sua desenvoltura e competência em relação a questões tecnológicas e informáticas supera, inclusive, as de pessoas videntes. Essa naturalidade está impregnada em suas práticas diárias mas ela exprime

inconsciência desta capacidade toda. De todos os perfis entrevistados, ela representa aquele com mais alto grau de competências e habilidades comunicativas no âmbito digital que encontrei e isto implica, ao mesmo tempo, em bônus e um ônus em termos ao seu investimento nas redes sociais.

Alguém com esse perfil sociopolítico e potencial comunicativo poderia estar mais engajado em movimentos sociais colaborativos em defesa dos Direitos das PDV, gerando conteúdos relevantes em diversos formatos, não apenas através de compartilhamento de links ou postagens em blogs de terceiros. Luísa poderia ser uma vlogger (pessoa que cria conteúdos temáticos em formato audiovisual), poderia criar um canal no Youtube e produzir vídeos sobre acessibilidade com uma propriedade ímpar; sua contribuição social, neste sentido seria muito interessante, afinal, há escassez de conteúdos deste tipo no Youtube. Alguns dos canais existentes são desinteressantes, justamente, por não contar com conhecimento aprofundados e conscientes sobre o assunto. Além disso, muitos deles não são feitos por PDV, o que é problemático em termos da base do conceito da luta desse grupo social: "nada sobre nós, sem nós".

Em minha análise sobre seus usos e apropriações, reconheço nela um potencial bem definido como formadora de opinião. Dentre as suas várias habilidades e competências multimidiáticas, seu talento para transpor barreiras informativas é o que mais chama a atenção. Conhecedora das principais tecnologias assistivas disponíveis, ela desenvolve "táticas" para burlar/driblar as barreiras informativas de maneira muito criativa. Por exemplo, quando encontra uma foto publicada no Facebook e que não há nenhuma legenda ou informação técnica que lhe possa dar referências sobre do que se trata aquela imagem/foto, ela me contou que sua tática é aguardar que outras pessoas façam comentários naquela imagem/foto, assim, geralmente, elas indiciam o significado da mesma. Quando esta tática não funciona e ela tem muito interesse em saber do que se trata, aí ela resolve apelar para um "olho amigo" de uma pessoa vidente que possa descrever a imagem e o seu contexto ou pede à autora da publicação que lhe explique. Questionei-a se isso a incomodava ou ofendia de alguma maneira e ela explicou que de maneira alguma isso acontece, ela entende que as pessoas não têm consciência da importância da descrição das imagens nas redes sociais, então que não pode esperar que isso ocorra naturalmente. Contou também que está com o iPhone sempre à mão para identificar imagens sem referência através do aplicativo

CamFind, que busca imagens semelhantes no repositório do Google e interpreta o conteúdo por associação.

Seu ativismo político tem peculiaridades muito interessantes, ela contou que quando vai a um restaurante sempre pede o cardápio em Braille para problematizar a questão. Como invariavelmente o garçom diz que o estabelecimento não o possui, ela solicita uma cópia do cardápio para levar para casa, escanear e transformá-lo em Braille, depois retorna ao restaurante e o dá de presente ao gerente. Estas posturas contém um investimento político em prol das causas das PDV, porém, minha impressão é de que atuando individualmente ela desperdiça o potencial que possui e não se dá conta do valioso capital social que é capaz de angariar nas negociações simbólicas nas redes sociais.

Outra reflexão que faço é relativa ao seu potencial no diz respeito à sua indisposição para produzir áudios. Penso que ela poderia vencer o preconceito com sua própria voz e produzir ou participar de podcasts (conteúdos em formato de áudio, com linguagem radiofônica, distribuídos por demanda) temáticos que alcançariam um nicho de audiência muito relevante e contribuiriam diretamente para a visibilização da cultura das PDV. Há um podcast muito conhecido pelas PDV, com boa audiência, que gera conteúdos muito relevantes e com qualidade, o *Papo Acessível*⁹³ e que é produzido por PDV. Ao entrevistá-la, por Skype, não pude deixar de notar que ela poderia tranquilamente produzir conteúdos em áudio e distribuí-los em mais um canal digital.

Luísa é uma contumaz "twitteira", seu perfil até meados de fevereiro de 2015 possuía cerca de 1200 seguidores. Seus conteúdos, em sua maioria, são conversações e diálogos intrapessoais sobre assuntos diversos, estes se intercalam com replicações de conteúdos sobre acessibilidade que às vezes costumam gerar discussões sobre o tema. Isto ocorre em função da diversidade de conteúdos que costuma publicar. Minha reflexão, nesse sentido, foi que seria produtivo se ela criasse um perfil "institucional" sobre acessibilidade focado apenas em conteúdos relativos à temática e reservasse o seu perfil pessoal para replicar os conteúdos gerados pelo perfil institucional e que atuasse como divulgador e mediador do novo canal. Creio que desta forma haveria maior potencial de efetiva proposta de comunicação nessa rede social.

⁹³ Episódios disponíveis em: <https://papoacessivel.com.br/category/podcasts>

Além do canal no Twitter, ela possui um site e um blog pessoal, que lhe servem como repositório de suas ações profissionais como educadora sobre a temática da acessibilidade. Como já dito anteriormente, costumeiramente ela é convidada a escrever para blogs especializados. Além disso, quinzenalmente publica um artigo jornalístico em uma coluna no jornal de sua cidade. Questionada sobre a produção acessível dos seus próprios conteúdos, ela diz que se preocupa com essa questão sim, mas que nem sempre os sistemas do site e do blog são acessíveis o suficiente para que ela possa inserir estas informações. Assim ela costuma, quando publica alguma imagem/foto, colocar uma descrição auxiliada por algum vidente.

Perguntada sobre a cultura dos "memes" nas redes sociais, para minha surpresa, ela desconhecia do que se tratava, chegando a confundir com os símbolos de emoções (*emoticons*). Quando eu expliquei do que se tratava, ela reconheceu que já havia encontrado conteúdos deste tipo no Facebook e no Twitter, mas que não conseguiu compreender as imagens, nem a partir da tática dos comentários. Por isso, se desinteressou e nem sabia da importância deles para a cibercultura atual. Esta é uma questão que me intriga muito como pesquisador, já que se trata de uma das vertentes mais fortes da cibercultura que cria um paradoxo para a problemática desta pesquisa, já que é o tipo de imagem que não adianta ser descrita em função da sua significação necessitar essencialmente de uma experiência visual anterior. Na prática, a descrição de um meme para uma PDV seria como explicar uma piada antes de contá-la.

Sua indignação e frustração em relação à impossibilidade de consumir os conteúdos dos infográficos me despertou a curiosidade de pesquisador sobre esta questão. Realizei uma pesquisa exploratória informal no Google para tentar descobrir alguma pista que me revelasse indicações sobre a possibilidade de tornar infográficos acessíveis. Depois de muito vasculhar nas profundezas do Google, não encontrei nenhuma referência a esta questão associada apenas a um objeto (infografia) ou outro (acessibilidade). Não satisfeito, sugeri a um grupo de estudantes da Unipampa, onde leciono, que se propusessem a realizar uma pesquisa em modalidade de iniciação científica referente a este tema, o que foi prontamente aceito e está em curso. Cito este exemplo pois, assim como esta situação me ocorreu, houve outras tantas em que as ideias de Luísa me inspiraram a realizar

outras ações e reflexões. Sinto que ela possui um papel catalizador que não percebe e que a mim parece ser um desperdício de talento.

Esta reflexão considera o seu potencial, mas compreende suas posturas e formas de engajamento que utiliza em face das diversas configurações e mediações históricas. Porém, penso ser relevante registrar que uma pessoa com esse potencial e grau de consciência política sobre as questões das PDV, às vezes, não se auto reconhece com capacidade e importância para atuar como formadora de opinião.

5.4 TATIANE COSTA⁹⁴

5.4.1 Perfil

Tatiane Costa é o pseudônimo adotado nesta entrevista (2014) que representa uma das PDV que com menos experiência sobre as questões de acessibilidade e competências midiáticas. Conheci Tatiane durante as orientações de iniciação científica para o Trabalho de Conclusão de Curso, em 2013 de Karol Petrucci, que tratava de pesquisar formas de usos e apropriações do conceito de fotojornalismo por PDV. Sugeri à minha orientanda que fizéssemos oficinas de fotojornalismo para ensinar os conceitos básicos, mas principalmente para selecionar um grupo de PDV para trabalharmos na pesquisa. Assim, ela chegou à ADEVASB, que prontamente sugeriu alguns nomes que foram contatados e passaram a fazer parte do grupo focal investigado. Tatiane era uma das associadas selecionadas e que se dispuseram a participar da pesquisa.

Hoje com 25 anos, Tatiane é considerada cega na classificação médica e social. Vidente até os 18 anos, adquiriu um tipo de diabetes durante a gestação de sua filha que evoluiu para um grave problema de visão, que em cinco anos lhe deixou completamente cega. Desde então, ela vem lutando contra sua condição de PDV, contou que nos primeiros anos não conseguia acreditar que estava perdendo a visão e que ficaria cega como os médicos lhe diziam. Seu maior desgosto é não conhecer o rosto de sua filha, hoje com sete anos.

⁹⁴ Por questões éticas da pesquisa, todos os verdadeiros nomes dos(as) entrevistados foram substituídos por pseudônimos que não possuem verossimilhança, qualquer associação a uma determinada pessoa será mera coincidência.

Porém, nestes últimos dois anos, resolveu enfrentar a realidade, contou que não suportava mais ficar só em casa e que procurou a ADEVSAB por indicação de uma amiga que havia escutado na rádio que havia uma associação para PDV em São Borja. Desde então, passou a frequentar a associação ativamente, compondo os quadros administrativos e participando dos cursos e atividades sociais promovidos pela entidade. Foi num desses cursos que se interessou por aprender a ler em Braille e, também, a lidar com computadores.

Tatiane é um caso raro de pessoa alfabetizada enquanto vidente que perde a visão depois de adulta e consegue aprender a ler em Braille com fluência. Ela relata que pensava que seria mais difícil do que foi na verdade e que aprender a ler em Braille deu um novo sentido à sua condição. Ela começou a reparar que não só seu tato havia ficado mais sensível como também a audição, o olfato e o paladar se tornaram mais aguçados.

Ela é casada desde antes de perder a visão e sempre morou nos fundos da casa de sua mãe em São Borja/RS. Em função da sua condição, nunca trabalhou e hoje se considera uma "Dona de casa" dedicada. Esta entrevista aconteceu, por sugestão da entrevistada, em sua residência e não pude deixar de reparar na sua desenvoltura para se locomover pelo ambiente de sua residência. Ao comentar isso com ela, a sua explicação foi que se sentia completamente segura dentro de casa e que às vezes até corria para atender ao telefone sem esbarrar em nada. Percebi, também, que a casa estava muito arrumada, nada fora do lugar e, no decorrer da entrevista, ela me explicou que sua filha aprendeu desde pequena que a mãe não enxergava e que, por isso, ela não podia deixar brinquedos espalhados para não colocá-la em risco.

Contudo, fora de seu ambiente residencial, Tatiane se transforma numa pessoa quieta, tímida e com muita insegurança, reflexo da inabilidade para usar a bengala e, principalmente, por temer andar sozinha pela rua, já que em seu bairro e na cidade toda, de maneira geral, não há calçadas pavimentadas. Por isso, sempre que precisa sair para ir ao banco ou fazer compras, depende de sua mãe para acompanhá-la. Sua filha cresceu compreendendo bem a situação da mãe e, invariavelmente, costuma ser o "olho amigo" nos espaços sociais e a ajuda em diversas situações. Neste sentido, ela relembra um episódio relativo a um dia em que foram ao centro fazer compras e, ao entrar numa loja, a filha foi até uma vendedora e disse: "tu precisas ajudar a minha mãe a escolher o sapato porque ela

não enxerga". Hoje em dia, um pouco maior e mais consciente do que significa a cegueira, a filha desempenha papéis importantes como guia para atravessar a rua e, também, para descrever objetos e identificar números nos preços. Tatiane diz que recebe muito apoio também de seu marido, mas que como passa a maior parte do tempo com a filha, é ela quem mais a ajuda cotidianamente.

5.4.2 Mediações

Tatiane nunca fez parte de nenhum movimento social ou político em prol das PDV, disse que na verdade nunca se interessou por política e que a primeira vez que se envolveu de alguma maneira com isso foi quando entrou para a ADEVASB mas que, mesmo assim, não se envolve nas coisas políticas da instituição. Diz que prefere ficar responsável por coisas mais burocráticas, que não sabe lidar com *politicagens* e que, para isso, tem outras pessoas na ADEVASB mais adequadas para esta função.

Questionada sobre talentos natos ela, primeiro, disse que não os possuía e depois lembrou que sabia fazer tricô e crochê, uma habilidade desenvolvida depois que perdeu a visão. Sua rotina semanal é quase sempre a mesma. Diariamente, levanta cedo, prepara o café e arruma sua filha para a escola. Depois que a filha e o marido saem, vai até a casa da frente onde mora sua mãe para tomar um mate e ficar ouvindo o programa da Rádio Cultura de São Borja (não soube dizer o nome do programa) até perto das 10h30, quando volta pra casa para preparar o almoço e esperar a volta de sua filha. À tarde gosta de fazer uma *siesta* depois do almoço e "cuidar da casa" para esperar seu esposo voltar do trabalho. À noite gosta de assistir TV e costuma dormir logo após o término da novela.

Diz que raramente sai, só quando é realmente necessário, nem aos fins de semana. Ela conta que gosta quando há alguma atividade da ADEVASB, como os cursos ou as oficinas de fotojornalismo na Unipampa, pois sente que há um bom motivo para ela sair de casa e não simplesmente para ir ao banco. Quando sai, diz que não costuma usar óculos escuros, nem bengala, nada que a identifique como pessoa cega, Afirma que se sente mal com esse estigma, que prefere que as pessoas a confundam com uma desastrada por trombar várias vezes com as pessoas na calçada do que a identifiquem como cega. Percebo neste trecho da entrevista que a sua condição não é algo bem resolvido para ela.

Tatiane estudou sempre na cidade de São Borja, completou o segundo grau em escolas que não tinham acessibilidade, nem sala de recursos de tecnologia assistiva educacional. Não lembrou de ter nenhum colega de escola com algum tipo de deficiência. Questionada sobre o motivo disso acontecer, ela disse acreditar que não havia tantas crianças com deficiência ou que estas não chegavam às escolas.

Tatiane declarou, sobre sua religião, ser espírita, disse que gosta de frequentar os encontros religiosos em sua comunidade e as atividades promovidas no centro espírita e que isto a faz se sentir útil à sociedade de alguma maneira. Além do Centro Espírita e da ADEVASB, ela não participa e nunca participou de mais nenhum clube, grupo ou associação social, bem como nunca desenvolveu atividades de voluntariado em organizações não governamentais ou de interesse público. Atualmente suas ações voluntárias se restringem à ADEVASB e ao Centro Espírita.

A entrevistada afirma que não sabe exatamente quais são as leis que garantem seus direitos como cidadã e PDV, mas que confia na ADEVASB para esses assuntos, confia que o presidente da associação conhece mais sobre esse assunto e tem melhores condições de atuar politicamente. Contudo, afirma considerar importante as leis existentes por entender que há a necessidade de tratamentos diferenciados para as pessoas com deficiência, como por exemplo, o atendimento prioritário nos caixas em bancos, supermercados, entre outros. Em seu discurso, percebo que Tatiane sente-se confortável com a ideia de que há uma associação que a represente e confia plenamente nas ações e poderes que a ADEVASB tem (ou supostamente deveria ter).

Ao conviver e entrevistar o presidente da associação percebi que, embora a proposta política da organização social seja legítima, necessária e fundamental, há um problema de ordem conceitual nas propostas e ações promovidas pela ADEVASB, que se refletem diretamente em seus membros associados, como é o caso de Tatiane. O fato da associação ter um caráter iminentemente assistencialista, focando suas ações em micro benefícios sociais de curto prazo, acabam por limitar o potencial que a instituição tem. Estas ações acabam por se configurar uma situação política dependente dos *humores* da gestão municipal vigente. Um bom exemplo disso é que a ADEVASB não possui uma sede própria, as reuniões são realizadas na casa do presidente, bem como os atendimentos pessoais aos associados(as). Há anos a associação pleiteia, junto à Prefeitura, um espaço oficial, para poder servir de

referência e atender os munícipes com deficiência visual e esta questão, independente da legitimidade da proposta, é tratada como um estorvo político no município. A prefeitura, a título de "se livrar do problema", já designou espaços para a fixação da sede da ADEVASB em inúmeros locais, dentro do prédio da prefeitura de São Borja, em prédios municipais e até mesmo em salas desocupadas num hospital. Mas assim como oferece o espaço, também o confisca novamente ao sabor dos interesses políticos. Desta forma, a ADEVASB perambula de um lado para outro, sem ter uma referência, o que dificulta o desenvolvimento de um trabalho de longo prazo.

Não é de estranhar que Tatiane, mesmo depois de começar a perder a visão, não soubesse que a ADEVASB existia e que até hoje desconheça quais são os seus direitos como cidadã com deficiência visual. O foco da ADEVASB é a luta por questões básicas, o que inibe o potencial que uma associação desta tem em relação aos poderes públicos. Ora, em São Borja/RS o número de cidadãos residentes com deficiência visual é de 2595 pessoas, estes representam 4,25% da população da cidade, um número expressivo, mas que não tem representatividade política junto à Câmara Municipal. Não há, por exemplo, nenhum vereador cuja pauta principal seja associada às questões das pessoas com deficiência. Desta forma, as PDV da cidade, muitas vezes, nem sabem que existe uma entidade representativa dos seus interesses e a ADEVASB, por sua vez, não tem "força política" para pressionar a gestão pública e fica à mercê da boa vontade e dos interesses de cada instância política.

5.4.3 Competências multimidiáticas, usos e apropriações

5.4.3.1 Jornais e Revistas impressas

Com relação aos jornais e revistas, Tatiana contou que nunca teve uma relação íntima com a leitura desses meios. Interessava-se por revistas de entretenimento e cultura televisiva mas depois que começou a perder a visão abdicou de comprá-las, pois são inacessíveis. Porém, hoje em dia, de vez em quando, sua mãe lê para ela informações destas revistas a respeito dos capítulos da novela ou da vida dos artistas. Enfatizou que nunca gostou muito de ler, que mesmo depois que aprendeu a ler em Braille não tem muita paciência para ler textos muito

longos e que sente falta de conteúdos mais variados, como os das revistas sobre cultura televisiva.

Aqui se faz necessário ressaltar que, durante o processo de pesquisa, no acompanhamento que fiz das apropriações dessa entrevistada em sua única rede social, o Facebook, bem como as interações que tivemos através de mensagens privadas, pude constatar que essa característica que ela revela em seu depoimento reflete-se nas apropriações e usos que faz dos conteúdos publicados em sua linha do tempo ou em suas mensagens. Encontram-se alguns erros gramaticais em seus textos que são claramente associados à sua predileção por conteúdos audíveis; geralmente são erros de ordem fonética, trocas de letras cuja sonoridade são as mesmas, como quando o "x" tem som de "z" ou quando a conjugação verbal termina em "m" e é confundida com "ão" ou vice-versa.

Como já apresentado anteriormente, a falta da leitura em Braille provoca essa má apropriação gramatical, já que se perde contato com a semântica e a ortografia. Contudo, devo salientar que os erros que percebo em seus raros textos publicados ou em mensagens não se distinguem daqueles que são comumente cometidos pelas pessoas videntes mal alfabetizadas. Não se trata de estigmatizá-la neste sentido, mas de constatar que a falta de contato com o texto escrito causa essa limitação gramatical. Penso que tanto as PDV quanto as pessoas videntes precisam de mais acesso e estímulos à leitura de textos para que possam desenvolver o potencial intelectual que têm.

5.4.3.2 Fotografias / Pinturas

Tatiana relatou que nunca teve apreço pelas pinturas, que nunca foi a um museu e também que não teve acesso a obras de arte deste tipo, apenas as viu retratadas na televisão em filmes ou novelas quando tinha visão. Depois que ficou cega, não manifesta interesse por este tipo de conteúdo. Já a sua relação com a fotografia era mais intensa antes de perder a visão. Ela contou que costumava tirar muitas fotos, revelá-las e guardá-las em álbuns, ainda nos tempos pré-fotografia digital. Entretanto, depois que ficou cega, afirma que deixou de fotografar por acreditar que essa atividade não seria mais possível para uma PDV. Porém, esta sua percepção começou a mudar a partir do momento em que participou das oficinas de fotojornalismo para PDV oferecidas pela Unipampa. Desde então, diz

que voltou a ter gosto por registrar imagens, principalmente de sua filha já que, para ela, o que mais lhe causa sofrimento a respeito da cegueira é o fato de não conhecer visualmente o rosto de sua filha. As aulas de fotografia que recebeu a ajudaram a aumentar a autoestima referente a isto e hoje em dia ela crê ser importante que registre sua filha para que ela possa guardar isso como um "carinho" de sua mãe.

Ela costuma tirar fotos com o celular de seu marido ou com a máquina digital de sua mãe. Porém, sempre precisa contar com a ajuda de um vidente que possa habilitar o equipamento e deixá-lo apto para somente "apertar o botão" para registrar a foto.

Lembro aqui que durante o desenvolvimento das oficinas de fotojornalismo para PDV, eu e minha orientanda nos deparamos com as barreiras tecnológicas nas máquinas fotográficas semiprofissionais que utilizamos. À priori, a ideia era utilizar as máquinas ou os celulares com câmera fotográfica das próprias pessoas da ADEVASB. Porém, constatamos que as pessoas não possuíam estes equipamentos, logo, precisávamos oferecer as câmeras existentes no laboratório de fotografia da universidade. Assim, tomamos consciência do quanto estes equipamentos são exclusivos, no sentido de que não contemplam a possibilidade de serem usados por PDV.

Descobrimos, também, que existem modelos de máquinas fotográficas que possuem retorno sonoro das ações executadas, algo que deveria constar na essência do projeto de um equipamento sob as lógicas do Desenho Universal. Afinal, este recurso seria útil, inclusive, para os fotógrafos videntes, que poderiam fazer apropriações e usos para aperfeiçoar os processos de produção fotográficos. Contudo, ao final daquela pesquisa, constatamos que a apropriação e os usos das fotografias exercem um importante papel como elemento de sociabilidade para as PDV. Tatiane e seus colegas que participaram das oficinas passaram a significar as fotos ao ponto de declararem espontaneamente o desejo de comprar máquinas fotográficas para poderem tirá-las. Ela contou que não sabe como "baixar as fotos que tira no computador", mas que solicita ajuda para sua mãe ou marido, porém, não costuma descrevê-las e sempre que precisa de alguma delas para compartilhar no Facebook necessita da ajuda de uma pessoa vidente que possa identificar a foto que ela deseja.

5.4.3.3 Rádio

Tatiana sente-se mais à vontade ao falar do rádio. Sabe usar o aparelho com facilidade, percebendo-o muito acessível para as PDV. Identifica por exemplo, as funções do rádio a partir de marcas de identificação táteis, não propositais, no próprio aparelho. Contudo, para identificar as estações, precisa conhecer a voz dos locutores ou a estética da programação, pois o aparelho não informa em qual estação está sintonizado. Assim como manifestaram as demais PDV entrevistadas, a linguagem radiofônica é a mais aprazível para ela e com a qual melhor se identifica. Considera que o rádio contempla as necessidades informativas das PDV; mesmo não sabendo explicar o que exatamente torna o rádio acessível, ela tem a sensação de que os demais meios de comunicação deveriam seguir a mesma lógica.

Gosta de ouvir rádio de manhã, enquanto "toma um mate" com sua mãe e depois quando "arruma a casa". Com sua mãe, costuma ouvir os canais em AM, com informações sobre a cidade e, para arrumar a casa, diz preferir ouvir músicas nas estações em FM. Afirma não ter uma estação de preferência, liga o rádio e procura uma música de seu gosto e segue naquela estação até que surja uma que não lhe agrade, o que lhe motiva a mudar de estação.

5.4.3.4 Cinema

A relação de Tatiana com o cinema começou antes de perder a visão, num tempo em que ainda havia uma sala em São Borja, época em que costumava ir, de vez em quando, ao cinema segundo relata. Lembra-se de como era o ambiente e como funcionava a lógica de consumo dos filmes, mas diz que depois de ficar cega nunca mais se interessou por ir a um cinema, inclusive por não haver mais nenhuma sala na cidade. Espontaneamente reclamou pelo fato de não haver audiodescrição nos filmes e afirmou que isso os torna incompreensíveis, como ela pode perceber quando acompanha seu marido a assistir um filme pela TV. Ela explica que se torna uma "chata", pois fica pedindo que ele explique o que aconteceu na cena o "tempo todo" e percebe que nem sempre ele está disposto a fazer isso.

Com relação a isto, é importante ressaltar que no encerramento das oficinas de fotojornalismo, aproveitamos que a data coincidia com a Semana Acadêmica de

Jornalismo na Unipampa e oferecemos aos associados da ADEVASB a possibilidade de assistir ao documentário *Luz escura a arte dos fotógrafos cegos*, que conta a história de vários fotógrafos cegos ao redor do mundo e traz depoimentos e contextos relevantes e inspiradores que quebram vários dos paradigmas e preconceitos em relação a este tema. Como o documentário está em língua inglesa, há legendagem em português. Porém, sem audiodescrição ele é inacessível, justamente, ao público que mais poderia se interessar por ele, o das PDV. Nossa proposta foi realizar um mutirão de estudantes dispostos a realizar a audiodescrição ao vivo, *in loco*, do documentário. Para tanto, os estudantes assistiram previamente ao documentário e elaboraram uma proposta de audiodescrição para as cenas. Mesmo sem nenhuma experiência anterior com esta prática, eles conseguiram transmitir o contexto e detalhes relevantes ao público de PDV presente em nosso auditório. Na prática os estudantes iam se revezando a cada cinco minutos de audiodescrições, o áudio era transmitido por uma caixa de som a todo o público presente, com o intuito de que as pessoas videntes pudessem tomar consciência da importância que a audiodescrição exerce nos processos comunicativos de uma PDV.

Mesmo considerando os erros técnicos cometidos durante a atividade de experiência, considerei que os objetivos foram alcançados tanto para a atividade acadêmica quanto para a as PDV presentes. Ao final da atividade, cada PDV foi convidada a avaliar a experiência, inclusive Tatiane. Invariavelmente os relatos foram satisfatórios e repletos de entusiasmo. Foi nesta ocasião que todas as PDV presentes, pela primeira vez, tiveram contato com uma audiodescrição de um conteúdo audiovisual, assim como também passaram a saber que este recurso é garantido por lei e que os canais de TV precisavam oferecer até quatro horas de programação semanal com audiodescrição. Por isso, como esta entrevista ocorreu depois deste evento, Tatiane expressa ter consciência da necessidade de haver audiodescrição no cinema, o que denota que o acesso à informação está intimamente relacionado com a consciência dos direitos e da cidadania das PDV.

5.4.3.5 TV Analógica e/ou Digital

Durante a entrevista, em sua residência, constato que há uma TV na sala, um aparelho de modelo mais antigo, daqueles que continham "tubo" e eram mais

profundos que as atuais TVs de "tela plana". Também percebo que há um decodificador de TV por assinatura e questiono seu interesse por ambos. Ela declara que gosta muito assistir TV, principalmente novelas e programas de entretenimento, mas que o aparelho de TV por assinatura é usado por seu marido e sua filha.

Ela disse que consegue usar as funções básicas da TV, pois já decorou a localização dos botões, mas que as configurações mais avançadas não consegue acessar e precisa de alguém para ajudar. Já com o decodificador da TV por assinatura ela tem mais dificuldade e geralmente pede à sua filha que coloque no canal que deseja assistir. Com relação ao consumo midiático, ela afirma ter uma boa memória auditiva e que consegue reconhecer as pessoas pelo tom de voz, a não ser que o ator esteja interpretando um personagem com um sotaque; neste caso, ela precisa que alguém lhe diga quem é o ator para que ela grave em sua memória auditiva.

5.4.3.6 Videogame

Ela contou que antes de ficar cega costumava jogar e gostava de videogames, mas que depois se desinteressou completamente. Inclusive, nem sua filha possui aparelho de videogame. Também afirmou desconhecer que haja jogos acessíveis às PDV e demonstrou certo desinteresse pelo assunto. Como ocorreu também em todas as declarações dos demais entrevistados(as), o videogame ocupa um lugar de profundo desinteresse entre os meios e produtos midiáticos sobre os quais os entrevistados foram questionados. É como se os videogames representassem a exclusão midiática das PDV. Esta minha percepção se compôs não apenas pelos discursos dos relatos das pessoas, mas principalmente pelos trejeitos, feições e mudança de tom de voz ao falar sobre a questão. Não houve uma única pessoa que tenha se mostrado empolgada com a possibilidade de jogar videogames específicos para PDV, no máximo diziam que gostariam de experimentar.

5.4.3.7 Computador de mesa ou notebook com acesso à internet

Tatiane possui um notebook de uso pessoal e exclusivo, onde tem instalados e configurados os recursos nativos de acessibilidade do sistema operacional

Windows e também o DOX-Vox e o NVDA. Como só aprendeu a lidar com os computadores depois que perdeu a visão, admite ter muita dificuldade para usá-lo, mas que nos últimos tempos tem aprendido e se desenvolvido bastante motivada, principalmente, por querer usar o Facebook. Para aprender a lidar com o computador e também com os leitores de tela, ela fez um curso de informática promovido pela ADEVASB.

Ela não costuma usar o JAWS, leitor de tela que costuma ser o preferido das PDV; assim, desenvolveu mais habilidades e competências em relação ao programa de acessibilidade nativo do Windows, o NVDA e também ao DOX-Vox. Dentre estes, o NVDA é o mais utilizado, porém ela ainda demonstra ter dificuldade para realizar algumas tarefas e para lidar com o retorno sonoro da leitura da tela. O fato de não saber usar direito o NVDA causa uma série de limitações e dificuldades para transpor barreiras informativas. Ela reclamou que, às vezes, o leitor de tela a "abandona" e quando isso ocorre, ela não sabe o que fazer e nestes casos. Precisa, então, do auxílio de algum vidente para descrever o que está acontecendo na tela para tentar resolver a situação ou reiniciar o computador para que possa voltar a usá-lo.

Uma particularidade de sua cultura de consumo midiático é o fato de que não costuma usar o computador com fones de ouvido, como geralmente as PDV costumam fazer. Acredito que há dois motivos para que isto ocorra: primeiro ela não possui fones de ouvido e segundo ela não costuma utilizar o computador em público, logo jamais sentiu necessidade de utilizar os fones de ouvido para melhorar a qualidade do áudio. Porém, reclamou que a voz do leitor de tela é baixa demais e que fala de maneira muito rápida, algumas vezes, com palavras que ela não conhece que lhe causam confusão ou inoperância.

Expliquei a ela que o leitor de tela preferido das PDV é o JAWS, um programa com mais recursos e facilidades, que ela deveria procurar usar. A predileção por ele refere-se aos recursos de acessibilidade que são mais eficientes e, além disso, ele se destaca pela voz da leitura de tela simular perfeitamente a voz humana, o que torna mais agradável a interação com o computador. Ao final da entrevista, eu a ajudei a regular a velocidade do leitor de tela (NVDA), já que ela desconhecia essa possibilidade de configuração. Esta minha inferência serviu para que eu percebesse, na prática, que a instância das técnicas configura os usos e as apropriações que ela faz dos conteúdos digitais. Suas competências midiáticas e informática são

determinantes para suas ações na cultura digital. Um bom exemplo disso é o fato dela ter feito um curso de informática para aprender a usar leitores de tela mas não se lembrar da possibilidade de configurar a velocidade da fala, algo que influencia diretamente no modo de consumo de informação.

5.4.3.8 Celulares e Smartphones

As experiências de Tatiane com celulares e *smartphones* não são muito boas. Segundo ela, o fato desses aparelhos não conterem acessibilidade causam insegurança, pois ela nunca sabe o que está fazendo exatamente, principalmente nos aparelhos que são sensíveis ao toque. Ela tem um aparelho celular da marca Nokia, modelo antigo, que serve apenas para fazer e receber ligações, bem como enviar mensagens. Porém, não consegue enviar mensagens, pois não sabe o que está digitando. Costuma usar para ligar para seu marido e para as pessoas que consegue lembrar-se do número de telefone, já que também não consegue acessar a lista de contatos.

Ao saber, por mim, que existiam aparelhos que possuíam recursos de acessibilidade por audiodescrição e sensíveis ao toque através de instruções sonoras, ela se mostrou interessada e empolgada com a possibilidade de um dia possuir um que lhe ampliasse a possibilidade de interação, como, por exemplo, ter acesso a uma lista de contatos. Estas declarações são bastante emblemáticas no tocante ao uso e apropriação deste tipo de conteúdo e demarcam bem as diferenças ciberculturais entre videntes e PDV. No caso dos videntes, a utilização da agenda telefônica dos celulares é usual e transformou uma cultura muito comum até o final do século passado, na qual as pessoas decoravam os números de telefone. Porém, com o advento dos celulares e suas agendas de contatos cada vez mais potentes e associadas aos perfis das pessoas nas redes sociais, essa cultura vem declinando. Já no caso das PDV que não possuem aparelhos celulares com acessibilidade, estas precisam ainda decorar os números para poderem ter autonomia para ligar para as pessoas ou instituições.

5.4.3.9 Tablets

Tatiane não possui um tablet, mas já teve oportunidade de usar um, uma única vez. Sua avaliação sobre esta experiência é ruim, disse que não conseguiu usar direito o aparelho e que o fato dele ser sensível ao toque dificultava suas ações. Ela também desconhecia que havia recursos de acessibilidade semelhantes aos dos *smartphones* que permitem o acesso através de audiodescrição e de instruções sonoras. Mostrou-se surpresa e curiosa para poder ter uma nova experiência com um tablet que possuísse esses recursos. Percebo que o tablet exerce fascínio similar nas pessoas videntes e nas PDV, isso fica claro, por exemplo, na postura de Tatiane, diferente daquela expressa quando o assunto eram os videogames: seu tom de voz empolgado demonstrava um desejo curioso e latente de interagir com este tipo de dispositivo.

5.4.4 Cidadania e técnicas relativas à acessibilidade

Tatiane demonstra carecer de mais conhecimentos, mas principalmente de acesso aos meios de comunicação para que possa se apropriar e usar os conteúdos com mais propriedade. Diferentemente dos perfis apresentados anteriormente, ela representa uma gama de PDV que tem menos recursos e acessos aos bens culturais, que desconhece a lógica política e não sabe exatamente como exigir seus direitos e exercer sua cidadania de maneira que isto possa significar uma melhora na qualidade de vida pra ela e para as demais PDV.

Ao conversarmos sobre essa questão, o termo cidadania não pareceu algo próprio, falou dele como se fosse algo externo e, de certa forma, estranho no mesmo sentido, como se a cidadania não lhe dissesse respeito pessoalmente. Mesmo envolvida com as ações da ADEVASB, ela prefere não se envolver e não se interessa pelas instâncias jurídicas e políticas que lhe dizem respeito enquanto cidadã com deficiência visual. Assim, acredita que seus representantes legais nos poderes públicos exercerão naturalmente o papel de pensar em políticas que contemplem os anseios gerais da população.

Percebo que Tatiane é uma pessoa bem articulada, fala com desenvoltura sobre os temas que proponho durante a entrevista, demonstra uma capacidade de aprendizado e foco muito surpreendentes, perceptível na sua habilidade e

capacidade para aprender a ler em Braille quando adulta e tendo sido alfabetizada enquanto vidente. Porém, quando se trata da busca pelos seus direitos e cidadania, ela "terceiriza" a ação sem perceber como isto lhe afeta no cotidiano. O mesmo vai ocorrer no se refere às suas apropriações e usos dos conteúdos gerados e transmitidos pelos meios de comunicação, como analisarei na sequência.

Apresento a seguir, sintetizadas em tabelas e analisadas as avaliações de Tatiane sobre as técnicas das mídias e/ou dispositivos midiáticos em relação à acessibilidade.

Tabela 25 – Jornais ou Revistas impressas

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Nenhum.
Arquitetura da informação	Muito ruim.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Não acessível.
Linguagem	Não acessível.
Tecnologia assistiva disponível	Desconhece.

Fonte: Dados de entrevista.

As relações de Tatiane com materiais impressos (Tabela 25) é quase nula. Mesmo antes de perder a visão, ela já não tinha hábito de leitura de jornais e revistas constantemente, restrito a leituras esporádicas de revistas, como entretenimento. Sua competência midiática em relação a esse tipo de conteúdo é bastante limitada, demonstrando conhecer apenas aspectos básicos da linguagem destes meios de comunicação.

Tabela 26 – Fotografias e Pinturas

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Só existe quando a foto está em relevo.
Arquitetura da informação	Nenhuma.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Muito ruim.
Linguagem	Praticamente inacessível.
Tecnologia assistiva disponível	Desconhece.

Fonte: Dados de entrevista.

Ao analisar as pinturas e fotografias (Tabela 26), Tatiane fez clara distinção entre os dois formatos de conteúdo; claramente tem uma ideia formada sobre a fotografia distinta das pinturas, por conta do acesso às informações que obteve durante as oficinas de fotojornalismo que participou. Reconheço em seu discurso algumas das coisas que eu e minha orientanda ensinávamos sobre acessibilidade fotográfica, como é o caso da foto em relevo que utilizamos. Contudo, não fez relações associativas demonstrando compreender que o tipo de conteúdo é semelhante e que se um recurso de acessibilidade funciona para as fotos provavelmente também estaria apto para uma pintura. Sua inexperiência e falta de acesso a este tipo de conteúdo ajudam a entender esta sua falta de percepção sobre esta questão.

Tabela 27 – Rádio

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Muito fácil.
Arquitetura da informação	Tranquila.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Tranquila/agradável.
Linguagem	Gosta bastante, acredita ser a melhor existente.
Tecnologia assistiva disponível	Desconhece.

Fonte: Dados de entrevista.

Mais uma vez o rádio (Tabela 27) foi o meio de comunicação preferido por esta PDV entrevistada. A identificação das PDV com este meio de comunicação é visceral, as reações das entrevistadas muda sobremaneira quando o assunto é a linguagem radiofônica. Tatiane disse que já era ouvinte de rádio antes de ficar cega, mas que depois que perdeu a visão passou a gostar muito mais, pois ela não se sente excluída, como acontece quando assiste TV. Invariavelmente as pessoas entrevistadas falam do rádio como um "amigo inseparável". Tatiane segue nesta mesma linha, relata que o rádio é o meio de comunicação que ela mais faz uso, "ele fica ligado o dia inteiro". Questionada sobre o que ela costuma fazer com as informações que obtém via rádio, ela disse que costuma conversar sobre alguns temas que ouviu falar no rádio com sua mãe e com seu marido, além de aprender as letras das músicas que gosta.

Tabela 28 – Cinema

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Ruim.
Arquitetura da informação	Ruim.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Ruim.
Linguagem	Se não tiver audiodescrição não tem como saber o que está acontecendo.
Tecnologia assistiva disponível	A única que conhece é a audiodescrição.

Fonte: Dados de entrevista.

Em suas respostas, Tatiane demonstra entender as lógicas de consumo de informação nos cinemas (Tabela 28), adquiridas antes perder a visão. Suas críticas são muito pontuais em relação às lógicas do formato, bem como aponta soluções que lhe parecem "óbvias", como a aplicação da audiodescrição nos filmes para que as PDV possam também consumir o filme. Ela demonstrou ter competências midiáticas relativas a esses produtos, fruto de sua percepção sobre os filmes que costuma assistir com seu marido. Diz que quando soube da existência da audiodescrição passou a reparar como fazia diferença saber determinado contexto dos filmes. Como geralmente pede ao seu marido que lhe descreva as cenas e reconhece que isso é um tanto "chato" para ele, ela se sentiria mais à vontade caso houvesse a audiodescrição para que ela não dependesse de ninguém para entender o filme.

Neste quesito, não pude deixar de reparar que sua indignação é fundamentada, que ela percebe o cerne da questão, mas não percebe o quanto a associação da qual fazer parte pode contribuir para o processo de busca pela cidadania e pelo direito de ter acesso às informações sem barreiras e de modo isonômico. Ela, como associada da ADEVASB, poderia por exemplo, utilizar o capital político que uma entidade como esta possui e usar a associação como catalizadora de moções de repúdio à falta de acessibilidade, aos Direitos Humanos e à sua ilegalidade prevista na constituição, acionando não apenas a câmara municipal, como também os deputados federais da região e o Ministério Público. Porém, há uma clara falta de consciência sobre essas lógicas políticas que, somadas a outras tantas situações semelhantes em cada cidade deste país geram

essa condição favorável para existirem leis que não são cumpridas e nem fiscalizadas.

Tabela 29 – Televisão

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Bom
Arquitetura da informação	Boa, tem bom domínio sobre o controle remoto.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Considera fácil e tranquila.
Linguagem	Gosta e diz reconhece pessoas, atrizes e atores pelo tom de voz.
Tecnologia assistiva disponível	Desconhece.

Fonte: Dados de entrevista.

A relação de Luísa com a TV (Tabela 29) é antagônica: ao mesmo tempo em que avalia o aparelho e o conteúdo de maneira positiva, em outro momento aponta uma série de problemas. Um bom exemplo disso é que não associou a audiodescrição como um possível recurso de acessibilidade comunicativa, imaginando que só pudesse funcionar em salas de cinema. Neste sentido, para ela, as questões técnicas da TV que possui são satisfatórias, já que não reconhece a amplitude de possibilidades técnicas existentes.

Ela declarou que tem "bom domínio sobre o controle remoto", porém havia dito anteriormente que não conseguia executar determinadas funções de configuração da TV através do controle. Também desconhecia a existência do segundo canal de áudio, a tecla SAP, onde ocorre a audiodescrição. Entendo que, sob a condição de percepção que ela tem e com as informações que possui sobre as questões técnicas de acessibilidade para TV, é razoável que ela tenha a sensação de que se apropria e faz um uso amplo das possibilidades tecnológicas do dispositivo. Isto transparece quando declara que não consegue se apropriar do conteúdo pela falta de audiodescrição, mas avalia positivamente a linguagem. Para ela, o fato de conseguir identificar os atores através da tonalidade da voz já resulta num estado de satisfação. Assim, ela deixa de compreender que isto tem mais relação com uma habilidade adquirida e desenvolvida por ela, mas que também reflete a omissão das emissoras de TV em relação à necessidade de oferecer conteúdos em linguagem acessível.

Tabela 30 – Videogames

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Ruim.
Arquitetura da informação	Péssima.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Nenhuma.
Linguagem	Apropriada apenas para quem enxerga.
Tecnologia assistiva disponível	Desconhece.

Fonte: Dados de entrevista.

Tatiane também foi bastante crítica em relação à sua experiência com videogames (Tabela 30). De maneira geral, demonstrou conhecer a lógica dos formatos e dos fluxos de informação em um dispositivo como este e apontou que a linguagem dos jogos só contempla as pessoas videntes. Mostrou-se surpresa ao saber que haviam dois jogos criados especialmente para PDV e que estes estimulavam os sentidos da audição e do tato, suprimindo a parte visual e gráfica.

Tabela 31 – Computadores / Notebooks / Laptops

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Considera complicado até que se familiarize com as suas lógicas.
Arquitetura da informação	Razoável.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Razoável.
Linguagem	Razoável, gostaria que os leitores de tela melhorassem para que ela tivesse uma melhor compreensão do áudio.
Tecnologia assistiva disponível	Usa o sistema nativo do Windows, o DOS-Vox e o NDVA.

Fonte: Dados de entrevista.

Com relação ao seu notebook (Tabela 31) Tatiane demonstra certa inexperiência, que se reflete no baixo grau de sua competência midiática, fruto de um recente acesso aos computadores, em momento posterior à sua perda de visão. Indicou que sente falta de mais marcações táteis no teclado, pois há algumas teclas que não sabe quais são e nem para que servem, o que dificulta a usabilidade do aparelho. Contou que teve dificuldade no começo, mas que depois foi entendendo como funcionavam as tecnologias assistivas e os retornos sonoros do leitor de tela e, assim, foi aprendendo a usar melhor o computador.

Ela reclamou que o retorno sonoro do leitor de tela é muito baixo, dificultando o entendimento, assim como, às vezes, fala muito rápido e ela não consegue

compreender. Contudo, isto ocorre por uma série de fatores associados que se referem mais a uma questão técnica do que conceitual. O fato do leitor de tela emitir um som baixo tem relação direta com a qualidade da placa de som do computador; este problema poderia ser facilmente resolvido com o uso de fones de ouvido, prática bastante comum entre as PDV. Além disso, ela se queixou das barreiras informativas que o leitor de tela encontra e que, muitas vezes, não consegue transpor e lhe deixa "perdida", sem saber o que fazer. Esta é uma reclamação bastante comum entre os usuários de leitores tela, justamente por isso é que as PDV costumam ter instalado vários leitores, pois o que um não consegue fazer o outro geralmente consegue.

Tabela 32 – Celulares / Smartphones

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Ruim
Arquitetura da informação	Ruim
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Inacessível.
Linguagem	Inacessível.
Tecnologia assistiva disponível	Desconhece.

Fonte: Dados de entrevista.

Tatiane possui apenas um celular (Tabela 32), da marca Nokia, um modelo mais antigo que só serve para fazer e receber ligações e enviar mensagens. Este modelo não contém nenhum tipo de acessibilidade e nem possibilidade de acrescentá-la. Ela disse que nunca teve oportunidade de testar e usar um iPhone ou um smartphone com o sistema Android com recurso de acessibilidade para saber como funciona. A partir da referência que tem do seu aparelho, ela avalia o celular como um dispositivo bastante hostil, mas sabe que os modelos mais novos têm a possibilidade de incluir aplicativos que podem ajudar as PDV em diversas tarefas cotidianas.

Tabela 33 – Tablets

Aspectos	Avaliação
Design de acessibilidade	Ruim.
Arquitetura da informação	Ruim.
Usabilidade (facilidade e lógica de uso)	Boa se houver leitor de tela.
Linguagem	Complicada.
Tecnologia assistiva disponível	Desconhece.

Fonte: Dados de entrevista.

Tatiane não possui tablet e não tem acesso fácil a eles (tabela 33), mas já teve a oportunidade de experimentar o uso em um com o sistema Android. Relatou que a experiência foi interessante mas um tanto frustrante, já que não conseguiu fazer muitas coisas, pois a acessibilidade estava desabilitada. Mesmo considerando complicado de lidar, ela revelou que gostaria de experimentar novamente para saber como funciona a leitura de tela e os retornos sonoros. Esta experiência inicial com um tablet sem acessibilidade não permitiu a ela compreender as possibilidades e potencialidades que este dispositivo oferece às PDV. Com o avanço tecnológico e a condição de agregar aplicativos que ampliam as funções do aparelho, abrem-se possibilidades muito interessantes que colaboram para não apenas eliminar barreiras informativas, como também oferecer melhores condições de consumo e significação do conteúdo.

A partir das suas relações pessoais com os meios de comunicação quis saber como ela compreendia alguns dos formatos de conteúdos mais adequados às pessoas com deficiência visual, o que pode ser conferido na tabela seguinte.

Tabela 34 – Formatos de conteúdos

Tipo/formato de conteúdo	Avaliação
Braille	É um formato muito interessante, mas nem todas as PDV sabem ler em Braille.
Braille eletrônico/digital	Desconhece
Texto digital	Não ajuda muito, por causa do leitor de tela nem sempre funcionar.
Áudio	Considerou como "bom", tanto no rádio, no computador e na TV. Já escutou vários livros em áudio e considerou a experiência muito interessante, disse que ao ouvir as histórias ela conseguia criar as imagens mentais dos cenários e personagens que eram muito bem descritos. Confessa que se

	tivesse que escolher entre um livro em áudio ou ele em Braille, preferiria a versão em áudio.
Vídeo com audiodescrição	Adorou a experiência que teve ao assistir um documentário audiodescrito. Sabe que existem outros vídeos audiodescritos na internet, mas sua conexão não é muito boa o que impede que ela acesse vídeos.
Fotos em alto-relevo	Gostou muito de poder tocar uma foto em alto-relevo, disse que a ajudou a compor a imagem na cabeça.
Impressões em 3D	Desconhece

Fonte: Dados de entrevista.

Percebi que sua predileção pelo formato em áudio tem relação com sua "zona de conforto" (tabela 34), já que domina naturalmente a oralidade, mas precisa de novas habilidades e competências para consumir conteúdos impressos em Braille. Como já tratado anteriormente os conteúdos em áudio, embora sejam mais confortáveis, não contribuem para o desenvolvimento das potencialidades comunicativas e intelectuais das PDV em todo o seu potencial. Ela também desconhecia outras formas de texto e Braille que não fosse o impresso em papel.

Sobre o texto digital, há uma questão importante a ser analisada. Em sua resposta espontânea, ela disse que "não ajuda muito, pois o leitor de tela nem sempre funciona". O fato é que o uso de uma tecnologia assistiva é sempre determinado pelo usuário, ele é quem deve dizer se está confortável, seguro, lógico, adequado, se o uso se dá sem esforço e é funcional, assim como regem os conceitos do Desenho Universal. Logo, usar um recurso inadequado e desconfortável vai mesmo gerar desestímulo e descontentamento, como parece ser o caso de Tatiane. O leitor de tela que ela costuma usar, um programa nativo do Sistema Windows, recebe muitas críticas e reclamações dos usuários em fóruns especializados na web sobre acessibilidade. Desta forma, a experiência de consumo de conteúdos digitais será inadequada e gerará frustrações pela falta de condições para transpor as barreiras informativas.

Com relação aos vídeos com audiodescrição, ela se mostrou entusiasmada com a experiência de ter acompanhado a audiodescrição de um documentário, mas depois disso não usou mais o recurso e também desconhecia que havia programas na TV aberta que oferecem programas com audiodescrição, seguindo a legislação vigente. Sua boa avaliação em relação às fotos em relevo remete à sua participação na oficina de fotojornalismo para PDV, na qual teve oportunidade de ter suas

próprias fotos contornadas para ganhar relevo e ajudar, através do tato, na significação das imagens produzidas. Por fim, disse que nunca tinha ouvido falar de impressões em 3D.

5.4.5 Apropriações dos produtos multimídia digitais

Tatiane tem um perfil, como sujeito comunicante, muito distinto dos demais entrevistados nesta pesquisa. O fato de ser menos hábil para lidar com computadores, ter alguma dificuldade para trabalhar com o leitor de tela, bem como não ter o hábito de acessar a internet todos os dias, acaba por configurá-la como uma usuária menos frequente e com menos competências midiáticas digitais. Além disso, soma-se o fato de que o seu acesso à internet é por conexão tipo 3G, a mesma usada em *smartphones* e que geralmente não funciona bem na cidade de São Borja.

A principal atividade que realiza em seu computador é "navegar na internet", invariavelmente não faz outra coisa. Dentre os principais sites que costuma visitar encontram-se: Facebook, Google e "sites de redes de compras". Em relação aos dois primeiros, ela conta que costuma navegar sozinha, mas nos sites de compras prefere fazer uma navegação compartilhada com seu marido (como se fosse um copiloto) para que ele possa descrever o produto e realizar as compras, já que diz ter medo de digitar informações bancárias nos sites.

Quanto ao Facebook, diz que seu interesse é saber sobre a vida das pessoas amigas e familiares, saber o que andam fazendo e conversar com eles através das mensagens. Porém, confessa que não costuma publicar coisas sobre a sua própria vida, porque não gosta de se expor nas redes sociais. A frequência de acesso e de uso do Facebook é constante, mas não todos os dias, pois nem sempre o sinal da internet está bom. Em seu perfil encontram-se conteúdos bastante tradicionais, há fotos de amigos e familiares, passeios, comemorações, que geralmente não contém nenhum tipo de descrição ou legenda. Em sua linha do tempo raramente publica textos, mas quando o faz são textos curtos ou frases de efeito motivacional. Além disso, costuma compartilhar vídeos, principalmente aqueles que são postados na página oficial da ADEVASB, diz que se sente mais segura em saber que um vídeo compartilhado pela associação dificilmente vai lhe colocar em situação de risco ou vergonha.

Os usos relativos aos diversos tipos de conteúdo em termos de consumo, compartilhamento e produção da entrevistada são especificados na sequência.

Tabela 35 – Usos e apropriações sobre os formatos de conteúdo

Formatos	Relato das apropriações
Textos digitais	Costuma consumir e produzir.
Fotos digitais	Consome, produz e compartilha. Excetuando-se a produção, nos demais casos ela só se apropria mediante à descrição da foto/imagem.
Vídeos digitais	Consome pouco, compartilha quando são vídeos temáticos sobre acessibilidade e não produz vídeos, não se sente segura e nem à vontade para produzi-los.
Áudios digitais	Costuma consumir e compartilhar, mas não produz, pois diz que não gosta da sua própria voz.
Conteúdos multimídia (formatos) digitais	Consome, compartilha e produz. A produção desse tipo de conteúdo se dá por conta de sua atividade profissional como professora, geralmente ocorre em formato de apresentação em slides no Power Point.
Infográficos digitais	Inacessíveis! Ela disse que seria "um sonho" poder ter acesso aos infográficos jornalísticos, que lhe parecem ser bastante interessantes.

Fonte: Dados de entrevista.

Em suas reflexões sobre o usos e apropriações que faz dos conteúdos digitais, em depoimento durante a entrevista em profundidade, Tatiane colabora bastante para a compreensão das lógicas dos processos comunicacionais mediante às implicações relativas às PDV no ambiente cibernético.

Quando se trata do formato "texto digital" ela o reconhece facilmente, com certa intimidade, e logo indica que se apropria totalmente do formato e isto realmente eu pude constatar que ela realiza. Embora não seja uma produtora voraz de conteúdos, é importante perceber que ela é capaz de realizar este processo comunicativo com autonomia quando se trata de textos. Ela afirmou não utilizar corretores ortográficos pois não sabe exatamente como eles funcionam associados aos leitores de tela e sente-se constrangida em escrever textos, pois não tem certeza de que está escrevendo corretamente.

O mesmo já não vai ocorrer em relação aos demais formatos, que contém algumas barreiras informativas, como é o caso de fotos digitais, vídeos, multimídia e infográficos, que geralmente não contém informações acessíveis ou descrição que contemple sua apropriação e uso do conteúdo com propriedade. Os "áudios digitais",

embora ela tenha declarado que costuma ouvir e compartilhar, na realidade só costuma ouvir quando escuta rádios pela internet, mas não compartilha este tipo de conteúdo. Ela desconhece os *podcasts*, arquivos em áudio com linguagem radiofônica que costumam ser compartilhados nas redes sociais. Assim como é relevante para esta pesquisa considerar e compreender que, excetuando-se os textos, os demais formatos ela fica inibida e desestimulada em produzir, pois não se sente segura no desenvolvimento do processo comunicacional. Em muitos casos ela nem conhecia o formato, como no caso dos conteúdos multimídias e infográficos, que geralmente também são os tipos de conteúdos digitais que mais contém barreiras informativas.

Além destas relações com os formatos, ela também explicou que suas táticas para burlar as barreiras informativas encontradas no ambiente digital decorrem do auxílio das pessoas videntes, os "olhos amigos" de sua mãe, marido e filha. Ao final da entrevista eu lhe disse que ela tem perfil e potencial para criar conteúdos, que ela deveria pensar em criar um blog ou página pessoal para expor o que pensa sobre acessibilidade e assim contribuir com a construção de uma consciência social sobre a questão. Surpresa com minha sugestão, ela confessou que já pensou e até tem vontade de ter uma página/blog pessoal para publicar suas experiências de vida, mas que não sabe como criar e acha que deve ser "difícil", por isso fica desestimulada; mas, que iria pensar sobre o assunto que lhe pareceu uma boa ideia. Até o fechamento desta tese ela não havia criado sua página/blog.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta é a fase da pesquisa que consagra o trabalho realizado ao longo do processo de doutoramento, fruto de uma série de condições, transformações, reflexões e embates pessoais que configuram o processo todo de pesquisa e se revelam na tese apresentada. É impossível desassociar das considerações finais da tese todo o histórico do pesquisador, desde a aprovação do projeto, as primeiras aulas, os primeiros semestres e seus créditos de componentes curriculares, os seminários apresentados, o conhecimento acumulado por diversas correntes filosóficas em fluxos vindos dos professores(as) e dos colegas mestrandos(as) e doutorandos(as).

Os momentos de orientação de tese foram ricos, recheados de ensinamentos e de aprendizados produtivos, elementos constituintes atuais deste trabalho científico como um todo. A experiência de estar dedicado à pesquisa durante o estágio no exterior, em Barcelona, foi também relevante para o desenvolvimento desta pesquisa, representou um momento em que minhas percepções se tornaram mais apuradas e acelerou meu processo de transformação através de vivências, relações, reflexões e entendimentos que só uma experiência como esta é capaz de fornecer.

O curso de Pós-graduação em Comunicação da Unisinos promove condições favoráveis para o desenvolvimento de seus pesquisadores e, neste processo, reconheço minhas transformações humanas, filosóficas e, principalmente, como pesquisador. Esta minha *odisseia* em busca de novos conhecimentos apropriados e usados em articulação com sabedorias adquiridas, precisa de um ponto e vírgula, afinal, todo este empreendimento de artesanato intelectual não se finda com um ponto final. A perspectiva é de que ele ramifique e gere novos frutos que contribuam para a construção de uma sociedade mais atenta às riquezas das diversidades, problematizando as exclusividades e reconhecendo os Direitos Humanos como balizadores de uma ética necessária em prol da sobrevivência da raça humana.

Propor uma pesquisa científica, na área das Ciências Sociais aplicadas, no campo da Comunicação Social, a respeito de processos comunicativos que envolvem Pessoas com Deficiência Visual, foi um desafio bastante interessante e instigante. Só consigo ter este vislumbre, a respeito do que me propus, neste momento em que faço estas considerações e fecho esta etapa da pesquisa sobre

essa problemática. As tentações panfletárias e de vitimização das PcD que rondam os pré-conceitos do senso comum foram importantes elementos de embate reflexivo para que eu pudesse sair da zona de conforto de pensamento e me incomodasse com o que estava posto. Auxiliado pelas orientações recebidas durante o processo, lutei para compreender que o cerne do problema desta pesquisa não poderia estar orientado por uma benesse motivada por sentimento de culpa social, mas deveria preocupar-se em revelar o que há no âmago da questão. Com este entendimento busquei construir, alimentando-me de uma perspectiva transmetodológica, conhecimentos para compreender a questão central desta investigação científica.

A *questão central* que orientou o problema/objeto desta pesquisa voltou-se para a compreensão das apropriações de conteúdos multimídias digitais, através da web, dos usuários com deficiência visual na perspectiva de sua cidadania comunicativa. Para conseguir responder a esta questão central, formulei algumas questões específicas que contribuiriam para o seu entendimento, em torno de aspectos contextuais, modos de usos e apropriações, mediações e lógicas da acessibilidade vinculadas às possibilidades de cidadania comunicativa dos sujeitos comunicantes com deficiência visual. A seguir sintetizo descobertas relativas a cada uma destas questões específicas e reflito sobre elas.

Em relação à *questão do contexto da deficiência visual no Brasil em termos de inclusão comunicativa e digital desses grupos*, é importante ressaltar que esse contexto foi relevante para a compreensão da problemática investigada. Como não parti de uma hipótese, mas trabalhei sob as lógicas transmetodológicas que implicam em hipóteses dinâmicas e provocantes, a cada instante, ao longo do processo de pesquisa, o contextual se apresentou como o elemento fundamental no sentido de ser transformador e inspirador para a curiosidade do pesquisador.

Compreender aspectos do contexto foi um dos primeiros movimentos que fiz como pesquisador e logo resolvi realizar a pesquisa das pesquisas, nos principais repositórios acadêmicos. Visualizei que o campo de pesquisa da Comunicação Social pouco se interessou em problematizar questões associadas à acessibilidade e comunicação. Encontrei raros trabalhos científicos publicados, o que me pareceu assustador e motivador, já que as referências concretas seriam poucas, mas em contrapartida seria um bom desafio para construir conhecimentos sobre essa questão. Ao longo do trabalho na pesquisa fui descobrindo que haviam outros pesquisadores(as) atualmente também desenvolvendo pesquisas sobre

comunicação e acessibilidade, o que me faz pensar que o tema deve ganhar uma onda de atenção ainda não existente na área.

Os subsídios que a contextualização me proporcionou serviram ao processo de artesanato intelectual como catalizadores de novas ideias a partir das compreensões das epistemes dos temas propostos, sem entender esta lógica seria impossível considerar qualquer coisa sobre a questão central que norteia esta pesquisa. Assim, pude compreender a importância dos termos que designam os diversos grupos sociais das "Pessoas com Deficiência". Ao me deparar com os Termos escolhidos por eles(as) mesmos em uma convenção internacional na ONU em 2007 e que expressam o lema "nada sobre nós, sem nós" convenci-me de que eu não seria a pessoa certa para discutir se o termo correto, hoje em dia, é este ou não.

Compreendi que a adoção desse termo na pesquisa não seria uma questão de preciosismo, mas um sinal de respeito à luta histórica das PcD. Afinal, faz pouco tempo na história da humanidade que elas têm maiores chances de viver num mundo hostil controlado pelas pessoas que se auto intitularam como "normais". Aliás, esta é uma questão de primeira ordem que se revelou nas pesquisas de contextualização, a hegemonia dos "normais" ou, como uso mais especificamente nesta tese, a "hegemonia dos videntes", fruto de uma relação histórica, cujas origens remetem aos grupos sociais mais primitivos, que matavam as crianças que nasciam com alguma deficiência. No DNA social das PcD encontram-se as marcas históricas e contextuais que perpassam as eras e desembocam, sob formas configuradoras, na contemporaneidade.

A evidência disto podemos conferir em solo nacional, no âmbito legislativo, onde os interesses privados se sobrepõem aos públicos, sem pudores, à revelia dos Direitos Humanos. Definitivamente a legislação brasileira, em relação às questões do Direito Humano à comunicação sem barreiras, precisa ser *visível*. Hoje as PDV são invisíveis e tratadas como um estorvo às lógicas capitalistas que estão mais interessadas no lucro dos acionistas do que com a enorme parcela de cerca de 36 milhões de pessoas com deficiência visual existentes no Brasil.

A falta de respeito das emissoras de TV e dos diversos portais e sites da internet expressa descaso e desconsideração da questão. Faz-se necessário que a sociedade tome consciência do significado do problema relativo às barreiras informativas que impedem as PDV de participar de modo pleno do convívio social e

exercer sua cidadania comunicativa a partir do acesso às informações e à produção de comunicação mediada. Na "era da informação" as consequências sociais da falta de cidadania comunicativa podem gerar problemas irreversíveis ao grupo das PDV. É preciso reconhecer a diversidade e gerar condições isonômicas de acesso à informação, é uma questão de sobrevivência deste grupo frente a potencialidade da cibercultura.

Minha experiência de dedicação à pesquisa em Barcelona (Espanha/Catalunha), por seis meses, me forneceu dados e vivências muito relevantes. Não tenho dúvidas de que, sem isso, minha pesquisa seria outra, com menos compreensão sobre estas questões problematizadas aqui. Meu olhar de pesquisador, antes da viagem, continha muito preconceito da cultura da colonização europeia que existe no Brasil. Porém, pude constatar *in loco* que a perspectiva do colonizador é perversa; busquei compreender os aspectos do contexto brasileiro a partir de elementos de contraponto relativos ao contexto europeu, mais especificamente ao de Barcelona. Contudo, os embates com a realidade cotidiana, as implicações destes processos, como já analisado no capítulo de contextualização da tese, me ajudaram a compreender determinadas lógicas e enxergar uma realidade distinta daquela que se constrói à distância aqui no Brasil. Sim, Barcelona é uma das cidades com mais acessibilidade no mundo, mas a que custo social? Como se configuram essas lógicas ao longo da história? E porque a realidade brasileira se apresenta diversa em termos do desenvolvimento de consciência e dos direitos relativos às questões de acessibilidade? Estas questões foram surgindo durante o estágio e pude compreender que há interferências de diversas instâncias de mediação na configuração dessa problemática, de natureza política, econômica, social e técnica, num processo dinâmico que favorece àqueles que estão do lado hegemônico.

Por isso tudo, considero que o contexto da deficiência visual no Brasil, em termos da inclusão comunicativa dos sujeitos comunicantes com deficiência visual, encontra-se em processo de desenvolvimento muito inicial. As lutas sociais, através de movimentos representativos, ocorrem desde a década de 1970. Mais de 40 anos depois ainda estamos discutindo, no âmbito das leis, se a programação de TV deveria conter "x" horas semanais contemplando as PDV. Nesse ponto, penso que é necessário tratar com respeito as PDV e avançar a discussão para um próximo estágio, já que a programação deveria contemplar a todas as pessoas, essa deveria

ser uma questão *sine qua non*, inegociável. Porém, é preciso reconhecer que ela é tão utópica quanto inocente, o que me alerta para isso foram as descobertas realizadas ao realizar a contextualização da questão. Ou seja, a configuração do contexto da deficiência visual no Brasil mostra que a situação é perversa e atua a favor das lógicas dos poderes hegemônicos que, invariavelmente, estão atrelados aos principais meios de comunicação. Logo, a perspectiva de cidadania comunicativa destes sujeitos em termos de relação com as mídias depende de mudanças que não acontecerão naturalmente, mas que necessitam de luta por Direitos Humanos, através dos movimentos sociais representativos.

Em relação à questão relativa aos usos e apropriações – práticas de produção, consumo e compartilhamento – que os sujeitos comunicantes com deficiência visual realizam nos ambientes e dos conteúdos digitais, é possível dizer que apresentam similaridades em relação aos usos e apropriações das pessoas videntes. Esta constatação é uma descoberta interessante desta pesquisa, hoje em dia ela me parece óbvia, mas meu pressuposto hipotético inicial supunha que havia diferenciações muito demarcadas entre os dois grupos.

O que ocorre na prática cotidiana é que o grupo dos videntes segue as lógicas da cultura de quem enxerga e as PDV precisam se adaptar constantemente a essas lógicas. Não satisfeitos com essa vantagem cultural significativa os videntes, ao produzirem e publicarem os bens culturais comunicativos desprezam as leis vigentes e ignoram os direitos das PcD, gerando conteúdos que visam atender a uma audiência que "supostamente" é "normal". A invisibilidade das PDV nos processos sociais pode ser considerada uma aberração, estas representam 1/5 da população brasileira e as instâncias políticas e os meios de comunicação as desconsideram sistematicamente.

Desta maneira, qualquer modalidade de uso ou apropriação de conteúdos digitais pelas PDV se torna uma prática que invariavelmente incorrerá em incomunicações. Para consumir conteúdo pela internet, uma PDV precisará de um leitor de tela ou um ampliador de tela, conforme sua necessidade, que lhe garanta ter acesso ao conteúdo. Porém, a tecnologia assistiva de nada adianta se a imagem não contiver legenda oculta que o leitor de tela possa acessar ou os "botões clicáveis" nas páginas, ou ainda se os aplicativos de celular não estiverem etiquetados com rótulos informativos. Outro problema recorrente diz respeito às atualizações automáticas das páginas da internet, um recurso utilizado para alternar

periodicamente as propagandas: quando elas acontecem, o leitor de tela volta ao início da página e precisa fazer toda a leitura novamente, ou seja, fica impossível concluir uma leitura de um texto, pois em determinado momento a página se atualizará à revelia.

Ao acompanhar diversas PDV em suas redes sociais, entrevistar algumas, conviver com outras pessoalmente e pesquisar sobre este grupo social, pode constatar que os usos e as apropriações são diferenciados das pessoas videntes, entre outros aspectos porque o foco perceptivo é diferente. Ao considerar que as PDV têm competências midiáticas e habilidades tecnológicas distintas, bem como acessos diferenciados aos bens culturais e às tecnologias assistivas, é possível conceber a complexidade da problemática. Os usos e apropriações que as PDV realizam, em processos comunicativos, dependem muito dessa conjuntura de fatores associados.

Ao investigar estas apropriações, pude perceber que mesmo não conseguindo ter acesso pleno e, assim, poder produzir sentidos e se apropriar dos produtos comunicacionais com propriedade, qualquer barreira informativa que é derrubada por ação proativa de um produtor vidente já representa um ganho significativo de qualidade no consumo de informações efetuado pelas PDV.

Vivemos numa hegemonia vidente, ou seja, vigoram as lógicas culturais do grupo de pessoas que enxergam e que determinam como as dinâmicas do mundo funcionam. Resta às PDV uma adaptação aos ambientes, inclusive os comunicativos, que se apresentam hostis, marginalizadores e segregadores. Esta lógica é tão perversa que demanda um investimento muito grande das PDV, em valores intangíveis e inviáveis. Isto só poderia mudar se os ambientes se tornassem acessíveis.

Trata-se aqui de uma questão de ordem mais política do que de disponibilidade tecnológica; afinal, neste sentido, a sociedade tem se valido das novas culturas digitais, lógicas das cooperatividades, colaboratividades e da inteligência coletiva para criar produtos e serviços com uma variedade e diversidade de funções que contemplam de maneira bastante razoável o grupo das PDV. Vejamos a variedade, quantidade e boa qualidade dos aplicativos para *smartphones* e tablets, úteis diretamente às PDV que foram desenvolvidos nos últimos dois anos. Temos desde aplicativos que identificam objetos e marcas de produtos até aqueles que guiam, via GPS, as PDV pelas ruas rumo a um endereço específico. Há também

os projetos mais ousados e conceituais que procuram viabilizar a audiodescrição em produtos audiovisuais para cinema, TV, Youtube e Netflix, através de aplicativos que sincronizam o áudio do filme ou série com o arquivo de audiodescrição contido no *smartphone* da PDV, como são os casos do "Legenda Sonora⁹⁵" e "Zagga⁹⁶".

Porém, para que estas ações ocorram de maneira satisfatória, é necessário considerar não apenas a instância política, como também a tecnicidade e a sociabilidade. Considerar essas diversas instâncias em favor de uma mesma proposta pode quebrar estes paradigmas sociais que criam barreiras informativas que, muitas vezes, são compostas por desrespeito aos Direitos Humanos. Isto significa que os usos e apropriações em práticas de produção, consumo e compartilhamento de conteúdos digitais pelas PDV dependem de uma série de fatores complexos.

Para evitar estes problemas recorrentes no âmbito da internet, há um consórcio não governamental, o W3C, que é responsável pela padronização das linguagens de máquina (linguagens de programação) que configuram as interações mediadas na "grande teia" de computadores. Periodicamente, o laboratório de pesquisas do W3C publica diretrizes para que os fluxos de comunicação online ocorram de maneira satisfatória, não apenas do ponto de vista funcional em termos de "pacotes de informação" transmitidos, mas também nas condições e estéticas da Comunicação Digital. Isto inclui, por exemplo, diretrizes para configuração de sistemas de informação na web (sites, blogs, aplicativos, bancos de dados, programas e etc) com acessibilidade. Na prática, os desenvolvedores de sistemas não levam isso muito em consideração, tampouco os produtores de informação.

Em muitos casos, o sistema permite facilmente a inclusão da descrição oculta da imagem, bem como de outros atributos de acessibilidade, mas muitos profissionais de comunicação desconhecem ou ignoram a necessidade disto e não o utilizam. Esta é uma questão também cultural, faz-se necessário, entre outras coisas, uma campanha de conscientização sobre a acessibilidade comunicativa; assim, aos poucos, as pessoas poderiam adotar a prática e naturalizá-la no processo, em um movimento sociocultural semelhante à proibição do fumo dentro de aviões e estabelecimentos, que hoje em dia parecem absurdos.

⁹⁵ Projeto Legenda Sonora: <http://legendasonora.com.br/>

⁹⁶ Projeto Zagga: <http://zagga.tv/>

Minha consideração sobre esta questão foca no cerne do problema: se não houver preocupação com a acessibilidade nas etapas do processo comunicativo, desde o planejamento, antes da produção e formatação do conteúdo, até sua publicação nos canais digitais, estaremos insistindo num processo viciado que desconsidera as diversidades das audiências.

Passo agora a refletir sobre a *questão de como os desenhos de acessibilidade e a incorporação de Tecnologia Assistiva nos cenários digitais usados pelas PDV incidem sobre essas apropriações*. Sem dúvida, o conceito do Desenho Universal é um ponto chave para a compreensão da questão central desta tese. Ele funciona como um conceito articulador presente em quase todas as instâncias conceituais, operando em prol de um mesmo rumo de ideias recorrentes que foram trabalhadas ao longo dessa pesquisa. A ideia conceitual do desenho universal é tão simples quando complexa de ser usada e apropriada pelas diversas áreas científicas que se interessaram pela lógica proposta.

O Desenho Universal parte do pressuposto de que um ambiente, produto ou serviço deve oferecer isonomia de uso e apropriação, seguindo sete princípios básicos: 1) ser igualitário com uso equiparável; 2) ser adaptável com uso flexível; 3) ser óbvio, simples e objetivo; 4) ter informação multiperceptível; 5) ser seguro e tolerante ao erro do usuário; 6) ser fácil de usar, mínimo esforço e 7) Ser abrangente e ter tamanho e espaço apropriado ao uso (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008, p. 12). Ao me deparar pela primeira vez com este conceito, durante a fase da pesquisa da pesquisa, logo encontrei uma vertente lógica de raciocínio que também era apropriada pelas áreas da Educação e da Informática, quando o objeto tinha associação com as questões da acessibilidade. Depois, também descobri que o campo do Design Gráfico se apropria bastante deste conceito, principalmente no que se refere diretamente à interface com o usuário.

O chamado "UX" (*user experience*) é um ramo dos estudos do Design Gráfico que se preocupa com as questões ergonômicas dos produtos comunicativos e seus usos e apropriações pela audiência. Em uma vertente específica dos estudos de Design, o webdesign, o UX tem também se preocupado com as diretrizes do W3C para as questões de acessibilidade e isso tem gerado alguns estudos e pistas sobre os usos e apropriações de conteúdos na web. Na prática é simples de entender: quanto mais princípios básicos do Desenho Universal o site ou aplicativo oferecer, melhor será a experiência do usuário e isso independe da sua condição física ou

perceptível. Não importa se a pessoa é cega, surda ou tem dificuldade motora, ao seguir estes princípios toda a audiência é contemplada e nenhum grupo social é segregado de poder consumir aquela informação.

Sob esta lógica, a comunicação social pode agregar valor aos seus processos comunicativos ao considerar o Desenho Universal como balizador dos projetos de comunicação. Ou seja, o planejamento do produto, seja ele qual for, deveria incluir esta lógica desde sua concepção. Há pressupostos para que isto ocorra no cotidiano das produções comunicativas: 1) é necessário reconhecer a diversidade da audiência de PcD e contemplá-la; 2) é preciso mudar a cultura das rotinas produtivas e incluir a acessibilidade desde o início do projeto; 3) deve-se conhecer as tecnologias assistivas e suas potencialidades; 4) é preciso fiscalização para que se cumpra o que estabelece as leis de acessibilidade.

Uma mudança cultural desse porte no âmbito da comunicação é muito complexa, ainda mais porque os principais meios de comunicação não demonstram o interesse em que a acessibilidade comunicativa vigore visto que, entre outros aspectos, isto atrapalharia o ritmo da produção já estabelecido e ainda geraria a necessidade de investimento em profissionais especializados. Por isso, penso que essa mudança cultural encontra um terreno fértil para se desenvolver a partir das universidades, nos cursos de comunicação.

A experiência pessoal que tenho com meus(minhas) estudantes da Unipampa é bastante animadora, o trabalho que eu e mais uma colega desenvolvemos com relação à acessibilidade comunicativa nos cursos de comunicação gerou uma cultura de inclusão da acessibilidade nos produtos produzidos por eles. Numa observação intuitiva, tenho a impressão de que esta nova geração que habita os cursos universitários apreende estas questões de modo muito natural; não lhes parece custoso incluir a acessibilidade em suas reportagens, pelo contrário, lhes parece óbvio. Este é o bom sinal neste sentido, já que confesso minha desilusão quanto a esperar uma mudança cultural nesse âmbito vinda das redações de jornal ou das agências de publicidade. Assim, os cursos de comunicação deveriam incluir componentes curriculares que tratem da questão da acessibilidade comunicativa, trabalhando com as lógicas do Desenho Universal associado à Tecnologia Assistiva.

Em relação à questão de *como essas apropriações se relacionam com as organizações ligadas às PDV, bem como com os cenários de sociabilidades do cotidiano, o ativismo político, as mundividências, as competências multimidiáticas*

digitais e comunicativo culturais, considero que as instâncias políticas são determinantes nos processos de apropriação, em várias dimensões

Os governos, de qualquer instância pública, historicamente têm uma relação interesseira para com as causas das PDV, exploram-nas para agregar valor às ações governistas desconsideram-nas com facilidade ao sofrerem pressões do setor privado, que dá preferência aos lucros de seus acionistas em detrimento à possibilidade de promoção de ações sociais que visem a isonomia e inclusão das PcD. Este círculo vicioso ocorre desde os anos 70 do século XX, momento em que os movimentos sociais das PcD se organizaram politicamente para lutar por seus Direitos Humanos e dignidade.

Temos hoje um cenário político desfavorável às PDV, mas um ambiente tecnológico e social mais favorável. Neste sentido, as organizações ligadas às PDV deveriam aproveitar para juntar forças e lutar pelas causas comuns e fundamentadas nos Direitos Humanos. Além disso, o desafio é conquistar a simpatia das PDV que, em muitos casos, não se sentem representadas por instituições privadas que tomaram para si o papel de instância de mediação sociabilizadora e mesmo política. Pude constatar ao longo desta pesquisa, nas inúmeras conversas informais e em entrevistas exploratórias com PDV, bem como nas entrevistas em profundidade e nos conteúdos publicados por estas nas redes sociais, que há um descontentamento geral para com estas instituições.

Essa crise de representatividade no âmbito das instâncias políticas e das instituições para as PcD não é privilégio do cenário brasileiro; pude constatar o mesmo acontecendo na Espanha em relação à ONCE. Em entrevista realizada com a assistente social da ADVC, instituição alternativa e paralela à ONCE, obtive a seguinte declaração: "Hoje em dia, para a ONCE, é melhor que haja cada vez mais PDV dependentes da lógica da instituição, pois uma PDV independente e autônoma significa o enfraquecimento da própria instituição". Esta lógica perversa é constrangedora, mas faz sentido quando se analisa o cenário político mundial e se em perspectiva histórica e social. No Brasil temos casos semelhantes com instituições que indiscutivelmente realizam trabalhos importantíssimos e relevantes junto às PcD, mas que politicamente atuam muitas vezes a favor de seus interesses institucionais e visando a manutenção de suas significativas verbas anuais e contra a autonomia de seu público, como é o caso das APAES e também da Fundação Dorina Nowill. Trata-se de uma relação polêmica, mas que precisa ser

problematizada e que por si só mereceria o desenvolvimento de outra tese específica sobre o tema.

Contudo, mesmo reconhecendo que desde 2002 o cenário social das PcD tem melhorado significativamente, muito em função do empoderamento deste grupo social, promovido também por ações do Governo Federal, é preciso considerar que o avanço ainda é lento e que, principalmente, no âmbito da acessibilidade comunicativa, houve significativo retrocesso. A pressão via *looby* político que as principais empresas de comunicação do país exercem, contrárias às propostas de benefícios previstos em lei para as PDV, é perversa e desumana.

Desde 2006 as PDV vêm perdendo, seguidamente, embates políticos e, por consequência, direitos adquiridos em leis que já estavam promulgadas e sumariamente ignoradas pelas empresas de comunicação, até que estas foram sendo modificadas em favor dos interesses privados. O cenário atual é reflexo destas ações dos poderes hegemônicos contra as PDV e as perspectivas são ainda mais preocupantes, já que neste início de 2015 a Câmara de Deputados e o Senado demonstram claramente que devem promover cortes nos direitos adquiridos pelos setores mais frágeis da sociedade, como é o caso das PcD.

A comunicação digital passará por uma revolução muito importante no próximo ano, já que até o final de 2016 deveremos ter o fim das transmissões dos sinais analógicos para televisão e a implantação definitiva dos sinais digitais em todo território nacional. Porém, o que deveria significar avanço tecnológico e abrir possibilidades para o progresso social revela-se mais um atentado aos Direitos Humanos das PDV, já que os conteúdos com audiodescrição continuarão a seguir as novas diretrizes do mais recente decreto lei sobre acessibilidade nos meios de comunicação.

Desde 2008 as emissoras de Rádio e Televisão, representadas pela ABERT, conseguem derrubar as leis vigentes em prol de decretos lei que modificaram, várias vezes, os prazos para a implantação da audiodescrição obrigatória na TV. Um dos principais argumentos para sustentar essa lógica baseia-se na suposta falta de condições técnicas e de recursos humanos para a implantação do recurso. Contudo, agora, com a implantação definitiva da TV digital e com os inúmeros profissionais de audiodescrição existentes, esse argumento não se sustenta mais.

A TV Digital é muito mais do que apenas uma melhora na qualidade da imagem, esse tipo de transmissão tem potenciais ainda inexplorados ou em fase de

testes em território nacional, como é o caso da acessibilidade comunicativa para audiodescrição em um segundo canal de áudio e a janela de LIBRAS num segundo canal de vídeo, num mesmo canal. Além disso, a possibilidade de navegação pelos menus interativos e acesso às informações substanciais sobre o programa e/ou a programação de um canal, que aos videntes é quase sempre desinteressante, às PDV é um desejo quase utópico. Mas a perspectiva é de que isso não vá acontecer tão cedo, basta reparar que as TVs Digitais por assinatura, com transmissões por cabo e satélite, já estão disponíveis no Brasil desde meados da última década do século passado e até hoje o único recurso de acessibilidade oferecido é a legendagem por *Close Caption*. Aliás, que não vigora por conta da acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva, mas sim para contemplar aqueles que escutam bem, mas por algum motivo precisam ficar com o volume da TV em modo silencioso.

Fica muito complexo equacionar a questão toda, pois cada vez mais as PDV estão se tornando sujeitos comunicantes competentes, com habilidades midiáticas digitais e potencial de desenvolvimento como consumidor e produtor de informações, mas os benefícios sociais não só não acompanham o ritmo desse grupo social, como se retraem. Para evitar ainda mais perdas sociais e comunicativas, os movimentos sociais das PDV precisam se articular politicamente com estratégias que visem a reconquista dos direitos perdidos nos últimos anos, explorando, entre outras questões, a fragilidade do argumento que se baseava na impossibilidade técnica e na escassez de recursos humanos para a implantação da audiodescrição.

Já, com relação às *concretizações, possibilidades e limites apresentados pelos usos e apropriações para a acessibilidade e a cidadania comunicativa das PDV*, constato que, embora o ambiente digital seja hostil às PDV, que as instâncias políticas estejam dificultando severamente a retirada de barreiras informativas e que as tecnicidades influenciem em tempos sociais distintos, ainda assim as PDV tem conseguido realizar usos e apropriações razoáveis da cibercultura.

Ciente do complexo contexto, surpreende que as PDV consigam participar e ter acesso, pelo menos, a migalhas do *self-service* de informações e recursos do ambiente digital. Foi possível constatar que as PDV apresentam ações criativas para burlar os sistemas de informação e transpor barreiras, inventando o cotidiano com táticas - no sentido certoniano (1994) – para apropriar-se das mídias.

Suas possibilidades de usos e apropriações são configuradas pelas condições contextuais adversas e mediações (MARTÍN-BARBERO, 1997), mas paradoxalmente os limites destas possibilidades não se apresentam cerrados e sentenciados definitivamente por culturas hegemônicas e opressoras. Reconheço que as táticas cotidianas das PDV, fundamentadas em sentidos de sobrevivência, lhes garantem ultrapassar barreiras informativas com um elemento que ainda não consegue ser sintetizado binariamente pelas máquinas: a criatividade. Esta, associada ao cooperativismo e à colaboratividade entre videntes e PDV, enfraquecem nós problemáticos que se criam nos meandros dos processos comunicativos que procuramos observar durante todo essa pesquisa.

Podemos afirmar que de modo geral a web e os outros meios de comunicação digitais (como a TV) não se configuram como ambientes acessíveis, tampouco há perspectiva de que se tornem em pouco tempo. Por isso, penso que aqueles(as) PDV que detêm competências multimidiáticas e alcançam os fluxos de informações precisam compartilhar seus conhecimentos técnicos, conceituais e políticos com outras PDV e contribuir para buscar o reconhecimento de seus Direitos Humanos através de ações de cidadania comunicativa. Este grupo social carece, também de mais visibilidade, seus problemas precisam constar nas pautas dos jornais, não apenas na "semana internacional das pessoas com deficiência", mas no dia a dia, para que deixem de ser números estatísticos e pessoas invisíveis na esfera pública.

Nas pesquisas exploratórias constantes realizadas durante quase todo o processo desta pesquisa, senti falta de encontrar PDV emblemáticas se apoderando das Redes Sociais e produzindo conteúdos que problematizassem e defendessem as causas comuns das PcD.⁹⁷ Estas ações políticas cotidianas podem e devem ocorrer através dos diversos canais contra hegemônicos disponíveis na web em prol da construção da cidadania comunicativa desse grupo (MATA, 2006). Há tantas

⁹⁷ A personagem mais atuante nesta seara é a Deputada Federal Mara Gabrilli, que é cadeirante e construiu sua carreira política defendendo as causas das PcD, mas cujo trabalho realizado na Câmara possui a "estranha" capacidade de conseguir avanços sociais significativos com a mesma desenvoltura que consegue apoiar causas reacionárias e conservadoras que surtem efeito contrário e opressor para com o público que ela representa. Além dela, só os Deputados Romário e Jean Willys costumam atuar politicamente reconhecendo as vulnerabilidades sociais deste grupo social, porém, ambos não são PcD e, lembrando o lema do Movimento Vida Independente: "nada sobre nós sem nós", é imprescindível que as 45 milhões de PcD, ¼ da população brasileira tenham mais representantes nas esferas políticas.

tecnologias da inteligência (LÉVY, 1993) que podem ser associadas à Tecnologia Assistiva (BERSCH, R. De C. R., 2009) para colonizar os espaços nessa noosfera (CHARDIN, 1986) em busca da expressão por e para a cidadania. É preciso conquistar estes espaços e essa conquista se dará a partir de lutas sociais por direitos conquistados e a conquistar.

Observo, em síntese, que as apropriações estudadas se revelaram configuradas pelas instâncias de mediações estudadas, sob a ação constitutiva e configuradora dos contextos e expressaram também, as táticas que esses sujeitos formulam para realizá-las. Contudo este cenário, na perspectiva da cidadania comunicativa, é ainda desfavorável para as PDV, em várias dimensões. Logo, será importante que esses sujeitos também avancem no sentido de apropriar-se de modo mais expressivo dos ambientes digitais para construir espaços democráticos em virtude das suas legítimas causas sociais.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Norma brasileira 15599. acessibilidade - comunicação na prestação de serviço.
- ALVES, L. R. Tornar comum a cidadania: raízes antropológicas na vivência comunicativa. *Comunicação & Sociedade*, 2012. v. 33, n. 57, p. 129–147.
- BACHELARD, G.-A. *Epistemologia*, edições 70. [S.l.]: Lisboa, 1981.
- BAITELLO, N. *A era da iconofagia. ensaios de comunicação e cultura*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- BARBOSA, L. M. M. *Informática e deficiência visual: uma relação possível? Educação digital: a tecnologia a favor da inclusão*. 1ª. ed. Porto Alegre: Penso, 2013, p. Cap. 12. Pág 296.
- BASSANI, P. B. S. *et al.* Usabilidade e acessibilidade no desenvolvimento de interfaces para ambientes de educação à distância. *RENOTE - Revista Novas Tecnologias na Educação*, 2010. v. 8, p. [s/n].
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. [S.l.]: Vozes, 2002.
- BELARMINO, J. *Aspectos comunicativos da percepção tátil: a escrita em relevo como mecanismo semiótico da cultura*. São Paulo: PUC, 2004.
- BENGALA DIGITAL. *Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão*. Bengala Legal, [S.l.], 2014. Site. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>>. Acesso em: 22 jan. 2015.
- BERSCH, R. *Introdução à tecnologia assistiva*. Porto Alegre: CEDI - Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, 2008. Disponível em: <http://proeja.com/portal/images/semana-quimica/2011-10-19/tec-assistiva.pdf>.
- BERSCH, R. De C. R. *Design de um serviço de tecnologia assistiva em escolas públicas*. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2009. Dissertação de Mestrado.
- BIELER, R. B. *Desenvolvimento inclusivo: uma abordagem universal da deficiência*. Panamá: [s.n.], 2005. Disponível em: http://www.uefs.br/disciplinas/exa519/Des_Inclusivo_Paper_Port_Final.pdf.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 2004.
- BONIN, J. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. in: Maldonado, E. et. al. *Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*,. 2ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19–42.

BONITO, M. Os informívoros do webjornalismo esportivo. São Paulo: Universidade Paulista - UNIP, 2007. Dissertação de Mestrado.

BOURDIEU, P. A juventude é só uma palavra. *Questões de Sociologia*, Lisboa, Fim de Século. [S.l.]: [s.n.], 2003, p. 151–162.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. [S.l.]: Vozes Petrópolis, 1999.

BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. *In*: JANOTTI JUNIOR, J.; MATTOS, M. Â.; JACKS, N. (Org.). *Mediação & midiatização*. Livro Compós 2012. Salvador/BA: EDUFBA, 2012, p. 31–52.

BRANDÃO, J. Dicionário mítico-etimológico, volume ii. [S.l.]: [s.n.], 2008.

BRASIL. LEI Nº 10.098. Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. . 19 dez. 2000.

_____. Decreto nº 5.296 - presidência da república - casa civil. . dezembro 2004.

_____. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília, Distrito Federal, Brasil: [s.n.], 2007.

_____. Tecnologia assistiva. Brasília, DF: CORDE, 2009a.

_____. Nº 6.949. Convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo. . 25 ago. 2009 b.

BRASIL, M. Da E. Relatório nacional do pisa 2012: resultados brasileiros. 1ª. ed. São Paulo: B&C Textos, 2012.

BULFINCH, T. O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BURCH, S. Derechos de la comunicación: nuevos retos. *Minga Informativa de Movimientos Sociales*, 29 de janeiro de 2005, 2005.

CARLETTO, A. C.; CAMBIAGHI, S. Desenho universal - um conceito para todos. São Paulo: [s.n.], 2008.

CARVALHO, I. V. De. Dialogismo e ambivalência no «lazarillo de tormes». *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, 2011. v. 3.

CARVALHO, M. S. R. M. De. A trajetória da internet no brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Disponível em: <<http://www.nethistory.info/Resources/Internet-BR-Dissertacao-Mestrado-MSavio-v1.2.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 6ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. V. 1.

CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e terra, 1999b. V. 2.

CENTRO ESPAÑOL DE DOCUMENTACIÓN SOBRE DISCAPACIDAD CEDD. Estrategia española sobre discapacidad 2012-2020. Real Patronato sobre

Discapacidade. Disponível em: <http://sid.usal.es/idocs/F8/FDO26112/Estrategia2012_2020.pdf>. Acesso em: 11 set. 2014.

CEPAL, N. U. (Org.). Panorama social da América Latina. [S.l.]: [s.n.], 2012.

CERTEAU, M. De. A invenção do cotidiano 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARDIN, P. T. De. Fenômeno humano, o. [S.l.]: Editora Cultrix, 1986.

CNAT - SECRETARIADO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (SNRIPC). Catálogo nacional de ajudas técnicas. Ajudas Técnicas, [S.l.], [s.d.]. Site. . Acesso em: 18 dez. 2014.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC domicílios e empresas 2012. Tradução de DB Comunicação. São Paulo: [s.n.], 2013.

CONDE, A. J. M. Deficiência visual: a cegueira e a baixa visão. Bengala Legal, [S.l.], 11 maio. 2012. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/cegueira-e-baixa-visao>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

DIAS, R. Da S. T.; FRANCO, R. J. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. Revista Benjamin Constant, Abril. 2005. n. 30.

DOMINGUES, J. M. Cidadania, direitos e modernidade. In: SOUZA, J. (Org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. 1ª. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2001, p. 213 a 242.

DROGUETT, J. Sonhar de olhos abertos. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

FAUSTO NETO, A. Miatização, prática social: prática de sentido. in: encontro anual da associação nacional dos programas de pós-graduação em comunicação (compós). Bauru, Brasil: COMPÓS, 2006.

FEITOSA, S. P. De M. O oráculo dos delfos. Instituto Sapientia, [S.l.], maio. 2011. Disponível em: <http://www.institutosapientia.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1280%3Atiresias-a-fala-profetica-no-mito-grego&catid=111%3Ao-oraculo-dos-delfos&Itemid=111>.

FILHO, P. R. A saga da audiodescrição no Brasil. Blog da Audiodescrição, [S.l.], 21 out. 2009. Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2009/10/saga-da-audiodescricao-no-brasil.html>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

_____. Leis. Blog da Audiodescrição, [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2012/03/audiodescricao-lei.html>>.

_____. Supremo joga pá de cal na esperança de brasileiros com deficiência. Blog da Audiodescrição, [S.l.], 26 set. 2014. Disponível em:

<<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2014/09/supremo-joga-pa-de-cal-na-esperanca-de-brasileiros-com-deficiencia.html>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

_____. Ancine publica a instrução normativa 116 de 18/12/2014. Blog da Audiodescrição, [S.l.], [s.d.]. Blog. Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2014/12/ancine-publica-instrucao-normativa-116-de-18-12-2014.html#more>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

FRANCO, E. P. C.; SILVA, M. C. C. C. Da. Audiodescrição: breve passeio histórico. *In*: MOTTA, L. M. V. de M.; FILHO, P. R. (Org.). Audiodescrição: transformando imagens em palavras. 1ª. ed. São Paulo, Brasil: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010, p. 19–36.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. Deficiência visual no brasil. Fundação Dorina Nowill, [S.l.], 2015. Institucional. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/deficiencia-visual/>>. Acesso em: 1 jun. 2014.

G1. Oito a cada dez internautas do brasil estão no facebook, diz rede social. Tecnologia e Games, [S.l.], 21 ago. 2014. Notícias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/08/oito-cada-dez-internautas-do-brasil-estao-no-facebook-diz-rede-social.html>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

GALEANO, E. Voces de nuestro tiempo. [S.l.]: Editorial Universitaria Centroamericana, 1984.

GARCIA CANCLINI, N. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo, SP, Brasil: EDIUSP, 1997.

GARCIA CANCLINI, N. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

_____. Noticias recientes sobre la hibridación. TRANS - Revista Transcultural de Música, dez. 2003. n. 007.

GONTIJO, S. O livro de ouro da comunicação. Rui de Janeiro: Ediouro, 2004.

GORTARI, E. De. Dominio de la lógica e estrutura do conhecimento. Introducion a la lógica dialéctica. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

GRAMSCI, A.; CRUZ, M. B. DA. Obras escolhidas. [S.l.]: [s.n.], 1978.

GRIJÓ, W. P. Teoria das mediações: atualidade, críticas e usos do pensamento de Jesus Martín-Barbero. Confibercom. São Paulo: [s.n.], 2011.

GUILLOT, L. Según la once, en el primer trimestre de 2013 están sufriendo caídas entre un 7,5% y 9%. y “loterías y apuestas del estado —según datos no oficiales ni publicados, pero que nos comentan— está cayendo también en torno al 11,5%.” El blog de Laura Guillot, [S.l.], 2 maio. 2013. Blog. Disponível em: <<http://www.lauraguillot.com/2013/05/segun-la-once-en-el-primer-trimestre-de.html>>. Acesso em: 6 set. 2014.

HEAVEN, K. F. As 100 maiores descobertas científicas de todos os tempos. São Paulo, SP, Brasil: Ediouro, 2008.

IBGE, I. B. De G. E E. Censos demográficos. IBGE, [S.I.], 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm>.

_____. Censos demográficos. IBGE, [S.I.], 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm>.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Instituto benjamin constant - história. Instituto Benjamin Constant, [S.I.], 2005. Institucional. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=13&blogid=1&itemid=89>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

JAPIASSU, H. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

JENKINS, H. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2009.

JOHNSON, R.; ESCOSTEGUY, A. C.; SCHULMAN, N. O que é, afinal, estudos culturais?. Tradução de Tomaz Tadeu Da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LALANDE, A. Dicionário técnico e crítico da filosofia. Dicionário técnico e crítico da filosofia, 1996.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Org.). História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LARA, C. Entrevista sistemática em profundidade. . Acesso em: 19 ago. 2014.

LATOUR, B. Ciência em ação. [S.I.]: Unesp, 2000.

LÉVY, P. Tecnologias da inteligência, as. Tradução de Carlos Irineu Da Costa. [S.I.]: Editora 34, 1993.

_____. Cibercultura. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 1999. Tradução de Carlos Irineu da Costa.

LISBOA, V. Analfabetismo cai no país, mas ainda atinge 13 milhões. EBC - Agência Nacional, [S.I.], 18 set. 2014. Portal de Notícias. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-09/Analfabetismo-cai-0,4-pontos-percentuais-mas-ainda-atinge-13-milh%C3%B5es>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

LOPES, M. I. V.; BORELLI, S. H. S.; ROCHA RESENDE, V. DA. Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade. [S.I.]: Summus Editorial, 2002. V. 66.

MALDONADO, A. E. Produtos midiáticos, estratégias e recepção – a perspectiva transmetodológica. Ciberlegenda, 2002. v. 9.

_____. Explorações sobre a problemática epistemológica no campo das ciências da comunicação. *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 205–225.

_____. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em início do século xxi. *In*: BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. (Org.). *Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa*. João Pessoa: UFPB, 2008, p. 27–54.

_____. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. *Metodologias de pesquisa em comunicação - Olhares trilhas e processos*. 2ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 303.

_____. *Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação. A transmetodologia no contexto latino-americano*. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução de Ronald Polito; Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. *In*: MORAES, D. De (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

MATA, M. C. *De la cultura masiva a la cultura mediática. diálogos de la comunicación*. Lima: [s.n.], 1999.

_____. *Comunicación y ciudadanía. problemas teórico-políticos de su articulación*. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, 2006. v. 8, n. 1. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/view/3125/2934>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

MATTELART, A. *História da sociedade da informação*. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2002.

MATTELART, A.; MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. 3ª. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MATTELART, A.; NEVEU, É. *Introdução aos estudos culturais*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. 15ª. ed. [S.l.]: Cultrix, 2007.

MENEZES, E. T. De; SANTOS, T. H. *Dos. Analfabetismo*. *In*: *Dicionário Interativo da Educação Brasileira*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro De Moura. [S.l.]: São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIELNICZUK, L. *Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web*. *In*: MACHADO, E.; PALACIOS, MARCOS (Org.). *Modelos de Jornalismo Digital*. Salvador/BA: Calandra, 2003.

MONTARDO, S. P.; PASSERINO, L. M.; BEZ, M. R. Acessibilidade digital em blogs: limites e possibilidades para socialização on-line de pessoas com necessidades especiais (pne). Revista Eptic Online, 2011. v. 10, n. 1. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/166>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

MORGADO, L. Entrevista sistemática em profundidade. . Acesso em: 8 nov. 2014. via Skype.

MORIN, E. O método. Lisboa: Europa-América, 1986. V. 3.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. Da Silva; Jeanne Sawaya. 2ª. ed. Brasília, Distrito Federal, Brasil: Cortez, 2000.

MOTTA, L. M. V. De M.; FILHO, P. R. (Org.). Audiodescrição: transformando imagens em palavras. 1ª. ed. [S.l.]: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

NEGROPONTE, N. A vida digital. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NIETZSCHE, F. Assim falou zaratustra. [S.l.]: Editora Companhia das Letras, 2012.

NORRIS, C. Epistemologia, conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ONU BRASIL. A onu e as pessoas com deficiência. ONU Brasil - Organizações Unidas no Brasil, [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

ONU, O. Das N. U. Declaração universal dos direitos humanos. Paris: ONU, 1948.

PASSERINO, L. M.; MONTARDO, S. P. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para pessoas com necessidades especiais. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Tecnologias de Informação e de Comunicação”, do XI Colóquio Internacional sobre a Escola Latino Americana de Comunicação, na Universidade Católica de Pelotas, em Pelotas, RS, de, 2007. v. 7. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewArticle/144>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

PINTO, Á. V. O conceito de tecnologia. São Paulo, Brasil: Contraponto, 2005.

PRIMO, A. Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, congnição. Porto Alegre, RS, Brasil: Sulina, 2008.

RADABAUGH, M. P. Nidrr’s long range plan-technology for access and function research section two: nidrr research agenda chapter 5: technology for access and function. [S.l.], 2005. Disponível em: <<http://www.ncd.gov/newsroom/publications/1993/assistive.htm#5>>.

RECUERO, R. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REI CARLOS I, J. 7/2010 de 31 de marzo. Ley general de la comunicación audiovisual. «BOE» núm. 79, de 1 de abril de 2010. . 5 out. 2014.

ROBREDO, J. Sobre arquitetura da informação. Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI), jul. 2008. v. 1, n. 2, p. 115–137.

SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2010.

SANTAELLA, L. Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia. [S.l.]: Editora Iluminuras Ltda, 2001.

SANTAELLA, L. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulos: Paulus, 2004.

SANT'ANNA, L. A importância da audiodescrição na comunicação das pessoas com deficiência. *In*: MOTTA, L. M. V. de M.; FILHO, P. R. (Org.). Audiodescrição: transformando imagens em palavras. 1ª. ed. São Paulo, Brasil: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010, p. 134–142.

SARAMAGO, J. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. Tecnologia assistiva. Assistiva tecnologia e Educação, [S.l.], 2013. Site. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão. Bengala Legal, [S.l.], 22 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

SCHERRER, W. I. Redes sociais na sociedade de informação. *In*: CASTRO, M. C. P. S. (Org.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: UFMG, 2006, p. 215–227.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. A convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada. 1ª. ed. Brasília, Distrito Federal, Brasil: [s.n.], 2008. Inclui a íntegra da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e o Protocolo Facultativo e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

SEGUNDO PROGRAMA DE ÁUDIO. *In*: Wikipédia, a enciclopédia livre. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Segundo_programa_de_%C3%A1udio&oldid=39202953>. Acesso em: 7 fev. 2015. Page Version ID: 39202953.

SILVEIRA, S. A. Da. A rede e a liberdade de criação. CGI.br - Comitê Gestor da Internet no Brasil, [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.cgi.br/publicacao/a-rede-e-a-liberdade-de-criacao/21>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

SODRÉ, M. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. Sociedade Midiatizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 19–32.

STRASSBURGUER, T. América latina e cidadania comunicativa - as interrelações entre sujeitos comunicantes. São Leopoldo: Unisinos, 2012. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000000/00000068.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. Introducción a los métodos cualitativos de investigación. 1996.

TEIXEIRA, G. L. A violência é cega: reflexões em torno de ensaio sobre a cegueira de José Saramago. Revista Aurora, jan. 2010. n. 7.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Brasil não sabe quantas crianças com deficiência estão fora da escola. Todos Pela Educação, [S.l.], 21 ago. 2014. Governamental. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/31128/brasil-nao-sabe-quantas-criancas-com-deficiencia-estao-fora-da-escola/>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

TRIVINHO, E. Introdução à dromocracia cibercultural: contextualização sociodromológica da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, 13 abr. 2008. v. 1, n. 28. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3338>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

UNESCO, O. Das N. U. Para A E., A Ciência E A Cultura. Relatório de monitoramento global de ensino para todos 2013/14. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

UOL EDUCAÇÃO. Pisa: desempenho do Brasil piora em leitura e “empaca” em ciências. UOL Educação, [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/12/03/pisa-desempenho-do-brasil-piora-em-leitura-e-empaca-em-ciencias.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

USABILIDADE. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. [S.l.]: [s.n.], 2014. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Usabilidade&oldid=40569451>>. Acesso em: 8 jan. 2015. Page Version ID: 40569451.

VALLE, L. E. L. R. Do. Inclusão digital na alfabetização: importância da aprendizagem inicial na vida de todos. In: MATTOS, M. J. V. M. De; COSTA, J. W. Da (Org.). Educação Digital: a tecnologia a favor da inclusão. Porto Alegre, Brasil: Penso, 2013, p. da 122 à 144.

VIEIRA, D. L. As múltiplas faces da violência em: ensaio sobre a cegueira. Salvador/BA: Universidade do Estado da Bahia - UNEB, 2013. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2013/06/vieira_derlan.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2015.

VILARONGA, I. Olhares cegos: a audiodescrição e a formação de pessoas com deficiência visual. In: MOTTA, L. M. V. de M.; FILHO, P. R. (Org.). Audiodescrição:

transformando imagens em palavras. 1ª. ed. São Paulo, Brasil: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010, p. 142–149.

VYGOTSKY, L. S. Obras escogidas. Madrid, Espanha: Visor, 1997. V. V.

WALLERSTEIN, I. Para abrir as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1996.

WIENER, N. Cibernética e sociedade. Tradução de José Paulo Paes. 2ª. ed. São Paulo, Brasil: Editora Cultrix, 1954.

WINKIN, Y. (Org.). La nouvelle communication. Paris: Editions du Seuil, 1984.

WOLTON, D. Informar não é comunicar. Tradução de Juremir Machado Da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2010.

WURMAN, R. S. What's an information architect? 1997.

APÊNDICE A- ROTEIROS DA ETAPA SISTEMÁTICA DA PESQUISA

ENTREVISTA TIPO 1- MEDIAÇÕES

BLOCO 1: DEFICIÊNCIA VISUAL

- Qual o tipo e grau de deficiência visual que possui? (Enquadramento nas categorias do CENSO 2010).
- Desde quando possui a deficiência visual?
- Histórico da relação pessoal e familiar com a deficiência visual:

BLOCO 2: ATIVISMO POLÍTICO LIGADO ÀS PDV

- Caso não, porque?
- Desde quando?
- Como começou?
- Quais são as propostas / pautas desse ativismo / por quais bandeiras lutam
- Como entendem a atual situação das PDV?
- Ações já realizadas
- Estratégias de luta
- Atividades e papel que realiza(ou) no âmbito desse ativismo
- Como se dá o uso da comunicação/mídias nesse ativismo?

BLOCO 3: LIGAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES LIGADAS ÀS PDV

- A quais organizações esteve/está ligado (passado e presente)?
- Que tipo? (ONGs/Governamentais/Comerciais)
- Há quanto tempo? (para cada uma)
- Por que fez/faz ou não parte?
- Como e o que fazia/faz?

BLOCO 4: CULTURAS E SOCIABILIDADES DO COTIDIANO

- Onde nasceu e já viveu?
- Quais são os seus talentos?
- Contar as atividades da rotina cotidiana (dias de semana, finais de semana)
- Usa bengala/óculos escuro? Que tipo? (elemento de sociabilidade)
- Lê em Braille

Estudo

- Onde estudou/formação escolar (nomes das escolas)
- Os ambientes educacionais eram acessíveis?
- Outros cursos e atividades de aprendizado não escolares realizados ao longo da vida

Trabalho

- Trabalhou/trabalha em alguma atividade?
- Atividades realizadas nesse trabalho
- Os ambientes empregatícios eram acessíveis?

Atividades de lazer

- Principal hobby atual?
- Atividades realizadas (passado/presente)

Atividades religiosas

- Religião
- Atividades realizadas (passado/presente)

Grupos e associações

- Quais Grupos/Associações/Clubes/Fã Clubs a que pertence/pertenceu?

Outros âmbitos de convivência do cotidiano

- Exerceu atividades voluntárias (passado e presente)?

BLOCO 5: CULTURAS MIDIÁTICAS**Relação histórica com:**

- Impressos (Jornais/Revistas)
- Fotografia / Pinturas
- Rádio (analógico/digital)
- Cinema (clássico/3D)
- TV (analógica/digital)
- Videogames (consoles/portáteis)
- Computadores com acesso à internet
- Smartphones
- Tablets
- Outros

ENTREVISTA TIPO 2: COMPETÊNCIAS MULTIMÍDIAS DIGITAIS, USOS E APROPRIAÇÕES

Quais destes aparelhos digitais (dispositivos midiáticos), com acesso à internet, que você possui:

BLOCO 1- DISPOSITIVOS, USOS E APROPRIAÇÕES**Computador de mesa**

- Marca/tipo/modelo
- Porque esta marca?
- Motivo para comprar
- Há quanto tempo possui e usa?
- Como e quando aprendeu a usar?
- Com que frequência usa?
- Qual é a rotina do uso? (horários)
- Onde costuma usar mais?
- Usa Sozinho(a) (individual) ou acompanhado(a) (coletivo)?
- Como costuma usar?

- Por que costuma usar?
- Para que lhe é útil?
- Quais são os principais programas, plugins e/ou aplicativos que você utiliza? Como? Por quê? Para que?
- Estes programas, plugins e /ou aplicativos contribuem de alguma maneira nas suas atividades cotidianas? Como? Por quê?
- Usa alguma tecnologia assistiva para PDV para usar este aparelho? Quais?
- Desde quando e como aprendeu a usar?
- Pode demonstrar como usa?

Computador portátil

- Marca/tipo/modelo
- Porque esta marca?
- Motivo para comprar
- Há quanto tempo possui e usa?
- Como e quando aprendeu a usar?
- Com que frequência usa?
- Qual é a rotina do uso? (horários)
- Onde costuma usar mais?
- Usa Sozinho(a) (individual) ou acompanhado(a) (coletivo)?
- Como costuma usar?
- Por que costuma usar?
- Para que lhe é útil?
- Quais são os principais programas, plugins e/ou aplicativos que você utiliza? Como? Por quê? Para que?
- Estes programas, plugins e /ou aplicativos contribuem de alguma maneira nas suas atividades cotidianas? Como? Por quê?
- Usa alguma tecnologia assistiva para PDV para usar este aparelho? Quais?
- Desde quando e como aprendeu a usar?
- Pode demonstrar como usa?

Celular

- Marca/tipo/modelo
- Porque esta marca?
- Motivo para comprar
- Há quanto tempo possui e usa?
- Como e quando aprendeu a usar?
- Com que frequência usa?
- Qual é a rotina do uso? (horários)
- Onde costuma usar mais?
- Usa Sozinho(a) (individual) ou acompanhado(a) (coletivo)?
- Como costuma usar?
- Por que costuma usar?
- Para que lhe é útil?

- Quais são os principais programas, plugins e/ou aplicativos que você utiliza? Como? Por quê? Para que?
- Estes programas, plugins e /ou aplicativos contribuem de alguma maneira nas suas atividades cotidianas? Como? Por quê?
- Usa alguma tecnologia assistiva para PDV para usar este aparelho? Quais?
- Desde quando e como aprendeu a usar?
- Pode demonstrar como usa?

Smartphone

- Marca/tipo/modelo
- Porque esta marca?
- Motivo para comprar
- Há quanto tempo possui e usa?
- Como e quando aprendeu a usar?
- Com que frequência usa?
- Qual é a rotina do uso? (horários)
- Onde costuma usar mais?
- Usa Sozinho(a) (individual) ou acompanhado(a) (coletivo)?
- Como costuma usar?
- Por que costuma usar?
- Para que lhe é útil?
- Quais são os principais programas, plugins e/ou aplicativos que você utiliza? Como? Por quê? Para que?
- Estes programas, plugins e /ou aplicativos contribuem de alguma maneira nas suas atividades cotidianas? Como? Por quê?
- Usa alguma tecnologia assistiva para PDV para usar este aparelho? Quais?
- Desde quando e como aprendeu a usar?
- Pode demonstrar como usa?

Tablet

- Marca/tipo/modelo
- Porque esta marca?
- Motivo para comprar
- Há quanto tempo possui e usa?
- Como e quando aprendeu a usar?
- Com que frequência usa?
- Qual é a rotina do uso? (horários)
- Onde costuma usar mais?
- Usa Sozinho(a) (individual) ou acompanhado(a) (coletivo)?
- Como costuma usar?
- Por que costuma usar?
- Para que lhe é útil?
- Quais são os principais programas, plugins e/ou aplicativos que você utiliza? Como? Por quê? Para que?
- Estes programas, plugins e /ou aplicativos contribuem de alguma maneira nas suas atividades cotidianas? Como? Por quê?

- Usa alguma tecnologia assistiva para PDV para usar este aparelho? Quais?
- Desde quando e como aprendeu a usar?
- Pode demonstrar como usa?

TV Digital (por assinatura / sinal aberto)

- Marca/tipo/modelo
- Porque esta marca?
- Motivo para comprar
- Há quanto tempo possui e usa?
- Como e quando aprendeu a usar?
- Com que frequência usa?
- Qual é a rotina do uso? (horários)
- Onde costuma usar mais?
- Usa Sozinho(a) (individual) ou acompanhado(a) (coletivo)?
- Como costuma usar?
- Por que costuma usar?
- Para que lhe é útil?
- Quais são os principais programas, plugins e/ou aplicativos que você utiliza? Como? Por quê? Para que?
- Estes programas, plugins e /ou aplicativos contribuem de alguma maneira nas suas atividades cotidianas? Como? Por quê?
- Usa alguma tecnologia assistiva para PDV para usar este aparelho? Quais?
- Desde quando e como aprendeu a usar?
- Pode demonstrar como usa?

Videogame

-
- Marca/tipo/modelo
- Porque esta marca?
- Motivo para comprar
- Há quanto tempo possui e usa?
- Como e quando aprendeu a usar?
- Com que frequência usa?
- Qual é a rotina do uso? (horários)
- Onde costuma usar mais?
- Usa Sozinho(a) (individual) ou acompanhado(a) (coletivo)?
- Como costuma usar?
- Por que costuma usar?
- Para que lhe é útil?
- Quais são os principais programas, plugins e/ou aplicativos que você utiliza? Como? Por quê? Para que?
- Estes programas, plugins e /ou aplicativos contribuem de alguma maneira nas suas atividades cotidianas? Como? Por quê?
- Usa alguma tecnologia assistiva para PDV para usar este aparelho? Quais?
- Desde quando e como aprendeu a usar?
- Pode demonstrar como usa?

Outros eletrodomésticos (quais?)

- Marca/tipo/modelo
- Porque esta marca?
- Motivo para comprar
- Há quanto tempo possui e usa?
- Como e quando aprendeu a usar?
- Com que frequência usa?
- Qual é a rotina do uso? (horários)
- Onde costuma usar mais?
- Usa Sozinho(a) (individual) ou acompanhado(a) (coletivo)?
- Como costuma usar?
- Por que costuma usar?
- Para que lhe é útil?
- Quais são os principais programas, plugins e/ou aplicativos que você utiliza? Como? Por quê? Para que?
- Estes programas, plugins e /ou aplicativos contribuem de alguma maneira nas suas atividades cotidianas? Como? Por quê?
- Usa alguma tecnologia assistiva para PDV para usar este aparelho? Quais?
- Desde quando e como aprendeu a usar?
- Pode demonstrar como usa?

BLOCO 2: PRODUTOS MULTIMÍDIA DIGITAIS- SENTIDOS SOBRE ACESSIBILIDADE

- O que vc sabe sobre as leis de acessibilidade no Brasil?
- Qual é a importância dessas leis?
- O que seria direito seu a este respeito?

Como você avalia os seguintes dispositivos midiáticos e seus controles/acessórios/teclados:

Impressos (Jornais/Revistas)

- Design de acessibilidade
- Arquitetura da informação
- Usabilidade (facilidade e lógica de uso)
- Linguagem
- Tecnologias assistivas disponíveis

Fotografia / Pinturas

- Design de acessibilidade
- Arquitetura da informação
- Usabilidade (facilidade e lógica de uso)

- Linguagem
- Tecnologias assistivas disponíveis

Rádio (analógico/digital)

-
- Design de acessibilidade
- Arquitetura da informação
- Usabilidade (facilidade e lógica de uso)
- Linguagem
- Tecnologias assistivas disponíveis

Cinema (clássico/3D)

- Design de acessibilidade
- Arquitetura da informação
- Usabilidade (facilidade e lógica de uso)
- Linguagem
- Tecnologias assistivas disponíveis

TV (analógica/digital)

- Design de acessibilidade
- Arquitetura da informação
- Usabilidade (facilidade e lógica de uso)
- Linguagem
- Tecnologias assistivas disponíveis

Videogames (consoles/portáteis)

- Design de acessibilidade
- Arquitetura da informação
- Usabilidade (facilidade e lógica de uso)
- Linguagem
- Tecnologias assistivas disponíveis

Computadores com acesso à internet

- Design de acessibilidade
- Arquitetura da informação
- Usabilidade (facilidade e lógica de uso)
- Linguagem
- Tecnologias assistivas disponíveis

Smartphones

- Design de acessibilidade
- Arquitetura da informação
- Usabilidade (facilidade e lógica de uso)

- Linguagem
- Tecnologias assistivas disponíveis

Tablets

- Design de acessibilidade
- Arquitetura da informação
- Usabilidade (facilidade e lógica de uso)
- Linguagem
- Tecnologias assistivas disponíveis

Outros

- Design de acessibilidade
- Arquitetura da informação
- Usabilidade (facilidade e lógica de uso)
- Linguagem
- Tecnologias assistivas disponíveis
- Qual é a importância do "design universal" para os meios de comunicação?

- Opine e justifique sobre os seguintes formatos de conteúdos:

- Braille impresso / eletrônico / digital
- Texto digital
- Áudio
- Vídeo com audiodescrição
- Fotos em auto-relevo
- Impressões em 3D

BLOCO 3: APROPRIAÇÃO DE CONTEÚDOS

- Quais os sites que você mais costuma acessar no dia-a-dia?
Para cada um:
 - Porque costuma acessar esse site?
 - Com que frequência acessa?
 - Que TA usa para acessar e como usa o site?
 - Consume:
 - Compartilha:
 - Produz:
- Fale sobre o que costuma fazer com cada tipo de conteúdo:
 - Textos: Inacessível / Consume / Compartilha / Produz
 - Fotos: Inacessível / Consume / Compartilha / Produz
 - Vídeos: Inacessível / Consume / Compartilha / Produz
 - Áudios: Inacessível / Consume / Compartilha / Produz
 - Multimídia: Inacessível / Consume / Compartilha / Produz
 - Infográficos: Inacessível / Consume / Compartilha / Produz

- Conte algumas táticas que você utiliza para ter acesso aos conteúdos quando há barreiras informativas.
- Dê exemplos concretos do que você produz de conteúdo e onde (canais digitais) publica:
- Que programas utiliza para produzir e publicar estes conteúdos?
- Como significa a cultura dos memes?
- Usa corretor ortográfico e gramatical? Por quê?
- Você se preocupa com a estética (cores/formas/funcionalidade) do conteúdo produzido, como e o que faz a respeito?
- Você se preocupa com a acessibilidade do conteúdo que você (re)produz? ("vc")? O que tem feito a respeito?